

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

FLORISVALDO PAULO RIBEIRO JÚNIOR

*O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do  
trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*

BRASÍLIA  
DISTRITO FEDERAL - BRASIL  
2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

FLORISVALDO PAULO RIBEIRO JÚNIOR

*O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do  
trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.  
Orientadora: Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz.

Área de concentração: História Social.

BRASÍLIA  
DISTRITO FEDERAL - BRASIL  
2008

FLORISVALDO PAULO RIBEIRO JÚNIOR

*O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do  
trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade de  
Brasília como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: História Social.

Brasília, 07 de agosto de 2008.

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz – PPGHIS – UnB (Orientadora)

---

Prof. Dr. Antônio José Barbosa – DEHIS – UnB

---

Profa. Dra. Ione Fátima de Oliveira – PPGHIS – UnB

---

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro – MDA

---

Profa. Dra. Regma Maria da Silva – UFG – CAC

---

Profa. Dra. Albene Mirian Ferreira Menezes – PPGHIS – UnB (Suplente)

À Maria Helena de Oliveira Ribeiro,  
com saudade.  
À Wilma Borges de Oliveira Ribeiro,  
com amor.  
À Izadora Mayra de Oliveira Ribeiro  
e  
Vitória de Oliveira Ribeiro,  
com esperanças.

## AGRADECIMENTOS

Todo o texto foi escrito no plural. Essa escolha representa o reconhecimento da participação de muitos professores, amigos, colegas e alunos, no processo de minha formação como historiador e cidadão brasileiro. A caminhada até aqui foi longa e árdua, o que me faz infinitamente agradecido a todos os acompanhantes.

Sou cordial e afetuosamente grato à orientadora, professora Diva do Couto Gontijo Muniz. Sua erudição, paciência, afeto e respeito são essenciais para a condução desse trabalho de pesquisa. As palavras agradecidas serão sempre insuficientes para retratar seu empenho em me fazer historiador.

Agradeço aos professores Antonio José Barbosa e Vanessa Maria Brasil. Suas participações no Exame de Qualificação foram decisivas para a confirmação de algumas hipóteses e a correção de rumos. As professoras Sandra Fagundes de Lima e Regma Maria dos Santos que leram partes do texto e também fizeram considerações importantes para a revisão de algumas idéias.

Sou grato a Antonio de Oliveira Mello, Maria Clara Thomaz Machado, Newton Dângelo, Luciene Lehmkuhl, Larissa Gabarra, Josianne Francia Cerasoli, Leonardo Latini Batista, Marcos Rassi, Noemi Campos Freitas Vieira, Rafael Alberto Ribeiro, Tadeu Pereira dos Santos, Diogo de Souza Brito, Caroline Campos Rizzotto, Roberta Paula Gomes Silva, Floriana Rosa da Silva, Mara Luzia Regina da Silva, Luciana Lemes de Andrade Barbosa, Maria Helena Moura, João Batista, Gaspar Belchior Francisco da Cunha, Marluce de Barros, Josefa Aparecida Alves, Sandra Mara Dantas, Raquel M. da Silva, Renísia Cristina Garcia.

Aos meus amigos e colegas do PPGHIS Thereza Marta, Roberta, Lucas, Adinia, e especialmente a Marinelma Meireles.

Agradeço a Luis Carlos do Carmo, Maria Andréia Angelotti, Paulo Sérgio Moreira da Silva e Aline de Araújo Cordeiro todo o apoio e o esforço despendido para que eu conseguisse chegar até aqui.

Sou grato a Marizete José Soares de Oliveira, José Leliz de Oliveira e Julia Cândida dos Santos pela recepção e apoio decisivos nas minhas estadas em Brasília.

Agradeço à minha família que sempre dedicou atenção incomum à nossa formação escolar. Especialmente meu avô, Sebastião Messias de Oliveira, e meus tios maternos: Juarez, Alfredo, Ismael e Gabriela.

Sou eternamente grato à minha mãe, a professora Maria Helena de Oliveira Ribeiro (em memória) que me ensinou, pelo exemplo, o que sou. Onde estiver deve estar feliz...

Agradeço também ao Salvador e a Marcita, meus sogros, e a Wellington e Wanderley, meus cunhados, pelo apoio.

Sou eternamente grato a minha esposa Wilma Borges de Oliveira Ribeiro, a quem acompanho há quase duas décadas, e às minhas filhas Izadora Mayra de Oliveira Ribeiro e Vitória de Oliveira Ribeiro. Sem elas nada disso seria possível...

Por fim, sou grato ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq pelo financiamento de parte da pesquisa.

## RESUMO

Na passagem do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil, as populações das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, situadas na porção oeste do Estado de Minas Gerais, experimentaram de modo peculiar as transformações impulsionadas pelos projetos de modernização e reforma social que caracterizaram a sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, procuramos historicizar, a partir dessas regiões, os processos de instituição do imaginário social do trabalho, enfocando particularmente as representações e práticas que presidiram, naquele momento, a invenção do trabalhador nacional. Com efeito, por meio da pesquisa empreendida interrogamos em múltiplos discursos - jornalísticos, médicos, políticos, religiosos, historiográficos, memorialistas, entre outros, o investimento feito na construção e projeção de sentidos positivos às imagens do trabalho e do trabalhador. Percebemos nesse projeto discursivo uma das condições indispensáveis para a instituição de uma sociedade ordeira, progressista e civilizada. Nessas condições, as formas de não-trabalho – ociosidade, vadiagem – foram condenadas por serem consideradas práticas que possibilitavam a homens e mulheres se desviarem de sua missão delineada como primordial: trabalhar. O conjunto da sociedade será impelido, não sem resistência, a agir material e simbolicamente com vistas à conformação de uma sociedade civilizada.

Palavras-chave: Trabalhador nacional; Sertão; Minas Gerais; Representações.

## ABSTRACT

In the transition of slave labor to free work in Brazil, people from Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba region, situated in the western Minas Gerais state, experimented in a peculiar way the changes which were propelled by Modernization Projects and Social Reform. Both characterized the Brazilian Society in the end of 19<sup>th</sup> century and the beginning of 20<sup>th</sup> century. In this direction, we tried to document through the history to start from these regions, the processes of establishment of social imaginary about work, focalizing particularly the representations and practices which led, in that moment, the invention of National Worker. In fact through the undertaken research we questioned the multiple speeches - journalistic, medical, religious, historical representation, and memories, among others, the investment done in the construction and projection of positive directions to the images of the work and of the worker. We realized, in this discursive project one of the essential condition for the institution of an orderly, progressive and civilized society. In this way, the forms of non work – idleness, vagrancy – were condemned because of being considered practices which allow men and women to deviate themselves from their traced mission like primordial: to work. The whole of society will be forced, not without resistance, on act material and symbolically for conformation of civilized society.

Key words: National worker; Country-side; Minas Gerais; Representation.



## LISTA DE ABREVIATURAS DE ACERVOS CONSULTADOS

- HH** - Hemeroteca Histórica – Superintendência de Bibliotecas da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais
- APCBH** - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
- ArPU** - Arquivo Público de Uberlândia – Secretaria Municipal de Cultura
- APU** - Arquivo Público de Uberaba
- AF** - Acervo Altamir Fernandes
- AOM** - Acervo Antonio de Oliveira Melo
- LEPEH** - Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

## LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 - Cidade/população/número de espíritas kardecistas, 1940..... 70

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO.....	29
1.1 Jogo de representações.....	29
1.2 Modernização à brasileira.....	39
CAPÍTULO 2 REPRESENTAÇÕES DO TRABALHADOR NACIONAL....	53
2.1 A ordem e o trabalhador nacional.....	53
2.2 Fardo, castigo, honra e glória.....	64
CAPÍTULO 3 CIVILIZAR O SERTÃO, MODERNIZAR AS GERAIS: PRÁTICAS HIGIENIZADORAS.....	87
3.1 No coração do Brasil.....	87
3.2 Práticas de saneamento.....	95
3.3 No final da avenida... o Sertão.....	104
CAPÍTULO 4 VADIOS, VADIAGEM E O SERTÃO CIVILIZADO.....	112
4.1 Ociosos, vadios e trabalhadores.....	112
4.2 Mendigos e mendicância .....	121
4.3 A civilização do sertão.....	129
CAPÍTULO 5 “O JOGO, O ÁLCOOL E O LUPANAR”: ASTÚCIAS DA (DES)ORDEM.....	140
5.1 A jogatina desenfreada, cancro social, oficina do crime.....	140
5.2 Álcool e alcoolismo.....	155
5.3 Mulheres úteis... e perturbadoras da ordem.....	164
CAPÍTULO 6 O PROJETO MODERNIZADOR E AS MULHERES: MÃES E EDUCADORAS DO TRABALHADOR NACIONAL.....	172
6.1 No ventre, o progresso e a civilização.....	172
6.2 Educação das meninas e a modelagem de corpos e comportamentos femininos.....	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
FONTES.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	233

# INTRODUÇÃO

Para aquele coração a República não era vingança; a revolução não devia retaliar; não havia vencidos; devia assumir o caráter de evolução, que é mais obra do tempo que dos homens; devia ser, enfim, a realidade do símbolo, que as auras brasileiras balouçavam, da *Ordem* como condição de progresso e do *Progresso* como desenvolvimento da ordem. (João Pinheiro da Silva, 1904)

A tarefa verdadeiramente fascinante do historiador será procurar as mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos. (Fernando A. Novais, 1972)

O fragmento do pensamento de um republicano mineiro é um vestígio do significado atribuído aos projetos de reforma social que foram delineados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. As referências aos princípios da ordem e do progresso são dirigidas a um dos próceres da ordem monárquica – Cesário Alvim –, protagonista da implementação republicana<sup>1</sup>.

Os postulados liberais e democráticos mobilizados pelos grupos políticos mineiros que buscavam gerir uma unidade durante a Primeira República – silvianistas, biistas e salistas –, e com os quais a memória histórica construiu a imagem de João Pinheiro, não foram suficientes para ocultar a permanência das práticas clientelistas que combinavam coerção e persuasão como formas de garantir a conciliação<sup>2</sup>. A república, que aparecia como condição da prosperidade e felicidade, deveria obstar os perigos da ação revolucionária, restringindo a participação popular, significando, portanto, ordem sem cidadania; progresso sem distribuição equânime das rendas nacionais.

A participação popular na ordem republicana deveria restringir-se à conformação do mundo do trabalho. Homens e mulheres pobres se constituiriam em trabalhadores disciplinados, fatores do progresso material e moral da nação,

---

<sup>1</sup> SILVA, João Pinheiro. Cesário Alvim. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 157-166.

<sup>2</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM. 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982; WIRTH, John D. Apogeu e declínio da Comissão Executiva do PRM, 1889-1929. In: *Seminários de Estudos Mineiros*. A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 63-72.

explicitando a convergência das práticas sociais às representações de ordem, progresso e sociedade civilizada que circulavam no país desde meados do século XIX e que seriam mais intensamente mobilizadas com o recrudescimento do movimento abolicionista e republicano.

Os grupos políticos que disputavam o poder no final do século XIX têm diante de si um problema: a reorganização do mundo do trabalho e a superação dos traços de negatividade de que se reveste o trabalho numa sociedade escravista. Em meio às discussões de encaminhamento da abolição da escravidão, formulam-se propostas que procuram formar e suprir o mercado de trabalho de acordo com as necessidades da produção agro-exportadora. Na região sudeste, predominaram as posições que viam no imigrante, europeu principalmente, o fator de desenvolvimento da produção agrícola e da formação, num futuro próximo, de uma mão-de-obra composta de brasileiros, capazes – se preparados –, de garantir e sustentar o progresso de uma nação civilizada.

Entre os produtores de Minas Gerais, ainda que se refiram aos benefícios da imigração europeia, as demandas políticas e econômicas fizeram prevalecer a utilização de homens e mulheres livres e pobres no suprimento de mão-de-obra para as lavouras, considerando-se a adoção de algumas medidas que transformassem esses indivíduos em trabalhadores nacionais: homens e mulheres capazes de contribuir, com o trabalho regular e disciplinado, para o progresso moral e material de Minas Gerais e do Brasil.

Nesse sentido, abordando o instante de passagem da escravidão ao trabalho livre, procuramos analisar o processo de construção das imagens do mundo do trabalho e do trabalhador através das representações sociais veiculadas nas Minas Gerais entre o final do século XIX e início do século XX.

Na elaboração do objeto de investigação, assumimos a perspectiva de que ao chegarmos ao final do século XX, experimentando duas décadas de uma recorrente instabilidade do sistema capitalista, fruto de uma crise que havia anunciado também o início do século<sup>3</sup>, evidenciou-se que as promessas propagadas pela ideologia liberal de um progresso material e moral para a humanidade, de efeito linear, contínuo e universal, não se realizariam. O mundo do trabalho, que em décadas anteriores exalava prosperidade, assiste à crise econômica e social generalizada, em que se abre um abismo quase intransponível entre ricos e pobres numa escala global. Em meio ao acelerado desenvolvimento técnico e científico, observamos a diminuição da participação do

---

<sup>3</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983. p. 192-208.

trabalho formal na construção da renda nacional, o desemprego em massa, a intensificação da miséria se fazendo acompanhar de uma redução da rede de proteção social em que participam cada vez menos os governos nacionais, sejam eles do mundo em desenvolvimento ou do mundo desenvolvido, onde as carências sociais típicas das sociedades ‘periféricas’ tornam-se cada vez mais presentes<sup>4</sup>.

Os ideólogos do liberalismo, diante das evidências da crise geral da contemporaneidade, não demoraram em tentar demonstrar que não se tratava especificamente de uma crise do sistema produtor de mercadorias, mas do ‘fim da história’, o anúncio de chegada da humanidade às formações sociais e estatais definitivas. Entre as conseqüências deste futuro antecipado, na perspectiva dos ideólogos, estaria a perda da centralidade, no capitalismo vitorioso, do trabalho e da classe trabalhadora.

Críticas a essas formulações puderam ser ouvidas por toda a extensão do mundo ocidental. Eric Hobsbawm, por exemplo, foi incisivo. Ao comentar a brevidade do século XX, o historiador inglês afirmou que,

Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve Século XX passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do ‘Fim da História’, haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história.<sup>5</sup>

Acompanhando as formulações de Hobsbawm, podemos dizer que, havendo homens e mulheres haverá história e, portanto, o trabalho como atividade inerente ao ser humano se fará presente, nos termos da concepção de Marx e Engels, entendido como:

[...] a produção dos meios que permitem satisfazer [as] necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida.<sup>6</sup>

Enfatizando menos o caráter ontológico do trabalho e mais sua especificidade histórica e sociológica, Ricardo Antunes, em debate com cientistas sociais que

---

<sup>4</sup> KURZ, Robert. *O colapso da modernização*; da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1990*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 16.

<sup>6</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 23.

procuraram demonstrar a perda de importância do trabalho e da classe trabalhadora para o sistema produtor de mercadorias e que, portanto, estaríamos vivenciando o fim de ambos, formulou o conceito *a classe-que-vive-do-trabalho*<sup>7</sup>: uma noção ampliada da classe trabalhadora, englobando trabalhadores produtivos e improdutivos, capaz de enfrentar, no âmbito teórico e político, o pessimismo e o conservadorismo dos finalistas. Ao defini-la na contemporaneidade, Antunes afirma que

A classe trabalhadora inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço. São aqueles em que o trabalho é consumido como valor de uso ao passo que sua face complementar, o trabalho produtivo, cria valor de troca.<sup>8</sup>

Recolocando o trabalho no centro dos processos sociais humanos, o sociólogo brasileiro argumenta que

Ao contrário, portanto, de se falar em fim do trabalho, parece evidente que o capital conseguiu, em escala mundial, ampliar as esferas de assalariamento e de exploração do trabalho, nas várias formas de precarização. A emancipação frente ao capital e a emancipação de gênero, são momentos constitutivos do processo de emancipação do gênero humano frente a todas as formas de opressão e dominação. A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução no trabalho, do trabalho e pelo trabalho.<sup>9</sup>

As proposições que dão conta do ‘fim da história’ mostram-se irreconciliáveis em relação àquelas que afirmam a centralidade do trabalho no processo histórico. Embora nos pareça que ambas guardem proporções diferentes de ambição teleológica, as formulações de Antunes, por se manterem dentro de uma perspectiva de análise dialética do movimento histórico, considerando-o aberto em suas determinações,

<sup>7</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*; ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1995.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 39 – 55.

<sup>9</sup> Idem. *Os sentidos do trabalho*; ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 102 (ver também: p.196-201 et seq). “A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher”. (ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?*; ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1995. p. 46).

contribuem, substancialmente, para os nossos propósitos de compreensão do processo de formação do mundo do trabalho na ordem republicana brasileira.

Foram nesses instantes de passagem da escravidão ao trabalho livre que se firmaram as representações que positivaram o trabalho como atividade essencialmente humana, moderna e civilizadora. Entendemos que desse ponto de partida, poderíamos compreender porque, mesmo após três ou quatro décadas de instabilidade econômica e social, que depauperou a vida dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, excluiu mulheres e homens do mercado de trabalho formal e condenou outros tantos à informalidade e à miséria, predominam entre nós representações positivas do trabalho e do trabalhador que reiteram significados que apontam o trabalho como a forma exclusiva de se alcançar o progresso material e moral, ao mesmo tempo em que as formas de negação do trabalho assumem caráter explicativo para nossas mazelas individuais e coletivas<sup>10</sup>.

Uma investigação que expresse a relação dialógica entre presente e passado é um princípio predominante entre os historiadores do século XX e XXI, sobretudo a partir das formulações a esse respeito do movimento dos Annales. Há algumas décadas Marc Bloch, ao proclamar a legitimidade da história ciência, assinalou a importância da articulação passado/presente na construção do conhecimento histórico. Dizia ele,

Do mesmo modo, essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. [...] Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador. [...] Na verdade, conscientemente ou não, é sempre a nossas experiências cotidianas que, para nuançá-las onde se deve, atribuímos matizes, em última análise os elementos, que nos servem para reconstituir e imaginar o passado.<sup>11</sup>

Outro historiador francês, Jean Chesneaux, ao enfatizar o aspecto político do ofício do historiador, e a parcialidade de nossas escolhas como instrumento de luta, afirma que:

---

<sup>10</sup> O sociólogo André Gorz, analisando a situação contemporânea ocidental do mundo do trabalho, expõe um paradoxo que ameaça a ordem pública, pois se evidencia uma diminuição definitiva de postos de trabalho, a partir da revolução microeletrônica, de uma robotização da produção que não gera mais empregos, uma drástica diminuição do emprego industrial que o crescimento da demanda de bens e serviços não será capaz de repor. A salvação da ordem seria garantida pelo direito a um rendimento mínimo aos cidadãos, tenham eles salários ou não (cf.: GORZ, André. Quem não tiver trabalho, também terá o que comer. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 211-228, 1990).

<sup>11</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 65-66; LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 17-166.

Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é produto de nossa memória coletiva, é seu tecido fundamental [...] esse passado próximo ou longínquo, tem sempre sentido para nós. Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social.<sup>12</sup>

Mais recentemente, Keith Jenkins, lembrando-nos que passado e história são coisas distintas e que a história é um construto pessoal do historiador imerso no seu presente e nas relações de poder que lhes dão significado, sustenta que:

O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder – pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas, versões que precisam ser tachadas de impróprias e assim excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominante.<sup>13</sup>

Portanto, ainda segundo Jenkins, a história teria mais a dizer sobre as relações de poder instituídas no tempo presente e menos sobre o seu referente, o passado. Nesse sentido, a historiografia expressaria práticas culturais de narração histórica da formação social que a produziu.

Podemos notar nas três evocações a respeito da articulação entre passado e presente no ofício do historiador uma diferença de perspectiva na constituição do método histórico e sua relação com a prática política. Bloch refere-se à formação do historiador e dos “estudos cientificamente conduzidos”, na feliz expressão de Febvre. Portanto, ele se dirige à corporação dos historiadores; Chesneaux alerta para os usos da narrativa histórica no desenrolar da luta de classes, dirigindo-se ao historiador militante e criticando as posições dos catedráticos; enquanto Jenkins procura expor as relações que presidem a escrita da história – a narrativa construída sobre o passado –, desestabilizando algumas de nossas certezas acerca da objetividade das produções historiográficas. O traço comum entre eles se expressa na demonstração do exercício de

---

<sup>12</sup> CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?*; sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. p. 22.

<sup>13</sup> JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 40. Sobre o assunto, ver também, DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17- 48; SCHAFF, Adam. Porque reescrevemos continuamente a história. In: \_\_\_\_\_. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 267-278; DE DECCA, Edgar. *1930: o silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 41-43.



poder que preside a escrita da história, seja pela construção de objetos de investigação, seja pelo sentido conferido à leitura que se faz da experiência passada, seja pela relação ativa que estabelece com o passado.

Notamos então que, apesar da percepção de uma crise socioeconômica instalada nos mais variados cantos do mundo contemporâneo – expressa na desvalorização da vida humana –, ainda assim o trabalho, a capacidade e a disposição de trabalhar, de produzir seu sustento e o de outros, permanecem como índices de classificação e distinção entre os indivíduos e os grupos sociais e como eixos da experiência social. Um exemplo dessa persistência pode ser encontrado nos textos constitucionais brasileiros em que os ‘valores sociais do trabalho’ se encontram entre os princípios fundamentais do Estado democrático<sup>14</sup>. Abordá-la apenas como manifestação ideológica da classe dominante em iniciativa deliberada de inverter ou ocultar a realidade é obscurecer a complexidade da vida social<sup>15</sup>. Ao contrário, percebemos o enraizamento de um conjunto de representações sociais que enfatizam os aspectos positivos da atividade laboral, instituindo e mobilizando múltiplas dimensões da experiência social, configurando-se assim um imaginário social do trabalho. Essa percepção nos impele a olhar o passado, sobretudo na passagem do século XIX ao XX, instante em que o processo de construção da sociedade do trabalho adquire uma dinâmica específica.

Nas últimas décadas do século XX emergiram na cena historiográfica significativos textos sobre a história do Brasil em geral e sobre a história social do trabalho no Brasil em especial, que mudaram, e têm mudado, os rumos das abordagens no campo da história social<sup>16</sup>. Destacamos especialmente três artigos publicados a partir

---

<sup>14</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

<sup>15</sup> O historiador Adalberto Paranhos em alentado estudo afirma que “a ideologia do trabalhismo é a resultante da confluência de distintas influências e perspectivas de classe. E não o produto do mero cálculo interesseiro, plenamente intencional, dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congênicas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras. Nem por isso podemos desconsiderar que, em última análise, ela é uma fala roubada aos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como mito” (PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 23)

<sup>16</sup> BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 145-157; FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular, 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1997; WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade São Francisco, 2000; LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Anablume, 2000; DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Cotidiano de trabalhadores na República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão*. Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

da década de 1980 cujo traço comum encontra-se no alerta veemente sobre os limites das interpretações fundadas em modelos teóricos que não conseguem abarcar a complexidade das práticas sociais no mundo do trabalho.

Maria Célia Paoli, no contexto de emergência dos movimentos sociais, e solidária à crítica a uma historiografia que privilegiou o espaço fabril como o lugar de expressão e força da classe operária e também onde sua fraqueza manifesta-se, ressaltou a necessidade de se repensar antigos paradigmas de interpretação acerca do tema. Segundo a autora, não há mais como desconhecer

[...] uma redescoberta das diferenças inter e intraclasses sociais no Brasil, diferenças estas que não são mais pensadas a partir de um paradigma unitário. Libertada deste paradigma, a heterogeneidade da sociedade brasileira aparece como diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de viver situações concretas de dominação e exploração.<sup>17</sup>

Atentar para o interior das relações sociais historicamente construídas inclui pensar a dimensão da cultura, igualmente integrante daquelas. Tal inclusão implica uma abertura para o diálogo com aqueles que refletiram sobre a *cultura*. Os historiadores marxistas ingleses<sup>18</sup>, por exemplo, elaboraram uma concepção de luta de classes menos esquemática e reducionista, pensada a partir da revalorização do conceito de hegemonia, da noção de experiência e da cultura entendida como modo de vida global<sup>19</sup>. Desse redimensionamento de conceitos e objetivos nasceu a reflexão sobre a dominação de classe, gênero e raça bem como da resistência que se interpõe a essa dominação, tudo isso bem fundamentado nos materiais oferecidos pelos arquivos e no diálogo interdisciplinar da História com a Sociologia, Antropologia e Literatura. Inspirado nas formulações de Antonio Gramsci, Raymond Williams, crítico literário que muita influência tem exercido sobre a produção historiográfica, definiu a hegemonia como um processo vivido, uma vez que ela não se reduz ao

<sup>17</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros; tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*; aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 56.

<sup>18</sup> Refiro-me principalmente a Eric Hobsbawm, Edward Thompson e Raymond Williams. Para uma análise das diferentes contribuições historiográficas destes e de outros marxistas britânicos ver: KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*; un análisis introductorio. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989. Na história social da escravidão, uma contribuição que se aproxima dos princípios teórico-metodológicos dos marxistas ingleses é a obra: GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida*; o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Esta obra influenciou sobremaneira os historiadores que se ocuparam de interpretar a escravidão brasileira nas últimas décadas.

<sup>19</sup> CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre os Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

[...] nível articulado superior da ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘doutrinação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente.<sup>20</sup>

A hegemonia é concebida, sob tal perspectiva, como sistema vivido de interesses, significados e valores estabelecidos no processo de luta, que inclui tanto a materialidade como também a dimensão simbólica que lhe deu significado. Desconhecer estas articulações seria reduzir a análise de classe social e do mundo do trabalho a descrições a-históricas, vazias, sobre classe, sindicato, partido, Estado e a própria escrita da história<sup>21</sup>. A interpretação e a compreensão históricas são dimensões de uma investigação que deve procurar tanto o porquê de o processo ter se desenvolvido de uma maneira e não de outra e não como deveria ter sido, como também o modo como se deu tal processo e a significação a ele conferida. Acompanhando essa perspectiva, a história social do trabalho deveria se preocupar mais, como assinalou Eric Hobsbawm, com as bases, com a classe, e menos com o sindicato ou o partido, desconstruindo a noção de que há um local privilegiado de construção e manifestação da consciência das classes trabalhadoras<sup>22</sup>.

O historiador Adalberto Marson, no início da década de 1990, elaborou um balanço da historiografia social do trabalho produzida no Brasil. Trata-se de um momento em que há sinais visíveis de esgotamento de uma abordagem teórico-

<sup>20</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 113; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*; ou: um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-200.

<sup>21</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros; tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*; aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 95. Na metade do século XIX Karl Marx, ao analisar o golpe de Estado na França de Napoleão em 1851, disse que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo” (MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2000. p. 15). Entendo que parte da reconstrução das abordagens da história social iniciada no final da década de 1950 seja uma restituição, não da célebre frase, mas da visão marxista a respeito da participação do sujeito na construção do processo histórico. Thompson, ao criticar o marxismo estruturalista de Louis Althusser e seus seguidores, considerando-o idealista, anti-dialético, anti-marxista e, portanto, anti-histórico, mostra que eles negligenciam o diálogo entre o ser social e a consciência social transformando a história num processo sem sujeito. Ver: MARX, Karl. Op. cit., p. 15; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*; ou: um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 17, 61, 92.

<sup>22</sup> HOBBSAWM, Eric J. História operária e ideologia. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*; novos estudos sobre a história operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 15-32.

metodológica que nascera no final dos anos de 1970 apresentando-se como novidade, mas que, segundo Marson, reproduzia velhos procedimentos que pretendia superar. A partir de um discurso questionador, e por isso mesmo atraente, os novos historiadores reivindicavam uma identidade entre historiadores e trabalhadores para que o “ponto de vista de baixo”, isto é dos trabalhadores, pudesse emergir. Ao fazer uso desse recurso, contudo, os historiadores, na perspectiva de Marson, recorriam a procedimentos metodológicos aparentemente originais, mas envelhecidos. Ao recuperar os elementos de construção da memória que se propunham ultrapassar, “os novos historiadores julgavam-se aptos para descobrir, no passado, os lugares, os momentos e as explicações apropriadas, através do que seria possível perceber e tornar transparente o modo como a classe forjava a sua própria subjetivação”<sup>23</sup>.

Entretanto, assinala Marson, o que a nova historiografia da classe trabalhadora se propunha fazer e instituir num ambiente de mobilização dos trabalhadores nos anos de 1978/79 foi obscurecido pelo restabelecimento de um antes e um depois, reafirmando a convencional postura da política inaugural. Marson chama atenção para as contribuições do sociólogo Michael Burawoy, que em sua crítica às abordagens dicotômicas de Harry Braverman, formulou a noção de adaptações conscientes onde se articula um jogo bem mais complexo de dominações e resistências do que a percepção de um poder unilateral possa sugerir<sup>24</sup>. Ao salientar o papel dos trabalhadores no processo de transformação do mundo capitalista, segundo Marson, é necessário questionar as noções presumidas de identidade, unidade e solidariedade de classes, equivocadamente julgadas inquestionáveis pelas abordagens historiográficas. Além disso, conforme o referido autor, é preciso ter em foco os aspectos da indeterminação e das possibilidades do processo histórico onde a classe constrói e manifesta sua subjetivação<sup>25</sup>.

Em linha semelhante de críticas e apontamentos à historiografia do trabalho, dois historiadores brasileiros, Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, ao analisarem as influências e perspectivas abertas pela *Formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson, na historiografia brasileira, constatam a inexistência de diálogo entre os

---

<sup>23</sup> MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella. *Jogos da política; imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992. p. 38.

<sup>24</sup> BURAWOY, Michael. Toward a marxist theory of the labor process: Braverman and beyond. *Politics and Society*, 8 (3-4), p. 247-312, 1978 *apud* MARSON, op. cit., p. 45.

<sup>25</sup> MARSON, op. cit., p. 47. Neste aspecto, Thompson foi criticado por essencializar a experiência social e as manifestações da consciência da classe trabalhadora. Ver SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Revista Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 297-325, 1998.

estudos sobre a escravidão e trabalho livre no Brasil. Para eles, a história social deveria fomentar esse diálogo. Argumentam os historiadores que

É hora de reaver a trama entre migrantes ‘longe da modernidade’ e aqueles que viveram o ‘atraso’ da escravidão. (Foram inclusive, sujeitos no mesmo cenário da história do trabalho, mesmo que em diferentes gerações). Também é hora de não mais continuar seguindo a mesma trilha batida pelas dicotomias urbano/rural, centro/periferia, instruído/rude, erudito/popular, liberdade/escravidão, industrial/pré-industrial, moderno/arcaico. Não só engessam a pesquisa, a análise e seus resultados, em tradicionais esquemas de pensamento, como também minimizam o segundo pólo diante do primeiro, como inferior, ou pior. No segundo pólo reina a necessidade; não há opções nem sujeitos históricos e iniciativa. No primeiro o protagonismo é a marca.<sup>26</sup>

Romper com a lógica polarizada e as dicotomias redutoras significa articular práticas e expectativas, experiências e significações das classes trabalhadoras, ao pensamento e ação, práticas e expectativas da classe dominante, evitando assim negligenciar as estruturas de poder na recuperação da trama das relações sociais. Atentar para essas articulações possíveis responde por uma concepção de história que é justificada pelos dois historiadores, não sem certa ironia, no entendimento de que “a história, enfim, nem sempre vem de baixo”.

Não podemos perder de vista as diferenças contidas nos textos comentados logo acima, não apenas diferenças relativas ao contexto temporal de suas produções, mas por terem sido escritos por historiadores de diferentes gerações, com preocupações históricas e historiográficas distintas e com diferentes perspectivas de abordagem. Ao utilizá-los destacamos, entretanto, o que eles têm em comum: são textos centrados no esforço de promover um balanço da historiografia social do trabalho, seus procedimentos de investigação, o esgotamento de algumas abordagens, o surgimento de novas leituras e novos tratamentos a objetos que se pensava estarem definitivamente iluminados pela pesquisa histórica.

Com efeito, tais diálogos abrem as possibilidades de se proceder a uma *abordagem integrada*, como a realizada pela historiadora Hebe Mattos, “na qual o tempo longo das estruturas culturais e socioeconômicas se encontra com a imprevisibilidade da política, ao enfatizar como problema o papel da experiência

---

<sup>26</sup> NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 2, 2006.

humana para o entendimento da dinâmica histórica e social”<sup>27</sup>. Nessa perspectiva, articuladas a dimensão simbólica, expectativas e significações, o historiador pode atuar como um electricista que (r)estabelece as conexões entre os elementos do sistema e as estruturas em que estão integradas, reativando conexões que possam ter passado despercebidas aos olhos dos contemporâneos, ou mesmo aquelas a que atribuíram menor importância. Electricista que articula o geral e o particular atentando para os espaços intermediários onde a mudança se evidencia<sup>28</sup>.

Desse modo, ainda que este estudo não se refira à formação da classe operária no Brasil, é pertinente que assuma como referência inicial a reflexão de Thompson, segundo a qual “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela esteve presente ao seu próprio fazer-se”<sup>29</sup>.

Nesse fazer-se não se pode ignorar a dimensão simbólica, instituidora de práticas e relações marcadas por conflitos de interesse e também de valores, normas e tradições.

Em nosso propósito de evidenciar sua historicidade, procuramos ressaltar que, entre o final do século XIX e início do século XX, o processo histórico de configuração de uma sociedade de urbanização lenta encontrava-se atravessado pela enunciação de princípios científicos morais e religiosos, presentes nas representações que enfatizam a positividade das relações de trabalho. Tais representações constituem o imaginário social e instituem o mundo do trabalho livre e moderno da sociedade brasileira do período, particularmente a do oeste mineiro.

No presente estudo pretendemos proceder a uma análise do mundo do trabalho atentando para a dimensão imaginária que o desenha e que o conforma. Uma dimensão percebida, portanto, na acepção que lhe atribui Baczkó, não como um ornamento da vida material, pois

[...] o controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e

<sup>27</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*; os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 17; THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editora Crítica, 1979.

<sup>28</sup> GRUZINSKY, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a ‘história cultural’ no novo milênio. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 321-342, 2003; LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*; novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-162; GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*; morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180; VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: \_\_\_\_\_. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162; CASTRO, Hebe. História social. In: VAINFAS; CARDOSO, op. cit., p. 45-59.

<sup>29</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*; a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.

manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças, portanto, [...] é de fundamental importância para a elucidação das múltiplas dimensões da experiência humana.<sup>30</sup>

A referência ao imaginário nos remete às imagens, representações e práticas que o constituem e à sua força instituidora, pois, como nos ensina o mesmo Baczko:

[...] é através dos seus imaginários sociais [que] uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e expõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o ‘chefe’, o ‘bom súbdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc. Assim é reproduzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, sua identidade e sua razão de ser.<sup>31</sup>

O imaginário revela-se em sua dinâmica reguladora da vida coletiva; apresenta-se como lugar e objeto de conflito, operando pela conservação e transformação das práticas, atuando, na expressão da historiadora Tânia Navarro Swain,

[...] como um vigoroso caudal que atravessa obliquamente as formações sociais, penetrando todos os seus meandros, em todos os níveis, todas as classes sociais – interclasse – modelando conjuntos/pacotes de relações sociais hegemônicas, cuja duração compreende maior ou menor lapso de tempo.<sup>32</sup>

Imaginário social construído, portanto, “a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivação”<sup>33</sup>, expondo-se à compreensão sempre em sua ambigüidade explicitada na produção da luta de classes, do conflito de gênero e raça. Nessa dinâmica, conforme assinala Cornelius Castoriadis,

O que era até então reabsorção imediata da coletividade em suas instituições, simples sujeição dos homens às suas criações imaginárias, unidade que só marginalmente era perturbada pelo desvio ou a infração, torna-se agora totalidade dilacerada e conflitual, auto-contestação da sociedade; o interior da sociedade torna-se seu exterior, e isso na medida em que significa a auto-relativização da sociedade, o distanciamento e a crítica (nos fatos e nos atos) do instituído, é a primeira emergência da autonomia, a primeira fissura do imaginário

<sup>30</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 310

<sup>31</sup> Ibidem, p. 309.

<sup>32</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História no plural*. Brasília: UnB, 1994. p. 49.

<sup>33</sup> BACZKO, op. cit., p. 311.

(instituído).

É certo que esta luta começa, demora muito tempo, recai quase sempre novamente, na ambigüidade. E como poderia ser de outra maneira? Os oprimidos, que lutam contra a divisão da sociedade de classes, lutam sobretudo contra sua própria opressão; de mil maneiras eles permanecem tributários do imaginário que combatem em uma de suas manifestações, e com freqüência o que visam nada mais é do que uma permutação de papéis no mesmo roteiro. Mas também muito cedo, a classe oprimida responde negando maciçamente o imaginário social que a oprime, e opondo-lhe a realidade de uma igualdade essencial dos homens.<sup>34</sup>

Com efeito, foi com a incorporação dessas reflexões que buscamos compreender a textura do imaginário social, constituído e constituinte do mundo do trabalho nas sociedades do sertão mineiro, assumindo-o como uma das dimensões do objeto de investigação. Essa investigação nos permitiu identificar e apreender - no esforço de uma abordagem de história cultural do social -,<sup>35</sup> as representações, de ordem, progresso, civilização, modernização, integrantes do imaginário social, atravessadas pelas dimensões de gênero/sexo, raça/etnia, e classe.

Atentar para o imaginário social configurador do mundo do trabalho parece-nos exigência colocada ao nosso ofício, pois, como assinala Jacques Le Goff, as imagens

que interessam ao historiador são imagens colectivas, amassadas pelas vicissitudes da história, e formam-se, modificam-se, transformam-se [...]. O imaginário alimenta o homem e fá-lo agir. É um fenómeno colectivo, social e histórico. Uma história sem o imaginário é uma história mutilada e descarnada.<sup>36</sup>

Nesse sentido, a pesquisa e a formulação do problema contemplam a dimensão imaginária do mundo do trabalho, no momento de passagem do trabalho escravo ao trabalho livre. Trata-se de momento emblemático do processo de instalação e consolidação do regime republicano. É sem dúvida um momento fulcral para a compreensão das transformações nas relações sociais modernizantes, haja vista a emergência de representações acerca do trabalhador nacional, que circulam nos diferentes projetos acerca da organização do mundo do trabalho nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Com efeito, deparamo-nos com o processo de construção de um *consenso moral* em torno dos valores positivados do trabalho em substituição à

<sup>34</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 187.

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Para uma discussão acerca das abordagens à noção de representação, ver: RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Representação e narrativa: usos e abusos. In: *Em tempo de histórias*, n. 9, Brasília: UnB, 2004, pp. 1 – 16.

<sup>36</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, s.d. p. 16



negatividade do trabalho escravo. Trata-se de processo em que são visíveis os conflitos operados no interior das elites<sup>37</sup> e entre essas e as classes trabalhadoras, considerando-se que a nova ordem investe na política de ruptura, e também continuidade, em relação ao regime monárquico<sup>38</sup>.

Quais as práticas mobilizadas, os agenciamentos e os papéis sociais prescritos no projeto político de modernização conduzido pelas elites proprietárias, intelectuais e políticas, das regiões do Triângulo e Alto Paranaíba no oeste mineiro? Quais foram as representações do mundo do trabalho presentes no imaginário social da época? Como ele foi veiculado e disseminado na sociedade brasileira em processo de modernização? Como se incorporaram as formas modernas, capitalistas, de trabalho naquela sociedade que até 1888 fundamentou-se na exploração do trabalho escravo? Que valores e sentidos foram conferidos ao trabalho e ao trabalhador nacional? Quais as práticas mobilizadas, os agenciamentos e os papéis sociais prescritos no projeto político de modernização conduzido pelas elites, proprietárias, intelectuais e políticas, da região?

Assim, aceitando o desafio de responder a essas e outras questões, enfocamos nossa pesquisa no espaço que designamos como *sertão*<sup>39</sup> mineiro compreendendo, especificamente, as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essa escolha resulta da evidência de que, não obstante suas especificidades, trata-se de regiões cujos traços configuradores inscrevem-se no quadro geral da sociedade brasileira de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. São áreas que utilizaram a mão-de-obra escrava durante o século XIX, integrando-se à economia de exportação por intermédio de uma produção de subsistência mercantilizada, predominantemente rural, com um incipiente

---

<sup>37</sup> As elites são grupos sociais dominantes que se caracterizam “pela homogeneidade ideológica e de treinamento” (CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 17, 18; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 15, 1995; DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências sociais hoje*. São Paulo: Cortez, 1984. p. 7-31; DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, n. 53, p. 116-133, 2003.

<sup>38</sup> Procedemos a uma apropriação da noção de *consenso moral* elaborada por Thompson, não esquecendo que ele a constrói para se referir aos sentimentos de liberdade partilhados entre os ingleses no século XVIII (THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa; a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 83-109). Acerca da convivência entre o ‘novo’ e o ‘velho’ no processo de civilização das Minas Gerais no século XIX, ver: MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Processo civilizador nas Minas oitocentistas: desvelando alguns sentidos... *Temporis(Ação)*, v. 1, n. 7, p. 197-220, 2003.

<sup>39</sup> Para uma consideração dos múltiplos significados da palavra sertão e da importância que ela adquiriu no Brasil a partir do século XIX, enquanto categoria cultural e conceito central do pensamento social brasileiro no desvelamento da nação, ver: AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, v. 18, n. 15, p. 145-151, 1995; AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais. Século XVIII*. 2001. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

processo de urbanização, desenvolvendo-se ao longo das primeiras décadas do século XX, e com a participação das elites ocupando posições subalternas nos arranjos políticos do Estado de Minas Gerais em suas articulações nos níveis local e regional. São importantes as evidências de um consenso de que as elites regionais percebiam que as apropriações das representações do progresso seriam o caminho natural de manutenção de seus domínios locais e regionais, ao mesmo tempo em que firmavam as possibilidades de integrarem-se aos grupos dominantes nos níveis estadual e nacional.

Estabelecemos como delimitação temporal o período de 1888 a 1928, exatamente quatro décadas, porque entendemos ser este o momento significativo no processo de modernização da sociedade brasileira e em particular da região considerada para análise. Com efeito, conforme nossas pesquisas, entre a abolição legal do trabalho escravo, em 1888, e a publicação e implementação do novo *Regulamento de Saúde* do Estado de Minas Gerais em 1928, observa-se uma visível mudança no que concerne às relações de trabalho, e sobretudo, no que diz respeito às representações que circulavam acerca do trabalho e do trabalhador. Significativamente, em 1906, João Pinheiro da Silva, ao assumir pela segunda vez a presidência do Estado, expõe seu projeto político, e do grupo ao qual pertencia, em que vigora a proposta de acelerar a modernização em Minas Gerais, transformando o mundo do trabalho e as relações sociais instituídas.

As nossas escolhas também se baseiam na coleta e exame de documentos diversos – esse “agente ativo de organização da memória” na feliz expressão de Carlos Vesentini<sup>40</sup>. Em nossa pesquisa documental priorizamos os jornais, as atas das câmaras de vereadores, crônicas, literatura de ficção, historiografia produzida pelos chamados memorialistas, além de outros documentos impressos. Nosso trabalho de levantamento e coleta de fontes se desenvolveu em Belo Horizonte, na Hemeroteca Histórica; em Patos de Minas, nos acervos privados de Antonio de Oliveira Mello, Altamir Fernandes e no Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Universidade de Patos de Minas; em Uberlândia, no Arquivo Público de Uberlândia; em Uberaba, no Arquivo Público de Uberaba; e em Araguari, também no Arquivo Público dessa cidade. Essas fontes nos permitiram aproximações das práticas e das representações constitutivas do mundo do trabalho e do processo de constituição do trabalhador nacional. Se como assinala Paul

---

<sup>40</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17. São decisivas as formulações de Michel Foucault na adoção, pelos historiadores, de uma perspectiva diferente em relação ao tratamento das fontes. Nesse sentido ver: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. E também: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 535-553.

Veyne, a “prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas”<sup>41</sup>, também não se pode desconhecer que “o que fazem as pessoas”, isto é, toda prática, encontra-se informada por um imaginário social que produz relações de sentido. Desse modo, pensar o mundo do trabalho como uma construção, nos oferece a perspectiva de desfamiliarização dos termos trabalho e trabalhador, permitindo compreender a invenção operada a partir das articulações de práticas e representações em sua historicidade.

É desse modo, em busca de uma compreensão das práticas e representações sobre o mundo do trabalho e do trabalhador que procuramos executar “a tarefa verdadeiramente fascinante do historiador, [que é] procurar as mediações que articulam os processos estruturais com a superfície flutuante dos acontecimentos”<sup>42</sup>, no esforço de produzir uma leitura das múltiplas dimensões das experiências humanas.

A presente tese está organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo, *Representações do mundo do trabalho*, destacamos um conjunto de representações do trabalho formuladas na tradição do pensamento ocidental e que presidiram a constituição do capitalismo como modo de produção hegemônico. Incluímos nessa análise uma abordagem do processo de modernização da sociedade brasileira, iniciado no século XIX, caracterizado como um instante de lutas e de apropriação de representações sociais acerca do trabalho e do trabalhador nacional.

No segundo capítulo, *Representações do trabalhador nacional*, procuramos compreender o processo de positivação do trabalho e do trabalhador explicitado nas imagens produzidas, em Minas Gerais, sobre o trabalho livre em oposição às imagens do trabalho escravo.

No terceiro capítulo, *Civilizar o sertão, modernizar as Gerais: práticas higienizadoras*, analisamos as representações que foram produzidas e veiculadas sobre os espaços sertanejos de Minas Gerais e suas atribuições dentro dos projetos de conformação do mundo do trabalho, instituição do trabalhador nacional e construção de uma moderna sociedade mineira e brasileira, enfatizando os discursos produzidos sob as influências dos paradigmas das ciências médicas e projetados pelas autoridades governamentais.

No quarto capítulo, *Vadios, vadiagem e o sertão civilizado*, nos ocupamos em

---

<sup>41</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história – Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 248.

<sup>42</sup> NOVAIS, Fernando A. Dimensões da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 23.

demonstrar como as formas do não-trabalho, na sociedade que passava do trabalho escravo ao trabalho livre, foram recebendo diferentes qualificativos que justificavam as intervenções dos múltiplos saberes disponíveis na tentativa de disciplinar os corpos de acordo com a lógica da produção capitalista, sob a qual o mundo do trabalho se organizava.

No quinto capítulo, “*O jogo, o álcool e o lupanar*”: *astúcias da des(ordem)*, enfocamos as práticas mediante as quais a vigilância lança seu olhar de exame em muitos matizes: médico, religioso, pedagógico, policial, sobre as atitudes e condutas que foram lidas, também, como manifestações das resistências às novas formas do viver urbano.

No capítulo sexto, *O projeto modernizador e as mulheres: mães e educadoras do trabalhador nacional*, analisamos as representações acerca das mulheres no mundo do trabalho, mostrando que são construtos atravessados por uma aparente contradição, pois por um lado conclamam as mulheres à participação no mundo moderno, isto é do trabalho, e por outro reiteram e atualizam as imagens que buscam naturalizar os papéis de esposa e mãe como condição essencial para a conformação do mundo do trabalho.

Nossa operação historiográfica<sup>43</sup>, expressão das escolhas, fundamentou-se no diálogo com as fontes, interrogando-as a respeito dos processos de instituição imaginária do mundo do trabalho. Convidamos agora os leitores a nos acompanharem nesse percurso das representações às práticas.

---

<sup>43</sup> DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (org) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 17 – 48.

# CAPÍTULO 1

## REPRESENTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Nosso mais grave mal consiste nesta profunda divergência entre todos os espíritos quanto a todas as máximas fundamentais, cuja fixidez é a primeira condição duma verdadeira ordem social. Enquanto as inteligências individuais não aderirem, graças a um assentimento unânime, a certo número de idéias gerais capazes de formar uma doutrina social comum, não se pode dissimular que o estado das nações permanecerá, de modo necessário, essencialmente revolucionário, a despeito de todos os paliativos políticos de serem adotados – comportando realmente apenas instituições provisórias (Auguste Comte. *Curso de Filosofia Positiva*).

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Roger Chartier. *A história cultural. Entre práticas e representações*).

### 1.1 Jogos de representações

No processo de instituição do imaginário social do trabalho podemos observar o jogo de representações acerca da positividade do trabalho, que expressam projetos políticos divergentes quanto ao sentido das transformações sociais em curso no mundo ocidental desde o século XVII e que se intensificam a partir do final do século XVIII.

Considerando o papel instituidor dessas representações na conformação do imaginário do trabalho no Brasil na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, neste capítulo, num primeiro momento, destacamos um conjunto de formulações que abordam o tema do trabalho como fator de desenvolvimento e emancipação do gênero humano. Num segundo momento nossa atenção se volta para as formas pelas quais as elites políticas, proprietárias e intelectuais brasileiras se apropriaram e fizeram circular essas representações, visando produzir soluções para o problema da formação de um mercado de trabalho livre em consonância com as expectativas de civilização.

São longevas e coincidentes com a emergência do capitalismo as imagens que retratam os valores positivos do trabalho. Na *Utopia* republicana de Thomas More (1477/78-1535) o trabalho físico é significado como elemento da virtude. É o trabalho de todos os habitantes que transforma a ilha de lugar da ignorância em “nação mais civilizada do mundo”<sup>1</sup>. Princípio de sociabilidade entre os ilhéus, a

[...] agricultura é um trabalho do qual nenhuma pessoa está isenta, seja homem ou mulher. Faz parte da educação de todas as crianças, que adquirem noções gerais nas escolas e depois vão pô-las em prática em excursões pelos campos vizinhos; ali, não apenas observam o trabalho dos camponeses, mas também já participam do plantio e da colheita como uma forma de exercício físico.<sup>2</sup>

Na ilha, o ócio é proibido assim como a atividade desnecessária à satisfação moderada dos prazeres. Portanto, os utopianos dedicam seis horas do seu dia ao trabalho e no seu tempo livre se dedicam ao lazer e educação, pois o tempo de trabalho é “mais que suficiente para produzir uma grande abundância de tudo o que se faz necessário para uma vida confortável”<sup>3</sup>. Trabalho útil e cultivo do espírito, essas seriam as fórmulas da vida feliz em Utopia.

Tempos mais tarde, o pensamento propriamente liberal iluminou a época moderna apontando ao futuro os caminhos da laicização, da perfeição e felicidade humanas. Suas formulações acerca do trabalho, propriedade, liberdade e progresso social se constituíram, no curso dos séculos XVIII e XIX, matrizes culturais e políticas no processo de reflexão e ordenamento das sociedades ocidentais. No final do século XVII, John Locke (1632-1704) procurou demonstrar a relação existente entre o estado de natureza, a razão e o trabalho como meios legítimos de aquisição da propriedade. Para ele o trabalho humano era o meio pelo qual a natureza adquiria valor. Assim,

Deus, que deu o mundo aos homens em comum deu-lhes também a razão, a fim de que dela fizessem uso para maior benefício e conveniência da vida. A Terra, e tudo quanto nela há, é dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência. E embora todos os frutos que ela naturalmente produz e os animais que alimenta pertençam à humanidade em comum, produzidos que são pela mão espontânea da natureza, e ninguém tenha originalmente um domínio particular sobre eles à exclusão de todo o resto da humanidade, por assim estarem todos em seu estado natural, é, contudo necessário, por terem sido essas coisas dadas para uso dos homens, haver um meio de apropriar parte delas de um modo ou de outro para que possam ser de alguma utilidade ou benefício para qualquer homem particular.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 73

<sup>2</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>4</sup> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 406-407.

É a ação humana de retirar da natureza o seu sustento, portanto, o trabalho, que gera a propriedade e o direito exclusivo de possuí-la e de usufruí-la. Segundo aquele pensador,

O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-se a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua propriedade. Sendo por ele retirada do estado comum em que a natureza deixou, a ela agregou, com esse trabalho, algo que a exclui do direito comum dos demais homens.

[...] O trabalho que tive em retirar essas coisas do estado comum em que estavam fixou a minha propriedade sobre elas.

[...] Deus deu o mundo aos homens para o uso dos diligentes e racionais (e o trabalho haveria de ser o seu título de propriedade), e não para a fantasia e a cobiça dos rixentos e litigiosos.<sup>5</sup>

A ordem social liberal baseia-se no trabalho, na liberdade e no direito de propriedade reconhecidos através do pacto social constitutivo da sociedade civil.

Aproximadamente um século mais tarde, J. J. Rousseau distinguindo entre liberdade natural e a liberdade civil demonstra ser o contrato social o sustentáculo racional da propriedade garantido pela vontade geral, ao passo que a posse apenas se exerce pela força individual de quem a detém. Para o filósofo,

O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto deseja e pode alcançar; o que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para que não haja engano a respeito dessas compensações, importa distinguir entre a liberdade natural, que tem por limites apenas as forças do indivíduo, e a liberdade civil, que é limitada pela vontade geral, e ainda entre a posse, que não passa do efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, e a propriedade, que só pode fundar-se num título positivo.<sup>6</sup>

Nessa formulação, a necessidade do trabalho representa ao mesmo tempo a perda da igualdade natural e a cisão na relação entre o homem e a natureza – tornando-os mutuamente dependentes –, e o estabelecimento do respeito à propriedade como princípio mediador das relações sociais<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 406-407. p. 409, 410, 414.

<sup>6</sup> ROUSSEAU, Jean-Jaques. *O contrato social*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 26

<sup>7</sup> “[...] a partir do instante em que os homens precisaram da ajuda uns dos outros, assim que perceberam que era útil a um dispor de provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas foram transformadas em campos verdejantes que precisavam ser regados com o suor dos homens e nos quais a escravidão e a miséria logo germinaram e cresceram com as colheitas” (ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994. p. 173, 174). Ver também: MATOS, Olgária. *Rousseau: uma arqueologia da desigualdade*. São Paulo: Editores Associados, 1978. p. 32, 40 et seq.

Também a economia política, ciência emergente que desde o século XVIII “propõe-se a enriquecer tanto os indivíduos como o soberano”, revelou-nos que nas sociedades civilizadas a riqueza é determinada pela divisão do trabalho que dinamiza a produção e generaliza a prosperidade; ela permite a racionalização da atividade humana possibilitando o aumento da destreza, a melhor utilização do tempo, circunstâncias aderentes à introdução das máquinas no processo produtivo acrescido da cooperação, e instinto de troca, manifesto entre os homens. Assim Adam Smith refere-se aos benefícios da exploração do trabalho livre com vistas ao enriquecimento pessoal e das nações nos seguintes termos:

A experiência de todas as épocas e nações demonstra que o trabalho feito por escravos, embora só pareça custar a sua manutenção, acaba por ser o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode comprar propriedades, não tem outro interesse senão comer o mais que puder e trabalhar o menos possível. Qualquer trabalho que passe para além do que lhe é necessário para a sua subsistência, só lhe poderá ser arrancado pela violência e não por qualquer interesse próprio.<sup>8</sup>

Eximindo a expropriação capitalista, mediada pelo trabalho livre, de seu caráter violento e mostrando-se confiante na capacidade do mercado em regular as relações econômicas, Smith lembra-nos que a riqueza da nação se estabelece pela relação entre trabalhadores produtivos, trabalhadores improdutos (em que a atividade não gera valor e esgota-se em si mesma) e os ociosos. Portanto, subentende-se que, na medida em que se restringe o trabalho improdutivo dos criados e se condena o ócio, mais próspera e progressista será uma nação de iguais proprietários que se realizariam no mercado, instância determinante de suas relações sociais<sup>9</sup>.

Sob os auspícios do pensamento liberal, o capitalismo avançava prometendo a emancipação do gênero humano através do trabalho produtivo. Entretanto, o processo de acumulação que garantiria à burguesia ascendente uma posição hegemônica na sociedade expõe, desde muito cedo, suas contradições acerca dos valores positivos do trabalho, especialmente no que tange à exploração do trabalho escravo dos negros africanos<sup>10</sup> e a desqualificação do trabalho das mulheres<sup>11</sup>. Por outro lado, as tendências à reificação do

<sup>8</sup> SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 665 et seq.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 200, 585. Para uma análise da concepção de história elaborada pela ‘escola escocesa’ – da qual Smith fez parte – e sua projeção sobre as interpretações do capitalismo ver: FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. p. 96, 97.

<sup>10</sup> NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 96 et seq.

<sup>11</sup> WALLERTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 24.



modo de produção liberaram energias humanas criativas. Conforme assinalou Castoriadis, o confronto se estabeleceu pois o “capitalismo só pode funcionar com a contribuição constante da atividade *humana* de seus subjugados que, ao mesmo tempo, tenta reduzir e desumanizar o mais possível”<sup>12</sup>.

Aspectos centrais dessas contradições do sistema produtor de mercadorias foram magistralmente analisados por Karl Marx e Friedrich Engels, que a partir de meados do século XIX, sob os efeitos da revolução industrial, empreenderam um projeto radical de compreensão das transformações sociais em curso, procurando definir de maneira original a natureza do trabalho humano e as particularidades do processo de trabalho no modo de produção capitalista, que resultariam em desqualificação do trabalho e na alienação do trabalhador.

Marx sentencia: sob o capitalismo o homem, trabalhador, regride à condição de animal agindo exclusivamente para a satisfação de suas necessidades físicas. A mercantilização do trabalho resulta num produto que é externo ao trabalhador, no qual ele não se reconhece, mas que expõe sua fealdade, sofrimento, fragilidade, alienação. Em que consistiria a alienação do trabalho? Marx nos responde:

Primeiramente ser o trabalho *externo* ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 27.

<sup>13</sup> MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844. In: FROM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 93. “As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, visto que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e em alguns lugares para quatro operários; estes operários nada possuem e vivem do seu salário que na maior parte das vezes só permite a subsistência cotidiana. A sociedade, individualizada ao máximo, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover as suas necessidades e da família; contudo, não lhes fornece os meios de o fazerem de forma eficaz e duradoura. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente submetido às privações, quer dizer, a morrer de fome, e uma maioria sucumbe. Regra geral, as casas dos trabalhadores estão mal implantadas, mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; nelas, os habitantes estão confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num cômodo dorme pelo menos *uma* família inteira. A disposição interior da casa é miserável; chega-se num certo grau à ausência total dos móveis mais indispensáveis. As roupas dos trabalhadores também são, regra geral, mediocres e estão freqüentemente esfarrapadas. A comida é geralmente má, muitas vezes imprópria para o consumo, em muitos casos, pelo menos em certos períodos,

São fortes as imagens e os sentidos imprimidos por Marx acerca do capitalista – vampiro, ladrão, demônio –, e do trabalho transformado em mercadoria, objeto de degeneração física, mental e moral. Nessa crítica às formas de exploração do trabalho Marx acentuou os mecanismos pelos quais o trabalhador foi “socialmente compelido a vender todo o tempo ativo de sua vida” processo que se efetivou por meios coercitivos, violentos e com a intermediação do Estado<sup>14</sup>.

Em um tempo marcado pelas revoluções ocidentais inspiradas no pensamento liberal de matriz anticlerical, nas transformações sociais caracterizadas pelo avanço do modo de vida burguês, na consolidação das organizações proletárias, na laicização da sociedade percebida como ameaça aos valores morais da cristandade, a Igreja Católica Apostólica Romana empreenderá a defesa intransigente de seus princípios doutrinários buscando conter o fluxo da modernidade com o estabelecimento dos limites para os seus efeitos e de sua participação na organização e controle da vida social.

Em 1832, o papa Gregório XVI lançou um contra-ataque às pretensões liberais ao reafirmar a chamada “Cátedra de Pedro” e denunciar as iniquidades dos tempos modernos, uma vez que, nestes,

A maldade rejubila alegre, a ciência se levanta atrevida, a dissolução é infrene. Menospreza-se a santidade das coisas sagradas, e o culto divino, que tanta necessidade encerra, não é somente desprezado, mas também vilipendiado e escarnecido. Por esses meios é que se corrompe a santa doutrina e se disseminam, com audácia, erros de todo gênero. Nem as leis divinas, nem os direitos, nem as instituições, nem os mais santos ensinamentos estão ao abrigo dos mestres da impiedade.<sup>15</sup>

A essa reação corresponde, no final do século XIX, um deslocamento na representação cristã do trabalho. Em 1891, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*. Era a emergência formal da chamada Doutrina Social da Igreja, preocupada com o domínio moral e o destino sobrenatural do ser humano e com a promoção da justiça social<sup>16</sup>.

---

insuficiente e, no extremo, há pessoas que morrem de fome” (ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985. p. 87, 88).

<sup>14</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 201, 345. v. 1.; THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-305; KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 30-50; BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 11, p. 07-44, 1985-86.

<sup>15</sup> VATICANO. GREGÓRIO XVI. *Carta Encíclica Mirari-vos*. 1832. Disponível em: <<http://www.fsspx-brasil.com.br>>. Acesso em: out. 2007.

<sup>16</sup> SIRICO, Roberto A. *El desarrollo de la Enseñanza Social del Catolicismo*. Acton Institute, 1992. Disponível em: <<http://www.acton.org/es/publicac/desarrollo.html>>. Acesso em: abr. 2007.

Nela, o Vaticano, por um lado, posiciona-se de modo crítico quanto às conseqüências da industrialização, dentre elas a intensa exploração do trabalhador; e, por outro, denuncia o avanço da ‘solução socialista’, condenada por distanciar os homens de Deus e violar o direito de propriedade, ameaçando o ordenamento social. A posição que o trabalho e a propriedade privada ocupam nesse documento, a despeito das intenções pragmáticas da hierarquia eclesial, aproxima-a das formulações dos filósofos que naturalizaram as desigualdades sociais e basearam o pacto social no respeito à propriedade. Nesse sentido, Leão XIII professa que:

[...] a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem as suas forças e a sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender.  
[...] a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural... em virtude desta prerrogativa deve reconhecer-se ao homem não só a faculdade geral de usar das coisas exteriores, mas ainda o direito estável e perpétuo de as possuir, tanto as que se consomem pelo uso, como as que permanecem depois de nos terem servido.<sup>17</sup>

Ao contrário do que propõem os liberais, Leão XIII sustenta que a solução para a crise e os conflitos sociais que se avizinham está na Igreja, em sua doutrina e ação e não fora dela. Sob tal perspectiva, os operários devem se convencer que a dor (o trabalho) é fruto do pecado, que a “dor e o sofrimento são apanágios da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir; mas não conseguirão nunca, por mais recursos que empreguem e por maiores forças que para isso desenvolvam”. Devem se convencer, os cristãos, de que capital e trabalho, ricos e pobres, não são inimigos e aceitar “com paciência a sua condição”. Reitera-se desse modo a impossibilidade de todos os agentes elevarem-se a níveis sociais de acumulação e riqueza semelhantes. A salvação viria, na transcendência, através da caridade. Essa é a mensagem pela qual se procurou orientar a cristandade católica a partir do século XIX<sup>18</sup>.

A concepção cristã do trabalho que o perfilava no rol dos castigos infligidos aos homens como resposta à Queda<sup>19</sup>, emerge com o significado de elemento primordial da

<sup>17</sup> VATICANO. LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. Sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: jan. 2007.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup>“Porque deste ouvido à voz de tua mulher, e comeste da árvore, de que eu tinha ordenado que não comesses, a terra será maldita por tua causa; tirarás dela o sustento com os trabalhos penosos todos os dias da tua vida... Comerá o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra, de que foste tomado; porque tu és pó, e em pó te hás de tornar” (Gênesis 3: 17-19. In: A BÍBLIA sagrada: antigo testamento. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

salvação<sup>20</sup>. Nela atualizam-se postulados da doutrina cristã de que a salvação somente é possível através da prática da caridade, de que a desigualdade pertence à ordem natural das coisas e de que a dor e o sofrimento são decorrências inevitáveis do pecado original.

No imaginário social que se institui e, ao mesmo tempo, também é instituidor do domínio do sistema produtor de mercadorias, predominam as representações positivas do trabalho. Entretanto, essas não são suficientes para silenciar, ou mesmo obscurecer, a emergência de representações outras acerca do trabalho sob a lógica dos explorados. É notável que, “[...] também muito cedo, a classe oprimida responde negando maciçamente o imaginário social que a oprime, e opondo-lhe a realidade de uma igualdade essencial dos homens”<sup>21</sup>.

Nesse sentido, a preguiça, representada sob a ótica da cristandade e do capital como a mãe de todos os vícios, aparece na construção de Paul Lafargue como a “mãe das artes e das virtudes nobres”<sup>22</sup>. Escrito em 1880, este panfleto – revolucionário e bem sucedido editorialmente, nas palavras de Marilena Chauí<sup>23</sup> –, expõe e denuncia em suas primeiras linhas que na “sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica”<sup>24</sup>. Dessa perspectiva, Lafargue também reclama do proletariado por ele reivindicar o direito ao trabalho, sem conhecer, por um lado os seus efeitos sob a lógica capitalista, e por outro, a sua tarefa de agente de emancipação da humanidade. Para ele,

[...] o proletariado, a grande classe que abrange todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao se emancipar, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre – o proletariado, trairdo seus instintos, desconhecendo sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Duro e terrível foi seu castigo. Todas as misérias individuais e sociais nasceram de sua paixão pelo trabalho.<sup>25</sup>

Segundo aquele autor, para que os trabalhadores vissem satisfeitas suas necessidades físicas não deveriam trabalhar mais do que três horas diárias, dedicando-se no restante do dia à manifestação de sua subjetividade por meio do culto à preguiça, em visível contraposição ao ideário cristão e capitalista. O novo emergiria justamente dessa re-significação do antigo “vício”.

<sup>20</sup>“Trabalhai não pela comida que perece, mas pela que dura até a vida eterna, a qual o Filho do homem vos dará. Porque nele imprimiu Deus Pai o seu selo” (João 6: 27. In: A BÍBLIA sagrada: novo testamento. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

<sup>21</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 187.

<sup>22</sup> LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: UNESP/Hucitec, 2000. p. 112.

<sup>23</sup> CHAUI, Marilena. Introdução In: LAFARGUE, Ibidem, p. 9-58.

<sup>24</sup> LAFARGUE, op. cit., p. 64.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 67. “Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (p. 79).

O jogo de linguagem, a luta para estabelecer sentidos quanto às representações do trabalho se evidencia. Assim, para Max Weber, no capitalismo moderno, o trabalho é executado como vocação – sugestão, ou ordem divina –, e considerado como finalidade única que combina o afastamento do gozo da vida com a acumulação incessante de dinheiro por meios lícitos<sup>26</sup>. Já para Lafargue essa atitude diante do trabalho, poderíamos dizer, é imoral na medida em que gera dor, miséria e corrupção<sup>27</sup>.

Ao final do século XIX e início do século XX, o taylorismo – forma científica de gerenciamento do trabalho –, ilustrará de maneira definitiva e com perversas conseqüências o processo de trabalho na civilização capitalista. Essa técnica social de dominação produz o efeito de introjeção do sentido moral da negação do ócio e também, ao mesmo tempo, da existência da idéia de uma racionalidade inerente aos objetos e, portanto, fora do alcance dos homens. Margareth Rago e Eduardo Moreira, introduzindo a reflexão acerca das formas de exploração do trabalho no mundo capitalista e suas articulações políticas, afirmam que,

O taylorismo implica, portanto, uma representação apologética do trabalho como atividade fundamental do homem. Sua lógica é a de ocupar o trabalhador, preencher todos os seus momentos de tal modo que a alienação se consuma radicalmente. O homem-robô é a representação interna do homem que este sistema carrega: forte, ativo, produtivo, massa bruta destituída de consciência, de capacidade crítica e de criatividade.<sup>28</sup>

A apologia do trabalho propagada nesses termos, baseada numa razão instrumental será apropriada pelos setores da produção industrial, em países com diferentes regimes políticos e em diferentes estágios de desenvolvimento sócio-econômico, destacando-se um pragmatismo que despolitiza a técnica e que “é o correlato do industrialismo moderno, para quem a fábrica é o protótipo da existência humana, e que modela todos os ramos da cultura segundo a produção na linha de montagem ou segundo o escritório executivo racionalizado”. Como efeito dessa razão instrumental todo pensamento “deve apresentar um registro de utilidade”<sup>29</sup> direcionado para o crescimento da produtividade.

<sup>26</sup> WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

<sup>27</sup> LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: UNESP/Hucitec, 2000. p. 73.

<sup>28</sup> RAGO, Margareth; MOREIRA, Eduardo. *O que é taylorismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>29</sup> HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. p. 60. “Particularmente, transformar o trabalhador em soldado do trabalho atendia aos objetivos de ampliação progressiva da produtividade. Na Alemanha nazista, informa Rabinbach, o estudo dos movimentos do corpo humano permitiu que seu resultado fosse transportado para a linha de montagem da fábrica, com a finalidade de disciplinar seus gestos e ampliar a produtividade do trabalho. Por sinal, a análise dos corpos em movimento através da câmera cinematográfica é que permitira aos Gilbreth, ex-discípulos de Taylor, apontar com o mestre ‘a melhor maneira de se executar o trabalho’. Especialmente, visava-se cientificizar o processo de trabalho, disciplinar o trabalhador e encerrá-lo numa nova condição, na qual não contasse a possibilidade de politizar a sua própria realidade” (LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 83, 84).

Walter Benjamin, em sua crítica à social-democracia alemã, assinalou a proximidade entre as concepções tecnocráticas do trabalho e o fascismo. Para o pensador alemão nada fora

[...] mais corruptor para a classe operária alemã que a opinião de que ela nadava com a corrente. O desenvolvimento técnico era visto como o declive da corrente, na qual ela supunha estar nadando. Daí só havia um passo para crer que o trabalho industrial, que aparecia sob os traços do progresso técnico, representava uma conquista política. A antiga moral protestante do trabalho festejava uma ressurreição na classe trabalhadora alemã [...]. Esse conceito de trabalho, típico do marxismo vulgar, não examina a questão de como seus produtos podem beneficiar trabalhadores que deles não dispõem.<sup>30</sup>

A força das considerações de Benjamin está expressa, entre outras coisas, na denúncia das tentativas de se denegar a luta de classes, através de uma suposta generalização dos resultados do progresso técnico. Elas explicitam, por um lado, que o ideal de cooperação entre capital e trabalho expresso pelo taylorismo não se realizaria, por outro, que os trabalhadores incorporavam os ‘benefícios’ do desenvolvimento tecnológico representando-os como inevitáveis, portanto, naturais. Essas representações e as imagens e técnicas que mobilizam no processo de naturalização do trabalho, de produção do homem-robô, seqüestram sua historicidade principalmente porque obscurecem sua especificidade ao negar sua humanidade, consciência, capacidade crítica e criatividade do trabalhador, investindo justamente na negação ao ócio, sob o domínio capitalista.

Entre as muitas formulações questionadoras da apologia do trabalho, nos referenciamos numa reflexão produzida em 1935 por Bertrand Russel, pensador ocidental, ganhador do prêmio Nobel de 1950. Russel escreveu uma série de artigos que foram mais tarde reunidos sob o título *O elogio ao ócio*. Em meio à defesa do conhecimento ‘inútil’ que segundo ele nos permitiria uma atitude contemplativa diante da vida como alternativa aos exageros da ação, Russel propõe que a jornada de trabalho seja reduzida a quatro horas diárias, pois “muitos malefícios estão sendo causados no mundo moderno pela crença na virtude do trabalho”<sup>31</sup>. Para ele essa “moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravidão”<sup>32</sup>.

A partir dessas representações notamos que não há uma adesão unânime em torno da positividade do trabalho. A circulação dessas representações produz imagens e sentidos conferidos ao trabalho, tais como progresso moral e material, mas também, como degeneração

<sup>30</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 227, 228.

<sup>31</sup> RUSSEL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 25

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 27

do homem enquanto ser criativo. Com efeito, é no interior e em referência aos discursos, e às representações neles e por eles veiculadas, sobre o trabalhador e o mundo do trabalho, que os trabalhadores, de ambos os sexos, constroem suas práticas sociais, assumindo, transformando ou rejeitando as representações que lhes são propostas, e também criando suas próprias. Como bem assinala Guacira Louro,

[...] é importante destacar que os sujeitos concretos não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade. Homens e mulheres constroem de formas próprias e diversas suas identidades – muitas vezes em discordância às proposições sociais de seus tempos.<sup>33</sup>

## 1.2 Modernização à brasileira

O processo de modernização da sociedade brasileira, iniciado ainda no século XIX, encontra-se marcado pelo ideário liberal, articulado à filosofia positivista, sobretudo no que diz respeito às idéias de progresso e civilização e alguns de seus suportes, como trabalho, propriedade e liberdade, incorporando, inclusive, os dilemas da razão em relação à exploração do trabalho escravo<sup>34</sup>. As elites brasileiras encontraram soluções conservadoras dentro do arcabouço ideológico conveniente ao momento de estruturação do Estado Imperial. Seu projeto político de construir uma nação civilizada nos trópicos, com o controle da ordem social escravista, implicou a escolha em “manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social”, instalando o processo de “interiorização da metrópole” através do fortalecimento e centralização do poder monárquico<sup>35</sup>. Nessa escolha, as elites traduziam uma “visão de mundo secularizada, em que cabia aos homens transformar a realidade para dar-lhes as proporções e a forma adequada às necessidades sociais, seguindo uma idéia de progresso, a partir de uma esfera crescentemente pública de poder”<sup>36</sup>. Como assinala a historiadora Maria Odila:

<sup>33</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 478.

<sup>34</sup> “O repúdio ao pecado original não necessariamente levou a um ponto de vista otimista da natureza humana ou a um abandono da antiga distinção entre a lei natural absoluta, sob a qual todos os homens eram livres e iguais, e a lei natural relativa, que justificava a escravidão e outras formas de subordinação” (DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 436).

<sup>35</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: \_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 7-38.

<sup>36</sup> IAMASHITA, Léa Maria Carrer. “Ordem” no mundo da “desordem”: o projeto modernizador e o cotidiano popular. Rio de Janeiro, 1822-1840. 2005. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005. p. 12 et seq.

O projeto modernizador de ‘fundação’ do Brasil tinha em foco a esfera pública dentro de uma perspectiva exclusiva. Por conseguinte, entre nós, os ideais liberais não surgiram como um programa modernizador do conjunto das forças sociais: foram veiculados por uma minoria ilustrada e culta, que constituía uma porcentagem ínfima da população do país. Essa minoria de letrados, inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do século XVIII, reservava para si a missão paternalista de modernizar e reformar o arcabouço político e administrativo do país, sem comprometer a continuidade social e econômica da sociedade colonial.<sup>37</sup>

A continuidade da posição subordinada do colonizado em relação à metrópole expressava-se na manutenção da estrutura central de organização da sociedade brasileira ao longo do século XIX: a exploração do trabalho escravo. No entanto, a visível contradição entre o projeto modernizador e a manutenção do trabalho escravo foi engenhosamente obscurecida com a “re-semantização” daquele instituto no corpo da lei. Assim como assinala Alencastro, o escravismo

[...] não se apresentava como uma herança colonial, com um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.<sup>38</sup>

A reafirmação, pela via do dispositivo legal, do direito de propriedade de um homem sobre outro assegurava a permanência do trabalho escravo e da cultura do trabalho engendrada no interior dessa sociedade, onde o preconceito com relação ao trabalho braçal, manual, atingia todas as classes indistintamente. Assim, tal como a sociedade colonial, também a sociedade monárquica encontrava-se vincada pelas marcas do escravismo. Tais marcas em nossa formação social foram descritas por atentos observadores que, não obstante, em alguns deles, os traços de uma visão etnocêntrica nos ajudaram a compreender o processo de construção da imagem de aversão dos brasileiros ao trabalho manual e suas expectativas de ociosidade como traço social distintivo<sup>39</sup>.

<sup>37</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Ideologia liberal e construção do Estado. In: \_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 128; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

<sup>38</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: \_\_\_\_\_. NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 17. v. 2; HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial. Sua desagregação. In: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico; o processo de emancipação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 9-39. t. 2, v. 1.

<sup>39</sup> “Essa atitude, como se viu, correlacionava-se estreitamente ao uso do trabalho escravo, de tal modo que as ‘artes mecânicas’, isto é, os ofícios manuais, se transformaram na Colônia em *coisa de negro*, atividade humilhante. A ostentação do ócio como sinal de bem-estar financeiro, entretanto, não bastava. O tempo livre do trabalho devia ser aplicado em demonstração de prestígio: ser reconhecido ou conversar com alguém importante



O jesuíta Antonil, no início do século XVIII, deixou suas impressões sobre o papel primordial desempenhado pelos escravos no desenvolvimento da empresa colonial, em construção que se tornou uma espécie de matriz de tal imagem, quando assinalou que os “escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho”<sup>40</sup>.

As especificidades da acumulação capitalista, apesar e por conta de se basear na exploração do trabalho escravo, estruturam formações sociais em que o trabalho é uma atividade carregada de atributos negativos. Significativamente, a identificação entre trabalho e escravidão presidia o ordenamento social respondendo pela existência de um contingente de desclassificados sociais, “indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”<sup>41</sup>, que não querem e não podem ser absorvidos pelo sistema na condição de trabalhadores estáveis, fragilizando a fronteira entre a ordem e a desordem sociais.

A esses desclassificados, considerados vadios, Antonil recomendava ao senhor de engenho que “tenha enxadas e fources, e se quiserem deter no engenho, mande-lhes dizer pelo feitor que, trabalhando, lhes pagarão seu jornal. E, desta sorte, ou seguirão seu caminho, ou de vadios se farão jornaleiros”<sup>42</sup>.

Em uma sociedade escravista o trabalho é fator de desclassificação social e de negação da liberdade. Conforme assinalou a historiadora Laura de Melo e Sousa, por um lado,

[...] o forro, miserável no mais das vezes, é facilmente passível de ser reescravizado por indivíduos que, nesse sistema, não chegam a ser excessivamente inescrupulosos. Por outro, uma vez livre, o peso desclassificador da estrutura econômica e das superestruturas de poder o empurram para as fimbrias da sociedade, onde passa a vegetar na impossibilidade de colocar sua força de trabalho no mercado. O sistema que o engendrou o deixa, simultaneamente, sem razão de ser.<sup>43</sup>

Paradoxalmente a liberdade por si só não qualifica quem a detém e o trabalho envergonha quem o executa nessa sociedade configurada a partir de representações negativas

na rua, ou, melhor ainda, ser recebido na casa de personagem influente ou (suprema glória) recebê-lo em sua própria casa” (ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*; transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Unb, 1997. p. 95, 113; HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 28, 29, 51).

<sup>40</sup> ANDREONI, João Antonio (ANTÔNIL, André João). *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário Alice P. Canabrava. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 159.

<sup>41</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 281.

<sup>42</sup> ANDREONI, op. cit., p. 168.

<sup>43</sup> MELO E SOUSA, Laura. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 152. DIAS, Maria Odila da Silva. Impasses do Inorgânico. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense; UNESP, 1989. p. 477-518.

do trabalho. Essa peculiaridade de nossa formação social foi observada no início do século XIX pelo viajante Auguste de Saint-Hilaire, que descreveu assim o impasse. Aos seus olhos,

A primeira coisa que seduz um operário, em Tejuco, quando ele consegue economizar algum dinheiro, é arranjar um escravo; e tal é o sentido de vergonha dado a certos trabalhos que, para pintar a pobreza de um homem livre, diz-se que ele não dispõe de ninguém para ir buscar-lhe um balde d'água ou um feixe de lenha.<sup>44</sup>

Na medida em que o século XIX avança apresenta-se uma situação complexa. As elites são informadas da, e na, negatividade do trabalho escravo e do obstáculo que a continuidade de sua exploração representa para os anseios de civilização. Entretanto, ao mesmo tempo a exploração do trabalho escravo é percebida como imprescindível para a manutenção das bases econômicas e políticas dessa sociedade. Faz-se necessário buscar uma solução para a questão da escravidão sem prejudicar os proprietários de escravos. Um dos caminhos adotados foi o de atualizar a significação do trabalho, investindo-o de positividade e evidenciando pouco a pouco os males provocados pela escravidão às tentativas de conformação de uma sociedade disciplinada, laboriosa, civilizada e nacional<sup>45</sup>.

Essas posições expressam os conflitos que presidiram a formação do Estado nacional e a manutenção do escravismo. O historiador Ilmar Mattos assinala que o engendramento do “sentimento aristocrático”, que nesse momento organizava as representações sociais e o jogo de diferenças e semelhanças no conjunto da sociedade, e as noções de liberdade e propriedade apresentam-se como atributos fundamentais, uma vez que permitiam, ao mesmo tempo, diferenciar e hierarquizar os indivíduos e os grupos. Segundo Mattos

As idéias (liberais burguesas em sua versão utilitarista) permitiam sublinhar com maior ênfase os monopólios que fundavam e distinguiam a classe senhorial: os monopólios da mão-de-obra e da terra; dos negócios e da política; e também dos homens por meio da administração civil e militar, leiga e eclesiástica.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1941. p. 48.

<sup>45</sup> A produção historiográfica brasileira que emerge dos salões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enfrentando as questões relativas à abolição do tráfico de escravos, desempenha importante papel na construção das imagens dos negros como obstáculos à civilização e dos índios como germen da classe trabalhadora brasileira (RODRIGUES, Jaime. Índios e africanos: do ‘pouco ou nenhum fruto’ do trabalho à criação de ‘uma classe trabalhadora’. *História Social*. Campinas, n. 2. 1995, p. 9-24. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.)

<sup>46</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 115 et seq.

Assim, o desafio de organização do Estado sob os parâmetros modernos, sem mudar, porém, as arcaicas estruturas sociais, aproximou as frações partidárias da política imperial, Luzias e Saquaremas – agremiações liberais e conservadoras, respectivamente –, na medida em que os diferenciavam do povo. Liberdade e propriedade definiriam, desse modo, a posição social dos indivíduos e sua participação na vida política do país. Daí a necessidade da distinção entre a cidadania ativa e a não ativa, caracterizada a partir da propriedade de outro ou apenas de si mesmo. Nesse ‘sentimento aristocrático’ liberdade e propriedade são parâmetros que estabelecem a distinção entre os três mundos: o do governo, o do trabalho e o da desordem<sup>47</sup>.

O país chega à segunda metade do século XIX sob uma monarquia constitucional relativamente estável, com unidade territorial, economia fortalecida pelo crescimento do mercado internacional do café e em menor escala o açúcar, instalação das ferrovias e reforma da malha portuária, fluxo dos capitais ingleses incrementando a produção, aquecimento da vida urbana, entre outros aspectos que sinalizam a superação das estruturas tradicionais, como afirma Richard Graham<sup>48</sup>. Entretanto, a proibição do tráfico internacional de escravos anuncia a extinção da exploração do trabalho escravo, o que obriga as elites política e proprietária a agirem no sentido de controlar o processo de substituição da mão-de-obra cativa pela livre. Tal propósito resulta, principalmente, mas não exclusivamente, na construção de um arcabouço jurídico-político capaz de sustentar a substituição das formas de exploração do trabalho, combinando-a com medidas graduais de abolição da escravidão.

Assim, a Lei de Terras de 1850, na perspectiva dos parlamentares que a defendiam, “criaria condições [modernas] para que o fazendeiro obtivesse trabalho livre para substituir os escravos”<sup>49</sup>. Outra fórmula legal visando à formação do mercado de trabalho livre pode-se observar na Lei de Locação de Serviços de 1879 que, combinada à Lei do Ventre Livre de 1871, regulamentava todas as relações de trabalho no Brasil urbano e rural, possibilitando o controle sobre as atividades de escravos, libertos e livres<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> IAMASHITA, Léa Maria Carrer. “Ordem” no mundo da “desordem”: o projeto modernizador e o cotidiano popular. Rio de Janeiro, 1822-1840. 2005. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

<sup>48</sup> GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.

<sup>49</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 179; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 59-75.

<sup>50</sup> GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 90; ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

Nesse ambiente, a situação da província de Minas Gerais parece revestir-se de algumas particularidades, pois ali estava concentrado, na segunda metade do século XIX, o maior número de escravos. Em 1872, numa população de 2.039.735 habitantes, os escravos perfaziam um total de 370.459<sup>51</sup>. O último quarto do século XIX assiste a um aumento significativo no Brasil dos percentuais da população livre, chegando ao percentual de 84,7%. Entretanto, podemos perceber também que 60% da população cativa das três províncias líderes na produção cafeeira (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) encontravam-se em municípios não cafeeiros, sinalizando para a importância do abastecimento do mercado interno na estruturação econômica do país e para a resistência ao término do trabalho escravo<sup>52</sup>.

Nesse período a região do Triângulo Mineiro tinha uma população total de 54.271 habitantes, na qual figuravam 10.548 escravos. Estes representavam uma participação de 17,05% na composição da força de trabalho da região. Já na região do Alto Paranaíba, embora registrasse números um pouco diferentes – 15.901 cativos numa população total de 80.253 –, os percentuais de escravos na composição da força de trabalho se aproximavam aos do Triângulo Mineiro: 17,67%<sup>53</sup>.

É com esse quadro populacional em vista, bem como com a emergência do movimento republicano e o recrudescer da campanha abolicionista, que as elites proprietárias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo se reúnem na Corte, em 1878, para discutir os problemas da grande lavoura, o principal deles, o da mão-de-obra.

Anos antes, em 1870, os republicanos, através de um manifesto escrito por Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho publicado no Rio de Janeiro denunciavam a situação de corrupção, os privilégios e os desequilíbrios sociais e regionais submetidos ao poder moderador. Este era identificado no manifesto como um “princípio corruptor e hostil à liberdade e ao progresso de nossa pátria” ameaçada de não aproveitar o

---

<sup>51</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 367.

<sup>52</sup> FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a República dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (Coord.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 132; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*; o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>53</sup> LIBBY, op. cit., p. 47, 54, 58, 367, 368. Os percentuais de escravos no conjunto da população das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo o *Recenseamento* de 1872, são: 16,27% e 16,24%, respectivamente. Para a província esse percentual se eleva a 18,16%. Na divisão por sexo e condição no Triângulo Mineiro, em 1872, homens e mulheres livres 28.164 (51%) e 26.107 (49%), respectivamente; homens e mulheres cativos: 5.792 (54%) e 4.756 (46%), respectivamente. No Alto Paranaíba entre os livres 40.874 (52%) são homens e 39.379 (48%) mulheres; entre os cativos 8.703 (54%) são homens e 7.198 (46%) mulheres.

momento de crise para regenerar-se<sup>54</sup>. Contudo, a despeito de anunciar o projeto de uma ampla reforma nas estruturas da sociedade, baseado na ideologia liberal democrática, como avalia Reynaldo Pessoa<sup>55</sup>, o problema da reorganização do trabalho, e a conseqüente abolição da escravidão não encontrava-se explicitado, mas apenas pressentido nas páginas do *manifesto*. Afinal, a referência direta ao regime de trabalho a ser introduzido após a abolição não era politicamente interessante, pois poderia dificultar a construção de uma unidade em torno das questões relativas à grande lavoura. Assim, o manifesto restringe-se a criticar as mazelas e as

[...] tradições do velho regime, aliadas aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas moraes do progresso e da liberdade invasões perigosas, para quem cada victoria dos principios democraticos se affigura uma usurpação criminosa, hão por tal forma trabalhado o espirito nacional, confundindo todas as noções do direito moderno, anarchisado todos os principios tutelares da ordem social, transtornado todas as consciencias, corrompido todos os instrumentos de governo, sophismado todas as garantias da liberdade civil e política, que no momento actual tem de ser forçosamente – ou a aurora da regeneração nacional ou o occaso fatal das liberdades publicas.<sup>56</sup>

Essa intencional falta de objetividade e clareza no que tange a questão do trabalho está também presente no projeto de reforma social do Partido Republicano Paulista. Nele o Estado aparece como o promotor do crescimento econômico com vistas ao progresso e, ao mesmo tempo, como mediador da luta de classes, ao aplicar de maneira impessoal, racional e moderna os estatutos legais em benefício de todos. Desse modo eficiente e impessoal seria possível colocar a nação nos trilhos do progresso e da civilização, através do trabalho e da ordem social. A questão da escravidão, é claro, não foi abordada, por não representar uma preocupação objetiva no discurso dos republicanos, que transferiam as responsabilidades pelo seu transcurso aos partidos monárquicos<sup>57</sup>.

Embora não houvesse referência direta é visível, o redirecionamento de sentido conferido à representação do trabalho, investida de um viés classificatório positivo, enaltecendo, no que concerne à sua dimensão abstrata associada às idéias de nação e progresso. A historiadora Iraci Galvão Salles ressalta que no projeto político dos republicanos paulistas a noção de trabalho foi reelaborada com ênfase nos traços positivos, expressando, porém, um duplo significado:

<sup>54</sup> O MANIFESTO Republicano de 1870. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973. p. 41.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 39

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 42

<sup>57</sup> SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 48.

Primeiro, o trabalho por ser fundamental para o progresso da Nação é digno e fecundo, porque é o ato que constrói a riqueza. Segundo, ao considerar que os “operários”, por viverem de salários, contribuem, apenas, indiretamente para as despesas do Estado, uma vez que a sua contribuição está restrita ao “consumo” os republicanos negam ao trabalhador direto um papel de relevância na vida social e política da Nação.<sup>58</sup>

Como o exercício da hegemonia de classe processava-se pela reiteração das distinções políticas e hierarquias sociais configuradoras dos mundos do governo, do trabalho e da desordem, era preciso revestir-se da aparência de uma proposição de alcance geral, daí postular que a nação se beneficiaria da ordem e do progresso, advindos do mundo do trabalho, o que lhes possibilitaria ingressar no grupo dos povos modernos e civilizados. Sua política imigrantista, contudo, expõe a face excludente desse mesmo projeto, em que a regeneração pelo trabalho é articulada à presença dos trabalhadores brancos e europeus; em que os escravos e libertos são representados como preguiçosos, indolentes, incapazes de suprir as necessidades da lavoura, na condição de trabalhadores morigerados, regulares, disciplinados prontos para incorporar as novas tecnologias da produção.

Ressalte-se que o argumento de um período de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, como exigência para trilhar, ordeiramente, os caminhos do progresso e civilização desenvolvidos pelos defensores da imigração, encontrava-se presidida por uma perspectiva racial de solução do problema do trabalho. Sustentadas pelas teorias raciais em voga no século XIX, as propostas imigrantistas produziam a inferioridade dos negros ao representá-los como culpados pelos males do país. Estava em jogo o projeto de produção de uma identidade nacional embranquecida<sup>59</sup>.

Significativamente, algumas das representações do mundo do trabalho, presentes nessas propostas imigrantistas evidenciam-se nos debates em curso no *Congresso Agrícola*, em 1878, realizado no Rio de Janeiro. Na defesa das propostas, parte dos segmentos da classe proprietária que integrava o congresso exigia que fossem estabelecidas leis que regularizassem o trabalho, que os ingênuos fossem educados para integrarem o mundo do trabalho, que o Estado subsidiasse capitais aos lavradores a juros módicos, que fossem reduzidos os impostos e também os gastos públicos. As divergências entre esses grupos manifestam-se em relação à questão da imigração. Havia aqueles que defendiam a introdução

---

<sup>58</sup> SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 129 (destaques da autora).

<sup>59</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 139 et seq.; SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção de ser negro*. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

dos europeus e outros que consideraram conveniente a importação de trabalhadores asiáticos, os chamados *coolies*. Em meio aos debates, participantes exaltados protestaram ante a possibilidade de utilização dos homens livres, representados por africanos e brasileiros, considerados pelos imigrantistas como “raças não viris e pouco inclinadas ao trabalho”<sup>60</sup>.

Nas atas do congresso emergem também as propostas que defendiam a utilização gradual da mão-de-obra dos homens pobres egressos da experiência da escravidão. Entretanto, eles ressaltavam que a “sociedade não comporta transformações senão sucessivas e parciais [...] a natureza trabalha lentamente e sem estrondo...”<sup>61</sup>. A partir dessa perspectiva eles assinalavam que as necessidades da lavoura eram braços, crédito, viação e instrução e garantiam que o escravo desapareceria pela manumissão ou morte, e os ingênuos não se mostravam em condições de atender à lavoura. Portanto, tornava-se necessária a importação de braços livres; era preciso também interligar as áreas produtoras através da ferrovia; promover a instrução escolar voltada para o trabalho; estabelecer uma lei de locação de serviços que regulasse os contratos de trabalho; criando um sistema de incentivos que impulsionasse o braço nacional a procurar emprego; reprimir através de recursos legais os furtos e a vadiagem<sup>62</sup>. Não se vedava a possibilidade de utilização do braço nacional desde que ele fosse convenientemente disciplinado e controlado para atuar no mundo do trabalho organizado sob a lógica da produtividade capitalista.

Antonio Borges Rodrigues e Antonio Lourenço Torres, representantes das classes proprietárias no congresso, sugeriam que se providenciasse uma repressão aos focos de ociosidade e desordem, extinguindo as vendas e pequenas casas de negócios

[...] cujo fim exclusivo é comerciar com os escravos durante a noite, os quaes são incitados pelos vendilhões a furtar de seus senhores, que são obrigados assim a infligir-lhes castigos... Além disso, nessas vendas se reúnem frequentemente os agregados e caboclos da vizinhança e alli fazem desordens que quasi sempre acabam em ferimentos, assassinatos e outros crimes, sendo o menor resultado a ociosidade a que se entregam os que taes casas frequentam em detrimento da lavoura.<sup>63</sup>

Esses dois representantes também apontavam a necessidade do estabelecimento de eleições diretas como artifício para disponibilizar braços para a lavoura, evitando que as

<sup>60</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 146.

<sup>61</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA. Da comissão nomeada pelos lavradores do Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espírito Santo. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 78.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 78, 79.

<sup>63</sup> *Idem*. Dos Srs. Antonio B. Rodrigues e Antonio L. Torres. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 32.

fazendas se tornassem ‘viveiros de votantes’, com agregados que potencialmente comprometessem o trabalho e a disciplina<sup>64</sup>.

Os homens pobres livres são representados pelas classes proprietárias como resistentes ao trabalho regular o que justificaria, por um lado, a opção imigrantista e, por outro, a ação demiúrgica do Estado reprimindo a ociosidade, a vadiagem, originárias dos crimes contra a propriedade privada. Nesse sentido, as ações cotidianas que escapassem à lógica produtiva e envolvessem homens e mulheres pobres e livres deveriam ser enfrentadas como a “negação do trabalho disciplinado e do conceito capitalista de propriedade privada”<sup>65</sup>.

Com efeito, em 1879, um jornal do Serro veiculava essa concepção ao afirmar que “o trabalhador livre, seja ou não ex-escravo, é em geral de muito pouca ou nenhuma sujeição, exigindo elevado salário e ótimo tratamento em completo antagonismo com o que antes se dava”<sup>66</sup>. Explicitam-se, assim, expectativas e perspectivas diametralmente opostas em relação ao mundo do trabalho livre. De um lado, os proprietários desejosos de uma pequena alteração nas relações de trabalho de modo a aumentar ou assegurar suas taxas de lucratividade. De outro, os trabalhadores exercitando de maneira peculiar a sua condição de homens livres, movimentando-se, buscando empregar-se a quem lhes oferecesse as melhores condições de trabalho, melhores salários e a manutenção do relativo controle sobre o tempo das tarefas e lazer a seu dispor e de seus familiares.

Estudos históricos sobre a questão da mão-de-obra que abordam o instante de passagem da escravidão ao trabalho livre procuraram demonstrar que, numericamente, não faltavam braços para a lavoura brasileira e também que a abolição da escravidão não foi suficiente para desorganizar a produção agro-pecuária como previam, no final do século XIX, os mais renhidos defensores da escravidão no Brasil<sup>67</sup>. Entretanto, a própria resistência dos trabalhadores livres e libertos diante da força impositiva do capital responde pela reafirmação das imagens negativas acerca dos homens pobres. São resistências engendradas como defesas de um modo de vida informal e inventivo, onde prevaleciam amplas redes de solidariedade, dinamizadas pela mobilidade espacial, possibilitando aos trabalhadores escapar momentaneamente das árduas tarefas desempenhadas nos empreendimentos agrícolas e

---

<sup>64</sup> CONGRESSO AGRICOLA. Dos Srs. Antonio B. Rodrigues e Antonio L. Torres. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 32.

<sup>65</sup> BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 22.

<sup>66</sup> O SERRO. 28 jun. 1879 apud LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Transformação do trabalho*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 84.

<sup>67</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem; a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; LANNA, op. cit.; REIS, Liana Maria. Poder, vadiagem e marginalização social em Minas Gerais (1850-1888). *Revista de Ciências Históricas*, Portugal, Universidade Portucalense, n. XI, p. 221-233, 1996.



também da violência dos senhores/patrões, bem como a redução dos limites de negociação. Essas atitudes alimentavam as representações negativas sobre os homens e mulheres pobres e livres que o discurso das elites políticas e proprietárias faziam circular. Nessa perspectiva, os homens e mulheres pobres tornam-se agentes de sua própria dominação a partir da afirmação de uma posição que articula resistência e acomodação frente às transformações sociais modernizantes, especialmente o processo de instituição do ‘trabalhador nacional’, no qual eles participam como sujeitos e assujeitados a despeito dos projetos de exclusão que os delineiam<sup>68</sup>.

Percebe-se, então, um consenso dentro das elites proprietárias em torno da necessidade de disciplinar, moralizar os homens pobres, inserindo-os na lógica capitalista do trabalho, convencendo-os dos benefícios materiais e morais que advém do ato de entregarem-se ao trabalho regular e tornando-se cidadãos úteis: as novas imagens componentes do trabalhador nacional.

Entretanto, o ministro da agricultura, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, convergindo para as posições imigrantistas, considerava temerário que se entregasse toda a sorte da grande lavoura “somente a um elemento incerto, como é o trabalhador nacional que, sem o estímulo das necessidades da civilização, com dificuldade se entrega a serviço continuado”<sup>69</sup>. Outro participante do *Congresso* assinalava que era necessário obrigar a ‘classe do povo baixo’ ao trabalho e descrevia algumas medidas que poderiam contribuir para superar os problemas de ordem econômica e social. Para ele,

A decadência deste principal ramo de riqueza do nosso paiz [a grande lavoura] creio que tem partido em primeiro lugar da falta de amor ao trabalho que se nota e sempre se tem presenciado infelizmente, sobretudo na classe do povo baixo, mais ainda do que a falta de braços, pois existem espalhados em todo o Império muitos milhares de homens vagabundos e vadios, que se estivessem bem disciplinados não se faria tanto sentir a falta dos escravos, que se devem considerar como um cancro roedor que arruina tanto a riqueza particular como a pública. [...] Existe também um outro motivo de não menos gravidade, o qual consiste na falta de correção e policia que moralise e sujeite ao trabalho a classe jornaleira, attento o abominavel costume, em que desde longa data estão postos, de passarem o tempo na ociosidade, e uma grande partes delles há que andam de casa em

<sup>68</sup> KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*; a origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002; MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras; homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU/Unicamp, 1998; THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*; estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>69</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA. Discursos proferidos no Congresso Agrícola. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 129.

casa, passando uma vida não simplesmente esteril, isto é, só para comer, mas prejudicial a sociedade; perpetrando atentados de diversos modos e interrompendo a ordem publica. Apenas uma diminuta parte delles se applica a algum serviço, trabalha um ou dois dias por semana, quando muito. [...] O único meio de que, me parece, se devem lançar mão para livral-a deste contagio, é crearem-se instituições que bem moralisem o povo, sujeitando todos ao trabalho. [...] Há, pois, muitos milhares de braços inuteis de trabalhadores, que bem poderão tornar-se úteis, se bem forem disciplinados.<sup>70</sup>

Proclama-se, nesse momento, e no espaço do referido congresso, a urgente necessidade de disciplinar e moralizar os homens livres e libertos, assujeitando-os aos interesses e necessidades do conjunto da sociedade, isto é, da classe proprietária. Isso significava torná-los trabalhadores nacionais, expropriados dos seus modos de vida e ritmos de trabalho. Nesse processo de domesticação e civilização do projeto modernizador, duas instituições se tornaram centrais nas representações da ordem e do progresso: a polícia e a escola. No interior delas e por meio delas, serão desenvolvidas ações estrategicamente pensadas, de modo a produzir o trabalhador nacional disciplinado, submisso, eficaz, produtivo e ordeiro<sup>71</sup>.

Significativamente os ‘lavradores’ de Baependi, produtores rurais, produzem a figuração do trabalhador que viria solucionar os problemas da lavoura. Este deveria ter

*Uma solida educação, moral, religiosa, civica, intellectual e professional, por meio da qual não só a lavoura, com seus recurso actuaes de braços e capitaes, conseguirá a dupla vantagem de augmentar melhorando seus productos, como ainda adquirirá milhões de operários ociosos no paiz, uns, os camponezes, em quasi barbaria, outros, os índios, em completa barbaria, e que neste triste estado pouco ou nada trabalham, porque habituaram-se ao pouco e mesmo à miseria, e porque, immersos na ignorância, não consideram o trabalho sob seu verdadeiro aspecto – como uma lei da natureza humana e uma necessidade social.<sup>72</sup>*

Nesse sentido, os proprietários rurais postulavam que o Estado se responsabilizasse pela implementação do atendimento escolar em âmbito nacional, mediante a criação de um sistema educacional eficiente, capaz de viabilizar o pagamento em dia dos professores e também “inspacional-os, simplificando, bem entendido, neste último caso nosso

<sup>70</sup> CONGRESSO AGRICOLA. Do Sr. Manoel Furtado da Silva Leite. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 47, 48.

<sup>71</sup> BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 253-281, 1999.

<sup>72</sup> CONGRESSO AGRICOLA. De lavradores de Baependy. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 54, 55 (destaques no original).

complicadíssimo e pesado mecanismo político administrativo”<sup>73</sup>. Não obstante as marcantes diferenças regionais no campo educacional parecia haver um consenso entre as elites políticas e proprietárias quanto ao papel estratégico da educação na preparação do trabalhador nacional e no ingresso do país na era da modernidade.

O projeto de modernização que as elites procuram defender dentro do processo de reordenamento da sociedade brasileira revela-se informado pelas representações positivas do trabalho e do trabalhador livre. O objetivo era tentar construir um mercado de trabalho livre apagando as imagens negativas do trabalho produzidas pela experiência do cativo.

As representações que reiteram a positividade do trabalho mobilizam imagens importantes tanto na visão de mundo liberal, quanto cristã, estabelecem o mercado como espaço de conformação e manifestação dos homens livres disciplinados e laboriosos. É também no mercado de trabalho que esses homens ascendem à condição de cidadãos, na medida em que aceitam a mediação contratual entre capital e trabalho, ou seja, entre compradores e vendedores de força de trabalho.

Como assinalou a historiadora Maria Stella Bresciani,

É exatamente aqui, na concepção burguesa da propriedade, que se torna possível o trabalho assalariado: ao homem é dado o direito de usufruir e de usar seu próprio corpo, mas também lhe é dado, por essa concepção ampla de propriedade, o direito de dele dispor, trocar ou alienar. Em suma, sendo o trabalho de um homem propriedade sua, pode ele vendê-lo livremente em troca de salários. Portanto, o que constitui qualquer homem em sociedade, tenha ele bens além de sua pessoa ou não, é a sua participação no mercado.<sup>74</sup>

É nesse espaço do mercado que os homens livres e pobres devem se transformar em trabalhadores nacionais, apagando ou silenciando definitivamente a memória da escravidão.

As populações das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no final do século XIX e início do século XX experimentaram as transformações sociais que engendraram o

<sup>73</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA. De lavradores de Baependy. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878. p. 55. Conforme demonstrou Eisenberg ao analisar os documentos produzidos pelo Congresso Agrícola realizado na província de Pernambuco em outubro de 1878, os lavradores do norte do Império pensavam o problema do suprimento da mão-de-obra e as responsabilidades do Estado em promovê-la de maneira semelhante aos lavradores do centro-sul (EISENBERG, Peter. A questão da mão-de-obra nos Congressos Agrícolas de 1878. In: \_\_\_\_\_. *Homens esquecidos*; escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989. p. 175).

<sup>74</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 84-85. “Estas estratégias, conjunta e vagarosamente urdidas ao longo do século XIX, no contraponto de sua atuação expropriadora, recuperaram, divulgaram e impuseram a imagem do trabalho como propriedade a ser negociada livremente no mercado, como operosidade engrandecedora do homem e o meio para atingir a prosperidade e a ascensão social. Na sua aparência se cristalizou o *progresso*, confundido com o aumento da produção agrícola e das exportações, com a modernização técnica e com o trabalho livre operoso e disciplinado” (MARSON, Izabel. Trabalho livre e progresso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Marco Zero, n. 7, p. 81-93, 1984; SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.)

mundo do trabalho livre no Brasil, expressando particularidades que lhes conferem contornos diferentes em relação aos centros urbanos mais dinâmicos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

## CAPÍTULO 2

### REPRESENTAÇÕES DO TRABALHADOR NACIONAL

Pedi-lhes, senhores, a criação de leis repressivas à vagabundagem, à ociosidade, que seja imposto um regime policial severo, a que deverão estar sujeitos todos os indivíduos sem arte, sem ofício; e ficai certo que correrão esses braços inativos aos doces prazeres da colheita, para obterem uma posição d'alguma confortabilidade (CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878 – Recife).

O trabalho pode ser um fardo e um castigo, mas é também uma honra e uma glória. Sem elle, nada se pode executar. Tudo quanto é grande nos homens provem do trabalho e a civilização é o seu producto. Se o trabalho fosse abolido, a raça de Adão receberia logo um golpe de morte moral. (*O Commercio*, 1912 – Patos de Minas)

#### 2.1 A ordem e o trabalhador nacional

Entre os proprietários de terras e de escravos reunidos em congressos realizados na região sul e norte, buscando encontrar soluções para as questões da lavoura e da formação de um mercado de mão-de-obra livre, predominaram as opiniões de que a criação de um aparato legal combinado a uma severa repressão policial seriam ações cruciais para impelir os homens pobres e ociosos ao trabalho suprindo as necessidades da produção agrícola.

Diante da eminência da extinção do trabalho escravo os proprietários assinalavam a falta de braços e de créditos financeiros como os problemas que deveriam ser enfrentados imediatamente. Entretanto, no que se refere à estruturação de um mercado de trabalho livre, entre as elites proprietárias e políticas da província de Minas Gerais se desenvolveram algumas formas de substituição do cativo. No final do século XIX prevaleceram em Minas Gerais, na Zona da Mata, mas também nas regiões ligadas à produção de subsistência, a meação, o assalariamento e o colonato, com a participação predominante dos homens e mulheres livres e pobres. Formas de exploração do trabalho em que se evidencia, segundo a historiadora Ana Duarte Lanna, que

[...] o trabalho livre organiza-se na região cafeeicultora aproveitando a mão de obra internamente disponível. Ou seja o trabalhador nacional, categoria ampla que a nosso ver inclui o ex-escravo, será a força de trabalho fundamental na constituição do mercado de trabalho.<sup>1</sup>

A utilização do trabalho dos libertos e livres pobres, em oposição à solução imigrantista, não poderia, entretanto, implicar a qualificação daqueles como trabalhadores nacionais. Essa designação poderia obscurecer o complexo processo de produção e veiculação de representações positivadoras do trabalho de que participam proprietários e trabalhadores. Com efeito, não se observa a passagem instantânea da condição de escravo à de trabalhador nacional. Como assinalou Salles, para que essa transformação se completasse

[...] o trabalho deveria ser introjetado pelos indivíduos sociais, norteando suas vidas de trabalhadores para além da submissão à rígida disciplina do tempo no espaço de trabalho, permitindo a sua penetração nas suas vidas familiar e social, de tal modo que o trabalhador civilizado fosse capaz de abandonar os comportamentos e hábitos associados à ‘preguiça’ e à ‘ociosidade’ integrando-se à construção da Nação e auxiliando-a a construir sua identidade nacional.<sup>2</sup>

As áreas de cafeeicultura mineira que em tese mais precisariam de braços para suprir as necessidades produtivas, optaram por absorver o trabalhador liberto e livre, ao menos por três razões: primeiro, a dificuldade de atração de imigrantes europeus em face da política de imigração desenvolvida pelos paulistas; segundo, o alto índice populacional de Minas Gerais; terceiro, a impossibilidade de expansão das plantações de café em face dos obstáculos naturais<sup>3</sup>. Desse modo, a política de imigração desenvolvida pelos mineiros restringiu-se à colonização, timidamente estabelecida, ao invés de suprir as necessidades das lavouras particulares, a ponto de permitir a Afonso Arinos declarar, não sem algum exagero, que “nós, mineiros, costumamos assegurar ser Minas o mais brasileiro dos Estados do Brasil”<sup>4</sup>.

Com efeito, no período de 1884 a 1901 entraram em Minas Gerais cerca de 52.000 imigrantes, sendo que três quartos desse montante ingressaram justamente no período de 1896-7, coincidente com o momento de construção da nova capital do estado, Belo Horizonte<sup>5</sup>. Nota-se que prevalecem os argumentos daqueles que defendiam a utilização do

<sup>1</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Transformação do trabalho*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989. p. 77.

<sup>2</sup> SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos (Representações do ‘trabalhador nacional’, 1870-1919)*. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 118, 119.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 81-83.

<sup>4</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Aspectos da influência estrangeira na história social de Minas Gerais. *Revista de imigração e colonização*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 455-460, 1940.

<sup>5</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história média)*. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936. p. 395-397 apud LANNA, op. cit., p. 77. Citando o *Anuário de Minas Gerais*, Arlinda Rocha

braço livre. Entre esses, Antonio Gonçalves Ferreira, presidente da província em 1888, ressaltava que

[...] a solução radical de um problema tão urgente não trouxe alteração alguma à ordem pública; e se durante os primeiros tempos o trabalho recebe alguma perturbação, não é esta tão grave que deva interferir no geral contentamento e inspirar-vos receio de temerosa crise [...]. O serviço de vossos estabelecimentos agrícolas se vai restabelecendo sobre bases mais largas, sólidas e não há de faltar o útil contingente que podem e hão de fornecer aqueles mesmos, escravos ontem, sentem-se de hoje para todo o tempo – homens livres na pátria livre.<sup>6</sup>

Na Assembléia mineira, ouviam-se vozes divergentes que defendiam a imigração estrangeira como condição da riqueza, não porque faltassem braços, “mas infelizmente domina neles [os brasileiros] o espírito de vadiação e a míngua de leis e meios que conciliem nossos concidadãos ao trabalho e os faça afeiçoados ao solo”<sup>7</sup>. Diante dessa situação, a utilização da mão-de-obra do estrangeiro corresponderia a um processo de transição, espaço de tempo necessário para formação de nossos trabalhadores pátrios.

As representações produzidas e veiculadas pelos que defendiam a imigração européia assemelhavam-se aos argumentos daqueles proprietários que pretendiam fazer, ou faziam uso da força de trabalho dos homens libertos e livres. Em ambos reiterava-se a desqualificação e inaptidão para o trabalho que deveria ser corrigida através de atitudes persuasivas, da coerção legal e policial. Assim, esses homens imersos na experiência da escravidão transformar-se-iam em trabalhadores disciplinados, ordeiros, civilizados, cidadãos úteis, trabalhadores nacionais.

Na região do Oeste Mineiro – Triângulo e Alto Paranaíba –, a presença dos imigrantes europeus foi demonstrada na historiografia local. Segundo esta, predominam nesse início da República os italianos, espanhóis e portugueses que recebem destaque em razão de suas habilidades individuais, já que alguns deles são médicos, arquitetos, construtores e negociantes. Como se observa, não se trata da mão-de-obra demandada pela lavoura, mas para

---

Nogueira mostra que o total de imigrantes entre os anos de 1888 e 1903 chegou a 72.788, sendo que o ápice foram os anos de 1896 e 97, com 22.496 e 15.578, respectivamente. A divergência entre os números, contudo, parece não mudar a percepção geral a respeito da pouca importância da imigração para a estruturação da economia mineira na Primeira República. Ver: NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Contribuição para o estudo da imigração japonesa em Minas Gerais (1889-1930). In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas, 1982, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 215-257; SILVA, Heladir Josefina Saraiva. *Representação de vestígio da (des) vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista, 1890-1920*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

<sup>6</sup> RELATÓRIO do Presidente de Província de 1888, p. 51 apud LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Transformação do trabalho*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989. p. 76.

<sup>7</sup> ANAIS da Assembléia Legislativa. 12 ago. 1887, p. 188 apud LANNA, op. cit., p. 84.

a prestação de serviços especializados e também a atuação empresarial, haja vista o destaque às ações empreendedoras a que se atribui parte da responsabilidade no progresso e prosperidade regional<sup>8</sup>.

Outra presença estrangeira registrada, convergente com a política de imigração desenvolvida pelos mineiros, é a dos japoneses estabelecidos em colônias, em meados da década de 1910, nas proximidades do Rio Grande, nas cidades de Uberaba e Conquista. Segundo levantamento feito pelo governo mineiro em 1920, o Estado possuía 1923 imigrantes japoneses concentrados em três municípios: Conquista - 911; Uberaba - 657; e Sacramento – 320, desenvolvendo a cultura do arroz<sup>9</sup>.

A leitura dos documentos relativos ao *Congresso Agrícola de 1878*, realizado no Rio de Janeiro, revela-nos que as regiões do Triângulo e Alto Paranaíba não se fizeram representar no evento<sup>10</sup>. Tal ausência sugere que essas regiões não se ressentiam da falta de braços para o desenvolvimento de suas atividades agro-pastoris, vinculadas essencialmente ao abastecimento do mercado interno com o fornecimento de gêneros alimentícios, atendendo eventualmente às demandas do setor agro-exportador<sup>11</sup>. Entretanto, nos jornais consultados, percebemos que a questão da mão-de-obra, debatida naquele congresso reverbera também no sertão mineiro. Há, desse modo, uma reafirmação dos temores comuns entre as classes proprietárias expresso nas notícias que se referem a extinção do trabalho escravo e uma possível desorganização do trabalho em virtude do suposto despreparo dos homens libertos e livres pobres para uma vida em liberdade, em razão de seu gosto pelo ócio e vadiagem. Também na imprensa local se vai enfatizar a propalada necessidade de educá-los para uma vida moderna, de ordem, progresso e civilização.

Em alguns fragmentos de edições do jornal *Gazeta de Uberaba* que relatam os festejos populares ocorridos na cidade por ocasião da abolição do trabalho escravo no Brasil, percebe-se como os homens das elites regionais reagiram ao término da escravidão, explicitando as suas expectativas em relação à manutenção da ordem social. Assim, José Joaquim de Oliveira Teixeira, por exemplo, ao comentar o 13 de maio, manifestou seu desejo de “que o sol do

---

<sup>8</sup> PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba, e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 92-95; OLIVEIRA MELLO, Antonio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

<sup>9</sup> IMIGRAÇÕES: a imigração japonesa em Minas Gerais. Disponível em <<http://www.arquivopublicouberaba.com.br/Imigracoes.htm>>. Acesso em: dez. 2005.

<sup>10</sup> Estiveram no congresso os representantes de Mar de Espanha, Juiz de Fora, São José D'Além Parayba, Leopoldina, Ubá, Barbacena, Rio Novo, Rio Preto, Lavras, Baependy, Ayuruoca.

<sup>11</sup> SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988; RIBEIRO JÚNIOR, Florivaldo Paulo. A civilização interiorizada. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 31, p. 33-57, jul./dez. 2004.



grande dia da liberdade seja o [ilegível] de esperança da felicidade da Pátria. Que com o dia da liberdade nasça o sol do trabalho que vivifica e retempera”<sup>12</sup>.

O médico Thomaz Pimentel Ulhôa, na mesma edição do citado jornal se congratula com os libertos e os lembra que “liberdade a todas as cabeças para pensar e a todos os braços para trabalhar”. Liberdade e trabalho são palavras recorrentes nessas manifestações, revelando uma preocupação das classes proprietárias com a manutenção da produtividade do trabalho, ameaçada pela extinção do trabalho escravo. Materializa-se assim o chamamento das classes proprietárias ao trabalho produtivo, expressando os limites estreitos do significado de liberdade que apenas se tornaria efetiva com entrega incondicional ao trabalho dos beneficiados com a abolição.

Isso não impediu que os ex-escravos promovessem uma comemoração da libertação. Contudo, o entusiasmo foi respondido, por parte da classe proprietária, com a reafirmação das imagens de inaptidão para o trabalho e o gosto pela vadiagem. Através de uma breve alusão ao *abandono* das fazendas, os proprietários locais, por intermédio da imprensa, fazem circular as representações que permitem depreciar os homens libertos. Num trecho do jornal local, o *Gazeta de Uberaba*, a festa da libertação é narrada assim:

Numerosos bandos de homens de cor percorriam a cidade, dando vivas à liberdade, ao Ministério 10 de março, a Princesa Imperial Regente e ao Imperador. De todas as estradas convergiam grupos de pretos que abandonavam as fazendas circunvisinhas. A 21 deste meio dia, viam-se destacados em grande número cavalleiros na estrada que vae dar a cidade do Sacramento, afim de encontrar o correio. Pouco a pouco esse grupo foi-se aumentando com o numeroso contingente de homens e mulheres a pé, que se lhe haviam ido unir. Era indescriptivel o delírio dessa multidão que ia receber dentro em pouco a confirmação de que eram, de facto, cidadãos livres.<sup>13</sup>

Os festejos da abolição invadiam a cidade, rompiam a ordem cotidiana e se faziam acompanhar de exigência no sentido de se restabelecer o controle. Os proprietários pareciam aturdidos. O doutor Joaquim Botelho numa tentativa poética proclamava que “a mais expressiva de todas as alegrias é aquela que faz emudecer”. Naquele 21 de maio ex-escravos aguardavam o correio que trazia as notícias da liberdade. Quando surgiu:

As 4 horas da tarde apareceu deante dessa multidão o estafeta conduzindo os dous animaes com as malas do correio. Um grito unisono de viva a liberdade irrompeu de toda aquella massa de povo e ao estampido de inúmeros fogos, que ao ar subiam de todos os recantos da cidade, enquanto a banda de

<sup>12</sup> *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, 23 maio 1888. In: *Boletim Informativo*, Arquivo Público de Uberaba, Uberaba, n. 8, p. 12, 1998.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 12-13.

música União Uberabense, ahi postada com o povo, fazia ouvir uma peça magnifica, as mulheres de cor, num entusiasmo que não se descreve, arrancavam as fitas de cabellos, penduravam laçadas sobre as malas do correio e adornavam com coroas de flores naturaes as referidas malas, o estafeta e os animaes.<sup>14</sup>

Segundo o *Gazeta de Uberaba*, após os discursos e os ‘vivas’ à liberdade, o povo em festa seguiu para a região do Alto do Barro Preto onde os batuques prosseguiram em “meio de grande anarchia”. Logo, entretanto, seriam chamados à razão, com a repressão policial colocando “água na fervura”. Assim,

No dia 7 a rapaziada da raça negra africana de ambos os sexos estadeou no Alto do Barro Preto um concorrido samba. Reuniram-se alli cerca de 200 pessoas e talvez o duplo de garrafas da santíssima pinga. No meio de grande anarchia, tocando a banda musical União, alguns dos dançarinos, logo no começo da pendenga, começaram a cambalear e alguns cahiram no meio da gargalhada geral. Houve motins, alterações, vozerias, etc. Sabedora dos factos, a polícia que não gosta muito dessas brincadeiras, enviou logo alli 18 praças... Foi um Deus nos acuda. Correu o boato que ia-se proceder o recrutamento. Aquilo foi água na fervura... E em poucos instantes a festa tinha se acabado, o local, o deserto e as unhas de cavallo procuravam todos suas casas.<sup>15</sup>

Raça negra, samba, pinga, pendenga, motim, anarquia. Tal mistura apresentava-se explosiva, ameaçadora da ordem pública. Não por acaso, são construções reiteradamente veiculadas na imprensa local, associadas às imagens dos ex-escravos, homens e mulheres. Essas imagens, ao longo da Primeira República, serão articuladas e manipuladas na construção das justificativas para as ações repressivas do aparato policial, o estabelecimento de um processo de exclusão social, baseadas nas afirmativas, de cunho racial, acerca da inferioridade e periculosidade das classes pobres.

Entre julho e agosto de 1888, publicou-se em um jornal da cidade de Uberaba a série de três editoriais intitulados “A vagabundagem” em que os porta-vozes das elites proprietárias não escondiam a insatisfação com o 13 de maio que teria lançado a lavoura brasileira, e sobretudo a uberabense, em absoluto caos. O texto chamava atenção para a necessidade das inteligências de primeira ordem, ou seja, as elites políticas, produzirem rigorosas leis que obrigassem ao trabalho, pois a libertação dos escravos somente teria gerado vagabundos. Dizia mais, que na falta de leis, ou seja, na ausência do Estado, os homens de bem deveriam agir, como iniciativa privada, em benefício da ordem social. Argumentava o editorial, em sinal de alerta, que “os cidadãos mais importantes das diversas localidades, que os pais das

<sup>14</sup> *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, 23 maio 1888. In: *Boletim Informativo*, Arquivo Público de Uberaba, Uberaba, n. 8, p. 13, 1998.

<sup>15</sup> *Idem*, n. 579, jun.1888. In: *Boletim Informativo*, Arquivo Público de Uberaba, Uberaba, n. 8, p. 10, maio 1988.

famílias numerosas, que os homens de influência, os fazendeiros, aos quais mais de perto ofende a crise, se façam autoridades policiais”<sup>16</sup>. Essa ordem supostamente ameaçada seria restituída pela força moral dos ‘homens de bem’ que projetariam sobre o conjunto da sociedade, através da interpelação<sup>17</sup> e da coerção, a ética do trabalho concernente à civilização.

Não se limitando a apontar os muitos problemas resultantes da abolição da escravidão, os editoriais propunham soluções sob a ótica das classes proprietárias. Assim, por exemplo, prescrevia-se que aos ociosos não se devia castigar, mas obrigá-los ao trabalho, “chegando até remunerar esse trabalho obrigatório”. Nesse propósito disciplinador e controlador, estabelecia-se que os menores de dezessete anos deveriam ser separados dos maiores sob o argumento de que aqueles estavam tanto mais abertos a uma educação para o trabalho, como para os vícios e as promiscuidades.

Os menores deveriam ser educados para servir a agricultura. Já os inválidos deveriam ser confinados em asilos. Era preciso que a sociedade laboriosa e honesta desencadeasse ação repressora visando extinguir com rapidez e força a “desenfreada vagabundagem”, esse mal que ameaça todo o corpo social, pois,

[...] tranquilidade pública vive constantemente sobressaltada pelos distúrbios, brigas e toda sorte de desatinos, dessa grande massa de vagabundagem, cujo número contam-se as mulheres de vida alegre. Vêm-se em quase todos os ângulos da cidade grupos de homens e mulheres, uns em estado completo de ociosidade, outros entretidos no jogo, outros finalmente entregues a constante embriagues.<sup>18</sup>

A justificativa para uma forte ação repressiva sobre as classes pobres fundamentava-se, principalmente, nas denúncias de desrespeito à propriedade. Assim o jornal *Gazeta de Uberaba* assinalava que de “tempos há esta parte, temos recebido inúmeras queixas de furtos que se praticam, já no centro como nos subúrbios da cidade, em hortaliças, frutas e até roupas”<sup>19</sup>. Depreende-se dessas e nessas representações as tensões que marcavam esse cotidiano conflituoso, dilacerado pela violência que aflige ex-escravos e trabalhadores livres e pobres que buscam preservar instâncias do seu modo de viver da intervenção e subordinação que o mundo do trabalho projeta. Nessa sociedade com urbanização incipiente é visível a

<sup>16</sup> *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 575, 11 jul.1888, p. 1. Acervo do Arquivo Público de Uberaba (APU).

<sup>17</sup> “[...] processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora de fato seja imaginária” (LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendência e impasses*. Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 220).

<sup>18</sup> *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 575, 11 jul.1888, p. 1. Acervo APU.

<sup>19</sup> *Idem*, n. 647, s.d, p. 1. Acervo APU.

resistência dos trabalhadores aos novos sistemas disciplinares. Esquivar-se da dominação significa produzir e manter modos informais e elásticos de sobrevivência<sup>20</sup>. São expectativas, experiências, valores que precisam ser extirpados, domesticados, civilizados, daí o processo de desqualificação dos homens pobres livres e libertos, a intensificação da campanha de promoção, por meios coercitivos, ao trabalho regular, disciplinado e ordeiro, entendido como veículo do progresso moral e material, a condenação veemente à ociosidade e à vadiagem. São estratégias utilizadas pelas autoridades e pelas classes proprietárias para tentar impor a ordem capitalista e burguesa às classes pobres, travestidas de periculosidade<sup>21</sup>.

A designação das classes pobres como classes perigosas, ameaçadoras da ordem social, que precisam ser submetidas à civilização, inscreve-se no processo de modernização experimentado pelos mineiros e anunciado, entre outras coisas, pela transferência da capital, de Ouro Preto, para Belo Horizonte, cidade construída sob os “auspícios e a força de um projeto de inspiração positivista de ampliação, higienização e racionalização do espaço urbano”<sup>22</sup>. A mudança da capital em 1897 representou a materialização de um projeto de unificação das elites políticas bem ao gosto de João Pinheiro da Silva, um liberal republicano moderado, nascido em 1860 e formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887<sup>23</sup>. Este político concebia a capital como a ‘cidade de Minas’,

[...] a mais formosa cidade brasileira, conquista-nos o coração. Dir-se-ia a noiva do Trabalho ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulso que será na nossa atividade credora que é da nossa gratidão e afetos, tão generosa tem sido a sua hospitalidade, tão fidalga a recepção que nos tem feito.<sup>24</sup>

<sup>20</sup> “Um capitalismo incipiente e precário, a organização administrativa e policial frouxa, ineficiente; o ver a distância dos mais poderosos... a incapacidade de implementar posturas, cercamentos e multas” (DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 241). “É preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre a resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina. [...] Resistência e controle não cessam de se engendrar mutuamente, num curso sem fim cujo resultado não se pode prever: morte ou triunfo da liberdade?” (PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 55, 79, 184. Ver também: HOBBSAWM, Eric J. Os destruidores de máquinas. In: \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 17-35).

<sup>21</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, v. 35, n. 13, p. 167-187; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da medida. *Revista de Psicologia*, São Paulo, USP, v. 8, n. 1, 1997. Disponível em: <www.scielo.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2007.

<sup>22</sup> BOMENY, Helena. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 143.

<sup>23</sup> COSTA, Guilherme Meirelles. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

<sup>24</sup> PINHEIRO, João. Discurso proferido na sessão de encerramento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, 20/05/1903. In: BARBOSA, Francisco da Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 154.

Esse momento de inflexão, de ingresso de Minas na modernidade, coincide com o retorno de João Pinheiro à vida política, com sua eleição para o Senado Federal em 1904 e sua ascensão à presidência do Estado em 1906. Seu falecimento, logo em 1908, não obsteu que uma fração dos mineiros o representasse como homem de ação, pioneiro do desenvolvimento, realista capaz de imaginar o futuro<sup>25</sup>. Ele será o nome sempre lembrado pelos políticos mineiros ao assinalarem que as mudanças e os projetos de modernização defendidos colocariam o Estado na direção do progresso. Conforme assinalou o filósofo Paolo Rossi, a história da idéia de progresso está articulada a concepções utópicas e milenaristas do mundo, pois,

Quem crê no progresso, todavia, geralmente não se contenta com as escolhas efetuadas no reino da imaginação. Não tende à fuga da história. Conta ou julga poder contar com possibilidades reais ou que interpreta como reais. Vê presentes na história algumas possíveis conformações de suas esperanças, julga que ela procede segundo uma e não outra direção. Considera em todo o caso que tem sentido operar no mundo com base em projetos regidos pela esperança num futuro desejável, melhor que um presente cujos limites e insuficiências são visíveis.<sup>26</sup>

As elites mineiras em geral, especialmente o grupo ligado a João Pinheiro, acreditavam no progresso como destino natural dos povos civilizados, das nações modernas. O projeto de modernização, desenhado por eles, visava o estabelecimento do capitalismo propriamente dito a partir do protecionismo às indústrias nacionais, da implementação da educação profissional e principalmente do reconhecimento das vocações agrícolas de Minas. Nesse caso, trata-se de uma mudança de rumos, ou seja, de abandonar a tradição do fausto do ouro, o investimento na atividade mineradora, e centrar os esforços nas atividades agropastoris. A mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte é a expressão material dessa política de configuração de sua modernidade. Essa inclui amalgamar sua vocação agrícola, substituir a “canalha indômita” do passado turbulento da mineração por uma

---

<sup>25</sup> Segundo Juscelino Kubitschek, João Pinheiro “possui, ao lado do senso perfeito da nossa realidade objetiva, a rigorosa imaginação do futuro que leva o olhar do estadista muito além do seu campo visual e lhe permite intuir a Pátria de amanhã” (Juscelino Kubitschek de Oliveira. Discurso proferido no quinto ano de seu mandato presidencial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961, p. 438 *apud* BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 41-42).

<sup>26</sup> ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador*; a idéia de progresso. São Paulo: UNESP, p. 52. Essa crença no progresso produz imagens interessantes e até certo ponto dramáticas como esta publicada em um jornal da região: “O mundo civilizado marcha vertiginosamente, a passos largos e é preciso, é indispensável que nós o acompanhemos, por que, se nos deixarmos ficar, fátigados da aspera jornada, seremos fatalmente esmagados pela força dos mais fortes, arrastados pela carreira dos mais poderosos” (A posse da camara. O novo Agente Executivo. Seu programma – Outras notas. *O Progresso*, Uberabinha, n. 242, p. 1-2, 08 jun. 1912).

população ordeira e pacata<sup>27</sup>. Assim, João Pinheiro, às vésperas de assumir o governo estadual, assinala que o seu

[...] pensamento capital é a organização econômica [...] tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, o que se impõe, naturalmente, sobretudo, é a reorganização daquele que representa a parte maior dessa fortuna [...] a agricultura é que beneficia a grande massa, não só fornecendo o trabalho mais espontâneo e mais fácil ao número maior, como fornecendo ao País em geral os efeitos preciso às suas necessidades mais imediatas [...]. A questão da agricultura é ainda o fato capital. [...] O problema agrícola abrange, para mim, duas questões essenciais: a fixação do trabalhador ao solo, começando pelo trabalhador nacional e a educação profissional.<sup>28</sup>

João Pinheiro acreditava que o menino da roça no instante em que aprende a ler, escrever e contar aprende todas as coisas necessárias para se constituir num operário rural. Após essa primeira instrução, os estabelecimentos se ocupariam de qualificar tecnicamente os aprendizes ensinando os novos processos de cultivo aos meninos de

[...] 15 a 17 anos, tirados de preferência, dentre os que demonstram mais aptidão e aproveitamento nas escolas técnico-primárias. Semeadas essas fazendas-modelos em diferentes zonas do Estado, o agricultor dos arredores ali irá por interesse ou por curiosidade, e não só terá pela prática, pelo exemplo vivo, o conhecimento do que se pode conseguir com os processos adiantados e da maneira pela qual se exercitam, como verá a máquina que não conhece, saberá onde se encontra, o seu preço, o seu custo de instalação e terá mais, recomendado pela própria fazenda, o operário hábil e módico, tirado dos que a fazenda educou, que lhe irá fazer, com segurança, a montagem que outro se arriscaria a prejudicar”, ao tempo que aprender a ler, a escrever e a contar, aprende praticamente todas as coisas que se fazem mister para que ele seja amanhã um inteligente operário rural.<sup>29</sup>

Na perspectiva de João Pinheiro, o processo de formação do trabalhador nacional deveria se caracterizar pela sobreposição dos ensinamentos práticos aos teóricos. A reorganização do trabalho a partir da agricultura seria a condição indispensável para assegurar, dentro do sistema republicano, o caminho ‘natural’ em direção ao progresso e prosperidade.

Os falecimentos de João Pinheiro e Afonso Pena são tidos como principais responsáveis por uma suposta redução na velocidade do fluxo modernizante que envolvia Minas Gerais. Tanto a morte como a diminuição nos ritmos das transformações, deixaram

<sup>27</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais, 1835-1892*. Brasília: UnB: FINATEC, 2003.

<sup>28</sup> PINHEIRO, João. O novo governo de Minas, I. Entrevista concedida a *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1906. In: BARBOSA, Francisco da Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 201, 205.

<sup>29</sup> BARBOSA, op. cit., p. 207, 208.

saudosos os mineiros que compartilhavam o ideário pinheirista. Afonso Pena Júnior, por exemplo, lamentou em 1940 a drástica interrupção do projeto de modernização perguntando-se sobre quantas e “quantas coisas teriam amanhecido mais cedo, e sob clima melhor, se os destinos nacionais tivessem então em mãos do incomparável animador, daquele que se orgulhava ter vindo das mais profundas raízes populares”<sup>30</sup>.

Segundo o historiador Francisco Iglesias as mortes de Pena e Pinheiro significaram de fato um recuo na tentativa de implementação de um sistema administrativo racional e moderno e de uma política econômica diferenciada, em que se proclamava a vocação agrária dos mineiros. Esses recuos expressos na opção pelo equilíbrio das finanças em detrimento da solução dos vários problemas de infra-estrutura, que exigiam investimentos dos governos estaduais, resultaram em perda de substância econômica de Minas Gerais durante a Primeira República<sup>31</sup>. Não obstante essa situação, as elites mineiras fariam prevalecer, e projetariam sobre o conjunto da sociedade, as representações de si e de seu território como o lugar do trabalho, da liberdade, da ordem e do progresso. Veiculava-se a imagem de Minas representando a síntese do Brasil. Para João Pinheiro,

[...] o Estado de Minas Gerais resume, em seu próprio solo, as belas qualidades do solo da Pátria, e em seu próprio povo as do povo brasileiro; capaz dos grandes ideais, porque religioso; fácil em evoluir como difícil em retrogradar, porque livre; altivo e paciente, porque justo na avaliação da relatividade humana [...]. O povo de Minas Gerais tem-se governado dentro da Liberdade e da Ordem. Isto não basta. É preciso também promover, resolutamente, o progresso em meio de uma paz digna, porque exclui lutas, em meio de lutas fecundas, porque se realizam sem se sobrepor às leis.<sup>32</sup>

A ênfase dos políticos mineiros na vocação agrícola do Estado articula-se à construção de um ordenamento social, no interior das perspectivas republicanas, em que o trabalho emerge como elo entre a ordem e o progresso. Ainda que reconhecesse a importância econômica do setor industrial, João Pinheiro considerava a questão da agricultura o fator capital por sua capacidade de empregar “a grande massa, não só fornecendo o trabalho mais

<sup>30</sup> PENA JR, Afonso. Prefácio. In: RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947 *apud* BARBOSA, Francisco da Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 62; BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*. Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994. p. 33 et seq.

<sup>31</sup> IGLESIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas, 1982, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 115-144.

<sup>32</sup> PINHEIRO, João. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, publicado no Minas Gerais em 12/02/1906. In: BARBOSA, op. cit., p. 196, 197.

espontâneo e mais fácil ao número maior, como fornecendo ao país em geral os efeitos preciosos às suas necessidades mais imediatas”<sup>33</sup>.

O tratamento do problema agrícola na perspectiva de João Pinheiro permitiria abordar duas questões essenciais para as elites proprietárias e políticas do período: a “fixação do trabalhador ao solo, começando pelo trabalhador nacional e a educação profissional do agricultor”<sup>34</sup>. Podemos observar que esses são pontos complementares que seriam dinamizados pela instituição de uma educação técnico-agrícola, cujo método de ensino estava baseado na prática. A formação agrícola de jovens propiciaria, através da disseminação das técnicas modernas de produção, a qualificação pelo exemplo dos agricultores mais velhos. As condições para a fixação ao solo e a emergência do trabalhador nacional se delineavam.

Educação e trabalho constituíam-se os pilares do projeto de modernização, muitas vezes apropriado pelos ‘herdeiros’ de João Pinheiro, que incidiria sobre as classes pobres<sup>35</sup>, buscando conformá-las ao mundo do trabalho, onde, por motivações liberais ou cristãs, os homens e mulheres deveriam negar o ócio e respeitar a propriedade privada.

## 2.2 Fardo, castigo, honra e glória

O processo de instituição do imaginário do trabalho e de construção da imagem do trabalhador nacional, dentro dos princípios de positivação do labor humano, pode ser percebido em outras instâncias de conformação das relações sociais que se estabelecem entre proprietários e homens pobres. Evidencia-se um jogo de representações que mobilizaram símbolos importantes apropriados ao ideário liberal e cristão. Atentar para esse jogo e as tensões políticas e sociais que o cercam é importante na medida em que nos permite uma aproximação das nuances e complexidades do processo de formação do mundo do trabalho e da constituição identitária do trabalhador nacional.

Uma das faces do movimento de reação ao anticlericalismo, que se formalizara com a proibição do ensino religioso nas escolas públicas de Minas Gerais, medida adotada por João Pinheiro em 1906, foi a da articulação do ideário liberal com imagens caras ao catolicismo.

---

<sup>33</sup> PINHEIRO, João. O novo governo de Minas. In: BARBOSA, Francisco da Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 201.

<sup>34</sup> PINHEIRO, João. O novo governo de Minas. In: BARBOSA, Francisco da Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 205.

<sup>35</sup> NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1974. p. 95-125.



Significativamente, encontramos nos jornais que circulavam na região do oeste mineiro artigos que caracterizavam o trabalho como uma virtude cristã. Nessa perspectiva, o trabalho é apresentado como uma lei universal, isto é, como inscrito na ordem das coisas, que envolve toda a humanidade nos seus aspectos físicos e espirituais. Assim como assinalado no jornal *O trabalho*, periódico publicado em Patos de Minas, trata-se de atividade que

Já existia para Adão no estado de innocencia. Apenas, com sua desobediência, tomou o character de uma punição. E todos nós descendentes de Adão e participantes do seu pecado, participamos dessa pena. É a razão porque devemos trabalhar por espirito de penitencia. Não façamos só o que nos aprouver, não miremos somente o prazer, mas cumpramos integralmente o que devemos ou seja a Deus, ao próximo ou a nós mesmos, conforme nossa idade, estado e condição. O espirito santo inculca-nos este dever, apontando ao indolente o exemplo da laboriosa formiga; nol-o inculca o Divino Mestre, dizendo que o reino do ceo, não se obtém senão por violência, propondo-nos a parabola do servo inutil que foi condemnado por que não fez render o talento a elle confiado, e a da figueira esteril destinada ao fogo.<sup>36</sup>

Pelo viés da reiteração das imagens cristãs é notável o esforço e a tentativa de reintegrar o trabalho à tradição católica ressaltando os imperativos morais de uma relação entre credor e devedores. Portanto, trabalhar, por espírito de penitência, torna-se exigência que deve ser cumprida por todo cristão, pois é nele que se encontrará a condição da salvação. A emergência do discurso religioso evidencia a participação da Igreja Católica na produção das representações do trabalhador nacional. À sua imagem de regular, disciplinado, ordeiro, vão sendo agregados os símbolos cristãos e católicos.

Em 1907, o jornal *A Nova Era*, da cidade de Uberabinha, publica um editorial ao longo de três edições, em que convoca a população a trabalhar e deixar de lado as disputas políticas consideradas responsáveis pelo atraso em que se encontrava a sociedade local. O editorial assinalava que era preciso, com urgência, aproveitar as dádivas da natureza,

[...] Esse thezouro incontestavelmente é tão importante que nenhum outro, dos muitos que constituem a riqueza de nosso estado, o terá mais deslumbrante e cobiçado; é elle a riqueza natural que lhe proporcionou a natureza, que foi pródiga em dotal-o de tudo que produz, verdadeira fonte de renda; e a montanha que sobre elle descansa é a malfadada política que precisa ser melhor orientada do que tem sido até então. Para que a terra faça viver o povo, prodigalizando-lhe o necessário, é preciso que o homem a regue com o suor do seu rosto e a fecunde com a sua intelligencia, constituindo deste modo o trabalho, que é a lei natural da

<sup>36</sup> O TRABALHO. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 17, 11 abr. 1906, p. 2. Acervo do LEPEH.

sociabilidade, em cuja unidade tudo se consegue para o nosso engrandecimento e independência.<sup>37</sup>

Era preciso trabalhar, cumprindo os desígnios divinos, para transformar o sertão agreste em Éden. Articulando o livre arbítrio cristão e o individualismo liberal, ao transubstanciar castigo em dádiva, o editorial prescrevia que embora a terra tivesse sido “dada a todos; o fruto do trabalho é dado a cada um”<sup>38</sup>. Com efeito, ele se mostrava consonante às diretrizes da Encíclica *Rerum Novarum* que assegurava que “assim é justo que o fruto do trabalho pertença ao trabalhador”<sup>39</sup>. Como se observa, são construções imagéticas de suma importância para a tradição cristã católica e que são interpeladas num ambiente de engendramento da sociedade moderna de modo a integrar seu imaginário instituidor e assim também orientar a ação, o modo de pensar e de se comportar de seus integrantes. A associação entre a tradição cristã e o individualismo liberal foi estrategicamente formulada pela Igreja Católica frente ao avanço do liberalismo e do comunismo. As críticas à intensa exploração do trabalho industrial expostas na *Rerum Novarum* de 1891 traduzem a movimentação da hierarquia eclesial brasileira junto às elites católicas no propósito de inscrever-se no novo regime e na ordem capitalista e burguesa<sup>40</sup>. É característica desse momento de atualização dos princípios doutrinários a apropriação de elementos importantes aos rituais religiosos do catolicismo popular<sup>41</sup>.

Em Minas Gerais, coincidentemente ao recrudescimento do movimento católico<sup>42</sup>, foi marcante a atuação do bispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta. Esse prelado, em carta pastoral de 1918, solicita aos párocos a ele ligados que preguem entre os fiéis a “obrigação do trabalho”

Em suas práticas introduza a ‘obrigação do trabalho’, como condição posta pelo Criador à criatura humana, como meio de conservar a saúde do corpo e

<sup>37</sup> A UNIÃO. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 20, p. 1, 18 maio 1907; n. 21, p. 1, 25 maio 1907; n. 22, 01 jun. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>38</sup> A UNIÃO. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 20, p. 1, 18 maio 1907; n. 21, p. 1, 25 maio 1907; n. 22, 01 jun. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>39</sup> VATICANO. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. Sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: jan. 2007.

<sup>40</sup> MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A igreja na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições*. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 321-342.

<sup>41</sup> GAETA, Maria Aparecida J. Veiga. A cultura clerical e a folia popular. Estudos sobre o catolicismo brasileiro nos finais do século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>. Acesso em: out. 2006; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Religiosidade no cotidiano popular mineiro: crenças e festas como linguagens subversivas. *História Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 22, p. 215-225, 2000.

<sup>42</sup> São desencadeadas ações contra o direito ao divórcio; pela retomada do ensino religioso nas escolas públicas de Minas Gerais; funda-se a União Operária Beneficente; o Partido Regenerador; consolida-se o Congresso Católico Mineiro, expressões da reação católica frente à tendência de laicização conduzida pelos republicanos.

mais da alma; mostre como o trabalho manual dignifica o homem [...]. Nas conversações familiares não deixe de insistir neste ponto. Anime o pobre ao trabalho da terra pela necessidade de sustentar-se, e como meio de melhorar sua sorte; o que pode confirmar com exemplos de nossos patrícios, alguns dos quais sem outros meios, que não fosse o trabalho da terra, chegavam à condição mui folgada. Anime os ricos a este mesmo trabalho. Como meio de conservar e aumentar tranqüilamente seus haveres.<sup>43</sup>

No discurso religioso, o trabalho é re-significado positivamente como ‘meio de conservar a saúde do corpo e da alma’, principalmente o trabalho manual, ou seja, aquele executado por homens e mulheres pobres. Entretanto, apresentado como uma necessidade social, nem mesmo os homens abastados poderiam se furtar à sua realização.

Esse combate dos católicos contra a modernidade não está restrito a Minas Gerais. Junto às propostas de romanização e o retorno ao sagrado, ou seja, a incondicional subordinação de religiosos e leigos às determinações papais, vê-se a reafirmação da doutrina e a promoção da reaproximação dos fiéis com Deus, como ações necessárias diante da laicização da sociedade.

Além da imprensa católica, segundo o sociólogo Romualdo Dias, a “propaganda doutrinária deu-se por meio de iniciativas como a criação de instâncias apropriadas ao debate permanente, a exemplo do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, e da promoção dos movimentos religiosos de massa, como os congressos eucarísticos”<sup>44</sup>.

Nos sertões mineiros era visível a intensificação de uma ação católica, haja vista a criação das dioceses de: Diamantina, 1854; Uberaba, 1907; Montes Claros, 1910; e Paracatu, 1929<sup>45</sup>. A redistribuição dos poderes eclesiais, com a ampliação do número de dioceses, permitiu um maior controle sobre os rituais religiosos e também sobre a vida cotidiana dos fiéis, e sobretudo, dos padres que vinham para o interior disseminar a obra cristã. Havia um esforço em estabelecer um eficiente sistema de vigilância, numa engrenagem que envolvia crentes, padres e bispos.

Outras iniciativas conformaram o arcabouço da reação católica. Entre elas a criação de escolas. Em Uberaba, pela intervenção do bispo Dom Eduardo Duarte Silva foi criado o Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, em 1902, sob a gestão dos Irmãos Maristas. Os padres Ricoletos, ainda sob a influência de Dom Eduardo, fundaram uma escola para

<sup>43</sup> PIMENTA, Dom Silvério Gomes. *Cartas Pastorais*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1921. p. 191-199 apud MATA, Sérgio Ricardo da. *A fortaleza do catolicismo*; identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. p. 89.

<sup>44</sup> DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933. São Paulo: UNESP, 1996. p. 25.

<sup>45</sup> OLIVEIRA MELO, Antonio. *A Igreja de Paracatu*. Nos caminhos da história. 2. ed. Paracatu, MG: Mitra Diocesana, 2005. p. 87, 91, 121.

meninos pobres na Igreja de N. Sra. D'Abadia. Nesse mesmo movimento foram fundadas escolas para meninas em Sacramento e Uberlândia e entregues à administração das Irmãs Missionárias do Egito<sup>46</sup>. Em Araguari também foram criados o Colégio Sagrado Coração de Jesus, em 1919, dirigido pelas freiras belgas da Congregação do Sagrado Coração de Maria e o Colégio Regina Pacis, em 1926, administrado pelos padres holandeses<sup>47</sup>.

Ao lado da criação dos colégios também foram abertos seminários e conventos ao longo da primeira metade do século XX, os padres católicos se envolveram na gestão de hospitais e instituições asilares em Patos de Minas, Uberaba<sup>48</sup>, buscando consolidar a ação de (re)catolicização das populações das Minas Gerais.

O tempo exigiria dos católicos o combate a outras frentes, pois os ventos da modernidade chegavam ao sertão com certa velocidade, maior do que a esperada. A presença de outros cristãos – espíritas de formação kardecista, protestantes – naquela sociedade, bem como as expressões de religiosidade popular, não podiam ser ignoradas pelos católicos fiéis e precisavam ser contidas e mesmo suprimidas. Além da ação dos párocos em suas pregações dominicais, também a imprensa comprometida com o projeto de romanização da sociedade desempenhou papel na produção da desqualificação de outras interpretações do sagrado.

Assim, em Patos de Minas, o jornal *O Commercio* de 1913 acusava o protestantismo de imoral e de não cumprir os desígnios da sagrada escritura. Segundo esse periódico, “Luthero para não perder a proteção de Phillipe Hesse, concedeu-lhe duas mulheres. O papa Clemente VII, para não lesar os direitos da primeira mulher de Henrique VIII, não concedeu o divórcio e assim perdeu-o a elle, e com elle a nação ingleza”<sup>49</sup>.

Em Uberaba também o *Gazeta de Uberaba* denunciava outras práticas mágico-religiosas consideradas perniciosas e incompatíveis com a civilização cristã e a moral pública. A título de defesa da moralidade pública, o jornal denunciava como feiticeira

Uma mulher, cujo nome não sabemos, anda por ahi ludibriando a credulidade publica, esta praticando publicamente a feitiçaria, sem que as autoridades policiaes encarregadas do respeito a lei, se intervenham no caso para dar um paradeiro a tão revoltante e indecorosa exploração.  
Diariamente das 10 as 12 horas do dia quem passar pelas immediações da rua Tristão de Castro e travessa Joaquim Ignacio poderá verificar o que

<sup>46</sup> COUTINHO, Pedro dos Reis. *História dos Irmãos Maristas em Uberaba*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba; Belo Horizonte: Centro de Estudos Maristas, 2000, p. 46, 55.

<sup>47</sup> NAVES, Maria Consuelo Ferreira Montes; RIOS, Gilma Maria (Coord.). *1888-1988. Araguari cem anos de dados e fatos*. Araguari: Prefeitura Municipal de Araguari, 1988. p. 104-106.

<sup>48</sup> PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 420; OLIVEIRA MELO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971. p. 183.

<sup>49</sup> A MORALIDADE protestante. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 138, 13 jul. 1913, p. 1. Acervo LEPEH.

estamos afirmando. Uma mulher em atitude cabalística benzendo uma multidão de pessoas recebendo para este fim parcas economias daquelles que alli vão, procurar melhoras que não podem encontrar.<sup>50</sup>

No espaço urbano as práticas mágico-religiosas se diversificavam, o que parecia ameaçar os projetos de dominação engendrados pelos católicos. Com efeito, de Patos de Minas Godofredo Barsel narra a história de Zuleica, filha única da família dos Clementes que faziam parte da “seita maldita” e que por isso foram excluídos do convívio social. Entretanto, quando Zuleica, “virgem formosíssima e insinuante”, que aos 16 anos vivia isolada do convívio social, desmanchou-se em prantos em pleno jardim público, alguns transeuntes procuraram lhe consolar,

[...] sabedores do motivo porque chorava e depois de darem-lhe conselhos salutareis, procuraram arrancar do peito de Zuleica a seita maldita... O resultado de encontro tão feliz, foi a conversão de Zuleica e posteriormente a de seus paes, por seu intermédio. Depois de convertidos, os “Clementes” adquiriram boas e sinceras amizades, viveram felizes, estimados por todos aqueles que outrora fugiam d’elles, como se fogem de um pestilento. Bello fructo de um bom conselho auxiliado pela graça.<sup>51</sup>

Pedagogicamente, a história veiculada ensinava que uma escolha errada, distante da vontade divina, poderia transformar um sujeito bondoso, com possibilidades de participação na sociedade, em excluído social. Ensinava ainda que a felicidade apenas seria possível entre aqueles que recusassem as heresias e professassem a doutrina cristã e católica. Posicionar-se fora dessa verdade seria prosseguir num caminho de erros e pecados e conseqüentemente de exclusão social. Bem aventurados seriam apenas os que professassem o catolicismo.

Provavelmente é o espiritismo, de inspiração kardecista, a prática religiosa mais contestada pelos católicos nas páginas da imprensa local e regional. Embora memorialistas e historiadores tenham construído um silêncio sobre a presença deles, apenas recentemente quebrado, os números censitários de 1940 confirmam a expressiva presença dos espíritas, principalmente nas localidades do Triângulo Mineiro, como mostra o quadro abaixo:

<sup>50</sup> FEITIÇARIA ou fanatismo. *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 4501, 23 jul. 1912. Acervo HH.

<sup>51</sup> ZULEICA. *O Juvenil*, Patos de Minas, n. 3, 14 jun. 1911, p. 1. Acervo HH.

TABELA 1 - Cidade/população/número de espíritas kardecistas<sup>52</sup>, 1940.

Cidade	População Total	N. de Espíritas	%
Araguari	35218	968	2,7
Araxá	14679	966	6,6
Ituiutaba	35052	1620	4,6
Monte Alegre	16193	1406	8,7
Sacramento	23219	2033	8,7
Tupaciguara	15989	1374	8,6
Uberaba	58984	3275	5,5
Uberlândia	42179	2824	6,7

Trata-se de presença evidenciada já no final do século XIX. Assim é que em 1897 encontramos na imprensa de Uberaba uma referência a “órgão do grupo espírita”, em que se fazia uma série de objeções às interpretações católicas acerca do kardecismo<sup>53</sup>. Mas é ao longo da década de 1910 que encontramos um maior número de artigos na imprensa de Uberabinha explicitando a oposição católica às práticas espíritas. Em 1914 o articulista do jornal *O Progresso*, sob o argumento de recusar publicamente qualquer adesão ao espiritismo, procede a uma completa desqualificação do kardecismo, seja como ciência, seja como religião. Tentando não deixar dúvidas, ele afirma ter sido obrigado a tocar neste assunto “tão batido e ao mesmo tempo tão escabroso, como é o espiritismo, tendo a declarar que eu não sou espírita, que nunca o fui e que nem vontade tenho de vir a sel-o algum dia”<sup>54</sup>. Segundo o jornalista, por algum mal entendido, ele vinha recebendo material de divulgação dos grupos espíritas e com receio de ser identificado com o kardecismo ele faz em público um exame de

<sup>52</sup> Tem razão Oliveira Melo quando afirma a presença diminuta de espíritas na cidade de Patos de Minas (OLIVEIRA MELO, Antonio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971. p. 188). Em cidades como Coromandel, Carmo do Paranaíba, Estrela do Sul, Frutal, Indianópolis, Monte Carmelo, Paracatu, a presença espírita é pequena. Essas diferenças podem ser frutos dos diversos ritmos de urbanização ou ainda de um maior predomínio dos católicos que inibiria as práticas e mesmo a declaração espontânea que as confirme (RECENSEAMENTO Geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950). Para uma análise do kardecismo no Brasil, ver: LEWGOY, Bernardo. O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil. In: ISAIA, Artur Cesar (Org.). *Orixás e Espíritos*. O debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 209-224; SILVA, Raquel Marta da. *Chico Xavier: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais – Uberaba, 1959-2001*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

<sup>53</sup> LEITURAS catholicas. *Arrebol*, Uberaba, 01 jul. 1897, p. 1, 2. No frontispício deste jornal está grafada a expressão: “Christo, Deus e Caridade”. Acervo HH.

<sup>54</sup> ESPIRITISMO. *O Progresso*, Uberabinha, n. 351, 12 jul. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

consciência perguntando se “haveria eu dito ou feito cousa que tivesse visos de adherencia com a seita ou de queda para a necromancia?”<sup>55</sup>.

Usando o recebimento desse material como pretexto, o jornalista desautoriza outras práticas religiosas que não o catolicismo. Reiterando a recusa em se aproximar de Alan Kardec, o jornalista acentua que,

Provavelmente o espiritismo militante quer-me catechizar e fazer de mim, que sou profano à seita, algum querido irmão... ainda em carnes, Deus louvado. Mas é que ou me engano muito, ou as bichas não pegam, porque o pouco que eu sei do espiritismo não m'o recommenda, nem como sciencia, nem como religião.

[...]

Mais que a sybillina parolice dos mortos, eu aprecio o saber raciocinado dos vivos, acima da revelação oportunista de phantasmas, que chega-me por intermédio de algum nevropatha, feito antenna de telegrapho sem fio, eu ponho a revelação christã, que chegou até mim pelo tramite de mestres autorizados, através de uma ininterrupta sucessão de tempo e de ensino.

Ademais, muitos eu tenho visto e de muitos outros tenho noticia, que, por muito praticarem com os mortos, ficaram de miolo molle.<sup>56</sup>

Propagando a certeza de que o espiritismo não era nem ciência, nem religião, e que, portanto, estava fora dos princípios racionais aceitos universalmente, o jornalista procurava convencer seus leitores por intermédio da reiteração dessas posições que desqualificam outras práticas religiosas.

Ainda no ano de 1914 o jornalista desferiu ataques às bases de explicações supostamente científicas dos fenômenos do kardecismo e sua utilização de proposições da “ciência positiva”, que não poderiam colocá-lo sob controle. Nessa ação desclassificatória o jornalista procura mostrar aos católicos que,

A hypothese de que, existindo um mundo de seres invisíveis, possam eles, dadas certas condições (e já se acenou a um Quarta dimensão, que occasionalmente verificar-se-ia em torno dos operadores das sessões espiritas) manifestar-se e operar, constituindo isso como o indice de um degrau mais elevado da evolução organica, de uma outra especie relativamente a nós incorporea, não descansa sobre nenhum dado positivo e, scientificamente, resulta de nenhum valor porque a sciencia agnostica não admite que possa haver funções sem órgãos.<sup>57</sup>

[...]

Como poderia pois, reivindicar foros de sciencia essa mixordia que a sciencia positiva, pelo menos em seu estado actual, acha-se incapaz de comprehender, de decifrar, de disciplinar?<sup>58</sup>

<sup>55</sup> ESPIRITISMO. *O Progresso*, Uberabinha, n. 351, 12 jul. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> *Idem*, n. 352, 19 jul. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>58</sup> *Idem*, n. 353, 26 jul. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

O ponto final na caracterização do espiritismo é dado quando o jornalista designa seus praticantes como “incontestavelmente sujeitos hystericos, nevropathas, psychopathas”<sup>59</sup>.

Não era incomum nesse período a publicação de texto nos jornais sem assinatura ou referidos apenas a pseudônimos. Entretanto, é possível sugerir que um mesmo jornalista produziu os artigos de combate ao espiritismo e colocou em discussão, ainda em 1914, a compatibilidade entre a religião e o progresso. Com efeito, para o jornalista a religião era conservadora mas não estacionária, pois a “doutrina essencial queda imutavel” e portanto, perfeita. Do seu ponto de vista o

[...] cunho das obras de Deus é a perfeição e, sendo a religião obra de Deus entre as mais excellentes, segue-se que ella nascera ao estado de perfeição, por forma que em nada, de futuro, ella devesse depender da sciencia e da experiência dos tempos nem da progressiva industria do homem”.<sup>60</sup>

Se na religião, insistia o jornalista, o que se conserva é o essencial e não o acidental, é justamente nela que o progresso encontra a sua significação, pois fora “da religião ou contra ella, o progresso converter-se-ia em movimento retrogrado de retorno ao paganismo e a barbaria”<sup>61</sup>. Vê-se assim a consonância entre os princípios da doutrina católica e a moderna concepção de trabalho e progresso.

Os artigos veiculados pela imprensa traduzem tal consonância, defendida pelo Partido Regenerador, agremiação política criada sob as ordens de D. Silvério e a liderança de Joaquim Furtado de Menezes, um dos fundadores da Sociedade de São Vicente de Paula em Minas Gerais. Conforme salienta John Wirth, esse era um movimento leigo cuja ação política visava conter o avanço da descristianização principalmente nas escolas, e que tentou eleger representantes para a Câmara Federal<sup>62</sup>. Quando de sua criação, em 1909, o documento em que se definiram suas diretrizes programáticas assinalava que o catolicismo “não se opõe ao progresso, êle se opõe, sim, às inovações perigosas ou prejudiciais à firme, segura marcha da civilização e do progresso, inovações promovidas por indivíduos ou comunidades versáteis, insanos e maldosos”<sup>63</sup>.

A associação entre o progresso e a religião mostra-se uma construção engenhosa, pois não exclui o catolicismo do projeto que envolve a sociedade naquele momento. Daí apregoar que a religião católica “fomenta, impulsiona, abençoa o progresso porque o fim da religião é o

<sup>59</sup> ESPIRITISMO. *O Progresso*, Uberabinha, n. 354, 02 ago. 1914, p. 1. Acervo ArPU; Idem, n. 355, 09 ago. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>60</sup> A RELIGIÃO e o Progresso. *O Progresso*, Uberabinha, n. 363, 04 out. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>61</sup> Ibidem.

<sup>62</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 181, 182.

<sup>63</sup> PARTIDO Regenerador. Ao povo. In: *Boletim Diocesano*, 1909 apud OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *História de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. p. 1543 et seq.



aperfeiçoamento do homem, em seu espirito e em seu corpo”<sup>64</sup>. Essa compatibilidade entre progresso e religião pode ser observada através das lições da ‘mestra da vida’,

[...] da história mais insuspeita que todos aquelles melhoramentos de que a ordem social é capaz, foram sempre favorecidos e produzidos pela religião e todos os nossos actuaes progressos quer civis, quer sociaes, por mais extranhos e adversos que pareçam à religião, são todavia por ella dominados e penetrados.<sup>65</sup>

Para o autor a religião funcionaria enfim como um fator de equalização dos efeitos do progresso, pois estes de nada valeriam se os homens não estivessem unidos, associados e irmanados entre si. Especialmente em relação à situação dos trabalhadores ela atuaria como alívio para as tensões, como garantia contra a anarquia e a desordem sociais já que “começa-se a despertar ao afflictivo clamor dos desherdados da fortuna e já vae ensaiando meios e modos capazes de comporem segundo rectidão e justiça essa escaldante dissidia proletaria – isso é devido em boa parte à religião, ao influxo da religião nas ideias, na vida e costumes”<sup>66</sup>.

Com efeito, tal “clamor dos deserdados” já mostrava sua face. A elevação do custo de vida, combinado com o rebaixamento dos salários, ao lado de outros fatores vinha provocando a mobilização proletária nos centros urbanos mais dinâmicos. Nas cidades menores, observa-se também um processo de criminalização dos modos de vida informais, nesse propósito de manter o controle sobre os clamores. Não por acaso, observa-se nas sociedades do interior mineiro a reverberação de construções emanadas dos centros urbanos maiores acerca do trabalho e do trabalhador nacional. Também nelas a ociosidade será representada como uma prática anticristã, pois não beneficiaria o desenvolvimento do espírito e do corpo e nem proporcionaria à coletividade o progresso moral e material.

Inicialmente, a imprensa escrita da região fazia repetidas alusões à falta de iniciativa empresarial. Esta, segundo os articulistas, estaria obstando a inserção das cidades da região nos trilhos do progresso e da modernização. Nessa campanha enfatizam-se os esforços empreendedores do coronel José Theophilo Carneiro para mostrar que “a falta de iniciativa é

<sup>64</sup> A RELIGIÃO e o Progresso. *O Progresso*, Uberabinha, n. 364, 11 out. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>65</sup> Ibidem. “Sob a influencia dos principios directivos do monotheismo christão, o espirito humano não poderia estacionar, havia de, necessariamente encetar o trabalho das pesquisas, analisar os factos, descobrir as fórmulas e, cotejado as leis; as leis do entendimento com as leis dos phenomenos, por via de ascencional indução, chegar à contra-prova da affirmação christã: a maravilhosa unidade e simplicidade dos *cosmos*, monumento consciente de uma mente sapientissima. Affirmando a unidade e harmonia da criação, o christianismo havia de, naturalmente attrahir para essa ideia basica, pharol de luz brilhando a distancia por entre as nevoas da ignorancia as energias do espirito humano, avido de saber, sequioso de aprender” (CHRISTIANISMO e sciencia. *O Progresso*. Uberabinha, n. 241, 01 jun. 1912, p. 1. Acervo ArPU).

<sup>66</sup> Ibidem.

o nosso grande mal. É próprio do mineiro o receio de se metter em qualquer empresa, mesmo que calculos bem fundados promettam resultados compensadores”<sup>67</sup>.

Essas representações que identificam não apenas os sertanejos, mas os mineiros em geral, circulam e são reafirmadas pelos discursos autorizados da época. Como o de Alceu do Amoroso Lima, intelectual católico da primeira metade do século XX, que assim descrevia os mineiros:

E a nota de utopia é a marca que ficou do grande sonho bandeirante, do ouro e das pedras preciosas e que ainda hoje encontramos nas zonas diamantíferas do estado... E deixa vestígios na psicologia normal de todo filho das Gerais onde a esperança do ouro e do diamante tomou feição de uma crença vaga na felicidade brusca e imprevista para os homens e para a sociedade. É a fonte do otimismo mineiro, tão diverso do otimismo paulista. Pois esse sonho do enriquecimento fácil e imprevisto atua não no sentido de um incentivo à atividade, mas, ao contrário, como um convite, muito frequente, ao conformismo e à indolência.<sup>68</sup>

Para os mineiros tornar-se moderno correspondia ao desafio de romper com a tradição de aventura, imprevidência e ociosidade e transformar-se, em homem do progresso, afeito a cálculos, à vigilância da fortuna e atenção às necessidades básicas, conforme a receita daquele intelectual. Com efeito, os valores do trabalho precisavam se universalizar através da recusa à ociosidade dos ricos e à vadiagem dos pobres. A tríade - Trabalho, Deus e Ciência -, compreendia a base cristã e burguesa para o ingresso no mundo do progresso e da civilização. Como articuladamente veicula a imprensa de Patos de Minas, reproduzindo a construção do ideário progressista nas grandes cidades, a ciência, “o progresso, a arte, a força e o bem, tudo se inspira, cresce e se expande na forja do trabalho. Delle brotam, no consorcio, os agigantados surtos do espirito humano os triumphos e as conquistas da arte e da sciencia”<sup>69</sup>.

Produzir o mineiro empreendedor inclui denunciar a ociosidade como origem de todos os vícios. Não por acaso, o jornalista Pedro Salazar, em artigo de 1909, critica o modo ocioso de viver de muitos mineiros, defendendo que todo homem, independente da posição social, necessita trabalhar, pois

<sup>67</sup> PROGRESSISTAS. *A Nova Era*, n. 5, 30 jan. 1907, p. 1. Acervo ArPU. Em 1912 reclamações com esse mesmo teor voltariam a aparecer na imprensa de Uberabinha: “Bem sabemos que o espirito de associação não logrou ainda vencer a desconfiança do genio conservador do antigo mineiro, para apresental-o no campo pratico das grandes iniciativas e da comunhão de ideias para o desenvolvimento dos elementos com que a natureza nos foi prodiga e que constitue a base de grandes fortunas pela lavoura e pela industria” (A LUTA pela vida. *O Progresso*, n. 235, 20 abr. 1912, p. 1. Acervo ArPU).

<sup>68</sup> LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*; ensaio de Sociologia Regional Brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000. p. 40, 41.

<sup>69</sup> O TRABALHO. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 127, 05 ago. 1917, p. 1. Acervo AOM.

Nada é mais prejudicial ao homem do que a ociosidade, tanto assim, que ela tem sido sempre considerada pelos philosophos moralistas como a fonte de todos os males de todos os vícios, e como a causa mais preponderante da ruína dos individuos, das famílias e das nações.

Com efeito, todo homem, seja qual for a sua posição social, precisa trabalhar [...]

Muita gente suppõe que por ser abastado ou rico, por ter um emprego rendoso, ou ainda porque espera herdar bens de fortuna, não tem precisão de trabalhar visto como o trabalho é somente uma necessidade para o pobre, sobre quem peza o encargo de lutar pela vida, ganhando com o suor do rosto o pão de cada dia.

Esse preconceito é uma consequencia, ou do excesso de vaidade pessoal, ou da má educação, porque ninguem neste mundo está isento da lei do trabalho. Portanto, só a vaidade ou a má educação é capaz de criar no espirito do homem o preconceito de que o trabalho é humilhante para quem tem emprego commodo ou bens de fortuna, quando é certo que todo o trabalho é honroso, e que o que realmente é desairoso para o homem, não é o trabalho de cada dia, é a preguiça de cada dia, é a maldita ociosidade, a maior praga que flagella o individuo e as sociedades civilizadas.

[Por isso] honra ao trabalho e guerra de morte à ociosidade, que é a mãe do enredo da maledicencia e da intriga, e portanto, a causa principal da desunião na sociedade, na família e no lar!<sup>70</sup>

O exercício retórico de condenar a ociosidade para estabelecer o trabalho como elemento central nas sociedades civilizadas demandou a redefinição dos conceitos de pobreza e riqueza. Nessa redefinição, Pedro Salazar, articulando os elementos da ciência econômica a princípios religiosos, obscurece o sentido da desigualdade social, qual seja, a exploração do trabalhador e procura convencer seus leitores da presença da igualdade e da justiça na relação que se desenvolve entre capital e trabalho, pois

Tão rico é o capitalista, o proprietário de coisas materiaes que representam um grande valor de troca, como é o médico, o jurista, o advogado, o professor, etc, todo aquelle emfim que tem em si elementos importantes de produção da riqueza, postos em ação, no convívio social, em proveito proprio e dos outros, que se utilisam dessas aptidões especiaes, como factores primos que são da producção da riqueza, quer material, quer intelectual e moral.

O simples artista que tem o seu officio e é perito nelle, tem consigo um elemento importante de *riqueza*; e assim deixa de ser *pobre*, porque não somente tira do seu proprio cabedal a sua subsistência, como concorre diretamente para a formação e multiplicação da riqueza, no labutar da vida social a que todos os homens foram destinados pela sabedoria do Criador.

Por essa simples noção do que quer dizer a palavra *riqueza*, vê-se desde logo que *rico* é não o que possui bens de fortunas, como todo aquelle que possui aptidões especiaes para preencher por um lado as necessidades physicas e moraes da existencia, e por outro lado contribuir para a produção da riqueza material e intelectual.

[...]

<sup>70</sup> A OCIOSIDADE. *O Progresso*, n. 93, 04 jul. 1909, p. 1-2. Acervo ArPU.

Assim perante a sciencia economica, *pobre* é somente aquelle que não tem um meio util e proveitoso de vida, e perante a religião e a lei natural é – todo aquelle que vive fora da graça de Deus: este sim é *pauperrimo* mesmo possuindo grandes *cabedaes*.<sup>71</sup>

O jornalista, podemos observar, redefine as razões da riqueza e da pobreza a partir das interpretações da teoria econômica liberal e da moral cristã. Portanto, ele assinala que viver fora da graça de Deus e distante do trabalho é conformar-se a uma vida inútil e imoral, pois tudo o que é grande no homem provém do trabalho<sup>72</sup>.

Atribuindo ao trabalho significado semelhante, um outro jornal da cidade de Patos de Minas prescrevia que

O trabalho é a lei natural da nossa existencia, o principio que impelle os homens e as nações. A maior parte dos homens acham-se obrigados para viver a trabalhar com as suas mãos; mas todos, sem excepção, devem trabalhar d'uma maneira ou de outra, se querem gozar da vida como se deve gozar d'ella.

[...]

A ociosidade é uma maldição para o homem, mas não assim o trabalho. A ociosidade róe o coração dos homens e das nações e consome-os como a ferrugem faz ao ferro.<sup>73</sup>

A ociosidade e a preguiça, formas correlatas de aversão ao trabalho, são imagens que informam as representações do trabalho nesse período, buscando instituir um imaginário em que a desigualdade entre homens não apareça como resultante das formas de exploração e apropriação da produção e sim como recusa, ou fruto do trabalho. Não por acaso, o preguiçoso foi classificado como

[...] uma entidade superflua no globo terrestre [...] um ente inútil, sem valor, sem vigor da lucta pelo trabalho, do sacrificio pela vida, do heroismo pela coragem, da abnegação pelo dever.

O seu viver é tétrico, abrigado à sombra de presagios, em busca do futuro que lhe há de vir funesto.

Evitae desde cedo de ser preguiçoso, porque a preguiça é um vicio horrendo e abominavel, que prejudica a creatura.<sup>74</sup>

Se a preguiça é um vício horrendo e abominável, o trabalho é justamente o oposto: é vida. Ambos, trabalho e vida são manifestações da criação que devem ser honradas pela ação

<sup>71</sup> RICOS e pobres. *O Progresso*, Uberabinha, n. 91, 20 jun. 1909, p. 1 (destaques do autor). Acervo ArPU.

<sup>72</sup> Representações semelhantes aparecem nos diferentes órgãos da imprensa regional. Os significados de positividade do trabalho podem ser apreendidos nos jornais de traço humorístico (Ver: CELINA e Bonifácio. *O Juvenil*, Patos de Minas, n. 5, 28 jun. 1911, p. 1. Acervo AF; ROMERO, Sylvio. *O Trabalho. A Carapuça*, Patos de Minas, n. 8, 03 out. 1915, p. 1. Acervo AF).

<sup>73</sup> O TRABALHO. *O Commercio*, Patos de Minas, 02 jun. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>74</sup> O PREGUIÇOSO. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 73, 07 abr. 1912, p. 1; TRABALHAR. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 45, 17 set. 1911, p. 1. Acervo LEPEH.

individual em busca da utilidade coletiva. Tal honradez é o que permitiria aos trabalhadores gozarem no céu as alegrias do triunfo. A inspiração para a elaboração dessas representações do mundo do trabalho advém da Encíclica *Rerum Novarum* de 1891 cujas interpretações começaram a circular, ainda no século XIX, nos sertões mineiros<sup>75</sup>.

A abolição da escravidão e a passagem do Império à República significaram, para as classes trabalhadoras, um agravamento das condições de vida, em suas dimensões sociais, econômicas e políticas, em razão das prioridades administrativas estabelecidas pelos governos republicanos. Campos Sales, cuja administração caracterizou-se pela busca do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do país, afirmava em carta enviada em 1899 ao governador da Bahia, Luís Viana, que

É evidente que não poderei desempenhar-me dessa missão sem criar desgostos e sem sublevar os sentimentos daqueles que, por motivos de ordem material ou moral, venham a ser atingidos pelos efeitos das medidas de restrição, que o governo é obrigado a aplicar [...] compreende-se quanto é fácil sublevar paixões e exaltar os ânimos quando se fala *em nome dos interesses dos operários, lançados à miséria, em uma situação já de si tão angustiada. Eis o que viriam dizer os exploradores de um público fácil e acessível aos ardis da hipocrisia sentimental.* [E] cada um dos que perdem alguma vantagem adquirida é um descontente: ao seu lado agrupam-se os patronos dos *interesses sacrificados* e também dos *direitos adquiridos*, e para logo formam-se legiões de *desgostosos*.<sup>76</sup>

Campos Sales não seria o primeiro, nem o último, dos governantes brasileiros a afirmar sua preocupação quanto às péssimas condições de vida dos trabalhadores, sem contudo desenvolver uma política que atenuasse, ou solucionasse, essa situação. Projetos de reforma social não foram implementados sob o argumento de que todos os sacrifícios se justificariam pelo serviço à Pátria encarregando-se a polícia dos desgostosos. Essa indiferença combinada com repressão policial não impediu o surgimento de resistências dos trabalhadores e de movimentos de reivindicação por melhores salários e de baixa do custo de vida nos espaços urbanos e rurais desde o final do século XIX. A intensificação da participação política das classes trabalhadoras pode ser percebida nas representações que são veiculadas sobre esse personagem. Como assinalam os historiadores Francisco Foot-Hardman e Victor Leonardi,

O operário era concebido pela burguesia, como um agitador e marginal perigoso, espécie de bandido infiltrado na fábrica, ou – na melhor das

<sup>75</sup> CARTA Encyclica de Sua Santidade Leão XIII. *Jornal de Uberaba*, n. 68, 25 jul. 1897, p. 1. Acervo HH.

<sup>76</sup> SALES, Campos. Da propaganda à presidência. São Paulo: [s.n.], p. 271-275 apud CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989. p. 20. “Posso, pois reiterar o conceito de que, e ainda por muitos anos, e eu vos falo para o minuto de um quadriênio, entre nós, em São Paulo pelo menos, a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social” (Washington Luís, 1927 apud PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 33).

hipóteses – como um ignorante, um tipo débil mental que necessitava da proteção do capitalista. Nessa segunda variante, surgia um paternalismo conservador, eivado pela visão clerical e burguesa dos ‘pobres desamparados’. Tanto num caso como no outro, o proletário era concebido como marginal: bandido ou pobrezinho, era necessário reprimi-lo e controlá-lo dentro e fora da fábrica. O horizonte da vida de cidadão, isto é, do acesso às liberdades democráticas desenvolvidas nas sociedades burguesas mais antigas, inexistiu, como tendência geral, no caso do proletariado de países como o Brasil.<sup>77</sup>

Se as mobilizações dos trabalhadores, na luta por melhores condições de vida, expressam uma dinâmica diversa nos centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora, entre outros, nas regiões mais a oeste de Minas Gerais, onde ainda se tem poucas notícias de suas ocorrências, vê-se que elas sensibilizam as elites políticas e intelectuais da região, obrigando-as a um esforço de esvaziamento do sentido político dessa luta.

Com efeito, a imprensa noticiou uma greve de carroceiros e trolystas na cidade de Araguari em 1907, ressaltando o caráter ordeiro e pacífico do movimento e afirmando que,

Como sempre acontece em lugares pequenos, onde só se pensa em politiquices, quis-se emprestar a greve intuitos políticos, afim de magoar-se o agente executivo municipal, mas toda pessoa justa e imparcial vio (ilegível) que estavam dando serios prejuisos aos seus interesses economicos e usaram de um direito hoje universalmente reconhecidos aos infelizes operários, quando são lesados em seus direitos afim de reivindicar-os. O direito de greve é sagrado e hoje triumphante e a parede dos trolystas e carroceiros de Araguary veio muito a proposito tanto é assim que a camara municipal tratou logo de mandar reparar as ruas e essa medida sancionou o proceder dos grevista, vendo-se que os mesmos não obedeceram a suggestões politicas e nem a interesses pequeninos e procuraram somente zelar os seos interesses, que estavam sendo demasiadamente lesado.

---

<sup>77</sup> FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982. p. 193. Ver ainda: KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981; LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta. A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; SALLES, Iraci Galvão. *República; a civilização dos excluídos. Representações do ‘trabalhador nacional’. 1870-1919*. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec: UFMG: Instituto Nacional do Livro, 1988. “O proletariado será desterrado pela ideologia dominante combinada à repressão férrea, inexistindo como parte da ‘realidade nacional’: não se trata ainda da tão decantada exclusão política; a exclusão, aqui, é anterior ao mundo da cidadania e dos direitos políticos, é sociocultural, é ampla e indiscriminada. Excomunga-se o proletariado, como *raça de bárbaros* do convívio no espaço e no tempo dos *civilizados*; trata-se de uma exclusão do direito de vida além de sua reprodução mecanizada como força de trabalho ‘pura’, ele arrancou-o a duras penas na luta de classes; e, para o discurso burguês, era necessário, a todo momento, extirpar essas lutas e conquistas como obras de malfeitores estrangeiros ‘disfarçados’ de operários” (FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão*. Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002. p. 68, 69).

O procedimento dos grevistas foi nobre e com grande requinte de delicadesa.<sup>78</sup>

Como se tratava de movimento ordeiro, fundado no ‘sagrado’ direito de greve, as manifestações conseguiram bom êxito, pois, como assinalou o artigo, a câmara municipal tratou logo de mandar reparar as ruas. Evidencia-se uma tendência dos jornais em retirarem os olhares de seus leitores do sentido político das mobilizações operárias.

Em 1910, a narrativa de outro episódio organizado pelos operários, com desfecho violento, revela a intensidade das resistências interpostas à exploração. Segundo ressalta o jornal os operários da Estrada de Ferro de Goyas, resolveram reivindicar o pagamento integral dos salários e a redução da carga horária de trabalho. Alberto de Almeida, operário português, que se apresentou como porta voz dos reclamantes, foi ferido no braço por um tiro desferido pelo engenheiro chefe da construção, o Dr. Luiz Schnoor. O jornal destaca a violência e silencia sobre a legitimidade das reivindicações e o seu atendimento. A notícia se transforma em artigo policial e assim o jornal informa que o crime, diante da leveza do ferimento, constatado pelos peritos, foi rapidamente esquecido<sup>79</sup>.

Além das greves e dos movimentos públicos de protestos, os trabalhadores também procuraram organizar suas lutas através das associações que tinham como objetivos, não apenas a defesa de seus interesses junto aos empregadores, como também construir elementos formais de solidariedade. Com tais propósitos foi criada, no início da década de 1910, a Liga Operária de Uberabinha, buscando “despertar o sentimento de solidariedade para com os operários de todas as classes”<sup>80</sup>.

Em 1914 surgirá outra Liga Operária, uma associação “que defenda os interesses da classe e promova o seu bem estar, socorrendo os seus associados quando por doença ou falta de trabalho se vejam em dificuldades”<sup>81</sup>. Em 1924 foi a vez da Sociedade União dos Chauffeurs, também em Uberabinha<sup>82</sup>.

Conforme o historiador Oliveira Mello, foi apenas em 1934 que surgiu “em Patos de Minas a primeira Associação de Classe com o nome de ‘Liga Operária de Socorro Mútuo

<sup>78</sup> GREVE. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 7, 13 fev. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>79</sup> OPERÁRIOS reclamantes. *Araguary*, n. 738, 10 dez. 1910, p. 1. Acervo HH.

<sup>80</sup> LIGA Operária. *O Progresso*, Uberabinha, n. 184, 22 abr. 1911, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>81</sup> Idem, n. 354, 02 ago. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>82</sup> SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia*. Uberlândia: [s.n.], 2002. p. 110. v. 2. Para uma abordagem historiográfica, que procura compreender os modos de vida dos trabalhadores de Uberabinha, ver: BOSI, Antônio de Pádua. *Constituição do espaço urbano e conflito social*. Uberabinha, 1888-1922. 2002. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2002.

Olegário Maciel<sup>83</sup>. Já desde 1929 observa-se que o *Gazeta de Patos*, estimulava a fundação de uma União Operária que congregasse “os trabalhadores de todos os officios, para juntos tratarem do bem estar de cada um, promovendo a sua defesa, a sua instrução, a sua educação moral, intellectual e civica, visando sempre proteger e fazer prosperar os interesses dos associados”<sup>84</sup>. Não se tem confirmação da criação da União Operária em Patos de Minas, mas, há informações da fundação de uma instituição similar na cidade de Patrocínio no final da década de 1920<sup>85</sup>. Em Uberaba, embora o historiador Hildebrando Pontes não registre as datas de fundação, encontramos a Associação dos Choferes e Condutores de Veículos, que provavelmente foi criada na década de 1920<sup>86</sup>.

Reconhecemos nessas iniciativas manifestações da resistência individual e coletiva dos trabalhadores da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba à exploração intensa de sua mão-de-obra, à pauperização de suas condições de vida, às intenções de afastamento político. Isso implica pensar que os trabalhadores, como categoria que representava o trabalho como um meio de satisfação de suas necessidades e liberdades, não assujeitavam fácil e nem plenamente às prescrições sociais de sua época. Dentre elas as que definiam o trabalho como uma missão cujo cumprimento levaria a uma satisfação futura, a uma salvação pós-morte, a uma glorificação extramundo. Não por acaso, a emergência das organizações de trabalhadores, coincidindo com o avanço das idéias e práticas anarquistas e socialistas, assusta e ameaça as elites locais. Estas, ao perceberem a amplitude e os riscos dessa movimentação, mostrar-se-ão preocupadas em criar meios para conter, controlar e mesmo extirpar o perigo vermelho.

Assim, o Padre Cura, em artigo de 1912, argumentava que uma sociedade civilizada se caracterizaria pela união dos “inúmeros representantes da variadissima atividade humana, agrupados pela comunhão da vida, de costumes...”. Para ele, a vida econômica, religiosa e política representava dimensões de uma sociedade que deveria, pela ação do Estado, mostrar-se coesa. Essa coesão seria a garantia do bem comum dos indivíduos e da coletividade. O articulista ressalta que o aparecimento de organizações socialistas, embora expressasse a prática de direitos da parte dos mais humildes diante das transformações da vida moderna, deveria ser feito sem o uso da violência, pois

---

<sup>83</sup> OIVEIRA MELO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971, p. 266.

<sup>84</sup> UNIÃO Operária. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 14, 10 nov. 1929, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba, e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 418



Todos, não excluídos os mais humildes, querem assentar-se no grande banquete da civilização e ninguém os condenará por isso: é justo. Com o critério da mais estricte justiça, os desamparados da sorte aspiram a maior somma de bem estar temporal e moral e, com esses intuitos, elles que são a grande maioria do corpo social, aguilhoados pela necessidade e fortes de numero, enfeixam-se em phalange e em legião e reclamam o seu inalienavel quinhão. Surgiram as primeiras agremiações socialistas no meio das sociedade burguezas, alarmando o conservadorismo, farto e satisfeito, com o clamor das inadiaveis reivindicações proletárias. Quando um interesse evidente, racional e legitimo, com o escopo de acrescentarem o seu bem estar material e moral, move os homens a se agremiarem, para fazer valer os seus indeclinaveis direitos, chamem se elles socialitas, embora, fazem acto licito de melhoramento social.<sup>87</sup>

As agremiações socialistas e suas reivindicações eram legítimas desde que distanciadas das aspirações revolucionárias, violentas e subversivas. A busca da justiça social a se realizar na terra, na sua opinião, na medida em que aproximava o socialismo das doutrinas do Evangelho e na Religião encontraria “favor, apoio e sanção”<sup>88</sup>.

Padre Cura ainda insistiria no papel do Estado como interventor capaz de manter a ordem e normalizar as organizações sociais. Para ele,

Evidentemente a ordem economica faz parte dos interesses temporaes da sociedade. O Estado tem, portanto, o direito de intervir, assim para favorecer e promover o bem estar geral, como para impedir que este bem estar se ponha em perigo, perturbando-o, e que tão funesta perturbação alcance também a ordem moral e religiosa.<sup>89</sup>

Padre Cura retomaria, dias mais tarde, sua argumentação, reiterando o papel do Estado moderno na garantia do bem estar, na proteção aos pobres e trabalhadores da exploração exagerada e no exercício do direito de se associarem de modo ordeiro e pacífico sob os desígnios do cristianismo, ou de partidos políticos com conteúdos programáticos católicos como o Partido Regenerador. Advogava a legitimidade de um socialismo cristão, sob as influências das formulações do Papa Leão XIII e sua doutrina social, pois

A Igreja volta-se aos pobres, para os humildes e para os proletários, que são a grande e precipua parte de sua herança divina, e amavelmente lhes faz ver como o trabalho é necessário para a sua redempção com a pobreza não é defeito, nem o trabalho acarreta desonra; como cada um deve supportar a condição propria de humanidade, como dever de justiça para o trabalhador é de fazer fielmente a obra que livremente e conforme equidade fôra estipulado; como não deve fazer offensa nem à vida nem à propriedade de outrem; como, mesmo na defeza dos proprios direitos, se deve abster de

<sup>87</sup> SOCIEDADE e Socialismo. *O Progresso*, Uberabinha, n. 221, 13 jan. 1912, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

actos violentos e inconsultos. Isto tem feito a Igreja, isto faz a Igreja no interesse material e moral da sociedade...<sup>90</sup>

Interessante essa representação do socialismo cristão que articula as diretrizes de atuação da Igreja Católica, sua hierarquia e os leigos, com as formulações dos princípios liberais. Daí o hibridismo de uma proposta que prega o respeito aos contratos de trabalho e à propriedade privada, como as condições de manutenção da ordem social e, sobretudo, do engendramento de uma fraternidade universal, baseada na *igualdade substancial dos homens*<sup>91</sup>.

Segundo o referido Padre Cura, os socialistas acusaram injustamente a Igreja de permanecer ao lado dos “ricos, fortes e prepotentes”. Atirado às mãos oportunistas, o socialismo moderno reduziu-se a uma profissão: “uma decoração espetaculosa”, de onde emerge “a degenerescencia do socialismo e sua queda fatal para a irreligião, a revolução, a anarquia”<sup>92</sup>. Em meio à condenação das greves, consideradas atos irracionais e violentos, o articulista segue no exercício de desqualificação do pensamento e ação dos socialistas que inclui um viés xenófobo, haja vista que ressalta o fato de que os “companheiros” agitam e fomentam a desordem, entretanto na hora da luta cerrada “abandonam mais que depressa a casa e a causa do povo; tomam a bicicleta, a ferrovia, o automovel e raspam-se para outras plagas menos quentes ou mais evolutas”<sup>93</sup>. À distância e seguros, podem ostentar “na corrente do relógio a medalhasinha com a effigie de Carlos Marx e no pescoço esticado uma gravata inflamada”<sup>94</sup>. Ao ressaltar o que lhe parecia a origem estrangeira dos estímulos à subversão da ordem, o jornalista sinaliza também para os perigos quanto ao processo de construção do trabalhador nacional.

Ainda em 1912, atestando a crise econômica que atravessa o país e a mobilização dos trabalhadores, o Padre Cura contesta o direito do trabalhador ao produto íntegro de seu trabalho, segundo formulação marxista. Na defesa do capital, o autor propalava a existência de elementos como a matéria-prima, além dos riscos inerentes à própria atividade de investimento que não poderiam entrar no cálculo do valor do trabalho. Assim, o trabalhador deveria lutar pelo cumprimento do “contracto [que] estipula um beneficio certo e determinado, o *salario*, que ele reconhece ser a justa retribuição da sua mão de obra, o

<sup>90</sup> SOCIEDADE e Socialismo II. *O Progresso*, Uberabinha, n. 222, 20 jan.1912 p. 1. Acervo ArPU.

<sup>91</sup> Ibidem. Acompanhando os termos da *Rerum Novarum*, Padre Cura, sugere que a ordem social estará garantida pela interposição de limites à exploração dos operários, expresso no tipo de trabalho, quantidade de horas trabalhadas e no pagamento justo e pontual dos salários.

<sup>92</sup> SOCIEDADE e Socialismo III. *O Progresso*, Uberabinha, n. 223, 27 jan.1912 p. 1. Acervo ArPU.

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> Ibidem.

correspetivo do seu trabalho”<sup>95</sup>. Em um ambiente de crise, segundo o jornalista, o respeito aos contratos garantiria ao trabalhador a continuidade dos salários necessários. Desse modo, a elevação dos benefícios dependeria do sucesso do empreendimento.

Observa-se o propósito em desqualificar qualquer movimentação dos trabalhadores que escapassem das assertivas cristãs e liberais. Isso possibilita ao articulista obscurecer o sentido excludente e restritivo da produção, acumulação e distribuição de riqueza no sistema capitalista<sup>96</sup>. Além disso, percebe-se como a imprensa de influência católica procurava distinguir política social, encetada pelos cristãos, do socialismo, ao enfatizar que a Igreja se preocupava com o lado espiritual e material na mesma medida. Desse ponto de vista, procurava-se demonstrar que se a questão social não se resolvera ainda não se deveria atribuir qualquer culpa à doutrina católica, pois a crise se manifesta “não é porque nos seus ensinamentos não esteja a verdadeira solução, mas sim, porque ella não é ouvida e acatada com deveria sel-o”<sup>97</sup>.

Como mostra John Wirth, Minas Gerais tornar-se-ia, na década de 1910, o centro do movimento católico leigo. Na luta contra a laicização, os padres recrutaram os profissionais liberais e os trabalhadores, de modo a formar uma ampla frente de combate<sup>98</sup>. Efetiva-se assim a participação da Igreja na organização do operariado através de seu “projeto de restauração católica”. Era essa uma das conclusões a que chegavam os participantes do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, realizado em 1922. Para eles, os “católicos deveriam intensificar o trabalho de organização dos operários com urgência no Brasil”<sup>99</sup>.

Em continuidade ao projeto de restituição do catolicismo aos seus lugares de ‘direito’, foi fundada em 1919, na cidade de Belo Horizonte, a Confederação Católica do Trabalho. Assessorada pelos padres da Congregação dos Redentoristas, como analisou Eliana Dutra, seus princípios de ação programática compreendiam a

<sup>95</sup> O PRODUCTO do Trabalho. *O Progresso*, Uberabinha, n. 228, 02 mar. 1912, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>96</sup> PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994. Entre as frações da classe dominante se estabelece uma disputa pela hegemonia que faz com que as frações derrotadas tornem-se subordinadas aos interesses da fração hegemônica, resultando numa relativa exclusão dos processos econômicos e políticos que determinam os níveis de acumulação (Ver: PERISSINOTO, Renato M. *As classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994).

<sup>97</sup> PALESTRAS vagantes. Ainda o problema social. *O Progresso*, Uberabinha, n. 328, 31 jan. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>98</sup> WIRTH, John D. *O fiel da balança*. Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p 180 et seq. AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação católica do trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte, 1919 – 1930*. (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007

<sup>99</sup> DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem*. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933. São Paulo: UNESP, 1996. p. 104, 105.

Fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade; Toda a ação operária não deve excluir Cristo e sua Igreja; Toda a ação operária deve obedecer aos princípios traçados na Encíclica *Rerum Novarum* e em outros documentos pontifícios; Toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; Toda a ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio da autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.<sup>100</sup>

Essa confederação representava dezoito sindicatos e seus objetivos estavam sintonizados com os do movimento católico na primeira República: a despolitização, a desmobilização, a domesticação dos trabalhadores através do reconhecimento e da submissão à autoridade<sup>101</sup>. Vê-se estabelecer o predomínio das representações que não apenas positivam o trabalho, mas, também, sinalizam um processo de significação religiosa do mundo do trabalho, expressa na imagem amplamente veiculada de que todos os seus participantes seriam, em comunhão, chamados à mesa do Senhor<sup>102</sup>.

Como evidência do sucesso da ação da Confederação Católica do Trabalho encontramos um artigo em jornal da cidade de Patos de Minas em que o articulista conclama os trabalhadores da cidade a criarem uma União Operária, nos moldes da existente na vizinha cidade de Patrocínio, atenta aos princípios da *Rerum Novarum* e da Confederação. Os operários, congregados na *União*, se fariam sadios e fortes, capazes de, resistindo à exploração e aos maus tratos “vencerem na vida, no entanto, muita cautela para não se filiar a grupos anti-catholicas que, com bonitos rotulos e reclamos espalhafatosos, fazem promessas retumbantes, visando antes de tudo materializar o homem e degenerar a mulher”<sup>103</sup>.

Essa ênfase reiterada dos discursos religiosos e laicos, acerca dos perigos da vida moderna, quanto à crise moral decorrente da laicidade e do anticlericalismo, atua como estratégia de convencimento e de cooptação dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade mineira para as hostes católicas. Entretanto, a reiteração aparece também como evidência dos limites interpostos aos poderes de conformação da sociedade. Assim, as lutas e os conflitos sociais nos chegam através da repetição dos discursos que nos (in)formam e

<sup>100</sup> NOSSO PROGRAMA. *O Operário*, Belo Horizonte, n. 1, 19 jul. 1920, p. 1, 2 *apud* DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec/UFMG/Instituto Nacional do Livro, 1988. p. 158.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

<sup>102</sup> O programa do Partido Regenerador reitera as formulações papais quanto à questão operária: “Onde são estabelecidos os verdadeiros e únicos princípios que podem levar o bem estar à classe operária e a maior harmonia entre esta e a dos patrões” (PARTIDO Regenerador. *Ao povo*. In: *Boletim Diocesano*, 1909 *apud* OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *História de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. p. 1551).

<sup>103</sup> UNIÃO Operária. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 14, 10 nov. 1929, p. 1. LEPEH.

procuram naturalizar as desigualdades entre os homens. É nessa dimensão que podemos compreender um artigo publicado num jornal da cidade de Belo Horizonte em 1933. Conforme ensinava aquele periódico,

O primeiro principio a pôr em evidência, é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados aos mesmo nível. É, sem duvida, isto o que desejam os *socialistas*; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão multiplices como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, donde nasce expontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos individuos; porque a vida social requer um organismo mui variado e funções mui diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções, é principalmente a diferença de suas respectivas condições.

Sim, a dor e o sofrimento são apanágio da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir; mas não o conseguirão nunca, pois mais recurso que empreguem e por maiores forças que para isso desenvolvam. Se há quem, atribuindo-se o poder fazê-lo, prometa ao pobre uma vida isenta de sofrimento e de trabalho, toda cheia de repousos e de perpétuos gozos, certamente engana o povo e lhe prepara laços, onde se ocultam para o futuro mais terríveis calamidades que as do presente. O melhor partido consiste em ver as coisas tais quais são, e, como dissemos, em procurar o remédio que possa aliviar os nossos males. O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra. Como se a natureza tivesse armado o rico e os pobres para que batessem mutuamente num duelo.<sup>104</sup>

Não obstante a explicitação da face autoritária do discurso de matiz religioso<sup>105</sup>, as representações sobre o trabalho e o trabalhador que ele veicula – homem, força, sofrimento, redenção, paciência e submissão frente às diferenças e desigualdades, regeneração, harmonia, espírito cooperativo, moral cristã –, são “constitutivas de uma política de produção de identidades”<sup>106</sup>. Os corpos, individualizados, devem convergir às prescrições, manifestando

<sup>104</sup> PALAVRAS cristãs sobre alguns pontos da questão social. Extratos da Encíclica ‘Rerum Novarum’ de S. S. Leão XIII. Desigualdade social. Harmonisemos as classes. *A Bandeira*, Belo Horizonte, 1933. HH. Na perspectiva da exploração ideológica em que o trabalho é apresentado como humanizante e regenerador a imagem do “Cristo operário” desempenha papel saliente nos escritos dos intelectuais católicos. Vejamos: “[Jesus] quis nascer operário, entre operários. Entre eles escolheu seus apóstolos, e estes continuaram a tradição, trabalhado em meio das fadigas de sua árdua missão. Pregaram sempre, pela palavra, e pelo exemplo, a obrigatoriedade do labor. Assim também a Igreja, que a seus filhos impoz sempre a lei do trabalho” (CALÓGERAS, João Pandiá. *Conceito Christão do Trabalho*. São Paulo: Ed. Nacional, 1932. p. 44 *apud*. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 89).

<sup>105</sup> “O louvor à submissão e à ordem, tuteladas pelos valores sagrados, fornecia elementos legitimadores para formas de dominação administradas pelo Estado ou aquelas vigentes, há muito tempo, no âmbito desta sociedade” (DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933. São Paulo: UNESP, 1996. p. 143). Ver também: LENHARO, op. cit., p. 155.

<sup>106</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre ‘violeta’ e ‘violetas’ ou a política de produção de identidades. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). *Literatura e histórias: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 231-258.

utilidade e eficiência<sup>107</sup>, projetando a imagem do trabalhador nacional: homem ordeiro, disciplinado, afeito ao trabalho regular e respeitador da propriedade alheia, conforme as representações veiculadas através do ideário cristão e liberal.

Entretanto, os sujeitos são afeitos aos jogos das resistências. Experiência social que desconstrói e fragmenta a subjetividade que as práticas de dominação desejaram, única, homogênea, linear. A tentativa de esmiuçar o processo de construção do mundo do trabalho nos permite uma aproximação do imaginário que lhe constitui.

---

<sup>107</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 127.

## CAPÍTULO 3

### CIVILIZAR O SERTÃO, MODERNIZAR AS GERAIS: PRÁTICAS HIGIENIZADORAS

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem andasse por negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos. (Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*)

[...] em primeiro lugar, um progresso das humanidades em si, e não de suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, idéia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral (...) A idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha. (Walter Benjamim. *Sobre o conceito da História*).

#### 3.1 No coração do Brasil

A nascente República, com seu federalismo mitigado<sup>1</sup>, carente de símbolos que expressassem a instauração de um novo tempo<sup>2</sup>, elegerá, entre outros, o sertão como um dos lugares onde o Brasil se regenerará encontrando-se com as matérias primas da futura civilização.

Nesse sentido, abordar as representações sociais do espaço do sertão significa uma tentativa de compreender a instauração de uma historicidade sobre o lugar e os processos de formulação dos projetos políticos que incitam um olhar sobre o interior do Brasil. Entre as

---

<sup>1</sup> IGLESIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil. 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 200.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas; o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

justificativas para a ocupação e intervenção sobre os espaços do interior do país estão: a necessidade econômico-financeira e a estratégia militar. Entretanto, sob a influência e participação direta da ciência médica e suas orientações higienistas e eugenistas, bafejadas pelas teorias raciais em curso, as elites brasileiras colocam em perspectiva a criação de condições para o estabelecimento de uma identidade nacional brasileira, que se expresse em sujeitos consoantes com os princípios de ordem, progresso e civilização. O pressuposto que sustenta as ações violentas empreendidas, com a mediação do Estado, contra as classes populares, e os violentos projetos reformistas de que elas são objeto, se baseiam na suposta ausência do povo, e no desejo – que alimenta os sonhos da classe dominante, como assinala a crítica de José Murilo de Carvalho –, de informar uma “massa inerte, doente, analfabeta, que só poderia ser tratado de maneira paternalista, quando não autoritária e tecnocrática”<sup>3</sup>.

O processo de desqualificação dos homens e mulheres pobres, empreendido pelas elites políticas, intelectuais e proprietárias, se atualiza a partir do final do século XIX. Sua determinação se baseia na observação direta, que constrói o espaço e o homem doente, com mecanismos científicos renovados de diagnóstico e programa de tratamento, que não fossem exóticos à realidade brasileira, de modo que o saneamento material e moral do país fosse conduzido pela nova verdade da nova ciência.

Assim, procuramos compreender as articulações entre as representações do homem e do espaço na instituição do mundo do trabalho e no processo de construção do trabalhador nacional, destacando as formulações da medicina social, que colocam as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na rota da urbanização civilizadora. Desse modo, suas populações se vêem inseridas, conforme assinalou Francisco Foot Hardman, no drama da modernidade que

[...] constitui-se precisamente do choque que interrompe o fluxo da experiência tradicional, na destruição sistemática desses espaço-tempo insulados, no esquecimento produzido pelo desencontro das linguagens, na lógica desestruturante das identidades comunitárias, na violência como apanágio legal do Estado.<sup>4</sup>

Voltando-se para o interior do país, o presidente da República do Brasil, Floriano Peixoto, nomeou, em 1892, uma comissão encarregada, por determinação constitucional, de demarcar uma área de 14.400 km quadrados no território central do país, local onde seria

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 96-115, 2003.

<sup>4</sup> FOOT HARDMAN, Francisco. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305; FOOT HARDMAN, Francisco. *O trem fantasma*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; COSTA, Ângela Marques da; SCHAWARCZ, Lília Moritz. *1890-1914; no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



instalada a nova capital do Brasil. Formou-se então a *Comissão Exploradora do Planalto Central* liderada pelo astrônomo belga Luiz Cruls (1848-1908) cujo objetivo, nas palavras de Antão Gonçalves, ministro de Obras Públicas, era

[...] proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento exato da posição astronômica da área a demarcar, da orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade e qualidade das águas, que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. da região explorada e tudo o mais que diretamente se ligue ao assunto que constitui o objeto da vossa missão.<sup>5</sup>

Uma vez demarcado o *centro*, Floriano Peixoto teria afirmado que a capital da República seria transferida, ainda que houvesse a necessidade de instalá-la em barracas. Cruls, entretanto, mostrava ao general Hastímphilo de Moura que essa atitude não seria necessária posto que algumas empresas já demonstrassem interesse em empreender as obras características de uma cidade moderna<sup>6</sup>.

É assim impulsionada por essa onda de otimismo, de percepção e crença no triunfo da ciência que a *Comissão* chegou até a cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, usando o transporte ferroviário, e daí seguiu até Pirenópolis no lombo de burros e cavalos, cortando toda a região em direção ao rio Paranaíba, obstáculo hidrográfico entre Minas Gerais e Goiás. Feita a demarcação, o retorno dos homens de ciências, ao menos de um dos seus grupos, se fez por outra área do Estado de Goiás, passando desta vez pelas cidades de Morrinhos e Santa Rita do Paranaíba, atualmente Itumbiara, entre outras<sup>7</sup>.

Em seu relatório, o Dr. Luiz Cruls destacará os elementos de salubridade da região demarcada e do seu entorno afirmando que seu sistema hidrográfico e seu clima permitiriam a instalação de uma cidade moderna e populosa com perfeitas condições de saúde pública. Segundo ele, esta era uma região onde o imigrante europeu poderia aclimatar-se sem prevenções de higiene. As conveniências em ocupar estas zonas estavam evidentes tanto em virtude de sua salubridade, quanto de suas riquezas naturais. O maior obstáculo seria a falta de trabalhadores capazes para explorá-las e dar materialidade ao progresso do Brasil. Quanto às inconveniências Cruls afirmava:

<sup>5</sup> INSTRUÇÕES de Antão Gonçalves de Faria Ministro de Obras Públicas ao Dr. Luiz Cruls. 17/05/1892 *apud* CRULS, Luiz. *Planalto Central do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 65.

<sup>6</sup> MOURA, Hastímphilo de. In: CRULS, Idem, p. 41. “Implantação da nova capital, dizia Moura, em ponto que congregue todas aquelas dádivas da natureza, a principio concebida por cérebros em cogitações abstratas, depois emancipada por técnica emancipada de preconceitos egoísticos, será justo orgulho de brasileiros, que verão surgir moderna e majestosa cidade em posição virgem de qualquer anterior trabalho humano” (p. 42).

<sup>7</sup> No retorno ao Rio de Janeiro um grupo da *Expedição* parte da cidade de Goiás passando, como já disse, por Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba, Monte Alegre, Santa Maria e Uberaba; o outro grupo sai da cidade de Formosa passando por Almocafé (Serra Nova dos Cristais ou Cristalina), Catalão, Três Ranchos, Bagagem, Água Suja (Romaria) e Uberaba.

[...] acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às idéias progressistas e que considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso.<sup>8</sup>

Nos relatórios produzidos pelos vários cientistas que participaram da *Comissão* evidencia-se o esforço de convencer os leitores, autoridades intelectuais e políticas, quanto à viabilidade do projeto. Com efeito, não apenas a exposição dos dados científicos, mas, também, o traço retórico centrado na repetição das qualidades do sertão no que se refere às condições de habitação humana, são evidências do esforço de dirimir os preconceitos em relação à região devassada.

Em seu relatório, o Dr. Antonio Pimentel, médico higienista participante da exploração do interior do Brasil, reclamava que ainda naquele tempo a região observada era considerada doentia, quente, e inóspita. Ao contrário, tal região seria, segundo o autor, favorável aos europeus em razão da sua salubridade geral; de sua localização. Essas condições possibilitariam a instalação de um promissor comércio, interno e externo, além de assegurar uma perfeita defesa militar. Pimentel condenava, como pura fantasia, romance, aquelas imaginações que davam conta dos perigos da viagem, das dificuldades em se estabelecer comunicações com as zonas litorâneas, da presença de ferozes monstros nas matas e rios da região e de índios antropófagos<sup>9</sup>.

Observamos que o relatório não se ocupa apenas em descrever a área demarcada e destinada à nova capital. Toda a faixa interiorana compreendendo parte de Minas Gerais e Goiás tornou-se objeto do olhar atento dos exploradores. Sob os cuidados das ciências, as áreas do oeste mineiro, em especial as regiões do Triângulo Mineiro, e do outro lado do rio Paranaíba, o Sul e Sudoeste goiano, graças a seus recursos naturais, emergem como possibilidades, quase inquestionáveis, nas propostas de construção da nova capital.

A ciência inventava uma região cujas terras eram férteis, o clima ameno, as riquezas naturais abundantes, as águas sempre salubres, o regime de chuvas propício para o cultivo

---

<sup>8</sup> CRULS, Luiz. *Planalto central*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 107 et seq.

<sup>9</sup> RELATÓRIO do Dr. Antonio Pimentel. In: CRULS, Idem, p. 160, 166, 204. Candido Rondon, outro 'explorador' dos sertões brasileiros, elabora representações sempre positivadas dessas regiões adotando a perspectiva da construção da identidade nacional. Ele enfatiza a importância do homem do interior no processo de colonização e integração das vastas terras brasileiras por intermédio do telégrafo e da ferrovia. Cf. MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. *Projeto História: Espaço e cultura*, São Paulo, PUC, EDUC, n. 18, 1999, p. 176.

agropecuário. Toda ela propícia à saúde, da *princesa do sertão*<sup>10</sup> – a cidade de Uberaba –, ao *centro*, área demarcada pela expedição, denominada também ‘coração do Brasil’. O projeto de construção da capital se mostrava relacionado aos programas de construção da nação – preocupação predominante nos momentos iniciais da ordem republicana – pelo menos em uma de suas vertentes informadas pelo projeto de interiorização como fator de integração nacional<sup>11</sup>.

Nos relatórios da *Comissão Exploradora*, apresenta-se a visão binária de oposição entre o sertão e o litoral, barbárie e civilização, rural e urbano. Neles se percebe a importância determinante do meio ambiente na configuração do continente civilizado<sup>12</sup>. Notamos também a presença problemática da unidade territorial e da integração populacional como condição necessária à construção da nação. Nesse sentido, vai ganhando força a representação que dá conta de um sertão atrasado, isolado, inculto, distante do centro dinâmico, mas não degenerado, portanto, essencial ao progresso<sup>13</sup>.

Assim, as representações da natureza paradisíaca do sertão encontradas nos relatórios da *Comissão*, tornar-se-ão recorrentes no pensamento social e expressarão as posições ambivalentes sobre as suas efetivas virtudes e potencialidades modernizantes<sup>14</sup>. A historiadora Márcia Naxara, ao comentar a predominância da dicotomia cidade-litoral/campo-sertão, sertão/atraso, cidade/progresso, nas descrições da exuberante e assustadora natureza brasileira, chama atenção para as dificuldades em se definir o sertão e de como os olhares do século XIX oscilaram entre a representação da natureza conhecida, mas ainda não dominada pelos homens. Segundo a autora,

Sertão, sertões, outro(s) pedaço(s) da natureza brasileira, parte do caleidoscópio, que aparece das mais diferenciadas e diversificadas formas, algo quase que indefinível ou mesmo indefinível e, talvez por isso, atraente – desconhecido – mais sentido do que propriamente apreendido pela razão e

<sup>10</sup> Ibidem, p. 175. O termo *princesa* pode ser significado de três formas diferentes: a mais evidente, que é a representação do feminino; ou, a primeira cidade do sertão; ou ainda, a demonstração da força simbólica do Império. Mais à frente voltarei a este problema, sobretudo na recorrência às imagens femininas na busca de representações para as cidades.

<sup>11</sup> Ao menos, desde 1808, já se falava explicitamente na mudança da capital para o interior do território brasileiro. Numa edição daquele ano, o *Correio Brasiliense* defendeu a criação de uma nova cidade. (cf. CRULS, Luiz. *Planalto central*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 59, 60).

<sup>12</sup> ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão*. Goiás – 1892 a 1912. 1996. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 1996. p. 97, 98, 118.

<sup>13</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*; intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. p. 55 et seq.

<sup>14</sup> O historiador José Murilo de Carvalho observa a persistência de uma visão do Brasil como natureza edênica. De Caminha a Afonso Celso as elites teriam propagado a representação do país como paraíso terreal. As consequências seriam o obscurecimento das construções dos brasileiros acompanhadas da afirmação da ‘não-cidadania’. (Cf. CARVALHO, José Murilo. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>).

dominado pela palavra, prestando-se a representações estéticas de grande força plástica. Mesmo quando descrito, comporta uma variação enorme; são vários os sertões, representados simultaneamente por sertão, mundo meio sem fim que, na verdade, não é nem natureza virgem propriamente, mas também ainda não está sob o domínio completo dos homens e da civilização – lugar pouco ou mal conhecido e difícil de definir.<sup>15</sup>

Em meio às dificuldades de definição, ao longo do século XX a perspectiva de capitalização do sertão será apropriada pelas elites locais e apresentada como o meio eficaz de suprir as muitas carências regionais dentro dos parâmetros da modernização.

Essa tomada de posição nos permite compreender o ataque a que procede o jornal *A Nova Era* quando a Câmara Federal retoma, no início do século XX, a discussão sobre a transferência da capital do país. O articulista vai argumentar que a República enfrenta problemas mais prementes, financeiros e produtivos; e que, mesmo tratando-se de uma determinação constitucional, os parlamentares, os verdadeiros representantes do povo, deveriam colocar à margem tal projeto. Ao que parece, nos debates parlamentares a cidade de Belo Horizonte emerge como potencial candidata a abrigar a nova capital. Nesse sentido, observa-se que o jornalista mostrava-se contrário, menos à mudança da capital para o interior e mais à sua transferência para Belo Horizonte. Para ele, o presidente Affonso Penna

[...] não deve consentir em semelhante medida, ainda mais quando já se falla, o que temos ouvido, que S. Exa. quer salvar a difficil situação que atravessa o nosso Estado fazendo Bello Horizonte capital da República. Sua Exa. não deve se expor a impopularidade e as censuras da maior parte dos brasileiros e mostrar que sabe colocar acima de tudo o bem estar de nossa querida pátria e que é, incontestavelmente um mineiro honrado e digno da posição que ocupa. Este é nosso humilde modo de pensar.<sup>16</sup>

A estratégia discursiva é interessante, pois o autor explicita as razões mais objetivas de sua censura à retomada do projeto apenas no parágrafo final apropriando-se das representações acerca do caráter mineiro como forma de sensibilizar os seus leitores, em especial o presidente da República. Ou seja: o mineiro é imparcial e coloca os interesses gerais, acima dos pessoais. Entretanto, o que está em jogo não é a definição de uma lista de prioridades ou a ação justa do chefe do poder executivo, e sim, o possível deslocamento regional do projeto de construção ou transferência para a nova capital, o que implicaria retirar as áreas do oeste mineiro da rota do progresso.

Aproximadamente uma década depois, o projeto de transferência da capital federal volta à tramitação, dessa vez no Senado Federal. O jornal *A Tribuna* de Uberabinha, fazendo

<sup>15</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*; em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UnB, 2004. p. 32.

<sup>16</sup> MUDANÇA da Capital. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 25, 22 jun. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

ressalvas à situação econômica difícil que atravessavam as finanças do país e às vultosas despesas que um empreendimento desse porte deveria acarretar, defende o projeto, explicitando, então, as razões do incômodo provocado em momento anterior quando se cogitou transferir a capital para a recém construída Belo Horizonte. O articulista defende a transferência, argumentando que “[...] somos, todavia, francamente favoráveis a ella pelo espantoso desenvolvimento que viria trazer ao interior do paiz, que affastado da grande cidade, só é lembrado para pagar impostos”<sup>17</sup>.

Esse argumento, do desequilíbrio entre a arrecadação de impostos que a produção de mercadorias na região proporcionava e a devolução em serviços e obras públicas, será utilizado durante todo o século XX, nos soluços de um ‘movimento separatista’ que visava a criação do Estado do Triângulo. Não obstante, notamos que a defesa da transferência para a capital se baseia no cumprimento do preceito constitucional e na promoção do desenvolvimento do interior do país – imagem indefinida –, que a transferência implementaria. Portanto, para o jornalista a “localização da Capital Federal em Goiaz seria, já o dissemos, como um immenso foco electrico, de força de milhões de velas, a expargir, a irradiar a luz maravilhosa da civilização por todo o *hinterland* brasileiro”<sup>18</sup>, do Brasil Central, que “até agora [foi] esquecido, sem progresso, entregue a uma anemia política e economica asphixiante”<sup>19</sup>.

O coração do Brasil será objeto de preocupação d’*A Tribuna* em outros artigos publicados entre 1919 e 1920. Propondo algumas retificações ao projeto do senador Hermenegildo de Moraes – que visava regulamentar o projeto de construção da nova capital em território de sua representação –, o articulista situado em Uberabinha reconhece que

[...] nada há mais digno de louvores, neste momento, do que pugnar por esse grandioso ideal que vem resolver de uma feita o problema da nossa independencia economica.

Não se cansa a imprensa e o parlamento de proclamar o Brasil paiz essencialmente agricola e disso facilmente se convence aquelle – mesmo mau observador –, que percorre o interior do nosso paiz.

A solução *de todos* os nossos *maximos* problemas está na construcção de vias ferreas facilitando a communicacão entre os Estados e mais rapidamente com o litoral.

O Brasil pode ser o celleiro do mundo, tanto mais actualmente que a immigração se apresenta à escolha em os nossos portos. Possui o paiz as terras mais ferteis do mundo e ellas esperam anciosas que lhe atirem apenas a semente com que há de fazer a emancipação financeira da nação que não

<sup>17</sup> A MUDANÇA da Capital. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 19, 07 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>18</sup> A MUDANÇA da Capital. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 19, 07 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

os soube ainda fecundar.<sup>20</sup>

Terra fértil, em que tudo se plantando dá. O reconhecimento da vocação haveria de engrandecer o país por intermédio das áreas interioranas. Para o articulista, fazendo ecoar as representações médico-higienistas, a natureza exuberante e generosa cultivada pelo “caboclo [que] é trabalhador e forte”, reverteriam os desalentos em que viviam as populações sertanejas. Os entraves para o desenvolvimento econômico eram assinalados nas dificuldades de comercializar a sua produção. As altas taxas dos fretes limitariam o mercado consumidor dos produtos agropecuários, com potencial de expansão, às populações regionais. A construção de ferrovias interligando as áreas sertanejas entre si e aos grandes centros urbanos era vista como solução ampla “que resolve em continuidade todos os mais, como o da hygiene, o do analfabetismo e tantos outros”<sup>21</sup>. Mesmo que as despesas do empreendimento fossem muito altas, o jornalista entendia serem os “gastos que formariam o ACTIVO, um milhão de vezes resgatado com a tributação do COLLOSSO industrial, commercial e agricola”<sup>22</sup>.

O jornal ainda classificava como antipatrióticos os que colocavam obstáculos ao processo de civilização das terras interioranas, pois “tão necessaria, de tanto valor e vantagem essa medida, que a nação em breve há de reconhecer, como um crime de lesa patria o desrespeito ao que sabia e elevadamente estatue a carta Fundamental da República”<sup>23</sup>.

Comentando a resistência dos parlamentares em aprovar a instalação da capital de acordo com o cumprimento da norma constitucional *A Tribuna* é imperativa, ao assinalar que,

O Brasil não sahirá do cháos em que o metteram senão pelo presto desenvolvimento de estradas de ferro pelo interior dos estados pelo aproveitamento rapido e real do carvão de pedra, do petroleo, do ferro, da hulha branca e tantas magnificas riquezas mais que o paiz fartamente possui. Para atingirmos tal situação de prosperidade, a nosso ver, bastaria tão somente que levassemos para o coração do Brasil, o dynamo possante e influente, civilizador, estimulante e saneador – a capital da República. Esse facto, alem de reconhecidas vantagens estrategicas, commerciaes, industriais e sobretudo agricolas, viria abrir ao paiz, dentro em pouco, os grandes mercados do Pacífico. Irradiam desse foco de luz todas as energias e, retalhadas de estradas de ferro as fronteiras do nosso sertão, descoberto esse novo mundo no seio do Brasil, as riquezas inegalaveis do colosso não mais seriam cantadas em verso... mas, contados com a logica inconfudivel dos arabicos signaes do sr. Antonio

<sup>20</sup> A CAPITAL em Goyaz. Um gesto louvavel do senado da República. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 14, 14 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>21</sup> A CAPITAL em Goyaz. Um gesto louvavel do senado da República. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 14, 14 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>22</sup> *Ibidem* (destaques no original).

<sup>23</sup> *Ibidem*.

Trajano.<sup>24</sup>

O sertão vai sendo investido de forças regeneradoras, eixo sobre o qual o progresso gira e a civilização se expande. Desse modo, diante da dificuldade de construir uma nova cidade no interior, o articulista não vê obstáculos para que se faça a “mudança da capital da República para Bello Horizonte, cidade já construída segundo todas as regras da *technica*”<sup>25</sup>. Entretanto, fazendo coro com um órgão de imprensa do Rio de Janeiro, o diário *O Jornal*, *A Tribuna* jornal de Uberabinha ressaltava as semelhantes condições geográficas e climáticas do Triângulo Mineiro, em relação ao quadrilátero escolhido, destacando as

[...] incontestáveis vantagens: grandes matas de madeira de lei; fontes abundantes e altamente situadas, proximidades de dois grandes rios [...]. Se o projecto se tornar em realidade, e se for preferido o uberrimo solo mineiro ao chão goyano, o futuro territorio federal contará desde já, dentro do seu perimetro, com uma população activa e emprehendedora”.<sup>26</sup>

Às qualidades naturais do sertão se juntariam as representações positivadoras das populações sertanejas; especialmente as das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nesse espaço a ciência emergiria como fator de superação dos obstáculos à ordem, progresso e civilização.

### 3.2 Práticas de saneamento

Antes mesmo que o higienismo se configurasse em política de saúde pública e de regeneração social, as populações do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba explicitavam demandas por medidas de saneamento que melhorassem o viver urbano. Essas demandas retratam o avanço da urbanização e a necessidade de evidenciar os índices de civilização. Havia também a presença, nessas localidades, de médicos e farmacêuticos, formados entre o final do século XIX e início do século XX e que procuram desenvolver junto às populações ações de saúde preventivas.

Em Patos de Minas as demandas por medidas de saneamento são apresentadas desde a primeira década do século XX. Os órgãos de imprensa da região registram as reclamações, sobretudo dos médicos, por ações de saneamento, que deveriam ser implementadas pelas

<sup>24</sup> A CAPITAL da República. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 16, 28 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>25</sup> A NOVA capital. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 17, 04 jan. 1920, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

peessoas de bem da cidade e levadas ao conjunto da população, com a participação do Estado. Nesse sentido, o Dr. Rodrigues, clamando pela construção de um abrigo aos desvalidos como medida de desinfecção da cidade, fazia um apelo pois,

Já que todos aqui gritam a um progresso material cuja iniciativa está com S. Exca., o humilde companheiro de retaguarda vem lembrar a construção de uma pequena casa de caridade debaixo de cujo tecto venham buscar lenitivo os desprotegidos da sorte, aquelles que attingidos de molestias infecto contagiosas, vivem contaminando a cidade, na triste profissão de pedintes; estamos certos que o pessoal desta cidade não se negará absolutamente a dar um obulo em favor destes infelizes; estamos certos que a Câmara Municipal não negará auxilio; si a construção do matadouro e do cemiterio eram medidas urgentes e necessarias para o saneamento publico, mais urgente e mais necessario que tudo é a casa de caridade; é preciso curarmos um pouco daquelles que carregados de doenças não tem um pedaço de pão para matar a fome, nem quinhentos reis para comprar um purgante; estamos certos que o governo do estado subvencionará a casa de caridade, si nós a fundarmos; mãos a obra, portanto meus irmãos, em prol dos desgraçados.<sup>27</sup>

Com efeito, o desejo de sanear as cidades e fazê-las progredir moralmente, possibilitava que se articulassem, no projeto modernizador, os saberes científicos e religiosos. Assim se justificava a necessidade de descontaminação das cidades, asilando a parte de sua população doente, aquela que não pode obter o sustento material com o suor do próprio rosto, com motivos sensíveis ao assistencialismo cristão.

A produção de diagnóstico acerca dos problemas das cidades não se limitou a propor tratamento aos desprotegidos. Podemos observar que a água tornar-se-á o centro das questões de saneamento que se apresentam à população da região. Apesar da propalada abundância proporcionada pelos caudalosos rios que banhavam o território, o serviço público de abastecimento de água potável demorou muito a se estruturar. À água insalubre se atribuíam os problemas que afetavam homens, mulheres e crianças da região. Assim, o jornal *A Nova Era*, em 1907, assinalava que

As perturbações gastro-intestinais, tem sempre por causa principal – os grandes calores, o abuso e a má qualidade de nossa alimentação, a impureza da água que ingerimos [...] Os abalisados clinicos tem mostrado em todos os tempos, que a agua é um dos principaes vehiculos de uma infinidade de molestias endemicas e contagiosas, quando ella não é pura desde a sua origem até ao ponto de ser utilizada.

Sem conhecimentos alguns da sciencia medica, inteiramente leigo no que diz respeito a medidas prophylaticas, tem despertado seriamente a minha attenção um facto frisante, claro e muito patente: depois que entrou a estação chuvosa tem grassado nesta cidade uma molestia gastro-intestinal, tanto nos adultos, quanto nas crianças, tendo sido grande a mortalidade nestas ultimas

<sup>27</sup> RODRIGUES, Euphrasio J. Progresso Material. *O Trabalho*, Patos de Minas, 15 mar. 1908, p. 1. Acervo LEPEH.



cujos organismos não resistem a enfermidade que as aniquila, lenta e progressivamente, causando-lhes por consequencia a morte.<sup>28</sup>

Percebia-se que, entre outras coisas, uma cidade para prosperar necessitava de fontes de água abundante e de qualidade. Os melhoramentos das cidades deveriam atentar para valores estéticos e higiênicos. O embelezamento, “aformoseamento da cidade [deve] proporcionar aos habitantes e forasteiros, commodidade, hygiene e agradável e atrahente aspecto”<sup>29</sup>. Desse modo, qualquer indício de iniciativa pública ou particular de instituir um serviço regular de água era comemorado. Assim *O Progresso* anunciava: “[...] teremos daqui a pouquinho abastecimento d’água potavel à população; está ao alcance de quantos habitam Uberabinha, avaliar as vantagens desse tentamem”<sup>30</sup>.

De Patos de Minas, Julio Floro discorria sobre os benefícios de se canalizar a água potável.

Segundo dizem tratadistas da materia, sendo um dos principaes factores da hygiene a agua, ella, si pura, concorre para a eliminação ascendente das epidemias; si ruim, empossada, sem ar e luz, tal como a de nossas cisternas, é um factor de multiplas enfermidades, que se vão surgindo a pouco e pouco [...]<sup>31</sup>

O problema do saneamento e as soluções apresentadas iam além da necessária canalização da água. A intenção de moralização das práticas, expressa nas páginas dos jornais, sinalizava os modos como os habitantes remediados se relacionavam com as ruas, que nas palavras d’*O Município* tornavam-se “reservatorio immenso em que todos os habitantes lançam detricos domésticos. Desde os papeis, até os ciscos das habitações, as aguas servidas, restos podres dos fundos de armazem; tudo enfim, tudo que apodrece e fede é lançado no meio da rua, que apresenta sempre um aspecto repugnante e nauseabundo”<sup>32</sup>. Os córregos e ribeirões que abasteciam as cidades também recebiam ‘a podridão’, situação que se agravava no período de chuvas, colocando percalços à captação de água salubre.

Obstáculos interpunham-se à utilização das águas de cisternas, entretanto, a fragilidade dos serviços de abastecimento – que fazia deles mais a expressão de um privilégio do que um direito coletivo –, impede que elas se extingam. Nos períodos de seca, que se estendia de maio

<sup>28</sup> SAÚDE Publica. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 5, 30 jan. 1907, p. 1, 2. Acervo ArPU.

<sup>29</sup> PELA CIDADE. *O Progresso*, Uberabinha, n. 19, 26 jan. 1908, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>30</sup> ABASTECIMENTO d’água. *O Progresso*, Uberabinha, n. 43, 12 jul. 1908, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>31</sup> ÁGUA? *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 3, 02 dez. 1906, p. 1. Acervo LEPEH. Ver também: ABASTECIMENTO d’água potavel. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 8, 09 nov. 1905. Acervo LEPEH.

<sup>32</sup> A PODRIDÃO. *O Município*, Uberaba, n. 95, 02 ago. 1905, p. 1. Acervo HH.

a agosto, as casas que não possuíam suas fontes eram obrigadas a comprar latas de água<sup>33</sup>.

Havia ainda que se extinguir outros hábitos como o da criação de porcos, de cabras, cavalos e bois que na visão de jornalistas e médicos eram práticas “inconvenientes que muito prejudicam o asseio e a esthetica da Cidade”<sup>34</sup>. Era necessário estar sempre alerta, pois

A obra de saneamento, que tanto trabalho, tempo e dinheiro consumiu, lá se vae pelos ares, se continuar a tolerancia e a indulgencia da parte daquelles que são encarregados de conserval-a. O problema da prophylaxia, estava resolvido, canalisou-se a agua, prohibiu-se o plantio de arroz nas visinhanças da cidade, acabou-se com os chiqueiros, extinguiram-se os lodaçaes, e o povo vio os effeitos beneficos e salutaes dessas medidas.<sup>35</sup>

As práticas de saneamento, ao que parece, enfrentaram mais dificuldades em se estabelecer, do que o artigo do jornal permite supor. Contudo, os olhares médicos identificavam outros perigos. Como assinalou Georges Vigarello, numa “ambição complexa e totalizadora ao mesmo tempo, uma vez que, do asseio da rua ao das habitações, do asseio dos aposentos ao dos corpos, o objetivo não é outro senão transformar os costumes dos mais desfavorecidos”<sup>36</sup>.

Entre as medidas relativas ao enfrentamento do problema da higiene ganhava destaque a que dizia respeito à disseminação dos filtros de água<sup>37</sup>. Mas, como sempre, havia a insistente solicitação para que as autoridades operassem fazendo cumprir a legislação em vigor e reprimissem os infratores, investindo também na educação como veículo de introjeção dos hábitos higiênicos e civilizados. Um perseverante articulista de Patos de Minas, reconhecendo que pregava no deserto, assinalava que a “higiene e a instrução são indispensáveis para o progresso de um povo; forma a base fundamental do bem estar geral”<sup>38</sup>.

Na apropriação dos princípios higiênico-sanitaristas, efetuada pelas elites da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, manifestava-se uma particularidade. Ao contrário da intenção dos médicos que projetavam a campanha regeneradora com base numa ação política centralizada e unificada, capaz de diminuir a força dos poderes locais, em Uberabinha quem anunciou, em 1921, a chegada do Posto Rural de Profilaxia foi João Severiano Rodrigues da Cunha, ocupante do cargo de agente executivo (prefeito) desde 1912. Procurando assinalar o

<sup>33</sup> CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano*. Uberabinha/MG – 1890-1930. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. p. 85 et seq.

<sup>34</sup> PELA LIMPEZA da cidade. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 17, 02 maio 1915, p. 3. Acervo AOM.

<sup>35</sup> CHIQUEIROS de porcos dentro da cidade. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 79, 30 jul. 1916, p. 1. Acervo AOM.

<sup>36</sup> VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 211.

<sup>37</sup> A HIGIENE em Patos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 67, 07 maio 1916, p. 1. Acervo AOM.

<sup>38</sup> PELA HIGIENE e pela instrução. *O Trabalho*, Patos de Minas, n.8, 06 jan. 1907, p. 1. Acervo LEPEH.

seu poderio político, endossado pelas forças políticas, federal e estadual, Cunha afirma que

Quando Olavo Bilac tocava a reunir as mocidades das escolas, pregando-lhes a passagem obrigatória pela caserna como único meio de erguer este imenso paiz ao nível a que elle faz juz, pela sua cultura, pela sua riqueza, pela sua extensão, Miguel Pereira rodeado pelo que temos de mais selecto na sciência medica, proclamou na Academia de Medicina, que este paiz era um imenso hospital, onde a maioria da população, no interior, se quedava na maior indiferença, atacada pelo impalludismo, vencida pelo ankylostomiase, attingida pela doença de chagas numa impotência absoluta para lutar e vencer...

Encarando, antes de tudo, a saúde pública como maior bem a zelar, julguei ser obra de patriotismo solicitar do governo estadoal, que neste afan deu as mãos ao governo federal, a criação de um posto de profilaxia neste município, e para isso lancei mão dos recursos de que podia dispor [...] quer me parecer que o serviço que o posto de profilaxia rural vai prestar a Uberabinha será enorme. Além de subordinar a esta cidade vários municípios, elle cuidará de todos os doentes de anquilostomíase, impaludismo, moléstia de chagas, morphéia, etc. Cuidará dos serviços de higiene tão descuidados entre nós, exercendo neste meio a inspecção permanente e activa sobre o exercício da medicina, de pharmácia e dos gêneros alimentícios.<sup>39</sup>

Rodrigues da Cunha, farmacêutico, revelava uma percepção atualizada dos problemas relativos à saúde pública e mostrava-se solidário com o projeto sanitaria e atento às medidas adotadas pelo governo da República visando estruturar um serviço de saúde pública – criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918) e do Departamento Nacional de Saúde Pública (1920). Na perspectiva do prefeito não se tratava apenas de curar os doentes transformando-os em trabalhadores úteis, fazia-se necessário assegurar atendimento médico permanente, através da propagação da ciência, e da vigilância ao exercício da medicina, evitando que o charlatanismo e superstição trouxessem de volta todo o processo de contaminação<sup>40</sup>.

As questões se dispersam. O que era um problema de saúde vai se constituindo também num problema de atuação profissional, prescrevendo-se uma interdição das práticas médicas populares por intermédio das representações da ciência. Alertando os agricultores para o desenvolvimento dos conhecimentos médicos, o *Cidade de Patos*, a despeito da incidência de cobras venenosas na região, assinalava que

Os que se *curam* sem o emprego do serum, com os remedios empiricos, extravagantes e as rezas, é porque nem todas as cobras são venenosas e nem sempre as que são, inoculam o virus na mordedura; ficariam curados do

<sup>39</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 08 jan. 1921. Uberabinha, 1921. Livro 16, p. 76, 77. Acervo ArPU. O relatório apresentado aos vereadores foi publicado no jornal *A Tribuna*, Uberabinha, n. 71, 16 jan. 1921, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>40</sup> CASTRO, Erich Dorian; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Em busca de uma política de saúde: a disciplinarização dos corpos. Uberlândia, 1903-1921. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 27/28, p. 201-229, jul./dez. 2002; jan./jun. 2003.

mesmo modo, se nada lhes tivesse sido administrado.

Assim, os nossos agricultores devem aproveitar de mais esse meio heroico que lhes proporciona a sciencia para lutar contra os males que os rodeiam, e ameaçam a cada paso, ao envez de se entregarem, a si, aos seus filhos e aos seus auxiliares, à crassa ignorancia e à má fê dos embusteiros desenfreados, que por ahí vivem a explorar a ingenuidade da nossa população rural, com o couro de lobo, os passes, as orações e as garrafadas maravilhosas.<sup>41</sup>

A constituição da ciência médica, instaurando a legitimidade de suas prescrições opera a desqualificação de todos os outros saberes que escapam aos seus paradigmas. A disputa não se resume a um confronto entre médico e farmacêuticos profissionais de um lado, e médicos e farmacêuticos práticos de outro, nem se restringe ao estabelecimento de um mercado de serviços de saúde. Suas representações insidiosas visam o controle e a normalização de todas as práticas urbanas ou rurais, sob as prescrições médicas, fundamentadas na verdade cientificamente produzida.

Em Minas Gerais, no final da década de 1920, será elaborado um arcabouço jurídico-legal, baseado nas formulações da medicina social, visando estruturar o serviço de saúde no Estado. Ao mesmo tempo em que criava condições institucionais de intervenção minuciosa no cotidiano das populações.

Bias Fortes, reconhecendo a pertinência e legitimidade dos temas que envolviam a questão da saúde pública, procurava convencer a população

[...] de que habitamos um paiz relativamente novo e cuja raça ainda em constituição, mais do que qualquer outra nacionalidade, nos impõe o dever imperioso de, confiantes nos processos scientificos hodiernos, dar combate sem treguas aos multiplos factores que concorrem para a degeneração da raça, procurando afastal-os completamente do nosso meio, ou então, quando de todo impossivel, attenuar-lhes a influencia perturbadora.<sup>42</sup>

Explicitando a dimensão eugenista da intervenção proposta, traço compartilhado por muitos sanitaristas daquela época<sup>43</sup>, Bias Fortes defende ser imprescindível

[...] sanear o meio em que o homem vive [...] organizar a defesa contra as epidemias e mover guerra às endemias reinantes em extensas zonas do nosso Estado, onde se encontram justamente as terras mais ferazes e para onde confluem, como é natural, grandes massas de trabalhadores, quer nacionaes,

<sup>41</sup> UM PROBLEMA de saúde pública. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 103, 18 fev. 1917, p. 1. Acervo AOM.

<sup>42</sup> BIAS FORTES, José Francisco. Exposição de motivos. In: REGULAMENTO de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1928. p. 9.

<sup>43</sup> LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. Salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Un estudio de la Revista Saúde, (1918-1919). In: CUETO, Marcos (Ed.). *Salud, cultura y sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP; Organización Pan-Americana de la Salud, 1996. p. 135-158; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 43-66.

quer estrangeiros, os quaes, logo ao chegar, tem reduzido pela molestia o seu coefficiente de actividade no trabalho, com sérios prejuizos para a fortuna publica e consequentemente para o nosso desenvolvimento economico; zelar pela formação eugenica do nosso povo.<sup>44</sup>

O projeto modernizador presidido pelos sanitaristas e sua preocupação com a produção do trabalhador nacional, acrescido das preocupações dos eugenistas com a melhoria da raça, balizaram a elaboração de um total de 1290 artigos, organizados em nove capítulos, que apresentam desde a estrutura funcional do sistema de saúde que se quer implantar com as devidas atribuições; até artigos em que se estabelecem os percursos dos diagnósticos, a profilaxia e a terapêutica, capazes de manter saneada a população do Estado. Com efeito, a nova legislação oferece instrumentos de intervenção sobre os costumes, sobretudo, das populações sertanejas: proibindo a construção de casas com paredes barreadas e cobertas de capim, para evitar a propagação da doença de Chagas, permitindo a demolição daquelas habitações que estiverem fora do regulamento<sup>45</sup>; recomendando cuidados especiais aos suspeitos de portarem doenças venéreas<sup>46</sup>; determinando a organização do serviço de captura e matança de cães para evitar a disseminação da raiva<sup>47</sup>; regulamentando o processo de construção e reforma de edifícios destinados às indústrias; determinando que nas fábricas deveria haver “lavatórios providos de sabão líquido ou suspenso, com torneiras em número de uma para cada grupo de 20 operários”, estabelecendo, inclusive, que as mulheres em gestação, e que trabalhassem em estabelecimentos industriais ou comerciais, teriam direito a um ‘repouso’ de trinta dias antes e depois do parto<sup>48</sup>. Regulamentava ainda a utilização das águas, a venda de carnes, a confecção de gêneros alimentícios, bebidas alcoólicas, as construções de habitações e escolas, teatros, e o exercício profissional de farmacêuticos, médicos, dentistas e enfermeiras.

Interessante ressaltar essa aproximação entre higienistas e eugenistas. Novos procedimentos fundamentados nos desenvolvimentos da microbiologia, essas duas práticas intervencionistas, aparentemente, possuíam princípios distintos, o que não impediu sua aproximação e uma reação favorável em relação à eugenia, “que foi saudada como uma nova ciência capaz de introduzir uma nova ordem social por intermédio do aperfeiçoamento médico da raça humana”<sup>49</sup>. Ainda que no Brasil da década de 1920 a eugenia fosse

<sup>44</sup> BIAS FORTES, op. cit., p. 9, 10.

<sup>45</sup> REGULAMENTO de Saúde Pública, Art. 494, 498, p. 92.

<sup>46</sup> REGULAMENTO de Saúde Pública, Art. 506, p. 94.

<sup>47</sup> Ibidem, Art. 527, p. 96.

<sup>48</sup> Ibidem, Art. 529 a 576, p. 96 et seq.

<sup>49</sup> STEPAN, Nany Leys. *A hora da Eugenia*. Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 57. Importante lembrar que Gilberto Freyre registra o enfraquecimento das explicações

identificada ao saneamento e não ao racismo propriamente dito, suas proposições pseudocientíficas desempenharam papel decisivo na questão da miscigenação, da reprodução humana, das políticas de imigração, evidenciando as preocupações com as transmissões da hereditariedade que reaparecerão com o recrudescimento da questão racial.

Mas, vejamos: detalhamento minucioso da legislação expressa a perspectiva de implementação da administração científica, que sonhava despolitizar a vida cotidiana, controlando-a em seus menores detalhes<sup>50</sup>.

O *Regulamento* surpreende pelo nível de detalhamento e, apesar das distâncias e das dificuldades de comunicação, não é improvável que as autoridades das regiões do Triângulo e Alto Paranaíba tivessem tido acesso ao seu conteúdo. Entre conhecê-lo e aplicá-lo, porém, havia uma longa distância. Não temos dúvidas a respeito da incapacidade – política e financeira – dos governos estadual e municipal em fazê-lo cumprir<sup>51</sup>. Entretanto, ela, a lei, se mantinha disponível, exposta ao jogo de interesses que revelavam, neste caso, que “a maior de todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de

---

sociais baseadas no clima em razão dos experimentos higienistas. Freyre também critica os eugenistas nos seguintes termos: “Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas. Natural que dos escravos descendam elementos dos mais férteis e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos. E que da população média, livre mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes. É que sobre eles principalmente é que tem agido, aproveitando-se da sua fraqueza de gente mal alimentada, a anemia palúdica, o beribéri, as verminoses, a sífilis, a boubá. E quando toda essa quase inútil população de caboclos e brancarrões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica, se apresenta no estado de miséria física e de inércia improdutiva em que a surpreenderam Miguel Pereira e Belisario Pena, os que lamentam não sermos puros de raça nem o Brasil região de clima temperado o que logo descobrem naquela miséria e naquela inércia é o resultado dos coitos para sempre danosos, de brancos e pretas, de portugues com índias. É da raça a inércia ou a indolência. Ou então é do clima, que só serve para o negro. E sentencia-se de morte o brasileiro porque é mestiço e o Brasil porque está em grande parte na zona de clima quente” (Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 14, 34, 35). Nos debates da Constituinte de 1934 circularam propostas de emenda elaboradas por Artur Neiva, Miguel Couto entre outros, que propunham a proibição completa da imigração de negros e asiáticos, ou sugeria, em posições moderadas, o estabelecimento de um regime de cotas para a entrada no Brasil. As palavras de Artur Neiva têm força sintética em relação ao pensamento social brasileiro daquele tempo: “Se não queremos maior influxo de sangue negro ou amarelo, tal atitude não é proveniente do preconceito racial, mas porque desejamos formar no futuro uma civilização brasileira branca” (Cf. NEIVA, Artur. A imigração semita no Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*. 4 (2), jun. 1944, p. 407 apud LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 120). Ver ainda: SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>50</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35 et seq.

<sup>51</sup> O historiador Francisco Iglesias procurou mostrar as dificuldades econômico-financeiras do Estado de Minas Gerais que impediram, durante a Primeira República, a implementação de soluções para os problemas infra-estruturais o que representa uma das dimensões que dificultam, quando não mudam o rumo, a aplicação das propostas materializadas nos projetos políticos. Ver: IGLESIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas, 1982, Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: UFMG; PROED, 1982. p. 115-144.

conveniência”<sup>52</sup>.

As ações que as elites procuravam implementar no sentido da modernização encontravam-se presididas por significados e expectativas tradicionais, isto é, de preservação dos interesses pessoais e clientelistas. Essas mesmas elites, intelectuais, políticas e proprietárias, em meio à experiência da modernidade, procuravam retomar o controle do fluxo do tempo, dos corpos, dos espaços, visando impor à transformação um sentido de reforma concedida. Do alto de suas perspectivas, tornava-se imprescindível restituir ao curso da história as marcas da continuidade, da linearidade e da previsibilidade – elementos naturalizantes da exploração, exclusão social, e práticas autoritárias.

A seu modo, também as classes subalternas em luta se abrem aos agenciamentos, às negociações, procurando proteção diante da fugacidade e transitoriedade do tempo presente. Estabelecem acordos preservando espaços de relativa autonomia na condução cotidiana de suas existências, tentando uma aproximação entre suas experiências e suas expectativas. Assim, o imaginário social do trabalho, em formação nas primeiras quatro décadas da República, estrutura seus conteúdos e seus contornos, através de representações, imagens, símbolos e significações, sensíveis à mentalidade das classes dominantes e subalternas. Entretanto, nunca é demais dizer, as experiências, os interesses e expectativas muito diversas, quando não antagônicas, criam um ambiente saturado de conflitos e tensões, obrigando as elites a reafirmarem constante e pormenorizadamente os valores, os costumes, os símbolos, que veiculam as representações do seu modo de ser no mundo, instando à sociedade caminhar em direção a um *consenso moral*<sup>53</sup> a respeito das questões do trabalho e da propriedade, da ordem e do progresso.

Progresso e civilização são expressões que foram revestidas de uma aura universal. Entretanto, se o consenso se dá ele é sempre frágil em razão das formas criativas de apropriação que a cultura – modos de vida – opera. Isso impele as forças da dominação a estarem sempre em marcha, tentando sujeitar as resistências.

Alcir Lenharo, comentando os projetos de colonização do centro-oeste brasileiro desenvolvidos no governo Getúlio Vargas destaca seus objetivos e características, assinalando

A ‘Marcha...’ foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, regiões férteis de fantasia e emoção, instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de

<sup>52</sup> THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*; a origem da lei negra. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 338.

<sup>53</sup> THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 86.

uma nação homogênea e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente. A transformação do oeste conquistado era também apreciado como suporte de sustentação para o ‘novo’ implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida<sup>54</sup>

O mundo do trabalho que se instituía, material e simbolicamente, nos sertões mineiros, se expressa por meio das representações da conquista, ocupação e transformação. As elites da região, principalmente as localizadas no Triângulo Mineiro, participarão ativamente dessa nova marcha para o oeste. Modernização caminhante que faz submergir práticas, sonhos, expectativas e projetos que em certo tempo anunciaram como possível uma outra ordem.

### 3.3 No final da avenida... o Sertão

No século XX ainda persistiam as visões dicotômicas, polarizadas, sobre o sertão, incapazes de conter sua complexidade e diversidade. Imagens tributárias e que reiteram a perspectiva de Euclides da Cunha, homem informado pelo ideário do progresso e civilização, para quem estávamos “condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos”<sup>55</sup>, dizia ele. Superando os dilemas provocados pelas teorias raciais, Cunha se ocupa em pensar um Brasil único<sup>56</sup>. O historiador Nicolau Sevcenko, ao analisar a obra de Euclides da Cunha e Lima Barreto, comenta que

Revelava-se nas suas obras o mesmo empenho em forçar as elites a executar um meio giro sobre os próprios pés e voltar o seu olhar do Atlântico para o interior da nação, quer seja para o sertão, para o subúrbio ou para o seu semelhante nativo, mas de qualquer forma para o Brasil, e não para a Europa.<sup>57</sup>

<sup>54</sup> LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986. p. 18; NAXARA, Márcia R. C. ‘Encantos’ e ‘conquistas’ do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. In: GUTIÉRREZ, Horácio et al (Org.). *Fronteira, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho D’água, 2003. p. 225-248.

<sup>55</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 84.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, ciências, saúde – Mangueiras*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-215, 1998.

<sup>57</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 145.



Sua perspectiva visava à conformação da nacionalidade mediada pela civilização que colocaria sertão e litoral no mesmo ritmo. Como assinala Lúcia Lippi, para Euclides da Cunha,

[...] o sertanejo é retrógrado e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética. A civilização seria capaz de sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo ‘aqueles rudes compatriotas retardatários’.<sup>58</sup>

Ações empreendidas pelo Estado trariam os retrógrados à civilização. Esse olhar que se desloca do litoral para o sertão, da Europa para o ‘coração do Brasil’, e que se apropria criativamente dos paradigmas científicos se apresenta como condição de conhecimento e crescimento do país, nas décadas de 1910 e 1920, com a emergência do movimento sanitário em que o Brasil aparecerá caracterizado como um grande hospital e um vasto sertão<sup>59</sup>.

Nesse sentido, as ações de Miguel Pereira, Belisário Pena e Artur Neiva serão decisivas no processo de redefinição e ressignificação dos sertões do país. O célebre discurso de Pereira desloca o problema do atraso brasileiro, em relação ao progresso de outras nações, das determinações climáticas, raciais e geográficas, para o diagnóstico em que o Brasil era representado como um país doente, com autoridades públicas e governamentais ineficazes e pouco sensíveis frente às epidemias que assolavam nossas populações rurais. Segundo Pereira,

[...] fora do Rio ou de São Paulo, capitais mais ou menos saneadas, e de algumas ou outras cidades em que a previdência superintende a higiene, o Brasil é ainda um imenso hospital. Num impressionante arroubo de oratória já perorou na Câmara ilustre parlamentar que, se fosse mister, iria ele, de montanha em montanha, despertar os caboclos desses sertões. Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte, e parte ponderável, dessa brava gente não se levantaria; inválidos, exangues, esgotados pela ancilostomíase e pela malária; estropiados e arrasados pela moléstia de Chagas; corroídos pela sífilis e pela lepra; devastados pelo alcoolismo; chupados pela fome, ignorantes, abandonados, sem ideal e sem letras ou não poderiam estes tristes deslembados se erguer da sua modorra ao apelo tonitruante de trombeta guerreira, ... ou quando, como espectros, se levantassem, não poderiam compreender por que a pátria, que lhes negou a esmola do alfabeto, lhes pede agora a vida e nas mãos lhes punha, antes do livro

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-215, 1998. p. 201. Suplemento.

<sup>59</sup> HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 217-235, 1998. Suplemento; ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão. Goiás – 1892 a 1912*. 1996. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

redentor, a arma defensiva.<sup>60</sup>

Seriam a doença, o isolamento e a ignorância, os fatores que impediriam a ‘brava gente’ de transformar-se em trabalhadores produtivos e educados, capazes de se reconhecerem integrados à nação. É sob essa lógica que a *Expedição* pelas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, dirigida por Artur Neiva e Belisário Pena, realizada em 1912, produz um diagnóstico sombrio a respeito das populações interioranas. Com efeito, registram ali as razões do atraso do país, fruto de uma população infectada pela malária, doença de Chagas, anquilostomose (doença da preguiça) – a tríade maldita que inutilizava braços para o trabalho e inviabilizava a condição primeira para o progresso de uma nação. Propondo-se a mostrar para a sociedade brasileira um retrato, fundamentado cientificamente, dos graves problemas que a afligiam, o movimento sanitário recrudescer ao denunciar o estágio patológico em que se encontra a população do Brasil e apresenta-se em oposição aos poderes oligárquicos, pois, segundo os defensores do sanitário, esses grupos, encastelados nas posições de Estado, se nutririam dos corpos infectados. Ao colocar-se como oposição aos costumes políticos de sua época, a ciência médica não deixava de expressar um de seus traços autoritários. A medicina social, como assinala Roberto Machado, “[...] lutando por sua hegemonia no Estado, se desenvolve juntamente com a idéia de centralização política, participando assim da própria luta pela constituição de um Estado centralizado no qual ela figuraria através de um órgão especializado”<sup>61</sup>. Seu objetivo declarado era neutralizar os efeitos perniciosos da política através da propagação da verdade produzida pela ciência. Ela seria capaz de preencher as lacunas do discurso ideológico<sup>62</sup>.

Numa crítica à estrutura política e social republicana, os agentes do movimento sanitário procuravam mostrar que o processo de contaminação, e inutilização das populações para o trabalho, expressava-se numa via de mão dupla que interligava cidade/interior, litoral/sertão. Nessa lógica binária, o problema nacional percorria um círculo vicioso, pois as endemias rurais, onde predominava a tríade maldita, forneciam à cidade homens incapazes fisicamente; a cidade por seu turno, em razão da decadência moral, oferecia ao sertão homens

<sup>60</sup> PEREIRA, Miguel. 1922 ‘O Brasil é ainda um imenso hospital – discurso pronunciado pelo prof. Miguel Pereira por ocasião do regresso do prof. Aloysio de Castro, da República da Argentina, em outubro de 1916’. Revista de Medicina – órgão do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz/Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, v. VII, n. 21, p. 3-7 apud HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 220, 1998. Suplemento.

<sup>61</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 243.

<sup>62</sup> Para uma crítica ao estabelecimento de uma oposição entre ciência e ideologia, ver: DECCA, Edgar de. 1930. *O silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 44 et seq.

sifilíticos, alcoolizados e tuberculosos.

Assim, o sertão, segundo os sanitaristas, começava ‘pelos lados da avenida Central’. Era necessário urgência na aplicação dos cuidados médicos para sanear o Brasil, povoá-lo, enriquecê-lo e moralizá-lo, como disseminavam os *slogans* da Campanha Sanitarista. Esta era uma das estratégias de ação de seu projeto de modernização – aproximando-se do projeto eugenista –, que afirmava:

[A saúde do indivíduo e da coletividade] era a matriz de gestação do trabalho útil, do aperfeiçoamento da raça, da alegria, da moralidade e da riqueza... [e assim] o interesse humano que está acima de quaisquer considerações de natureza regional ou racial.<sup>63</sup>

Belisário Pena (1868-1939), nascido em Barbacena, Minas Gerais, médico formado na Faculdade de Medicina de Salvador, publicará em 1918, depois de enfrentar alguns percalços, o livro *Saneamento do Brasil*. A obra se constitui de duas partes: na primeira, uma compilação de artigos publicados no *Correio da Manhã* no final de 1916 e início de 1917, sob o título ‘Saneamento dos Sertões’; e uma segunda, que foi composta especialmente para o livro onde esboça um programa de ação.

Recusando as representações idílicas dos sertões, o médico mineiro elege quatro moléstias, entre as várias doenças incidentes no interior do Brasil – sífilis, anquilostomiase, impaludismo e a doença de Chagas –, acrescidas da indigência, que deveriam ser atacadas para que tivéssemos um trabalhador e um soldado aptos para as suas funções. Pena recusa também as explicações que inferiorizam a população brasileira, baseadas nas teorias climáticas e raciais. Na verdade, a saúde seria a condição primordial para a formação do trabalhador brasileiro, de quem dependia a construção da nacionalidade. Nosso caboclo, sustenta Pena, é “uma victima indefesa da doença, da ignorancia e da deficiencia ou do vicio de alimentação”<sup>64</sup>. Nessas condições, os “nossos patricios esparsos nos vastos sertões são forças perdidas para a nação”<sup>65</sup>.

Em sua crítica à República, Pena a considera extemporânea, incapaz, nos moldes em que foi implantada, de promover a prosperidade moral e material da população. Portanto, a promoção de uma política higienista dependeria do saneamento da política, de uma reforma que centralizasse os poderes. Segundo o médico,

<sup>63</sup> Editorial. Saúde. 1: 4, 5, 6 (1918), p. 245, 246 apud LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. Salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Un estudio de la Revista Saúde, (1918-1919). In: CUETO, Marcos (Ed.). *Salud, cultura y sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP; Organización Pan-Americana de la Salud, 1996. p. 135-158.

<sup>64</sup> PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. p. 12.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 17.

Todos os problemas relativos à salubridade das regiões e à saúde dos seus habitantes prendem-se intimamente aos da sua organização política e social. Cada um delles não pode ser resolvido sem o concurso dos outros: são rodas conjugadas de uma machina, que só funciona regularmente quando as suas engrenagens se ajustam e os seus eixos não se deslocam.

[...]

O problema economico do Brasil está contido na necessidade inadiavel de curar o homem rural, instruí-lo, fixal-o, e dar-lhe meios de alimentar-se convenientemente para que possa produzir o que produz um homem de saude normal.

[...]

Enquanto isso, a nação brasileira, cachetica, coberta de ulceras, e esfarrapada, implora a misericordia dos credores, suga aos quatro quintos dos seus filhos, vetando à meia nação, nos campos, nas pocilgas das cidades e villas e nos sertões, como ella cacheticos e em mulambos, o resto do sangue corrompido por varios germens, que ainda lhes corre nas veias, e devora-lhes as carnes magras, agarradas aos ossos, para pagar e manter a cubiça e a luxuria dos que já lhes destruíram a saude e os bens, e que em momento azado fugirão enriquecidos para outras terras deixando esta entregue a mãos estranhas.<sup>66</sup>

As ressonâncias das verdades produzidas pelo movimento sanitaria observam-se na famosa virada de foco de Monteiro Lobato quanto ao seu diagnóstico da vida no sertão. O autor, em suas considerações iniciais, retratara o caboclo como um parasita, vegetando de cócoras, inadaptável à civilização, resistente ao progresso, entorpecido pela cachaça e pelo fatalismo, um preguiçoso e vicioso<sup>67</sup>. Sob as influências dos saberes médicos, Lobato passa a atribuir esses males ao estado de saúde em que se encontravam as populações rurais brasileiras. Com efeito, Lobato também denuncia a existência de dezessete milhões de opilados, três milhões de idiotas, todos abandonados à retórica vazia dos intelectuais de gabinete e à inapetência governamental, concluindo

[...] que a República dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital que em vez de lidado por enfermeiros é dirigido por bacharéis. E conclue-se ainda que é tempo dos sofistas de profissão cederem o passo aos cientistas de verdade.<sup>68</sup>

Ressalta Lobato, fazendo coro com os sanitaristas, a necessidade de uma política higienizadora, capaz de restaurar as energias e instituir o trabalhador nacional, o que resultaria na prosperidade da lavoura. Reiterava então que a “nossa gente rural possui ótimas

<sup>66</sup> PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918. p. 36, 51, 76.

<sup>67</sup> LOBATO, José (Bento) Renato Monteiro. A vingança da peroba; Velha Praga; Urupês. In: \_\_\_\_\_. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 55-70; 159-164; 165-176.

<sup>68</sup> LOBATO, José (Bento) Renato Monteiro. Três milhões de idiotas. In: \_\_\_\_\_. *O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 243.

qualidades de resistência e adaptação [...]. O caipira não ‘é’ assim. ‘Está’ assim”<sup>69</sup>. Os saberes médicos diagnosticavam o mal e apresentavam soluções no âmbito da saúde e das práticas políticas que transformariam, conforme prometiam, o Brasil em nação civilizada<sup>70</sup>.

Entre as vozes que discordavam do diagnóstico médico elaborado para o Brasil é Lima Barreto, sem desconsiderar o problema de saúde, quem nos remeteria a vista para as bases sobre as quais estavam assentadas as relações sociais. Ao comentar, em 1918, as qualidades do livro *Urupês*, sua boa acolhida no Rio de Janeiro, e as formulações de Lobato no seu *Problema Vital*, Lima Barreto vai à raiz do problema, ressaltando a legitimidade das prescrições médicas sob a influência dos sanitaristas, e assinala que

O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar ‘a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o ‘Problema Vital’.<sup>71</sup>

Desde o final do século XIX o sertão mineiro vinha sentindo as brisas da modernidade ao ver o seu artefato-símbolo, a locomotiva, tocar o seu território, interligando a região aos centros urbanos mais dinâmicos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As regiões do Triângulo e Alto Paranaíba foram integradas à malha ferroviária por intermédio da Companhia Mogyanna, que chegou a Uberaba em 1889, e pelas Estradas de Ferro Oeste de Minas, de 1881, e Estrada de Ferro Goiás, de 1907<sup>72</sup>.

Não obstante as promessas de prosperidade e progresso material contidas no trânsito das locomotivas, os processos de dinamização da economia e modernização da região mantiveram-se lentos. As cidades permaneciam atravessadas pela precariedade, enquanto

<sup>69</sup> Idem. Um fato. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. p. 285, 286.

<sup>70</sup> SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos. Representações do ‘trabalhador nacional’. 1870-1919*. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995; CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-pau-amarelo; uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986; LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 23-40; SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985; NAXARA, Márcia R. C. A construção da identidade: um momento privilegiado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Marco Zero, v. 12, n. 23/214, p. 181-190, 1991-2; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>71</sup> BARRETO, Lima. O Problema Vital. In: \_\_\_\_\_. *Bagatelas*, 1918. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/indicecronicas.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

<sup>72</sup> Sobre a Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) e a Estrada de Ferro de Goiás (EFG) ver: LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A Máquina, tração do progresso*. Memória da ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização. 1880-1930. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

espaços urbanos. A despeito de abrigarem os poderes constituídos, legislativo/executivo e judiciário, e desenvolverem uma rede de serviços públicos com fornecimento de luz, água e telefone, não seria exagerado dizer que, um pouco além de 1930, os aglomerados urbanos da região apresentavam-se como extensão do mundo rural, seja pela estrutura física e os serviços públicos prestados à população, seja pelo modo de vida predominante.

Os frutos do projeto modernizador presidido pelos sanitaristas chegam à região no final da década de 1910 e início da década de 1920. Em 1918, como expressão da rápida circulação das formulações da medicina social, o jornal *A Notícia*, anunciando o início do processo de saneamento do Brasil, considera que

É o inicio de uma grande cruzada tendente a soerguer a nossa raça o atrophamento que lhe vae corroendo a caracteristica original. É uma triste verdade proclamar-se que no Brazil, especialmente no interior do Paiz, a par dos males de ordem politico-social dissolventes, outros males campeam em caracter de verdadeiras endemias, transformando as populações em legiões de atrophados e de incapazes physica e moralmente.<sup>73</sup>

A manifestação da degenerescência, na opinião do articulista, se dava a conhecer nas “barbaras concepções de bruxarias a que se entregam convencidamente, a pratica de toda a sorte de preceitos requintadamente ignorantes, ou imaginários”<sup>74</sup>. O artigo mostrava ainda que um médico da cidade de Ipameri-Goiás, Dr. Oliveira Martins se antecipara às ações do governo e, com base nos princípios higienistas, se ocupava de livrar os sertanejos da ignorância em que se encontravam. Através de palestras proferidas para o ‘povo’, colocava em curso as medidas saneadoras e mostrava a “necessidade de combater estados morbidos moraes, geradores de prejuizos physicos e sociaes, como a feitiçaria, as lamentações chronicas, o pessimismo desencorajador; os preconceitos perturbadores de toda especie”<sup>75</sup>.

Ao tocar na questão da ‘bruxaria’ e ‘feitiçaria’ o autor do artigo expressava uma expectativa de que a ciência se sobrepusesse às formas ‘irracionais’ de estar no mundo. Não obstante, ele também revela os significados que a educação higienista projeta: a destruição, ou a moralização das práticas sociais não condizentes com os anseios de civilização. Para educar o povo ignorante, o Dr. Oliveira Martins organizava assim o

[...] seu programma de ensino ambulante: hygiene defensiva e prophylactica das grandes molestias que nos assolam constantemente como edemias; hygiene da nossa alimentação, da nossa casa, do vestuario, do trabalho: gravidez e partos, puericultura; cultura physica do adolescente e das creanças; os nossos recurso physicos naturaes; o dia de amanha depois da

<sup>73</sup> PELO SANEAMENTO do Brazil. *A Notícia*. Uberabinha, n. 3, 16 jun. 1918, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> *Ibidem*.

guerra.<sup>76</sup>

O programa educativo, assim como suas matrizes, apresentava prescrições e intervenções de abrangência, tanto mais necessárias, diante da gravidade do mal. Diagnosticados os múltiplos problemas a resolver, o saneamento se apresentava como o maior e “os demais, só terão feliz solução após a cura do grande doente”. Eram essas as considerações de uma ‘alma compungida’ de Uberabinha que lera a obra de Belisario Pena e concordava: “o nosso paiz é um doente em agonia. Dos seus vinte e cinco milhões de habitantes, quasi duas terças partes não sabem querer, não podem trabalhar, não raciocinam, não concorrem para a felicidade comum, não vivem: vegetam”. Era necessário combater essa situação abrindo espaço para que “apareça as fontes de energia da nação”<sup>77</sup>.

À capa de *Saneamento do Brasil*, em sua primeira edição, vê-se inscrita de modo elucidativo a frase: “Sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; é moralisal-o”. Explicitava-se assim a hipótese de que partiram os projetos de modernização, especialmente o higienista. Contrariando as evidências, eles acreditavam que o sertão configurava-se num espaço vazio. Entretanto, o sertão, em sua vastidão, não estava vazio. Ao contrário, estava prenhe de trabalhadores nacionais. E, diferente do que previra Euclides da Cunha, foram eles condenados *pela civilização*<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Ibidem. Iniciativas de educação massiva com vistas a higienizar os hábitos e comportamentos dos brasileiros pobres são elementos importantes do projeto político de reforma social empreendida pelos sanitaristas. Ver: RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920-1950). Políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 221-253.

<sup>77</sup> O GRANDE problema. *A Notícia*, Uberabinha, n. 12, 25 ago. 1918, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>78</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. In: \_\_\_\_ *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998, pp. 15 – 34. FOOT HARDMAN, Francisco. *Trem fantasma: modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001. SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

# CAPÍTULO 4

## VADIOS, VADIAGEM E O SERTÃO CIVILIZADO

O *trabalho* de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando-a em sua propriedade. (John Locke. *Dois tratados sobre o governo*)

Progressio, progressio  
Eu sempre escutei fala  
Que o progressio vem do trabaio  
Então amanhã cedo nois vai trabaia  
Quanto tempo nois perdeu na boemia  
Sambando noite e dia  
Cortando uma rama sem parar  
Agora escuitando os conseio das muié  
Amanhã nois vai trabaia, se Deus quisé  
Mas, Deus não qué  
(*Conselho de mulher*, 1975. Adoniran Barbosa/Oswaldo Molles/João Berlamino dos Santos)

### 4.1 Ociosos, vadios e trabalhadores

Se o sistema de *plantation* escravista do mundo colonial americano pôde ser comparado ao sistema fabril em face de sua organização, disciplina, ritmo e regularidade do trabalho executado, no interior desse sistema, as áreas que se especializaram numa economia de subsistência, as formas de organização do trabalho diferem e estão muito distantes do modelo de racionalidade fabril, posto que as atividades agro-pecuárias desenvolvidas no sertão mineiro estavam mais salientes às determinações do tempo da natureza, menos afeitas, por razões financeiras, a inovações tecnológicas que regularizassem e uniformizassem o ritmo da produção. As vastas áreas livres possibilitaram uma mobilidade fugidia de homens e mulheres pobres para lugares onde pudessem conservar traços importantes de seus modos de vida. A própria natureza era fornecedora de gêneros alimentícios através da caça, pesca e



extração que possibilitava uma articulação contínua entre vida e trabalho expressa principalmente pelo lazer, festas religiosas e profanas, jogos.

A articulação instável entre economia agro-exportadora e economia de subsistência, o que deve ser visto como característica do sistema produtor de mercadorias, não impediu a incorporação, pelos homens das classes abastadas da região oeste de Minas Gerais, de valores e comportamentos atinentes ao mundo do trabalho e da ordem. A partir desses novos referenciais produziram e veicularam representações positivas sobre o trabalho, a disciplina, a vida pública e privada, procurando estabelecer as definições acerca dos comportamentos e atitudes convenientes a uma sociedade progressista e civilizada. As condutas, sob vigilância, tornaram-se objeto de intervenção policial, médica, jurídica, legislativa, buscando abarcar as virtualidades individuais e coletivas que não correspondam em ação e pensamento às conformações do mundo do trabalho<sup>1</sup>.

Vadio se configura em categoria importante no processo de classificação e produção de distinções que são instituídas pela veiculação de representações positivas do trabalho e pela atualização das práticas de controle social. Com efeito, a construção de imagens das formas ociosas de viver inscrevem-se na contraface do movimento de instituição do trabalhador nacional, na medida em que reitera a homens e mulheres os valores do trabalho como ordenadores de uma sociedade civilizada e permite a identificação de indivíduos resistentes ao estabelecimento de uma ordem social moderna em que se valoriza o trabalho livre, a ação individual e o respeito à propriedade privada.

As sociedades ocidentais contemporâneas, em processo de modernização, caracterizam-se como lugares em que o trabalho adquire valor supremo. Nesse ambiente a negação do trabalho, a ociosidade em suas variadas formas, tornou-se uma atividade exposta à censura e condenação social. Em uma formação social em que todos os indivíduos eram chamados, convocados a trabalhar, as representações que valorizam negativamente a ociosidade atravessam as distinções de classe, gênero, raça e geração.

Assim, os homens ricos e abastados deveriam emergir no mundo moderno como fatores de emulação, incitando as classes pobres, por intermédio do exemplo, a representarem e praticarem o trabalho como ação positivadora e moralizante.

Com efeito, o trabalho será definido por Augusto César, primeiro administrador da recém criada vila de Uberabinha, como atividade natural, divina e tipicamente humana, capaz

---

<sup>1</sup> Michel Foucault assinala que à mudança na materialidade da riqueza e à defesa da propriedade corresponde a passagem do inquérito – restituição da verdade –, ao exame – instituição da vigilância: “Esta é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar às ciências humanas” (Cf. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1999. p. 88).

de conformar o corpo e o espírito, mantendo os homens afastados dos males. Para César não era lícito, nem possível, recusar o trabalho, ou

[...] sob qualquer pretexto entregar-se a pessoa valida à indolencia abandonando as facultades physicas ou espirituas ao repulsivo poder da inercia. Os afaseres ou as variadas manifestações do trabalho são continuos e exigem diligencia constante, perseverante actividade phisica e intelectual. Alem das necessidades de feições diversas que diariamente exigem ser attendidas, é certo também que a actividade corporal é o mais ativo factor da agilidade pessoal ou como disse certo hygienista, é ella a medida prophylatica mais poderosa contra certos males que apparecem pela tonificação do exercício da materia.<sup>2</sup>

O trabalho assim caracterizado higieniza e tonifica as instâncias físicas e intelectuais dos agentes, não importando a que classe social pertença e sim as condições de sobrevivência pois,

Se ao rico a necessidade do labor se impõe, como medida providencial, forçosamente aos pobres ou parcos de bens ella se faz sentir imperiosamente, como um aviso da aproximação da miseria. O trabalho é a lei soberana do rico, repetimos, é porém, o texto bíblico do pobre, que o deve exornar de amor tão latente quanto é necessário.<sup>3</sup>

Fazendo referência à obra de Malthus, Augusto César argumenta, evocando sinceridade ao seu interlocutor, que se um homem não entrega-se ao ócio ele declina do direito à vida, pois

[...] si o eterno decretou para o homem o trabalho como condição essencial à vida, é verdadeira a doutrina de um publicista allemão Malthus quando afirmou que ‘Nenhuma pessoa de validez pessoal tem direito a vida se não produz para se manter’. Laboremus pois.<sup>4</sup>

Pedro Salazar, professor e jornalista com atuação em algumas cidades do oeste de Minas, abordou em artigo de 1909 o tema da ociosidade adotando uma perspectiva semelhante àquela apresentada por Augusto César. Para Salazar todo homem precisava trabalhar, pois essa era a única forma lícita de se produzir riqueza individual e coletivamente e de se regenerar. Diferente de César, Salazar produz uma distinção entre ociosos e vagabundos. A esses chama de infelizes, àqueles de insolentes. Segundo salienta o jornalista,

Quando fallamos da benefica influencia do trabalho e dos maus efeitos da preguiça, não nos referimos somente aos verdadeiros vagabundos, a esses infelizes parazitas que não tem occupação nenhuma, nem morada certa,

<sup>2</sup> CÉSAR, Augusto. Laboremus. *O Progresso*, Uberabinha, n. 16, 05 jan. 1908, p. 1, 2. Acervo ArPU.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 2

<sup>4</sup> Ibidem.

referimo-nos aos ociosos em geral, a esses homens insolentes que desde o nascer até o por-do-sol, não se occupam em coisa alguma util, senão em fallar da vida alheia e em intrumetter-se nos negocios dos outros, só para colherem novo assumpto de maledicencia e diffamação.<sup>5</sup>

À ociosidade, como se observa, se condena o mau uso do tempo gasto para atacar a moralidade do alheio e mesmo atrapalhar aqueles que se dedicam a negar-lhe.

Em perspectiva semelhante um jornalista da cidade de Patos de Minas considerou o ócio uma ameaça à ordem e à prosperidade. Opor-se a ele significava lutar contra o crime e pela regeneração dos costumes típicos de uma sociedade ordeira, progressista e civilizada, pois, invadindo o corpo e a alma

[...] a ociosidade, cujo primeiro fructo é a pobreza, traz consigo a cortejo hediondo do crime, que tantos males produz à humanidade, ao progresso e à civilização.

Combatê-la com todas as armas, em todos os terrenos, desterrando-o para sempre do campo de acção, para dar ingresso ao trabalho, de cuja virtude é opposta, é dever de todos que, como nós, se esforçam pelo bem e pelo adeantamento physico, moral e social de um povo.

A ociosidade jamais representou o descanso.

Ferrugem d'alma, ella corrompe o natural mais bello, na phrase de Fenelon; e na sua inquietação malefica, produsindo a preguiça e o tédio, deixa atraz de si a miseria e a fome, enquanto que o socegado repouso é o fructo de uma vida cheia de labor, penhor da felicidade, da riqueza e da tranquillidade de espirito, esse tonico poderoso do prolongamento da existencia.

Só o trabalho que tudo abastece e da vida, fasendo amortecer as paixões que tanto nos opprimem, é capaz de, com segurança e firmeza, reter debaixo das cabanas o somno que anda fugitivo dos palacios.

Corremos, pois fileira contra a praga maldictados ociosos que espalham pelo mundo inteiro a semente do vicio; e, num gesto sublime de supremo bem, guiemos os povos pela estrada larga e fecunda do trabalho que engrandece e dignifica, regenerando os costumes, espalhando por todas as camadas sociaes a luz benfazeja do progresso, da ordem e da prosperidade.<sup>6</sup>

O jornalista chamava atenção dos leitores para que não confundissem o repouso – fruto do trabalho e de uma existência lícita – com a preguiça, semente do vício. Vemos, assim, reiterarem-se as imagens do trabalho como mediador da ordem e do progresso e produzir-se pouco a pouco uma distinção entre o ocioso e o vadio. Este, diferente do ocioso que é um ‘preguiçoso’ capaz de subsistir sem assistência alheia, é representado como desqualificado que não trabalha e não tem moradia, que se utiliza de expedientes imorais e da caridade para sobreviver sem atenção à dignidade. Se o ocioso ameaça a moralidade das famílias, o vadio representa perigo para o conjunto da sociedade, em razão de seu desrespeito

<sup>5</sup> SALAZAR, Pedro. A Ociosidade. *O Progresso*, Uberabinha, n. 93, 04 jul. 1909, p. 1, 2. Acervo ArPU.

<sup>6</sup> A OCIOSIDADE. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 141, 03 ago. 1913, p. 1. Acervo LEPEH.

à propriedade e também pela sua recusa em cumprir a lei cristã que obriga todos os homens a se dedicarem ao trabalho<sup>7</sup>.

Expressando significado diverso de ociosidade, a vadiagem será objeto de preocupação das elites proprietárias, políticas e intelectuais, das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. As representações que a documentação testemunha constroem o sujeito vadio permitindo a identificação do agente sobre o qual devem incidir as ações preventivas e repressivas desencadeadas pelo Estado, ao mesmo tempo em que produz trabalhadores representando-os como agentes da ordem, sobre os quais se preserva uma vigilância para que uma reversão à degeneração não surpreenda a sociedade.

Durante as primeiras décadas do período republicano não são incomuns, na imprensa da região, as referências à ociosidade e aos males que ela provocaria. Entretanto, as energias serão focalizadas na construção do sujeito vadio e na definição da vadiagem. As práticas e comportamentos irreconciliáveis com o mundo do trabalho serão identificadas, classificadas, tornando-se alvo dos olhares vigilantes. Com efeito, *O Commercio* de Patos de Minas delineia as características dos vadios, essa gente que se contempla com tristeza

[...] ahi pelas ruas mais afastadas da cidade, pelos suburbios, o numero de homens, mulheres e creanças, pessoas na maioria robustas, a viverem completamente à toa, aglomeradas nas tavernas sentadas commodamente na porta de suas miseraveis choças, ou mesmo vagando, de porta em porta, todos os dias e, às vezes, até alta noite.<sup>8</sup>

Homens e mulheres pobres vivendo nas fimbrias da cidade, sem dedicar-se ao trabalho regular, precisavam ser convencidos dos benefícios individuais e coletivos proporcionados pelo ato de trabalhar. As autoridades policiais, com seus instrumentos de persuasão, serão convocadas para reprimir a “malta de ociosos que infesta nossa cidade, é bastante que a auctoridade competente faça com que esses verdadeiros parasitas da sociedade se

---

<sup>7</sup> Baseando-nos em documentação completamente diversa, procuramos formular algumas considerações diferentes daquele juízo produzido por Sidney Chalhoub quando analisou os projetos legislativos no final do século XIX. Chalhoub percebeu neles a formulação do conceito de classes perigosas, fundamental para a reforma dos mecanismos de dominação que se instauravam em meio ao processo de abolição da escravidão. Entretanto, diferente do que propõe o historiador, nós percebemos que a utilização das expressões ‘ócio’, ‘ocioso’ e ‘ociosidade’; ‘vadio’, ‘vadiagem’ remetem a significados sociais diversos que resultam em práticas de vigilância e repressão igualmente muito diversas. Ao ocioso censura-se por não se aproveitar das habilidades físicas e intelectuais que lhe foram conferidas pela natureza – Deus, e não usufruir com parcimônia da riqueza herdada, enfim, de não se dar ao exemplo. O vadio é representado como um criminoso, não como um potencial agente da desordem. Ele é a encarnação da desordem. A equivalência estabelecida entre a pobreza, a vadiação e a criminalidade, serve de pano de fundo para a intervenção pedagógica sobre as ‘classes perigosas’ (Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2001. p. 66 et seq).

<sup>8</sup> A VAGABUNDAGEM. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 77, 05 maio 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

empreguem, sob a pena de serem trancafiados na cadeia, até que achem um que lhes dê emprego”<sup>9</sup>.

Observamos, assim, representações do trabalho e da vadiagem instituídas e instituidoras do imaginário social, que serão freqüentemente veiculadas nos escritos dos jornalistas visando imprimir nos corpos os valores positivos do trabalho. Com efeito, a vadiagem figura entre um conjunto de fatores que dificultam a consolidação do progresso a que estariam destinadas as cidades da região. Em Uberabinha os jornais discutem os problemas enfrentados pelo povo ‘laborioso’ e ‘sequioso de melhorar’. Mais uma vez identifica-se nas disputas políticas o motivo de não prosperarem os empreendimentos. O jornal *Paranahyba* destacava uma exceção para essa situação. Segundo o periódico, até “agora, em Uberabinha prosperam sem encontrar caminho a desbravar, a jogatina sem freio, a vadiagem, o ódio político, a intriga, a bajulação velhaca. Para estes, todos os favores, a cara risonha”<sup>10</sup>.

Ainda que o jornalista enumerasse uma série de fatores que obstavam o progresso da cidade, ele enfatizava a questão da vadiagem reclamando que numa situação de falta de mão-de-obra, ele observava

[...] a vadiagem imperar nos quatro cantos de Uberabinha. Com a crise atual, com a crescente falta de braço productivo, nada desculpa esse estado criminoso de cousas. As negras já não se submettem ao emprego em casas de famílias; as ruas estão cheias de crianças, que esmolam. É este um dos quadros mais desoladores das miserias: paes explorando a caridade publica com a infancia desvalida.<sup>11</sup>

Se em momentos anteriores se qualificava o vadio como um infeliz, vê-se agora ele ser classificado como um criminoso. Com efeito, reitera-se a percepção das elites de que homens e mulheres pobres e negros são pouco afeitos ao trabalho como atividade produtiva. As reclamações quanto à falta de trabalhadores e a vadiagem expressam também o estabelecimento de novas sensibilidades em relação aos problemas sociais, proporcionadas pela dinamização dos centros urbanos regionais. Nesse sentido, apresenta-se a tendência de criminalizar as práticas protagonizadas pelas crianças. À semelhança do que ocorre com seus pais, as crianças pobres emergem na cena urbana como crianças perigosas<sup>12</sup>. A traquinagem foi se transformando em imoralidade.

<sup>9</sup> A VAGABUNDAGEM. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 77, 05 maio 1912, p. 1. Acervo LEPEH. Ver também: TERMO de Bem Viver. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 138, 13 jul. 1913, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>10</sup> SAL Amargo. *Paranahyba*, n. 19, 22 nov. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> MOURA, Esmeralda B. B. de. Meninos e meninas da rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37. São Paulo, 1999. p.

Honório Guimarães, professor e jornalista, atuante na cidade de Uberabinha argumentava que

A meninada vadia pode gabar-se de ser a terça parte dos soffrimentos que perseguem o homem na terra...

Não há jornal, de capital ou de interior, que não registre sempre o clamor publico contra os meninos vadios.

A ociosidade, conduzindo ao caminho do abysmo esses jovens desoccupados, fornece bom contingente numerico as estatisticas criminaes.

Por toda a parte são os meninos malcreados: garotos quebradores de vidraças, espantalhos dos meninos bons, promotores de assuadas, ladroesinhos até do pão que fica nas janelas, pela manhã.

O palavrão que faz corar o dito immoral por excellencia, vivem na boca desses meninos, com mais expressão que na do ébrio adulto desordeiro.

Não tem numero os casos de assassinatos commettidos por creanças

[...]

Nas reuniões publicas, nas vias e praças de arraiaes e cidades, nos *gallinheiros* dos theatros, nos *circos* de cavalinhos, nas *gares* das estações, nos templos religiosos em toda a parte, essa jovem canalha apparece invariavelmente, plantando a desordem e a anarchia.<sup>13</sup>

Para regeneração dessa ‘canalha assassina’ em que se tornaram as crianças pobres, o professor Honório Guimarães prescreve escolas, institutos, ou colônias disciplinadoras e a ação veemente da polícia.

Caminho semelhante para reverter as práticas e comportamentos que passaram a ser vistos como problemas propõe um artigo de 1915, publicado no jornal *O Commercio*, de Uberabinha, em que se reitera o processo de criminalização dos costumes não consoantes com as qualidades da sociedade civilizada. Prometendo tratar o problema sem rebuscos e sem preâmbulos, o artigo se refere à “meninada vadia, desenfreada, malcreada e desoccupada que pulula na nossa cidade” que desassossega os ocupados e rebaixam o nome de cidade civilizada pois,

Esses diabos de forma humana, que dão um timbre da falta de cuidado de seus paes, galgam muros, invadem quintaes, estragando o feixo de um

---

85-102; LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito ‘menor’. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto. 1996. p. 129-145; CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997. p. 81-100.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Honório. *As Pressas*. *O Brazil*, Uberabinha, n. 27, 01 jul. 1915, p. 2. Acervo ArPU. Não é demais destacar que no ano anterior o professor e diretor do Grupo Escolar se envolvera numa tentativa de homicídio contra Odorico da Costa, à época editor do *Pintasilgo*, jornal humorístico de curta circulação que havia fustigado o professor em suas páginas. Segundo o jornal *Paranahyba*, sob a proteção de Adolfo da Fonseca e Silva, delegado de Uberabinha, Honório Guimarães havia se livrado do processo. O *Paranahyba* justifica a sua posição vigilante contra a impunidade, entre outras, da seguinte forma: “Demos-lhe pau, porque é de castigos da imprensa que preciso o inconsciente que vai arruinar o futuro da infancia de Uberabinha. É inescrupuloso, desfructavel, ridiculo e burro” (VARIAS Noticias. *Paranahyba*, Uberabinha, n. 8, 15 out. 1914, p. 1. Acervo ArPU). Ver também: O INQUERITO. *Paranahyba*, Uberabinha, n. 6, 08 out. 1914, p. 1; Idem, n. 7, 11 out. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

terreno, que Deus sabe com que dificuldade foi o mesmo erguido. Uma vez dentro do quintal, estragam desapidadamente a plantação que germinou sem auxilio do invasor de má educação.

Um outro procedimento baixo que também recommenda muito a nossa população, é o dos atiradores de pedras, que dão o nome de *stiling*, a esmo soltam no espaço pedras, atiradas a grande distancia, com intenção de attingir a passaros e outras cousas, mas que, não attingindo o alvo feito, vai a pedra louca acertar nas vidraças das casas, nas vitrines dos senhores commerciantes, nos telhados, e muitas vezes, nas pessoas dentro dos quintaes...<sup>14</sup>

As representações da vadiagem, no interior da lógica do mundo do trabalho, buscam produzir uma classificação indistinta dos fatores de gênero e geração. Homens, mulheres e crianças cujas ações não convergem para a conformação da sociedade civilizada, que se mostram resistentes à introjeção dos valores positivados do trabalho, que não protagonizavam a instituição do trabalhador nacional, serão definidos como vadios e criminosos.

A imprensa da região elogiava as ações repressivas desencadeadas pela força policial. Entretanto, ainda que se louvasse as iniciativas do delegado capitão Torres de “chamar os vagabundos à policia, obrigando-os a trabalhar”, o jornal *O Binóculo* de Uberabinha reclamava da polícia uma ação preventiva e solicitava do delegado que mandasse

[...] pegar essas pretas vadias que só sabem fazer avenida e cemiterio novo, mande pegal-as, cortar-lhes a *gaforinha*, dando-lhes *passaporte* lá do Hotel do Governo, só a pedido do patrão que ellas hajam angariado. Peguem esses negros e mulatos que vivem pedindo dinheiro de esmola ou emprestado, e medindo as ruas sem encommenda. Soque esses malandros na cadeia e os obrigue a trabalhar, para não viverem nas costas de quem trabalha para sustentál-os sem os conhecer. Dê também, uma corrida nesses meninos vadios que andam na rua como caes sem donos, furtando pão das janellas, etc.<sup>15</sup>

Por um lado as qualificações de ‘meninos vadios’, ‘diabos em forma humana’, ‘cães sem donos’ objetivam produzir imagens que possibilitem ao interlocutor se convencer da gravidade do problema social aventado. Por outro lado, a imprensa passa a veicular representações que articulam os recortes de gênero, raça/etnia – ‘pretas’, ‘negros’, ‘mulatos’ – e especificam aqueles indivíduos que deveriam tornar-se os alvos preferenciais da ação policial de repressão à vadiagem.

As elites do sertão mineiro argumentavam a necessidade de agir no sentido de se apagar as marcas que a ‘senzala havia deixado na alma brasileira’ pois,

<sup>14</sup> MAIS RECLAMAÇÕES. *O Commercio*, Uberabinha, n. 6, 05 dez. 1915, p. 1. Acervo ArPU. Outro jornal denuncia a convivência dos pais com os filhos ‘artistas’, ver: *O Binoculo*, Uberabinha, n. 3, 02 mar. 1916, p. 4. Acervo ArPU.

<sup>15</sup> *O BINOCULO*, Uberabinha, 07 maio 1916, p. 3. Acervo: ArPU.

[...] o tempo ainda não foi suficiente para completar a tarefa redimidora, ainda existe no carácter brasileiro o resíduo, que lhe deixou o contacto da senzala. O tráfico de cem annos com a escravidão havia influir para marcar a alma brasileira.<sup>16</sup>

Assim, era necessário extirpar esse resíduo da senzala que contaminava ainda o carácter brasileiro utilizando os instrumentos disponíveis. Desse modo, as elites estavam convencidas de que se não era possível, ainda, branquear negros e mulatos, tornava-se uma obrigação encerrar com essa raridade que é “encontrar-se um preto, ou uma preta, que seja assiduo no serviço, ou mesmo que se queira sujeitar a elle”<sup>17</sup>. A experiência da escravidão produziu negros cativos e homens livres pobres resistentes à dominação e que tentavam todo o tempo preservar práticas que lhes garantissem espaços de uma relativa autonomia<sup>18</sup>. As tensões provocadas pelas diferentes expectativas de liberdade, ainda que latentes, mediavam as sociabilidades. Práticas e comportamentos não condizentes com os anseios de civilização propagados pelas elites mineiras faziam emergir as imagens que veiculavam e projetavam a suposta inferioridade das populações negras e mestiças que seriam utilizadas como justificativas para a repressão violenta aos costumes desse contingente, a exclusão e tentativas de interdição da sua participação política. Nesse campo de luta em que se procura definir e reafirmar as subjetividades, os libertos e homens livres pobres tornam-se agentes no jogo da dominação que incide sobre eles<sup>19</sup>.

Observamos que as representações procuram instituir significados relativos à desnecessidade de trabalhar, ou à fuga deliberada do trabalho, desqualificando os costumes das classes pobres<sup>20</sup>. As imagens dos vadios, inimigos da ordem, são produzidas simultaneamente às reivindicações pela intensificação da ação policial em que o trabalho, e a conseqüente repressão à vadiagem, tornam-se tema relativo à segurança pública. Nesse sentido, as práticas da mendicância, serão objetos de regulamentação e repressão, em meio às tentativas de compelir os homens pobres ao trabalho.

<sup>16</sup> 13 DE MAIO. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 19, 11 maio 1907, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>17</sup> *O Progresso*, Uberabinha, n. 36, 04 out. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>18</sup> RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *De batuques e trabalhos*. Resistência negra e a experiência do cativo. Uberaba-1856/1901. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

<sup>19</sup> GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida*. O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 439 et seq.; SILVA, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 25-85; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: UnB: Finatec, 2003. p. 81.

<sup>20</sup> CANDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001. p. 111 et seq.



## 4.2 Mendigos e mendicância

Os agentes civilizadores dos sertões se mostram muito preocupados com um outro elemento que provocava sensações conflitantes na sociedade da ordem e do progresso. Os mendigos incitavam a repulsa, a suspeição e a caridade. Essas sociedades sertanejas que almejavam um lugar no concerto da civilização procuravam construir, por intermédio das representações veiculadas pelos diversos agentes sociais, mecanismos que lhes possibilitassem identificar aqueles que mereciam assistência e os vadios. Ou seja, buscava estabelecer uma distinção objetiva entre os que não conseguiam fisicamente sobreviver com o suor do seu rosto, e os que resistiam entregar-se ao trabalho regular, morigerado.

Na medida em que os espaços urbanos se dinamizavam tornava-se necessário normalizar a atuação dos indivíduos que protagonizavam a cena urbana. A busca da ordem – por estabelecimento de subjetividades –, revelava uma presença e o processo de construção das imagens dos indesejáveis.

Os historiadores Maria Clara Machado e Dorian Castro, ao analisarem os problemas sociais de Uberabinha, em particular a mendicância, consideram os mendigos como “indivíduos que não se inserem na lógica do mundo do trabalho”. Segundo eles, os discursos em torno das práticas de mendicância “evidenciam o anseio de, através de práticas políticas, extirpá-las do convívio social, relegando-as à periferia”.<sup>21</sup>

Assumimos ponto de partida um pouco diverso desse retratado logo acima. Por um lado, procuramos reconhecer que a lógica do mundo do trabalho não se restringe aos trabalhadores, sua ordenação é um tanto mais complexa. Por outro lado, a construção de representações acerca desse ‘não-trabalhador’ contém um duplo sentido: primeiro, construir uma imagem que permita à sociedade identificá-lo e provê-lo em suas necessidades; segundo, ordenar tanto a prática do esmolar, quanto a da assistência, canalizando as forças públicas e privadas e controlando o fluxo dos necessitados. Por fim, podemos dizer que a visibilidade andrajosa do mendigo incomoda as elites e os cidadãos dos estratos médios da sociedade. Entretanto, esse mal estar, que resulta em nova exclusão, não significa a sua colocação fora do mundo do trabalho. De fato ele circula entre o mundo da ordem e o mundo da desordem. As

---

<sup>21</sup> CASTRO, Dorian Erich; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Em busca de uma política de saúde: a disciplinarização dos corpos. Uberlândia, 1903-1921. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 27 e 28, 2003, p. 216.

representações que se produzem acerca desses indivíduos procuram, ao mesmo tempo, fixar uma imagem e interromper o seu fluxo.

Desse modo, vemos a Câmara de Vereadores da cidade de Uberaba, evidenciando a presença em seu espaço urbano de homens e mulheres que viviam de pedir esmolas e procurando normalizar a atividade. A partir de 1901 ela estabeleceu a obrigação da utilização de uma placa com a designação: *mendigo*. Procurou controlar os que se utilizavam desse expediente fazendo-os comunicar as mudanças de endereço aos agentes municipais. Ficavam também proibidos de injuriar ou dirigir palavras ofensivas às pessoas que não dessem esmolas, de cantar ou fazer alarido, de expor chagas, feridas ou deformidades, entre outras limitações<sup>22</sup>. Mesmo reconhecendo as limitações da aplicação generalizada dos textos legais, devemos considerar que eles expressavam uma vontade de tornar a repressão ao não trabalho, sobretudo à vadiagem, mais eficiente<sup>23</sup>.

A atitude da Câmara de Uberaba sinaliza uma tendência regional de proceder à regulamentação do ato de esmolar. Contudo, as ações não se restringiriam a esse aspecto. Na Câmara de Vereadores de Uberabinha as ações dos vereadores apontam para o estabelecimento de medidas de assistência aos pobres, pretendendo promover a concessão de água potável gratuita<sup>24</sup>, fornecimento de medicamento aos doentes pobres<sup>25</sup>, oferecimento de vagas a meninos pobres nos colégios da cidade<sup>26</sup>.

Ao tratarem do projeto de distribuição de água potável, os vereadores desvelam o traço policialesco do projeto, pois determinavam que seriam atendidas “as pessoas pobres desta cidade que lhe apresentarem atestado de pobreza escrito e assinado pelo delegado de policia do municipio...”<sup>27</sup>, sujeitando-se a carência e a prestação da assistência à verificação das forças repressivas, aquelas encarregadas de fiscalizar, vigiar e manter a ordem.

<sup>22</sup> UBERABA. Lei Municipal nº 116, de 13 de setembro de 1901. *Livro de Leis da Câmara Municipal de Uberaba*, Uberaba. Acervo APU.

<sup>23</sup> CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência*. São Paulo, 1900-1926. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 58 et seq. Em seu importante estudo sobre a instituição e aplicação da Lei Negra na Inglaterra do século XVIII Thompson faz algumas considerações importantes sobre o funcionamento do aparato legal: “Mas, de fato, vários delitos podiam ser puxados e empurrados por todos os lados, até que coubessem dentro das formas jurídicas adequadas. A única generalização que se pode fazer com segurança é a de que a Lei se manteve disponível no arsenal dos processos judiciais [...]. A maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência” (THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 333-338).

<sup>24</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 07 abr. 1901. Livro 004, p. 100. Acervo ArPU.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>26</sup> *Idem*. Ata da reunião realizada no dia 13 maio 1902. Livro 004, p. 157, 158, 159. Acervo ArPU.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

Contudo, é através da imprensa da região que as representações do mendigo e da mendicância circularam, impulsionadas por pedidos de providências contra o que os articulistas consideram abusos. Os jornalistas reiteravam a necessidade premente de se estabelecer uma distinção entre o mendigo e o vadio.

No ano de 1906 o jornal *O Trabalho* reclamava do número “de indigentes que actualmente andam pelo municipio, valendo-se da caridade publica, [que] já vae merecendo que se diga algo a respeito”<sup>28</sup>. É provável que a sensação de uma maior circulação de indigentes e desocupados se fizesse acompanhar pela intermitência das crises econômicas que atingiram a população brasileira durante a primeira República<sup>29</sup>. Mas, objetivamente, o articulista procurava estabelecer uma diferenciação desses personagens no espaço citadino. Para ele, havia “indigente e indigentes! Os que devidamente merecem este nome estão excluídos do assumpto de que vamos tratar, occupando-nos somente com os ‘pseudo-indigentes’ que se acobertam para seu viver mais commodo, sob o manto da pobreza”<sup>30</sup>.

Tratava-se de identificar os pobres fingidos que ameaçavam contaminar a cidade com suas práticas viciosas e sua pouca afeição ao trabalho regular. Observamos então que pobreza, trabalho e vadiagem são representações que se articulam no momento de caracterização da mendicância. Com efeito, era necessário agir para extirpar a vadiagem e impedir a exploração da boa fé do homem sertanejo pois,

A propria população desta cidade tem tido a occasião de presenciar alguns destes individuos que, aptos a illudir a boa fé do publico vão explorando a nossa sociedade.

O povo sertanejo ao contrario do que pensam os forasteiros, é em geral um povo de boa indole e por demais hospitaleiro e muito se distingue por sua bondade e caracter.

Nelle encontram os exploradores um verdadeiro meio adequado a sua convivencia e exploram-no sem dó e sem piedade. A estes pobres fingidos que dia a dia vão minando os cofres das familias, deve ser applicado a pena do trabalho como factor de nivelamento moral e como meio digno do seu viver.

É necessario que se reaja contra os parasitas, que se expurgue de nosso centro social este elemento de degradação moral.

Sem o trabalho que dá saude e bem estar, sem o menor esforço na lucta pela existencia, a mór parte das vezes, concorrem para fomentar as orgias, o alcoolismo com suas fataes consequencias, o jogo, devorador como as chammias de um incendio e toda e especie de vicios que são a ruina das sociedades.<sup>31</sup>

<sup>28</sup> MENDIGOS. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 4, 09 dez. 1906, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>29</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

<sup>30</sup> MENDIGOS. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 4, 09 dez. 1906, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>31</sup> Idem, p. 2.

Sugeria o jornalista que uma investigação criteriosa da autoridade policial denunciaria os falsos pobres que se aproveitam da boa índole alheia, permitindo “distribuir a justiça obrigando-os ao trabalho tão útil e tão necessário”<sup>32</sup>. Essa ação garantiria a realização, sem sobressaltos, do princípio cristão da caridade e o atendimento aos pobres efetivamente necessitados, além de impor o trabalho, esse gerador de saúde e bem estar, aos vadios.

Os apelos para que as autoridades controlassem a atividade de mendicância atravessam as primeiras décadas do século XX. Os objetivos se assemelham, sobretudo, quanto à separação entre mendigos e vagabundos. Assim, no jornal *O Progresso* solicitava que

De entre as muitas providências que se impõe ao Sr. Delegado de Policia e ao poder municipal, para o bom e regular policiamento da cidade, salienta-se a proibição da mendicidade a individuos validos e sadios, que por ahi andam a explorar a caridade publica, sem outra razão, além da ociosidade a que se acostumaram.

É preciso pois, que o Sr. Delegado, cohibindo a vagabundagem, procure joeirar os mendigos dos ociosos e distribuindo chapas aos necessitados, para poderem mendigar, obrigue os demais a procurarem ocupação. Isto alem da justiça é também um acto de caridade.<sup>33</sup>

O problema com que se depararam as elites locais diz respeito à definição e identificação dos carentes e necessitados de assistência e dos desocupados que supostamente se aproveitavam da precariedade do policiamento, e das muitas almas caridosas, para fugir ao trabalho e viver na imoralidade.

Os pedidos reiterados visando o controle da mendicância indicam o insucesso na regulamentação da atividade, mas demonstra a existência de outras preocupações nessa relação entre mulheres e homens carentes e a ordem social. Colocava-se em perspectiva a criação de métodos eficazes de distinção entre mendigos e vadios; a organização, regulamentação do ato de esmolar procurando estabelecer dia e hora apropriados; também as ações assistenciais deveriam ser normalizadas permitindo ao ‘caridoso’ verificar os efeitos de sua ação evitando os aproveitadores; e por fim, desejava-se evitar que as crianças – futuros trabalhadores –, estivessem muito próximos da experiência da mendicância, aprendendo outras formas de sobrevivência que não aquela do trabalho regular e disciplinado. Assim *O Commercio* de Patos de Minas procurava alertar os vereadores sobre o problema pois,

---

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> MENDICIDADE. *O Progresso*, Uberabinha, n. 36, 24 maio 1908, p. 1. Acervo ArPU.

A nossa ilustrada Camara Municipal, no afam de prestar bons serviços ao nosso Municipio, não pode deixar de lançar vistas para aquelles que imploram a caridade publica no nosso meio.

É preciso, pois, que ella regularize a mendicidade em nossa Cidade, para que não tenhamos de presenciar, TODOS OS DIAS E A QUALQUER HORA, os infelizes necessitados a percorrerem as ruas em busca do necessario para sua subsistência.<sup>34</sup>

Segundo o jornalista, os necessitados precisavam aprender e incorporar certos valores caros ao mundo moderno, entre eles a previdência e a poupança, utilizando com parcimônia os recursos advindos da caridade. Como integrantes do mundo do trabalho eles também deveriam se submeter às determinações legais aceitando o símbolo distintivo como forma de regulação das ações de mendicância pois,

É de grande proveito para todos que seja marcado um dia certo para os pobres mendigarem, e que nenhum exerça esse mister sem licença, por escripto, obrigando a todos trazel-a consigo; ou então, que seja distribuido, entre os VERDADEIRAMENTE necessitados, munidos de competente licença, um distintivo próprio, que o ponha a coberto das penas impostas aos contraventores.<sup>35</sup>

Procurando mostrar a importância da instituição de uma vigilância eficaz por intermédio dos mecanismos legais e repressivos disponíveis, o jornalista assegurava que

[...] a nossa Camara prestará mais um relevante serviço à sociedade, porque evitará, d'esta maneira que pessoas validas para o trabalho, que falsos pobres, explorem a caridade publica, que vivam na ociosidade, sustentando-se unicamente com o producto de seus peditórios lamuriantes.

Como complemento da medida que lembramos acima, não seria mau que fosse prohibido que creanças, de qualquer sexo, guiem os pobres pelas ruas, para que elles não se acostumem a viver pedindo, para que asintam que o *trabalho* de pedir é mais suave, mais commodo, do que qualquer outro, que embora mais honroso, mais nobre, seja mais pezado, mais doloroso.<sup>36</sup>

Em 1915, um jornal homônimo, na cidade de Uberabinha, abordou pontos semelhantes do 'problema da mendicância', sobretudo no que diz respeito ao uso de crianças, de distintivos e o respeito à determinação dos dias corretos para esmolar. Desse modo, o jornalista, de pseudônimo Diabo Coxo, ressaltava

A quem competir reclamamos com energia a atenção para um dos principaes ramos da caridade publica, que, nesta cidade, está sendo explorada com muita capciosidade por parte dos mendigos.

<sup>34</sup> A MENDICIDADE. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 88, 21 jul. 1912, p. 1 (destaques nos originais). Acervo LEPEH.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> A MENDICIDADE. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 88, 21 jul. 1912, p. 1 (destaques nos originais). Acervo LEPEH.

Há, muitos pedintes que dispõem de uma filharada e solta-os na cidade a torto e a direito, explorando outros pontos da cidade o chefe da turma.

Houve um acordo entre as autoridades municipal e policial, para que os mendigos providos das chapas da camara podessem implorar a caridade publica às quartas-feiras e aos sabbados, mas assim não tem acontecido.

Pedem esmolos todos os dias.

Uns pedem de um modo pezaroso, e outros quasi cantam uma suplica e outros pedem com imposição, e, ai! quando não se tem um *nikolau* para estes ultimos.

É um chuveiro de improperios que sae da boca do pedinte, que nos indigna e nos revolta.

Eu conheço um mendigo que possui uma casa em cidade visinha, e dizem que tem uma taverna e mesmo alguns cobres impenhados.

Uns sem chapa municipal, outros com chapa mas sem direito a ella, emfim é preciso uma providencia a respeito deste flagello por parte de quem competir.<sup>37</sup>

O jornalista alude à existência de uma organização do negócio da mendicância, em que se dividia a cidade sob a responsabilidade de chefes de ‘turmas’ – os pais de uma filharada extensa – que não mediam esforços para sensibilizarem os potenciais caridosos. Em meio às reclamações, aos alertas para as ameaças ao ordenamento social que as práticas de mendicância poderiam provocar, notamos que a atividade, conforme assinalou a historiadora Maria Inez Borges Pinto, se enraizava no meio urbano, menos como resultado de crises econômicas conjunturais, e mais como recurso às permanentes condições precárias de sobrevivência<sup>38</sup>.

Havia aqueles jornalistas que compreendiam o aumento da pobreza e da indigência como conseqüência de eventos de dimensões mundiais, como a guerra de 1914-18, e das crises financeiras que se fizeram acompanhar, encarecendo os gêneros alimentícios de primeira necessidade, o que agravava a chamada questão social. Entretanto, em 1918, mantinham-se os alertas para a falta de ordem na identificação e atendimento aos carentes.

Como assinalava o articulista do *A Noticia*, de Uberabinha, a “cada semana que passa, um novo pedinte, de voz aflautada, se nos apresenta levando os sobejos que poderíamos dar àquelles que reconheciamnete mais carecem e cuja existencia de soffrimento já conhecemnos”<sup>39</sup>. Reiterando assim a necessidade de uma lei que regulasse “o exercício da mendicancia, fornecendo chapas àqueles que forem julgados carecedores e cohibindo abusos praticados pelos que exercem a mendicidade como poderiam exercer outro qualquer meio de

<sup>37</sup> DIABO Coxo. Uma Reclamação. Mendicidade. *O Commercio*, Uberabinha, n. 5, 28 nov. 1915, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>38</sup> PINTO, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 217 et seq.

<sup>39</sup> A MENDICIDADE. *A Noticia*, Uberabinha, n. 3, 15 jun. 1918, p. 1. Acervo ArPU.

vida”<sup>40</sup>, o articulista evidenciava o início de um processo de institucionalização da pobreza<sup>41</sup>. Apresentava-se a perspectiva que considerava a caridade como uma atribuição exclusiva das instituições sociais existentes e aquelas que seriam projetadas e criadas para suprir e controlar os necessitados. Para o jornalista, o papel assistencial deveria ficar a cargo da “irmandade de S. Vicente de Paula que relevantes serviços vem prestando àquelles que precisam e que teem palpaveis as sua necessidades e a Casa de Misericórdia, que embora conte com poucos recursos, valiosos serviços já vem prestando à nossa população”<sup>42</sup>.

Num fragmento do jornal *Cidade de Patos* de 1915 notamos a repetição da reclamação acerca do aumento ‘assustador’ do número de mendigos. Visando chamar a atenção para a regulamentação da ação assistencial, o articulista argumentava que a “obrigação da sociedade não é auxiliar a mendicidade [...] é suprimi-[la]”<sup>43</sup>, através da criação de um dispensário, do atendimento domiciliar, pois se tornara notável que a distribuição de dinheiro, ao contrário do que se esperava, agravara a situação. A virtude da caridade deveria se expressar por meio institucional desenvolvendo o princípio da previdência que consistiria na ação baseada nas condições de vida das populações pobres, pois, assinalava o artigo, “o dever do benfeitor christão, não é esperar que as doenças e os vícios se manifestem, para allivial-os; consiste pelo contrario em estudar as condicções, em que vivem as classes pobres, o seu dispendio em trabalho, a natureza de seus alimentos, a qualidade de sua habitação”<sup>44</sup>. A observação das condições de vida das populações pobres permitiria uma visão mais precisa das causas do problema, um planejamento e intervenção racional com vistas a disciplinar os costumes<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> O desenvolvimento de procedimentos institucionais, na segunda metade do século XX, que visavam tornar os pobres de Uberlândia disciplinados foram analisados por: MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada*. Uberlândia, 1965-1980. 1990. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

<sup>42</sup> A MENDICIDADE. Op. cit.

<sup>43</sup> A MENDICIDADE em Patos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 1, 10 jan. 1915, p. 2. Acervo AOM.

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Um artigo publicado em 1944 sinaliza a importância e dimensão das propostas de intervenção que se apresentam baseadas na veiculação de representações que evidenciam imagens baseadas nas qualificações de gênero, raça e classes sociais: “As classes populares são necessariamente numerosas e as mulheres desta classe paradoxalmente prolíficas. Daí resulta que é grande o número de crianças, doentes ou depauperados, por moléstias hereditárias ou por deficiências familiares. Os pais apresentam sempre condições físicas deficitárias. É imperioso pensarmos medidas para reverter tal situação. Cabe aos poderes constituídos, à polícia dos costumes, à Câmara Municipal, à Igreja, rever a problemática da mendicância em Uberlândia” (*Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 1332, 08 nov. 1944, p. 1). Apontando o recrudescimento da questão racial no Brasil a partir da década de 1930 o historiador Alcir Lenharo comenta com certa ironia que o “racismo à brasileira procede assim: maneiroso e voltado para outros fins, inovador na escolha dos seus oponentes. Não espanta que o arianismo se manifeste, travestido com outras cores, ele não visa defender uma pretensa pureza de raça; o alvo maior do racismo à brasileira é a busca da sua depuração”. Analisando as propostas legislativas de 1934 e seu teor racial atribuído pelos eugenistas, Lenharo aponta que “Gobineau, agora nacionalizado, voltava à cena brasileira muito tempo depois, saía da embaixada para circular livremente pelas ruas e pelo interior das casas públicas”.

As pretensões de institucionalização dedicam atenção às crianças pedintes assinalando que a caridade deveria

[...] velar pela sorte dessas crianças e dar-lhes o pão do espirito, protegel-as das miserias em que vivem, quaes niveos lyrios germinados em pantano pestilento, é muito maior dever de humanidade, e, consequentemente, muito mais elevada caridade, de real effeito social. Um appelo lancemos às dignas autoridades a que compete a cohibição da mendicância infantil. Mais longe levo minha ousadia lembrando aos corações nobilissimos das distintas senhoras desta boa terra a conveniencia, sinão a necessidade, da creação de uma creche, um azylo modesto, onde se recolham essas infelizes creaturas proporcionando-lhes, com o pão do corpo, também o da alma, para que no futuro, possam ser úteis à sociedade, em vez de elemento perturbador da sua tranquilidade e da sua moral.<sup>46</sup>

Coibir a ‘mendicância infantil’ tinha como finalidade formar trabalhadores nacionais previdentes e úteis à sociedade. Esse instinto de previdência tinha como objetivo garantir a conservação da ordem social no presente e principalmente no futuro. A garantia do alimento e da educação asseguraria a tranqüilidade e a ordem tão necessárias ao progresso e à civilização.

Observamos a configuração de um sistema de representações que engendram as imagens das classes pobres travestidas de classes perigosas, viciosas, degeneradas, entre outros qualificativos de identificação e identidade que sustentam os projetos de reforma e modernização social, autoritários e excludentes. São evidentes as dificuldades de implementação dos projetos de modernização social, devido também às resistências interpostas por homens e mulheres pobres. Diante da situação, e parecendo resignadas, as elites veiculam representações das classes pobres como grupos despreparados para desfrutar os benefícios da civilização. Com efeito, argumentava um jornalista dizendo que infelizmente, “não estamos ainda no tempo em que se podem fechar as cadeias, para abrirem-se escolas, é preciso que uma e outras sejam mantidas para o aperfeiçoamento da sociedade e segurança pública”<sup>47</sup>.

---

(LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus; Campinas: UNICAMP, 1986. p. 120, 128).

<sup>46</sup> CHRONICA. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 142, 04 jun. 1922, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>47</sup> CADEIA Pública. *O Progresso*, Uberabinha, n. 26, 15 mar. 1908, p. 1. O historiador Roberto Santos, seguindo essas mesmas evidências, considera que esse discurso de afirmação da honestidade, do gosto pela ordem e pelo trabalho, cristaliza uma memória em que as tensões sociais são anuladas, ou desconsideradas. De nosso ponto de vista, cremos que os discursos da ordem carregam em si indícios das tensões e dos conflitos sociais; das acomodações e agenciamentos, todos esses elementos presentes em uma sociedade de classes. Ver: SANTOS, Roberto Carlos. *Urbanização, moral e bons costumes*. Vertigens da Modernidade em Patos de Minas, 1900-1960. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. p. 104 et seq.



### 4.3 A civilização do sertão

O sertão, antes de constituir-se em categoria típica do pensamento social que buscava compreender o Brasil<sup>48</sup>, encerrava, como explicou Janaina Amado, uma expectativa dual, ou “inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”<sup>49</sup>. Com efeito, as representações do sertão que veiculavam a imagem de um espaço distante da lei e da ordem parecem prevalecer entre as populações da região oeste de Minas.

No século XIX o viajante Auguste de Saint-Hilaire expôs suas impressões acerca da disposição das populações da região de Araxá para os tratos ilícitos. Assim o viajante argumentava que,

Paracatu, que é bastante antiga e foi outrora prospera e florescente, deve ter uma população mais inteligente e mais policiada do que a dos sertões circunjacentes. Creio poder afirmar, entretanto, que os habitantes da região que atravessei para chegar a essa cidade são constituídos pela escória da Província de Minas. A origem do distrito de Araxá data de nossos dias, sabendo-se que esse povoado teve como seus primeiros habitantes não apenas agricultores cujas terras começavam a se tornar estéreis e outros que não dispunham de nenhum pedaço de terra, como também devedores insolventes e criminosos que procuravam escapar às malhas da justiça.

[...] Nessas regiões o isolamento liquida com a emulação, e o calor do clima convida à ociosidade.

Um grande número de homens vadios percorre a região de Araxá roubando animais nas fazendas e intranquilizando seus proprietários.<sup>50</sup>

Ainda segundo o viajante a região foi habitada, nos primórdios, por negros fugitivos, aquilombados, e um considerável número de prostitutas, o que proporcionava a todo vagabundo ter uma amante “com a qual partilha o fruto de suas pequenas trapaças, e a mulher por sua vez, sustenta o seu homem com o produto do comércio de seus encantos”<sup>51</sup>.

As narrativas dos memorialistas incorporam essas representações do sertão oeste de Minas Gerais e procuram atualizá-las visando exaltar os acontecimentos de criação das vilas e cidades e o caráter pacífico e laborioso de determinada população.

Assim, segundo Geraldo Fonseca, as desordens características da região do Araxá seriam as responsáveis pela solicitação dos habitantes do distrito Santo Antônio do Paranaíba (Patos de Minas) ao governo mineiro na década de 1830 para a desvinculação daquela vila e

<sup>48</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e a representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revam: UCAM, 1999.

<sup>49</sup> AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

<sup>50</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 118.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 130.

transferência para a jurisdição de Paracatu. Ainda de acordo com Fonseca, a reputação facinorosa dos araxaenses envergonhava os futuros patenses, que preferiam ligar-se à inteligente e policiada Paracatu<sup>52</sup>.

Essas imagens do sertão desordeiro, distante da lei e da fé, são recorrentes no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, o ambiente no qual elas são veiculadas encontra-se em transformação. As populações de Minas Gerais crescem consideravelmente nesse período, e ainda que o cerne da riqueza produzida encontre-se na atividade agropecuária, os centros urbanos crescem e modificam pouco a pouco os aspectos rurais que caracterizam as cidades. Uma intensificação gradual na circulação de homens e mulheres, vindos do campo para habitarem provisória ou permanentemente na cidade, ou originários de outras cidades expressam as novas condições de vida proporcionadas pela urbanização.

Alterações constantes nos números demográficos evidenciavam as mudanças em curso. Em 1872 a população do Triângulo Mineiro era de 64.819 habitantes e a do Alto Paranaíba, 96.154<sup>53</sup>. Na década de 1920 esses números cresceram para 170.883 e 164.379 habitantes, respectivamente<sup>54</sup>. Em 1950 esses números duplicaram: 338.574 para o Triângulo e 330.422 para o Alto Paranaíba<sup>55</sup>. Esse quadro de crescimento populacional acentuado e de mudança nas características das sociabilidades – vagarosamente passando do rural ao urbano<sup>56</sup> –, coincidem com a maior incidência de reclamações quanto à presença de vadios nas cidades e com a reivindicação, veiculada através da imprensa escrita, de uma repressão efetiva à criminalidade que esses sujeitos potencializavam, mecanismos através dos quais os índices de tranqüilidade pública se elevariam, permitindo ao povo mineiro, especialmente nos sertões, construir e ocupar, pela valorização do trabalho e da propriedade, o seu lugar na sociedade civilizada.

A câmara de vereadores de Uberabinha, instalada havia pouco tempo, em 1892 aprovou uma indicação apresentada pelo vereador Carneiro em que solicitava que “esta Câmara represente o presidente do Estado sobre a necessidade de um destacamento nesta cidade a fim de se manter a ordem e reprimir a vadiagem”<sup>57</sup>. A solicitação foi rapidamente

<sup>52</sup> FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins*. Belo Horizonte, 1974. p. 36 et seq.

<sup>53</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 367.

<sup>54</sup> IBGE. Censo Demográfico Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1954. p. 79.

<sup>55</sup> IBGE. Recenseamento Geral de 1950. Rio de Janeiro, 1954. p. 126.

<sup>56</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima; OLIVEIRA, Luis Cláudio. *O rural e o urbano no nascimento de uma cidade*. Mimeo. s/d, s/p.

<sup>57</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 21 abr. 1892. Uberabinha, 1892. Livro 001, p. 60. Acervo ArPU.

aprovada por unanimidade, se fazendo acompanhar de uma proposta do mesmo vereador em que se

[autorizava] o agente executivo desta Câmara a officiar ao senhor promotor publico e mais autoridades locais pedindo que se fassa effectivas as disposições do artigo 399 do Código Penal<sup>58</sup> contra os indivíduos que não se mostrarem empregados ou tiverem profissão ou officio pelo qual ganhe honradamente a vida.<sup>59</sup>

Por meio da câmara de vereadores as elites locais reivindicavam o cumprimento da legislação, na qual o crime de vadiagem era punido com penas que iam de prisão ao recolhimento em colônias penais e presídios militares.

No final do século XIX o jornal *Gazeta de Uberabinha*, ao informar seus leitores sobre a ocorrência de um conflito na zona suburbana da cidade, apresenta-o como a luta entre um ‘cidadão probo’ e a ‘gente pouco honrada’. Significativamente o conflito enfeixava o conjunto das representações que configurarão os espaços urbanos da região ao longo das décadas seguintes. Segundo o jornalista, um grupo composto de cinco ou seis mulheres e dois homens que moravam nas vizinhanças da chácara de João Antonio da Cruz estavam pouco “[habituaados] sem duvida à vida honrada, essas mulheres tem de continuo invadido essa chácara, colhendo fructo e estragando plantações. Com o pretexto de virem a cidade, e para talvez encurtar distancia, teimavam em fazer caminho pelos terrenos cercados na mesma chácara”<sup>60</sup>. Quando o proprietário dos terrenos reclamou dos prejuízos que as travessias lhe causavam, as mulheres “recalcitraram, allegando terem o costume de passar por alli há muito tempo”<sup>61</sup>. Essa resposta teria gerado uma discussão breve, momento em que apareceu Laurindo de Tal armado de uma faca e dizendo desaforos ao proprietário João da Cruz que preferiu refugiar-se e queixar-se à autoridade policial que determinou a prisão do Tal, não conseguindo efetuá-la. Diante da ineficácia da ação policial o jornalista informava que Laurindo era

[...] esse indivíduo [que] vaga por aqui e foi visto armado de uma espingarda de 2 canos, sendo que de envolta com insulto dirigio ameaças a João da Cruz. Ora a presença de gente de tal jaez é sempre perigosa. Assim esperamos que as dignas auctoridades policiaes dem providencias da lei afim

<sup>58</sup> “Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mistér em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite; prover à subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes” (PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. Bauru, SP: Jalovi, 1980. p. 316).

<sup>59</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 23 abr. 1892. Livro 001, p. 63. Acervo ArPU.

<sup>60</sup> EFEITOS da vadiagem. *Gazeta de Uberabinha*, Uberabinha, 25 fev. 1900, p. 1. Acervo HH.

<sup>61</sup> Ibidem.

de expurgar o municipio deste e de outros vagabundo que o infestam (ilegível) que farão juz a gratidão publica.<sup>62</sup>

É freqüente nos órgãos da imprensa local o registro de conflitos semelhantes utilizados para provocar a ação repressora das autoridades policiais buscando a ‘limpeza’ das cidades. Com efeito, os jornais ao noticiarem os conflitos, num esforço de formar opinião, apresentavam as imoralidades e os ilícitos como fatores que motivavam as ações criminosas. Nesse ínterim os jornais assumiam a defesa dos proprietários e repudiavam os comportamentos que se distanciavam dos princípios da ordem, progresso e civilização. Assim, o jornal *Gazeta de Uberaba* descreve uma ocorrência policial que teve como palco o distrito de Conceição das Alagoas, onde

[...] têm-se dado disturbios e em consequencia o assassinato de João Silvestre, camarada de João Faustino. Este tem estado com gente armada a espera de travar lucta com José Pinto, que por sua vez reuniu diversos capangas para repellir o aggressor. Dizem que estas questões tem sua origem no *cherchez la femme*, acompanhada de alcool e muita vadiagem que há alli naquella fazenda.<sup>63</sup>

Nos sertões de Minas Gerais as representações da violência principiam como componentes centrais das relações sociais e como forma predominante na solução dos conflitos. Com efeito, a vadiagem se fazendo acompanhar do consumo de bebidas alcoólicas e do desfrute das mulheres de ‘vida pouco honrada’ pareciam agravar a situação de duplo desrespeito à lei positiva e à moralidade cristã. A força policial era convocada para garantir o respeito à propriedade privada e à obrigação de trabalhar. Ou ainda, para restabelecer a ordem social através do expurgo dos vadios e indesejáveis.

A imprensa de Uberaba, em 1902, chamava atenção ao publicar uma série de ocorrências policiais relatando ações criminosas “todas ellas attentatorias da vida do cidadão”, para a predominância em lugares como o distrito de Conceição das Alagoas, Veríssimo e Dores do Campo Formoso e também nas cidades de Prata e na Villa Platina (Ituiutaba), de gente pouco honrada cujos crimes são praticados com “hediondez e perversidade dão ideia do espirito de selvageria e ignorancia que domina em grande parte dessas populações afastadas dos centros adiantados”<sup>64</sup>.

O artigo ainda reclamava que a falta de policiamento combinada com uma ação benevolente do júri possibilitava a reprodução das atrocidades. Desse modo, ao final expressava uma preocupação quanto ao futuro, pois não era certamente “de bom auguro para

<sup>62</sup> EFEITOS da vadiagem. *Gazeta de Uberabinha*, Uberabinha, s/n, 25 fev. 1900, p. 1. Acervo HH.

<sup>63</sup> *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 1490, 29 jan. 1902, p. 2. Acervo HH.

<sup>64</sup> POLICIA nos Municipios. *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 1493, 06 fev. 1902, p. 1. Acervo HH.

a garantia da propriedade, segurança individual e tranquilidade pública o que se vai passando em vários municípios desta parte do Estado”<sup>65</sup>

Contudo, as representações que procuravam conformar a vadiagem e a criminalidade operavam uma distinção importante para determinar os rumos da ação policial e ao mesmo tempo permitir que os moradores da cidade fossem caracterizados como laboriosos, pacatos e ordeiros. Desse modo, as reclamações poderiam reivindicar o aumento da força policial e a intensificação da repressão sem desqualificar os cidadãos, pois era atribuído aos ‘forasteiros’ o estigma de selvagens e ignorantes. Assim defendiam as elites, através de seus representantes na imprensa, a necessidade de reforço policial pois,

[...] sem um policiamento capaz de assegurar, com efficacia, a propriedade, a ordem e a tranquilidade publicas, de reprimir a vagabundagem, acaba por se tornar um centro perigoso à gente pacifica, por attrahir a si a escoria social e os profissionaes do crime, conquistando o triste privilegio de lugar mal afamado.<sup>66</sup>

Era longeva e resistente a fama do sertão enquanto lugar de criminosos e vadios<sup>67</sup>. Aparentemente os índices criminais se agravavam nas cidades da região, pois de Patos de Minas, em 1906, surgiu a proposta de dividir a polícia em preventiva e repressiva. Baseado no diagnóstico da ineficiência da repressão ao crime, o jornalista de *O Trabalho* sugere uma racionalização da atuação policial. Para ele as forças policiais não conseguiam deter os criminosos em razão do

[...] accumulo de forças em logares onde não são precisas, ou antes, onde seriam necessarias única e exclusivamente em determinados dias. Porque então não destacarmos dessas forças estacionarias gruppos de soldados que, sob o commando de officiaes de nossa brigada, fosse pelas nossas mattas, campos e sertões adentro, fazer prevalecer a força da lei?<sup>68</sup>

A ordem seria restabelecida por um policiamento ostensivo encarregado de estender os braços da lei para os recantos mais sombrios das localidades. Reclamando sempre do que lhes parecia um contingente policial insuficiente, a simples solicitação de aumento no número de soldados, encaminhado pelo delegado de polícia, era tratado com regozijo pelo jornal *A Noticia* de Uberabinha, pois o policiamento era visto como a condição essencial que

<sup>65</sup> POLICIA nos Municípios. *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 1493, 06 fev. 1902, p. 1. Acervo HH.

<sup>66</sup> POLICIAMENTO da cidade. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 15, 18 abr. 1915, p. 2. Av Acervo AOM. Alerta semelhante faz o jornal *O Commercio*, Patos de Minas, n. 1, 13 out. 1915, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>67</sup> GARCIA, Renísia Cristina. *Honra, sobrevivência e valentia*. Um estudo sobre os trabalhadores e populações pobres Uberlandenses envolvidos em processos criminais, 1922-1937. 1997. Dissertação (Mestrado em História)-Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 52 et seq.

<sup>68</sup> POLICIA preventiva e repressiva. *O trabalho*, Patos de Minas, n. 23 e 24, 13 maio 1906 e 20 maio 1906, p. 1. Acervo LEPEH.

permitiria combater com sucesso a vadiagem restituindo a felicidade pública no local. Assim, o jornal informava que

[...] o zeloso sr. Delegado de Policia, no louvavel intuito de exercer rigorosa repressão à vagabundagem que, nestes ultimos tempos, vem num augmento crescente, infestando a cidade, solicitou da Chefia de Policia do Estado, o augmento de mais 10 praças para o destacamento local. Uma vez satisfeito o seu pedido, a referida autoridade promoverá a execução das mais energicas medidas com o fim de expurgar a nossa sociedade dos maos elementos que pretendem perturbar-lhe a vida feliz e tranquilla.<sup>69</sup>

O chamamento à participação policial no ordenamento da sociedade baseava-se na percepção de que os vadios – homens e mulheres pobres, negros, mestiços –, infestavam a cidade, ameaçando a pureza expressa pela civilização. Com efeito, o aparato policial constitui-se num higienizador social, cujas ações resultam no restabelecimento da ordem e da tranqüilidade pública<sup>70</sup>.

É na busca da felicidade, da ordem e tranqüilidade pública, que as elites locais solicitam a João Pinheiro, ao

[...] illustre mineiro, que agora dirige os nossos destinos [e] tem dado provas de que saberá se impor a admiração pública, pautando seus actos pela justiça [que] Comece o Sr. Dr. João Pinheiro a sua obra de benevolência para conosco mandando o quanto antes construir a cadeia local, que é tão necessaria, até que possamos substituil-a por um grupo escolar, que nós, que muito admiramos, lhe enviaremos destas columnas francos applausos e reconhecimento verdadeiro.<sup>71</sup>

Na correspondência ao presidente do Estado de Minas Gerais explicitava-se a ordem de prioridades: polícia, cadeia, escola. A produção do mundo do trabalho e do trabalhador nacional encontra nessas três instituições os pilares com os quais as elites do sertão oeste de Minas buscam presidir a conformação da sociedade civilizada.

Notamos que as reivindicações das populações da região pelo aumento do destacamento policial e pela construção de instalações prisionais adequadas se repetem, através da imprensa, no período das décadas de 1910 e 20. Sua recorrência pode ser considerada como evidência do tipo de tratamento que os governos estaduais de Minas Gerais dedicaram ao problema. Veiculava-se através de relatórios e mensagens oficiais o argumento de que se mantinha “inalterada a ordem publica em todo o Estado, embora a deficiencia do

<sup>69</sup> REPRESSÃO à vagabundagem. *A Noticia*, Uberabinha, n. 15, 15 set. 1918, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>70</sup> FERLA, Luis Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida do crime ao trabalho*. A utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). 2005. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *Revista Brasileira de história*, v. 5, n. 8/9, p. 7-33, 1984-85.

<sup>71</sup> CADEIA Pública. *A Nova Era*, Uberabinha, n. 6, 06 fev. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

policciamento se faça sentir em alguns pontos do território mineiro, o que demonstra do modo mais eloquente a indole sempre pacifica e ordeira dos habitantes do nosso vastissimo território”<sup>72</sup>. Para justificar a falta de apoio administrativo às reivindicações, Bueno Brandão se apropria das representações que as populações locais faziam circular acerca de si próprios numa operação de reconstrução das imagens dos homens sertanejos, e através dela transfere a responsabilidade da implementação dos dispositivos de segurança.

Não obstante as estratégias governamentais de ocultação de um problema, no final da década de 1910, a imprensa local continua registrando as reclamações quanto à falta e à inoperância do policiamento, destacando a relação inversa entre o crescimento da atividade criminosa e o número diminuto de policiais. Assim, o *Federalista* da cidade de Patos de Minas informava que

O destacamento policial desta cidade acha-se actualmente reduzido a quatro praças. Quatro praças numa cidade em cujo municipio vagam impunemente cerca de quatrocentos criminosos e onde diariamente é augmentada a estatística criminal, de maneira a fazer calafrios aos que se julgam mais garantidos, é, como já muitas vezes temos dito, simplesmente irrisorio [...]. Como poderá o Dr. Delegado de Policia, assim, cumprir os seus deveres garantindo a manutenção da ordem publica, reprimindo a jogatina, que é campeã desenfreadamente até em casas particulares, e capturando os delinquentes que infestam o municipio de Patos?<sup>73</sup>

As reclamações quanto ao contingente policial se fazem ouvir por toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas, elas também não deixam de aludir à falta de autoridade dos delegados e dos praças encarregados de garantir o sossego dos habitantes das cidades. Nesse sentido, o jornal *A Tribuna*, de Uberabinha, denunciava a presença de

[...] alguns individuos, conhecidos da policia, normalmente embreagados, passam o dia e a noite nas confeitarias, provocando desordens, ostentando armas de fogo e exigindo pela ameaça bebidas... e até dinheiro. Bem sabemos que o destacamento policial desta cidade é insufficiente, mas o sr. Delegado, tomando conhecimento dos factos que citamos e pondo em evidencia tão somente a autoridade que o cargo lhe confere não terá dificuldades em fazer com que esses perniciosos elementos deixem socegada e em paz a nossa população.<sup>74</sup>

<sup>72</sup> MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 6ª legislatura do ano de 1913. *Revista Vita*, ano 1, n. 1, jul. 1913. Acervo APBH

<sup>73</sup> DESTACAMENTO policial. *O Federalista*, Patos de Minas, s.n., 23 mar. 1919, não paginado *apud* SANTOS, Roberto Carlos dos. *Urbanização, moral e bons costumes*. Vertigens da Modernidade em Patos de Minas, 1900-1960. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. p. 116.

<sup>74</sup> COM A POLICIA. *A Tribuna*, n. 5, 05 out. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

O relevo à ineficiência policial tende a esconder os arranjos clientelistas, os favores, as reciprocidades, e a presença de forças ‘policiais’ privadas a serviço das facções políticas em disputa no âmbito das cidades, todos eles fatores sobre os quais os poderes se assentavam<sup>75</sup>. Os relatos dos memorialistas obscureceram esse traço violento característico da organização política das cidades sertanejas. Entretanto, algumas evidências que emergem de relatos históricos mais recentes e da narrativa literária indicam que a atuação policial estava subordinada às necessidades do jogo de composição política estadual<sup>76</sup>.

A estratégia discursiva encontrada para contornar esses obstáculos baseava-se na reiteração dos anseios de ordem e progresso das populações que viviam na região, sobretudo os descendentes dos primitivos ocupantes, e atribuir e identificar nos indivíduos ‘forasteiros’ as ameaças ao caráter pacato e ordeiro dos habitantes da cidade. Nesse sentido, ao endereçar um apelo ao Chefe de Polícia do Estado para que nomeasse as novas autoridades policiais para a cidade cujos cargos estavam vagos, um jornal de Abadia dos Dourados afirma que,

Não é demais tocar, de quando em vez, no magno assumpto da nossa segurança publica, maxime nestas regiões afastadas dos grandes centros civilizados; não que o nosso não seja, pelo contrario; mais fronteiroço à linha limitrofe de dous Estados, tem servido de coito aos maos elementos de fora, que homiziam-se por aqui, para perpetração de crimes nefandos.<sup>77</sup>

A civilização e a afeição ao progresso eram atributos dos homens locais, cujas propriedades e a própria vida estavam sob constante ameaça. Com efeito, fustigada pelas mais variadas pressões, a força policial deveria se mostrar capaz de operar seletivamente no estabelecimento e manutenção da ordem social. Significativamente, nem todo desocupado poderia ser considerado um vadio e, portanto, nocivo à sociedade; nem todo homem armado devia ser visto como um criminoso potencial. A força policial, quando ousou generalizar a aplicação da lei, foi considerada arbitrária. Nesse sentido, o jornal *Cidade de Patos* advogava

<sup>75</sup> QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HGCB; Brasil Republicano: estruturas de poder e economia, 1889-1930. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 153-190; LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o sistema representativo. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.

<sup>76</sup> SILVA, Antonio Pereira da. Don’Anna bateu no delegado de taco. A crise que derrubou a Câmara. In: \_\_\_\_\_. *As histórias de Uberlândia*. Uberlândia: [s.n.], s.d. p. 79- 82; 103-105. v. 1. Ver ainda do mesmo autor: Polvorosa política ameaçou juiz e vereador. In: *As histórias de Uberlândia*, v.II. Uberlândia: [s.n.], 2002. p. 115-117. Ver ainda: PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994 e ALVIM, Ceres. *Lágrima Comprida*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1960.

<sup>77</sup> SEGURANÇA Pública. *O Democrata*, Abadia dos Dourados, n. 10, 11 maio 1924, p. 1. Acervo HH. Ver também: COM FRANQUEZA... *A Tribuna*, Uberabinha, n. 12, 30 nov. 1919, p. 1. Acervo ArPU. Tudo indica também que a solicitação para a nomeação dos novos ocupantes dos cargos públicos se refira à reciprocidade que mediava as relações de poder no âmbito municipal (cf. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o sistema representativo. São Paulo: AlfaOmega, 1976).



uma relativização dos procedimentos de intervenção policial, alegando o direito dos cidadãos pacíficos de andarem armados. Tendo o jornal

[...] chamado atenção pela falta de policiamento, pedindo insistentemente a prisão dos criminosos que infestavam o nosso município, as dignas autoridades começaram a tomar as providencias que o caso requeria, os agentes incumbidos destas diligencias porem, exorbitaram nas suas atribuições, já tomando armas defesas na estrada, de cidadãos inermes, já espancando a torto e a direito, implantando desta sorte o regimem do terror. Para que serve a força pública?

[...]

Por isso é que a imprensa representando a opinião publica de Patos comdemna estes attentados, para que elles se não reproduzam

É uma contravenção o uso da arma prohibida; não comprehendem porem a extensão da lei, aquelles que julgam que nella incorrem todos os cidadãos encontrados com armas defesas!

Desde que não se trate de individuos suspeitos, desde que não se trate de epochas anormaes de revolução ou de calamidade publica, não tem a policia o direito de dar busca e tomar a arma defesa do cidadão pacifico.<sup>78</sup>

Entre as atribuições da polícia, como se observa, não se encontra aquele princípio que norteia a generalização da aplicação e cumprimento da lei. Assim, as reclamações e denúncias acerca da precariedade e despreparo da força policial inscrevem-se num jogo social mais complexo em que a ‘cidadania’ se manifesta através da proteção do chefe local. Ou seja, quanto mais distante o indivíduo se encontrar do centro de decisões, mais expostos às violências e arbitrariedades, inclusive da polícia, ele estará.

Em relação às classes pobres a polícia deveria desempenhar o papel de instituição civilizadora, veiculando as representações sociais produzidas, ou apropriadas pelas elites locais, agindo pela regeneração das práticas costumeiras empreendidas pelos homens e mulheres pobres. As operações de criminalização das práticas sociais das classes pobres têm como intuito subordiná-las às determinações do mundo do trabalho.

Conforme acentuou o historiador Peter Linebaugh ao investigar, na perspectiva da história social, a relação existente entre a industrialização e o crime, produziu uma crítica pertinente a determinadas correntes de pensamento que investigaram e interpretaram o crime a partir de uma consideração abstrata como um conceito vazio. Linebaugh chama atenção para a historicidade que o conceito carrega. Nesse sentido, evidenciando a noção de processo, de movimento, o historiador alerta que o termo adequado para representar essas ações é: *criminalização*. Portanto, as representações criminais, coincidentes com a introdução do assalariamento, evidenciavam as tentativas burguesas de subordinar as classes trabalhadoras.

<sup>78</sup> ARBITRARIEDADES. O policiamento cá de casa. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 85, 17 set. 1916, p. 1. Acervo AOM.

Assim, o salário como forma exclusiva de remuneração, as inovações tecnológicas e arquiteturas, o desenvolvimento do mercado financeiro, e a instituição policial, combinadas às novas e intensas formas de repressão aos modos costumeiros de apropriação de matérias-primas, são modos de expropriação do trabalhador visando subjugá-lo às formas monetárias e pauperizantes de sobrevivência<sup>79</sup>.

Construir as imagens dos vadios e da vadiagem, e criminalizar homens e mulheres pobres, enquadra-se num projeto político mais amplo de ordenamento do mundo do trabalho, de respeito aos contratos e à propriedade privada, de introjeção da noção de tempo, cara ao mundo burguês, e de condenação veemente aos modos informais de sobrevivência, costumes e resistências de homens e mulheres ao processo de proletarização. Esses são os caminhos instituidores do mundo do trabalho e do trabalhador nacional que observamos nas representações veiculadas nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Nesse sentido, nossa abordagem se diferencia daquela empreendida pela historiadora Jane de Fátima Rodrigues que, ao analisar especialmente a questão do trabalho na cidade de Uberlândia, assinalou que era

[...] necessário termos clareza de que o roubo e a criminalidade são formas de manifestações produzidas pelo estado de indigência e penúria a que foi reduzida a quase totalidade dos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho, e que tais mecanismos fazem parte do processo de resistência das camadas pobres e sem trabalho, de um modo geral. Esta resistência, a nosso ver, está vinculada às carências materiais que obviamente, premiram os homens pobres, ou sem trabalho, à prática de furtos e crimes que tem como fonte a miséria extremada.<sup>80</sup>

Ao não se referir ao processo de construção dos conceitos de crime e criminalidade, Rodrigues reitera as formulações que equalizam classes pobres a classes perigosas. Na sua perspectiva, os pobres que trabalham são criminosos potenciais porque os salários não garantem a sobrevivência; e os ‘sem trabalho’ são criminosos, pois essa é a única forma de sobreviverem.

É questionável também a caracterização das ações ‘criminosas’ como resistência à exploração do trabalho ou situação de penúria. Como podemos observar, as ‘classes pobres’ incorporam, mesmo que seletivamente, os valores do mundo do trabalho, portanto eles muito dificilmente qualificariam essas ações chamadas ‘crimes’ como resistência. Por outro lado,

<sup>79</sup> LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 99-137.

<sup>80</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços, 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. p. 60.

uma parte das ações desses ‘sem emprego’ que a historiadora classifica como ‘crime’ seria vista por eles como pertencentes ao universo do costume e, assim, tácita e moralmente autorizadas.

Observamos, então, que as bases desiguais e elitistas sob as quais se assentam as relações sociais e a instituição do trabalhador nacional, impediriam o ‘aperfeiçoamento’ e a ‘segurança’ de pertencerem àquele tempo. Não por acaso, nas transformações sociais em curso, enfatizam-se as distinções que reafirmam as hierarquias, operando uma separação entre, capital e trabalho, cidadãos e não-cidadãos, superiores e inferiores. Nessa sociedade, em processo de modernização, o homem civilizado apresenta-se como um proprietário virtuoso, exemplo de progresso material e moral a ser seguido, em contraposição ao não-trabalhador, desordeiro e perigoso à ordem pública e privada do sertão mineiro.

## CAPÍTULO 5

### “O JOGO, O ÁLCOOL E O LUPANAR”: ASTÚCIAS DA (DES)ORDEM

Eu nunca sinto falta do trabalho  
Desde pirralho  
Que eu embrulho o papalão,  
Minha sorte é o baralho  
Mas minha desgraça é o garrafão,  
Dinheiro fácil não se poupa.  
Mas agora, com que roupa?  
(Noel Rosa. *Com que roupa?* – 1929)

A maior parte delas [as loterias] são destinadas a obras e alfaias de igrejas; e acho nisto grande finura do legislador, que obriga os fiéis a construírem o edifício do céu com os tijolos do pecado. *Ex fumo dare lucem*. (Machado de Assis, *Balas de Estalo*, 1886).

O desprendimento do tabaco, emanações alcoólicas, e, a mais, uma fortíssima exalação de sensualidade e lubricidade, davam o aspecto repugnante de uma vasta bodega. (Lima Barreto, *Um Especialista*, 1904).

#### 5.1 A jogatina desenfreada, cancro social, oficina do crime

Em 1955, Monsenhor Fleury, importante autoridade eclesial, atuando em Patos de Minas desde 1920, e, segundo o historiador Oliveira Mello, desde sempre trabalhando “em benefício da população seja quanto ao bem estar religioso, seja quanto ao social”<sup>1</sup>, célebre também em sua ação de fazer os estabelecimentos comerciais respeitarem o dia santo de domingo permanecendo fechados, faz publicar na imprensa local um artigo em que denunciava a presença entre os habitantes de Patos de Minas e da região da *triade do mal*, segundo ele consumidora, como um verdadeiro câncer social, das melhores energias: a

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA MELLO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971. p. 168.

fortuna, a saúde, a dignidade. Para Fleury, essa “tríade do mal que mais ou menos, existe viceje por toda parte, consiste no jogo, alcoolismo e prostituição”<sup>2</sup>.

A despeito dos combates incessantes contra esses e outros ‘vícios’ eles persistiam, o que indicava a necessidade de continuar enfrentando o desafio de “saneamento moral da nossa sociedade”<sup>3</sup>. Fleury chama atenção especial para a jogatina, pois, segundo ele,

Nela está o viveiro de mil desventuras de todas as formas e das piores conseqüências. O jogo, o grande inimigo, porque privadamente ou publicamente já ele ataca a paz, a honestidade, o amor ao trabalho e outros bens, dos quais o menor é o dinheiro, por ele arrebatado, e a muitos deixa na miseria [...] por isso achamos ser ação altamente patriótica e humanitaria trabalharmos juntos pelo saneamento moral da nossa sociedade, que tem na jogatina um poderoso foco de infecção moral.<sup>4</sup>

Fazendo uso de uma linguagem da medicina social articulada a uma simbologia cristã, Fleury incita a “uma verdadeira cruzada” contra o jogo e os outros vícios que completam a tríade. A moralização social resultaria da valorização dos princípios morais cristãos e da aplicação das leis promovida pelas autoridades competentes. A ação das autoridades, segundo monsenhor Fleury, receberia “aplausos unânimes dessa gente honesta, laboriosa e ordeira do grande município de Patos”<sup>5</sup>.

No processo de constituição do mundo do trabalho, os hábitos de sentar-se à mesa de jogos de azar, consumir bebidas alcoólicas, freqüentar casas de prostituição e prostituir-se receberam as censuras e condenações veementes e reiteradas – de uma moral cristã e liberal –, que tentam imprimir significados ao processo de reforma social em curso, buscando estabelecer como corretos e únicos os princípios de respeito ao trabalho e a licitude das condutas como alimento e caminho de salvação da alma.

As práticas da designada tríade do mal aparecem sob vários olhares como perda de tempo. Em uma sociedade capitalista o tempo, sua marcação, e distanciamento das referências naturais de sua aferição se constituem elemento primordial no controle que os compradores de força de trabalho devem e precisam exercer sobre a execução das tarefas produtivas. Tempo

---

<sup>2</sup> CURADO, Monsenhor Fleury. O jogo uma fonte do mal. *Correio de Patos*, Patos de Minas, s.n., 16 jan. 1955, não paginado apud SANTOS, Roberto Carlos dos. *Urbanização, moral e bons costumes*: Patos de Minas, 1900-1960. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. p. 103, 104.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>5</sup> *Ibidem*. Oliveira Mello relata um acontecimento de 1962 em que o padre Antônio de Gangi mobilizou os católicos de sua paróquia pela moralização dos bairros, o que significou a retirada dos bordéis próximos a igreja de Santa Teresinha e da rua Ouro Preto. Segundo Oliveira Mello, Gangi de fato “moralizou muita cousa na região” (OLIVEIRA MELLO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971. p. 214).

transforma-se em dinheiro e na “sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado”<sup>6</sup>. As novas expectativas em relação ao trabalhador tentam introjetar-lhe um relógio com dupla função, marcando física e moralmente o tempo. Na medida em que se constrói gradativamente uma separação entre trabalho e vida, essas duas dimensões da experiência social precisam ser minuciosamente controladas, como parte da estratégia de reprodução da dominação<sup>7</sup>. Separa-se o trabalho dos elementos lúdicos que o caracterizavam e transformam-se os corpos dos trabalhadores em utilidades econômicas e morais tanto nos momentos em que trabalha, quanto nos momentos em que se diverte, ou vive<sup>8</sup>.

Antes que o lazer se institucionalize, podemos observar, nas primeiras décadas do século XX, uma campanha insidiosa pela moralização dos costumes. Nela o trabalho emerge como preventivo e regenerador dos vícios que, supostamente, tendem a enlamear os sertões mineiros. Mas, uma outra face se evidencia através de um relativo descentramento da problemática do trabalho e a formação de um dispositivo, uma rede que se estabelece entre “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”<sup>9</sup>, elementos discursivos, ou não discursivos, articulados na produção de um regime de verdade sobre o tempo, em especial sobre o tempo livre<sup>10</sup>.

Portanto, se o jogo de azar era reconhecidamente integrante do elenco das práticas costumeiras se fazia necessário atacá-lo visando não a sua extinção completa, mas a sua regulamentação, de modo a integrá-lo ao mundo do trabalho e obstar as ameaças que ele representava à formação do trabalhador nacional.

Do escritor Machado de Assis não partiram exatamente ataques, mas uma crítica desconcertante à flexibilidade moral de seu tempo. Ao analisar, como ele mesmo narra, as *Leis e Resoluções da Província da Bahia*, do ano de 1885, observou que no curto período de tempo, entre 16 de junho a 15 de dezembro, a Assembléia Legislativa baiana concedeu

<sup>6</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 298

<sup>7</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *O cotidiano dos trabalhadores na República*. São Paulo, 1889 – 1940. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>8</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado*. História e Lazer. São Paulo, 1969/1979. São Paulo: Marco Zero, 1992.

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 244.

<sup>10</sup> “O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (Ibidem, p. 12).

autorização para o funcionamento de novecentos e onze loterias destinadas às mais variadas finalidades. Segundo o literato, a “mor parte delas são destinadas a obras e alfaias de igrejas; e acho nisto grande finura do legislador, que obriga os fiéis a construírem o edifício do céu com os tijolos do pecado”<sup>11</sup>. Enveredando para o campo da metodologia historiográfica, Machado de Assis previu que essa produção legislativa seria lida “com grande avidez” por investigadores no ano de 1980, pois a “história estuda-se em documentos assim, não preparados, mas ingênuos e sinceros; é deles que se pode sacar a vida e a fisionomia de um tempo”<sup>12</sup>. Para Machado de Assis, o historiador que não se limitasse à superfície das coisas observadas concluiria que no século XIX “se operou uma grande fusão religiosa, que fizemos do paganismo e do cristianismo um só credo, convertendo a Fortuna antiga na Providência moderna”<sup>13</sup>.

O seu sarcasmo expõe um dilema que vai afligir as elites mineiras, sobretudo as da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, expresso na questão: como silenciar, ou mesmo, extinguir práticas sociais tão enraizadas e que se dinamizam com o crescimento urbano? Durante as primeiras décadas republicanas desencadeiam-se tentativas de regulamentar e disciplinar as práticas do jogo de azar. A documentação evidencia que não houve sucesso nesse intento. Contudo, todo o assédio e condenação ao jogo podem ser compreendidos como uma dimensão no processo de caracterização do mundo do trabalho e da construção da imagem do trabalhador nacional, num ambiente em que virtude e vício estiveram sempre ao alcance das mãos<sup>14</sup>.

No espaço sertanejo das Minas Gerais o processo de modernização encerra suas ambigüidades e abre espaço para a crítica severa de práticas sociais antigas e novas. Em 1912, *O Commercio* de Patos de Minas defende que os moços devem ser incitados pelo estudo e pela fé a encontrarem o caminho da virtude. Esse era o procedimento capaz de torná-los resistentes às tentações da tríade maldita, essa

Inimiga irreconciliável de Deus; fonte perene de magua e torturas, vomito abjecto do inferno – eis a tríade poderosa do mal, a arma predilecta do demonio.

Si alguma desgraça nos feriu, si à alguém faltou a saúde, a tranquilidade e mesmo o pão; si do seio de uma familia fugia a paz, a alegria e o amor; a causa será sempre: ou o jogo que rebaixa o caráter; o alcool que envenena ao

<sup>11</sup> ASSIS, Machado de. Balas de Estalo. In: DE LUCA, Heloisa Helena Paiva (Org.). *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 336.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 337.

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_; NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-620.

mesmo tempo o corpo e a alma; o lupanar que degrada e bestialisa o homem, ou os trez reunidos; porquanto, vícios irmãos, as mais das vezes se encontram junto na sua marcha destruidora os fatal.

E é a mocidade, nessa quadra em que a sede dos prazeres é mais viva e o fogo das paixões mais ardente, que mais victimas faz a perigosa triade.

Quantas intelligencias perdidas, quantos caracteres estragados, quantos sonhos desfeitos!

Moços sobre cujo hombro serão pezar amanhã os destinos da patria e da sociedade, evitae, condemnae e amaldiçoe tão hediondos quando tentadores vícios. Evite-os, fugindo às companhia e às occasiões perigosas; condemnae-os e amaldiçoe-os, elevando o vosso espirito pelo estudo e pela fé, e fortalecendo a vossa vontade pela pratica das virtudes que são o caminho seguro da felicidade.<sup>15</sup>

Ao dirigir-se aos moços, à mocidade, o jornalista refletia uma preocupação que recrudescia naquele momento acerca da formação dos homens que em futuro próximo seriam a representação da nação. Uma juventude virtuosa seria a garantia da felicidade futura. Para que esse anseio se realizasse, fazia-se necessário uma atenção redobrada com a presença ameaçadora dos vícios. Com efeito, se estabelece um processo de condenação e demonização do jogo.

Ainda no final do século XIX, encontramos na região observada os registros jornalísticos condenando a prática dos jogos de azar. Em 1892, *O Progresso* de Araxá alardeava que a cidade tornara-se uma espécie de Monte Carlo sertaneja, onde o presente e o futuro destilavam desgraças, pois, segundo o jornalista, não

há aqui mais ninguem que não jogue [...]. Vem-se aqui rapazes de bellissimos character, que tem diante de si o futuro e que, em vez de se entregarem a uma profissão honesta, sentam-se à banca do jogo perdendo desse modo a carreira e a confiança que inspiravam.<sup>16</sup>

Assinalava ainda o articulista que as crianças, ‘obreiros de amanhã’, adquirindo o hábito inveterado de jogar fazem-se “futuros candidatos aos presidios do Estado”<sup>17</sup>. Sugeria também que para se evitar as ruínas que se anunciavam eram “necessarias providencias energicas [...]. À propria mocidade cumpre procurar os meios de se corrigir de tão abominavel vicio, sem a intervenção policial, e aos srs. paes e professores compete a rigorosa correção dessas crianças que tão mal começam a vida”<sup>18</sup>.

Ao restringir, ou recusar, a ação policial e apresentar os pais e professores como agentes na correção dos costumes das crianças, o jornalista evidencia que sua mensagem se

<sup>15</sup> LYNCE, Léo. O jogo, o alcool e o lupanar. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 89, 28 jul. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>16</sup> O JOGO nesta cidade. *O Progresso*, Araxá, 21 jun. 1892, p. 1. Acervo HH.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Ibidem.



dirige às famílias remediadas cujos filhos deveriam formar-se cidadãos e líderes locais, na jovem república.

As manifestações contrárias ao jogo veiculadas nas páginas dos órgãos de imprensa da região do Triângulo e Alto Paranaíba, adquirem pouco a pouco um aspecto de campanha. Porém, podemos perceber que os argumentos de condenação se repetem como uma tentativa de convencimento acerca da gravidade do problema a ser enfrentado. Por outro lado, a reiteração expressa também a persistência da prática.

Assim, num fragmento restante do *Gazeta de Uberaba*, de 1901, lê-se a notícia de abertura de processo contra banqueiros do jogo do bicho<sup>19</sup>. Em Patos de Minas, por volta de 1906, observamos a preparação de uma luta “contra esse cancro roedor da humanidade”. O ponto de partida para essa movimentação era a constatação de que os homens do sertão mineiro perdiam a confiança no trabalho e se entregavam à

[...] voragem em que estamos submersos; infelizmente todos jogam, desde o deputado que pouco se importa com o mandato do povo e vae a Bello Horizonte jogar roleta, até o último dos operários que vae perder na ponta da rua as economias da semana; desde o sacerdote que não se pode levantar a hora classica para abençoar o povo até o medico na incuria de seus clientes; desde o advogado que descursa de seus constituintes até o pharmaceutico que não cuida de aviar com presteza as formulas prescriptas, tudo joga.<sup>20</sup>

Diante desse quadro de contaminação geral, o doutor Euphrasio Rodrigues recomendava medidas enérgicas para ‘a debellação da symptomatologia alarmante deste grande mal’<sup>21</sup>. Segundo ele, tornara-se dever do governo de Minas Gerais extirpar o mal e, operando essa terapêutica, recolocar os mineiros “desassombradamente na senda do progresso” com a contribuição de uma “aristocracia intelectual” trabalhando pelo bem do povo<sup>22</sup>.

Entretanto, se tentará amenizar a campanha contra o jogo. Em 1907, em um artigo n’*O Trabalho* de Patos de Minas, o jornalista procurava relativizar a condenação às práticas dos jogos buscando estabelecer uma diferenciação entre os lícitos e ilícitos. Tentando confirmar seus argumentos, o jornalista assegurava que os jogos ilícitos teriam sido os responsáveis pela decadência dos povos dominadores: germanos, hunos, gregos, romanos, judeus, etc. Ao elaborar uma distinção, o articulista procurava atribuir diferentes papéis aos jogadores, de acordo com a sua condição social e os propósitos levados adiante quando os homens

<sup>19</sup> PROMOTORIA da Justiça. *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 1475, 08 dez. 1901, p. 1. Acervo HH.

<sup>20</sup> RODRIGUES, Dr. Euphrasio. O Jogo. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 1, 18 nov. 1906, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

sentavam-se à mesa de jogo. Portanto, o jogo em si mesmo não seria um mal, ao contrário ele figuraria entre as distrações que permitiriam aos homens “recrear-se nos intervalos de descanso de suas ocupações e trabalhos”<sup>23</sup>. Desse modo, sob

[...] este ponto de vista, o jogo, não intervindo nelle interesse nem havendo excesso em sua duração, é lícito e até conveniente, as vezes, a saude do corpo e distração do espirito, cuja tensão, nascida das preocupações e cuidados da vida, poderia ser obstáculo e perigo para o exercicio regular das nossas faculdades phisicas ou moraes.<sup>24</sup>

Ao jogo que fora representado como a razão da degeneração da mocidade – jogo ilícito –, aderem uma surpreendente qualidade – jogo lícito –, que restitui a saúde do corpo e distrai o espírito após um longo dia de trabalho. Assim, o comprometimento financeiro nas apostas também é definidor do caráter do jogo. Pois bem, se o jogador, ao apostar, se expõe ao risco que apenas os homens abastados podem suportar sem que a ruína lhes importune, nesse caso temos manifesta a licitude do jogo. Em relação ao operário, que aposta e coloca em risco o pão conquistado com o suor do seu rosto, dá-se exatamente o contrário.

Ressalta-se ainda outro fator como determinante do caráter virtuoso do jogo e do jogador e diz respeito ao tempo empenhado nesses divertimentos. Portanto, é perigoso ao operário que se dedique ao jogo mesmo que seja lícito, pois

O homem que vive dos seus rendimentos, sem carecer de se submeter a ocupações quotidianas pode empregar na diversão do jogo lícito duas ou trez horas sem que os seus interesses corram risco; mas esse mesmo tempo mal empregado pelo operário, representa uma perda em alto grau, quer para a necessaria reparação das forças após o trabalho, quer como sacrificio do seu capital, quer do tempo além da perda do dinheiro que sacrificará. Segue-se daqui quão perigoso é as pessoas que vivem a custo do seu trabalho entregarem-se diariamente aos jogos licitos, os quaes, ainda que nelles não intervenha interesse nenhum, produzem e geram o máo habito de folgança, concluindo por apoderar-se do espirito e energia individualmente, até ao ponto de afastal-os do cumprimento de suas obrigações.<sup>25</sup>

O operário que faz mau uso do tempo disponível ao descanso ameaça a moralidade da vida, familiar e de trabalho. Os homens pobres deveriam, por precaução, se manter afastados de toda atividade que possibilitasse aos corpos uma folgança que não objetivasse a restituição das energias e o responsável cumprimento de suas obrigações morais e materiais.

Uma semana depois dessas primeiras considerações, sob o mesmo título, o jornal volta a se referir aos efeitos nocivos do jogo. Através de uma exposição que combinava cálculos

<sup>23</sup> A PAIXÃO do jogo I. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 13, 10 fev. 1907, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

contábeis, com ditos populares, o jornalista procurava demonstrar que o jogador é o único que sempre tem algo a perder e que invariavelmente perde. O articulista não tem dúvidas, para ele o “jogador que persevera no seu vício arruína-se indefectivelmente”<sup>26</sup>. A explicação para essa fatalidade se baseia no argumento de que entre os jogadores, aquele que ganha, acresce muito pouco ao seu patrimônio; quem perde sofre uma dilapidação considerável na riqueza que detém e deveria preservar. Como as possibilidades de derrota são maiores do que as de vitória, assinalava o jornalista, os riscos são sempre desproporcionais ao que se pode ganhar. Não se restringindo a apresentar a nocividade do jogo através da racionalidade dos cálculos financeiros, o autor se apropria de um dito popular: “o dinheiro mal ganho, o carrega o diabo”<sup>27</sup>, referindo-se ao jogo, mas demonizando as formas de ‘ganhar dinheiro’ que não derivam do trabalho regular e disciplinado.

Os traços da imoralidade do jogo, em relação aos princípios que conduzem uma vida cristã, serão ressaltados no terceiro artigo da série *A paixão do jogo*. Para o jornalista de *O Trabalho* de Patos de Minas, o “jogo de azar conduz a todos os vícios e pecados”<sup>28</sup>. O autor argumenta que ao observar a vida e a fisionomia do jogador podemos perceber que não há pecado capital em que esses homens não incorram.

Avareza, soberba, lascívia, ira, inveja, ócio, vadiagem, incredulidade. São essas as qualidades do jogador vicioso que unem-se às quebras dos mandamentos cristãos que ele desrespeita um a um progressivamente.

Quebra o primeiro, porque longe de amar a Deus sobre todas as cousas, o pretere ao desejo de adquirir muito dinheiro. Falta ao segundo com suas pragas e imprecações; ao terceiro porque o tempo que deveria empregar na santificação das festas, o dedica a sacrificar seu dinheiro, sua vida e até a honra nos altares da deusa Fortuna. Viola o quarto preceito, aventurando o pão de seus filhos ao azar do jogo; violando ainda o quinto com os acessos de ira ou raiva, de que falamos.

Ao que condiz aos sexto, nono, decimo mandamentos, nada mais há a acrescentar, por estarem incluídos nos pecados de lascívia e avareza, mas principalmente falta ao sétimo e oitavo mandamentos da Lei de Deus...<sup>29</sup>

As violações dos sétimo e oitavo mandamentos revestem o ato de jogar de aspectos agravantes inaceitáveis para o mundo do trabalho, pois além de afastar-se das leis divinas, o jogador tende a desrespeitar um princípio sagrado ao mundo civilizado: o respeito à

<sup>26</sup> A PAIXÃO do jogo II. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 14, 17 fev. 1907, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> A PAIXÃO do jogo III. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 15, 24 fev. 1907, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 2. Os Dez Mandamentos são os seguintes: 1º Amar a Deus sobre todas as coisas; 2º Não tomar seu santo nome em vão; 3º Guardar domingos e festas de guarda; 4º Honrar pai e mãe; 5º Não matar; 6º Não pecar contra a castidade; 7º Não roubar; 8º Não levantar falso testemunho; 9º Não desejar a mulher do próximo; 10º Não cobiçar as coisas alheias.

propriedade. No quarto e último artigo, usando o mesmo título, o jornalista reitera a representação criminalizante da prática do jogo de azar recorrendo a mais um dito popular para asseverar que “de jogador a ladrão só vae um passo”, assinalando que o jogo de azar estaria envolvido, sempre, por algum tipo de fraude, presente na origem ou destino do dinheiro apostado, ou na própria mecânica do jogo, que naturalizam o rompimento com as regras, pois “[...] sabem os jogadores que as *tretas* ou *patotas* são o pão de cada dia [...]”<sup>30</sup>.

As representações que visam a demonização e criminalização do jogo e do jogador circulam pelas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tendo como porta-vozes os órgãos da imprensa escrita que fazem ecoar valores de importância central ao mundo do trabalho.

Na cidade de Araguari, em 1910, a imprensa denunciou a existência de casas de tavolagem, ameaçadoras da ordem, em que “muitos figurões de nossa terra [encontram-se] entretidos numa sofreguidão estontidora”<sup>31</sup>. O articulista relata que ao entrar numa dessas casas imaginou, pelo aglomerado, tratar-se de uma conferência literária, ou reunião política. Mas, para sua surpresa “tratava-se, nada mais, nada menos, não de uma sessão litteraria, nem de uma sessão politica: tratava-se de uma sessão *roletica*, sessão que para o cumulo das vergonhas desta terra, nunca falha”<sup>32</sup>. Segundo o jornalista esse era o lugar onde as crianças se instruíam, se fortificavam, preparando-se para as “grandes luctas: o assassinato e o roubo” e onde os homens afundavam-se “no charco das degradações”<sup>33</sup>.

O jornalista se mostra preocupado, com o que lhe parece ser a disseminação dos jogos de azar. Em forma de oração o articulista faz votos para que a cidade não degenera assinalando que,

Oxalá, que essa deslumbrante senhora com seu grande luxo, não arraste para a desgraça muitas victimas, não deixe sem pão innocentes criancinhas e não faça tombar exanime, muitas victimas, quer de um punhal, quer de uma *pindahibite aguda*, não deixe enfim muitos *cadaveres*. São estes os meus votos exma. Jogatina. Impere e acanalhe com a Ventania, já que não temos autoridades e nem... mandões.<sup>34</sup>

Fazendo uso de uma imagem feminina o jornalista procura alertar, mobilizando atávicos preconceitos contra as mulheres, para as ameaças de completa subversão da ordem social que a ‘senhora jogatina’ representa. O jornal *Cidade de Patrocínio*, no mesmo sentido,

<sup>30</sup> A PAIXÃO do jogo IV. *O Progresso*, Patos de Minas, n. 16, 06 mar. 1907, p. 2, 3 (destaques no original). Acervo LEPEH.

<sup>31</sup> ACTUALIDADES. *O Sport*, Araguari, n. 22, 30 out. 1910, p. 3. Acervo HH.

<sup>32</sup> *Ibidem* (destaques nos originais).

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> ACTUALIDADES. *O Sport*, Araguari, n. 23, 06 nov. 1910, p. 2 (destaques nos originais). Acervo HH.

denuncia a disseminação dos jogos de azar e convoca as autoridades policial e paterna para o “grande concurso para a grandiosa obra da regeneração do presente e futuro” pois,

O jogo (e torna-se necessario repeti-lo) desde que chegou a dominar o homem, produz fatalmente nestes os mais perigosos, entre outros, o desprezo do trabalho honesto e lucrativo, a desafeição e até a aversão à família, o alcoolismo, o adulterio, o roubo, o homicidio, o extravio, enfim, de tudo quanto se relaciona com a probidade e bons costumes, de maneira que o homem assim aguilhoado pelo maldito jogo, de moço sensato, morigerado e esperançoso que era passa a ser tido, com sobejos motivos, por leviano, corrompido e receiador; de esposo amoroso e exemplar chefe de família torna-se em algoz de sua virtuosa esposa e escandalo vivo de seu tenros filhos; de homem acreditado e respeitado passa a adquirir o nome desairoso de mau pagador e a perder, consequentemente, o honroso conceito social.

[...]

É assaz doloroso ver-se estes moços, que constituíam a esperança de um fagueiro e risonho futuro, subjugados pelo jogo e sem um freio que possa atalhar, em quanto é tempo, os funestissimos males que, forçosamente, hão de seguir-se de tão perigoso vicio.<sup>35</sup>

O trabalhador morigerado, pai de família amoroso e cumpridor de seus compromissos na vida pública e privada, degenerava-se pela ação do vício. Recuperá-lo era restituir as esperanças num presente e futuro de paz e tranqüilidade social. Contudo, as reiteradas reclamações e denúncias acerca das práticas do jogo de azar expressam as dificuldades das autoridades em reprimir os jogadores e mostram também que as representações do jogo, como atividade viciosa e degenerativa, não eram incorporadas às práticas sociais das populações do sertão mineiro<sup>36</sup>.

Escrito em 1914, a partir de uma correspondência publicada no jornal, com denúncias sobre a perigosa disseminação do jogo na cidade de Bonfim, cidade mineira da zona metalúrgica, o artigo de *O Progresso* comenta a existência de semelhante problema em Uberabinha. Para confirmar suas assertivas, o articulista passa a narrar a história de um operário que perdera tudo nas mesas de jogo e prometera não mais se envolver com o baralho. Não conseguindo sustentar sua palavra por quarenta e oito horas ele teria sido flagrado pelo jornalista no exercício do vício perigoso. Diante do insidioso vício, argumentava o jornalista, ainda era possível ouvir de “pessoas que tem a ousadia de dizer que o jogo não é tão pernicioso como querem que seja”<sup>37</sup>. Em resposta ele garantia que a defesa do jogo era feita por indivíduos degenerados “já atolados no lodaçal immundo do nefasto vicio do jogo e que mesmo assim querem inculcar-se no espirito da sociedade sã, como homens de bem, mesmo

<sup>35</sup> O JOGO. *Cidade do Patrocínio*, Patrocínio, n. 149, 12 out. 1912, p. 1. Acervo HH.

<sup>36</sup> PINTO, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>37</sup> A LIBERDADE do jogo. *O Progresso*, Uberabinha, n. 351, 12 jul. 1914, p. 1, 2. Acervo ArPU.

como jogadores”<sup>38</sup>. Entre os que defendiam o jogo e o praticavam, segundo o jornalista, estavam autoridades, funcionários públicos e pais de família. Aqueles que deveriam pautar sua vida cotidiana pela conduta moral irrepreensível não resistiam e entregavam-se ao vício.

Declarando-se unicamente interessado no bem-estar das famílias de Uberabinha, o jornalista propunha que se efetuasse uma proibição, ou regulamentação da atividade. Nesse caso deveriam incidir sobre o jogo pesados impostos de modo a inibir a prática redirecionando as energias para o trabalho e prosperidade. Esperançoso num futuro de progresso, a partir dessas medidas, o jornalista pedia: “Oxalá, os nossos ecos não sejam ouvidos no deserto e que sejam aproveitados em benefício de nós mesmos, porque assim veremos a nossa bella terra progredir no seu afã de trabalhos e prosperidades, de que muito precisamos”<sup>39</sup>.

Por sua vez, *O Commercio* de Patos de Minas, em 1912, mesmo reconhecendo que o “vício esta enraizado profundamente em todas as camadas sociais . Todo mundo gosta de arriscar seu dinheiro nas rodas das loterias e nas casas de tavolagem”<sup>40</sup>, se posicionava contrário à possibilidade de legalização do jogo argumentando ser esta uma medida que confrontava a moral. Veiculava-se o temor de que a cidade e a região se transformassem na Mônaco do Estado de Minas Gerais, pois, segundo os jornais, a mocidade, que joga e se alcooliza, não demonstra interesse pelo trabalho preferindo viver em torno das mesas de jogos<sup>41</sup>. Com efeito, era necessário proteger a mocidade, pois se o “individuo, tem o direito de atirar sua fortuna pela janella, desgraçar a esposa, e reduzir os filhos à mendicidade, é um acto de liberdade. O direito, que não lhe assiste, porém, é o de perverter a mocidade e chafurdal-a na lama do vicio”<sup>42</sup>.

Notamos que o jogo foi aos poucos significado como a face negativa do mundo do trabalho. Assim ressoavam apelos às autoridades responsáveis pelos destinos do sertão, reclamando que tivessem

[...] dó desta mocidade em flor, que emmurchece, no começo do seu vicejar; tende dó destas esposas que passam as noites no abandono ao passo que seus maridos, vão perder nas pontas das ruas as economias da casa. Tende dó das innocentes creanças, que levantam as suas mãozinhas pequeninas, como suas

<sup>38</sup> A LIBERDADE do jogo. *O Progresso*, Uberabinha, n. 351, 12 jul. 1914, p. 1, 2. Acervo ArPU.

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> A REGULAMENTAÇÃO do jogo. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 107, 08 dez. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>41</sup> Representações semelhantes veiculadas pela imprensa da cidade de São Paulo encontram-se em: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*; São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 86.

<sup>42</sup> A CAMPANHA contra o jogo. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 37, 26 set. 1915, p. 2. Acervo AOM.

almas angelicaes, a pedir ao Pae do Céu, que vos inspire, afim de prohibir o jogo nesta terra.<sup>43</sup>

Com maior ênfase, os textos jornalísticos se ocupam de produzir as distinções entre uma sociedade viciosa e uma sociedade de trabalho. Mobilizando imagens da rua e da família, da vida e morte, o *Cidade de Patos* reitera as representações positivas instituidoras do mundo do trabalho e do caráter virtuoso do trabalhador. Assim

[...] as casas de jogo, abrem-se ao amanhecer e os jogadores pé ante pé, vão sahindo um a um da pocilga, e o transeunte madrugador que passar para a tenda de trabalho, recuará espantado, julgando assistir a exumação de um tumulo

Nesse tumulo todavia ainda ficou alguma cousa; são os vermes gordos que comeram a carne daquelle cadaveres, são os banqueiros, e emquanto o jogador vai para a casa, ora vomitando o sedimento da embriagues, ora praguejando e maldisendo o seus maldito azar, e emquanto elle envergonhado se dirige para o sanctuario do lar, onde repousam os entes queridos pedaços de seu coração, o homem trabalhador accorda abraça a esposa e beija os filhos e lá se vai lutar pela vida, trasendo para a casa ao cahir da tarde a abundancia de seu parco salario, ganho pelo suor de seu rosto. Que contraste!<sup>44</sup>

De um lado, cadáveres digeridos por vermes gordos; de outro, o homem trabalhador, que luta pela vida com o suor do seu rosto. A estratégia do discurso contrastante produz sobre o jogo a representação de uma prática infernal. Entretanto, se configura também, mais uma vez, a estratégia de atribuir ao forasteiro, segundo o jornal “essa fezes do mundo civilizado”<sup>45</sup>, a culpa pelo enraizamento do jogo de azar nas terras sertanejas. Assim, lamurioso, o jornalista se pergunta como foi possível que o jogo em Patos de Minas adquirisse tamanha dimensão. A resposta é agressiva e reproduz implicitamente as qualidades de pacata e ordeira das populações da região. Ele afirma não saber como o jogo se enraizou, mas, o que sabe é

[...] que quando em vez, galgando penedias, afrontando as inclemencias de uma longa jornada, apresentam-se nesta terra, verdadeiras bateladas de jogadores, de todos os tamanhos e feitios, de todas as nacionalidades e de todas as raças; uns gordos, bojudos, sordidos como patacos de ventres insaciaveis, outros magros, esqueleticos de garras aduncas, todas estas fêses, dos lugares civilizados, são lançados, quando entra a primavera, para a cidade de Patos, como se lançam as immundicies para um cano de esgoto.<sup>46</sup>

Para que o sertão se constituísse numa sociedade civilizada, os jornalistas, formadores de opinião, identificavam como decisiva a atenção da força policial impedindo que homens de

<sup>43</sup> A CAMPANHA contra o jogo. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 37, 26 set. 1915, p. 2. Acervo AOM.

<sup>44</sup> Idem, n. 38, 03 out. 1915, p. 1. Acervo AOM.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> Ibidem.

nacionalidades e raças diversas, como ‘dejetos’, contaminassem as terras salubres e enlameassem os caminhos do progresso.

As incitações à participação da polícia na limpeza das cidades surtem poucos efeitos, pois em 1917, levantando a suspeita de que o delegado de polícia fora subornado, *O Garoto* de Uberaba era incisivo na sua reclamação ao assinalar que continuavam

[...] para a vergonha de Uberaba, completamente francas, ou completamente abertas as casas de jogo, nesta cidade de manhã à noite. Não há brado de indignação, não há brado de justiça, não há brado de direito, de civilidade, de moral, de ordem, que faça com que os estranguladores de nossa Constituição, os infractores da nossa lei, os mercadejadores do direito e os vendilhões da justiça, exerçam uma opressão de dever contra o absurdo vicio descontrolado que campeia impune na nossa sociedade, maculando o seu foro da moral e ultrapassando os limites da civilização. Não temos auctoridade! Onde está o sr. Delegado que não vê as tavolagens francamente abertas, francamente expostas aos olhos do público?<sup>47</sup>

A recorrência das reclamações e dos apelos para que as autoridades reprimissem os jogos de azar, tinha como intuito criar uma percepção exagerada, acerca da disseminação de uma prática que justificasse as reivindicações de uma participação moralizadora da polícia. Elas também sinalizavam as resistências das populações pobres – mas, não apenas – em introjetar os valores morais essenciais para a conformação social baseada na ordem, progresso e civilização. Aqueles agentes sociais que se contrapunham ao jogo entendiam, de maneira otimista, que a repressão vedaria esse meio de vida e encaminharia os jogadores, e entre eles os vadios, para o mundo do trabalho. Era essa a mensagem veiculada pelo *A Noticia* de Uberabinha, em 1919, assegurando que

Todo mundo sabe que infecta a nossa cidade grande quantidade de individuos, cujo meio de vida não pode ser outro senão o jogo. É prohibir este que uma boa parte dos vadios terão que se retirar ou procurar emprego. Quem, à noite, der uma volta pelas ruas, há de ver, parado aqui e acolá pelos pontos mais escuros das ruas, ou entulhando os cafés, fazendo tempo para o ‘precioso serão’ à margem do pano verde, individuos cujos os modos e características denotam bem a necessidade de se haverem com a policia.<sup>48</sup>

Em cidades como as do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde parte significativa da vida diária se desenrolava no espaço rural, a circulação pelas áreas urbanas permitia a

<sup>47</sup> O JOGO às claras. Onde estão nossas auctoridades policiaes? Abaixo o jogo! *O Garoto*, Uberaba, n. 81, 22 abr. 1917, p. 1. Acervo HH.

<sup>48</sup> REPRESSÃO à vagabundagem. O Jogo. *A Noticia*, Uberabinha, n. 29, 11 fev. 1919, p. 1. Acervo ArPU. Ver também: CARTA aberta ao Dr. Chefê de Policia do Estado I; O vicio entre nós está em pleno dominio. *O Gaiato*, Uberaba, n. 3, 25 jul. 1920, p. 1, 4. Acervo HH; CARTA aberta ao Dr. Chefê de Policia do Estado III. Idem, n. 5. 08 ago. 1920, p. 1. Acervo HH. “Quasi sempre o jogador/ Que com grandes lucros sonha/ Além de perder o dinheiro/ Perde o tempo e a vergonha”. Padre Antonio Vieira (O JOGADOR. *O Gaiato*, idem, p. 1. Acervo HH).



caracterização e identificação de quaisquer condutas incomuns. Fossem esses indivíduos moradores locais ou forasteiros, na suspeição de seus comportamentos os estereótipos eram acionados buscando reprimir seletivamente os agentes da degeneração.

Em relação particularmente ao jogo, as ‘características que denotavam a necessidade de se haverem com a polícia’ significava suspeitar e reprimir homens, pobres, negros e mulatos, sem ocupação regular reconhecida socialmente, fossem eles moradores locais ou não.

Se no geral as medidas repressivas contra o jogo não apresentavam os resultados esperados, em alguns casos, ocorria o contrário. As medidas pareciam surtir os efeitos desejados. Em Monte Carmelo, a população, garantia um jornalista, aplaudia as ações desenvolvidas pelo delegado Francisco Palmério<sup>49</sup>, que energicamente extirpava o cancro social que vinha consumindo as empreendedoras forças carmelitanas. Com essa finalidade,

[...] o remedio applicado foi, ao que parece efficaz. Si as providencias tomadas forem continuas, se a vigilancia da policia não esmorecer, o mal não recrudescerà. Em consequencia disso, os bandos de vagabundos que infestavam as ruas da urbe, foram-se retrahindo, de maneira que muita gente, que so vivia do jogo, tem procurado occupação licita.<sup>50</sup>

O sucesso era tão mais festejado por dismantelar o jogo enquanto meio de vida e provocar a procura por meios lícitos de sobrevivência. Não era em vão, entretanto, alertar para que a vigilância não esmorecesse evitando o recrudesimento do mal, pois as notícias que chegavam de Uberaba, no final da década de 1920, informavam a respeito da licenciosidade absoluta que envolvia a ‘princesa do Sertão’ não apenas consumida pelos jogadores como também se transformando em palco para a venda de cocaína e outras substâncias entorpecentes. Repetindo os argumentos que explicitariam uma deterioração moral, expressa na indisposição dos homens para o trabalho e para a família, o jornal pede atenção com “algumas casas com rotulos de Clubs, com pretensos estatutos, que não passam de antros de perversão, onde se bancam jogos de azar e prohibidos”<sup>51</sup>.

<sup>49</sup> Pai de Mário Palmério literato, educador, político que nos anos de 1960 publica sua obra mais importante: *Chapadão do Bugre*. Foi eleito, na mesma década, membro da Academia Brasileira de Letras em substituição a João Guimarães Rosa.

<sup>50</sup> DELEGACIA de Policia. *Monte Carmelo*, n. 261, 24 out. 1926, p. 1. Acervo HH.

<sup>51</sup> COM VISTAS ao exmo. Sr. Dr. Secretario de Segurança Pública. O vicio em Uberaba. *Brasil Central*, n. 42, 23 out. 1927, p. 1. Acervo HH. Ver também: O JOGO Franco. *Éco*, Uberaba, n. 8, 15 maio 1927, p. 1. Acervo HH. Há indícios de que na década de 1910 o ‘jogo do bicho’ ganhava adeptos, sinalizando uma diversificação da prática. Em tom de brincadeira como resposta a um artigo em que o jornalista reclamara da incidência das formigas na faixa urbana, um articulista que assina F. Cabeçuda, protesta “contra vossas palavras porque as formigas são muito menos prejudiciaes do que outros animaes que por ahi vivem como *touros, cachorros, cobras, ursos, cavallos*, etc; animaes muito nocivos à vossa integridade phisica pela ferocidade com que nos atacam e que além de tudo emprestam os seus nomes a jogos illicitos, como testas de ferro (*O Binoculo*,

Em Estrela do Sul, jornal homônimo fez publicar, em 1927, um artigo de Ruy Barbosa, falecido quatro anos antes. No texto, o político produzia uma diferenciação entre o encilhamento – caracterizado por ele como um rápido temporal típico de épocas de prosperidade e esperança –, e o jogo desenvolvido na “superfície do taboleiro verde” esse “grande putrefactor. Diatese cancerosa das raças, anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, elle entorpece, aleja, desviriliza os povos nas fibras de cujo organismo insinuou o seu germe proliferante e inextirpavel”<sup>52</sup>. Fazendo uso de imagens do repertório médico, jurídico, literário e moral, Ruy Barbosa assinalava que o jogo

Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vicio, furtivo como crime, solapado no seu contagio como as invasões purulentas, corruptor de todos os estímulos moraes como o alcool, elle zomba da descencia, das leis, da policia, abarca no dominio das suas emanções a sociedade inteira, nivela sob a sua deprimente egualdade todas as classes, mergulha na sua promiscuidade indifferente até os mais baixos voluntários do lixo social, alcança no regime de suas seducções as alturas mais aristocraticas da inteligencia, da riqueza, da auctoridade; inutiliza genios; degrada principes; emudece oradores, atira à lucta política almas azedas pelo calisismo habitual das paradas infelizes, à familia corações degenerados pelo contacto quotidiano de todas as impurezas, à concorrência do trabalho diurno os naufragos das noites tempestuosas da azar; e não raro a violencia das indignações furiosas, que veem estuar no recinto dos parlamentos, é apenas a ressaca das agitações e dos destroços das longas madrugadas do cassino.<sup>53</sup>

Em suas evocações, Ruy Barbosa reconhece que nenhum indivíduo estaria livre de sofrer as conseqüências desse “fadario maligno”, que condena os homens aos infortúnios na terra e que apenas cessa quando “a piedade infinita do termo de todas as coisas lhe recolhe ao seio do eterno esquecimento os restos inuteis de um destino sem epitaphio”<sup>54</sup>.

Para ele o jogo corrompia todas as forças que a natureza havia cedido aos homens, condenando à morte em vida o indivíduo e os seus semelhantes esperançosos de felicidade,

---

Uberabinha, n. 8, 16 abr. 1916, p. 2. Acervo ArPU). Gilberto Freyre atribui a popularidade do jogo do bicho à combinação entre a cultura indígena e a africana. Segundo ele: “Da tradição indígena ficou no brasileiro o gosto pelos jogos e brinquedos infantis de arremedo de animais: o próprio jogo de azar, chamado do bicho, tão popular no Brasil, encontra base para tamanha popularidade no resíduo animista e totêmico de cultura ameríndia reforçada depois pela africana” (FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 135).

<sup>52</sup> BARBOSA, Ruy. O Jogo. *Estrela do Sul*, n. 192, 13 mar. 1927, p. 1. Acervo HH. Se de fato esse artigo foi escrito por Ruy Barbosa, a distinção entre o encilhamento e o jogo de azar busca reinterpretar um momento da história econômica do Brasil em que o mote foi uma intensa especulação financeira que teria beneficiado, sobretudo, a burguesia bancária. Coincidentemente o ministro da Fazenda nesse período era o eminente Ruy Barbosa. Ver entre outros: PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: UNICAMP, 1994. p 55 et seq.; MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

<sup>53</sup> BARBOSA, op. cit., p. 1.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

[...] com a mesma continuidade, com que devora as noites do homem ocupado e os dias do ocioso, os milhões do opulento e as migalhas do operário tripudia uniformemente sobre as sociedades nas quadras de fecundidade e de penúria, de abundância e de fome, de alegria e de luto. É a lepra do vivo e o verme do cadáver.<sup>55</sup>

Como se vê, sobre o jogo de azar incidem as maiores censuras e condenações. Entretanto, no processo de constituição do mundo do trabalho e de invenção do trabalhador nacional, outras práticas tornar-se-ão a expressão do vício e do crime

## 5.2 Álcool e alcoolismo

Dentro da perspectiva de combate à tríade maldita, o consumo de bebidas alcoólicas tornar-se-á objeto de intervenção por parte das elites locais. As representações que se produzem sobre essa prática procuram caracterizá-la como uma doença social, aproximando-a do crime, pois inabilitaria e desviaria os homens do trabalho regular e morigerado.

Entre escravos e homens livres pobres em Minas Gerais, o costume organizava o consumo. A historiadora Julita Scarano assinala que a aguardente feita da cana atraía a atenção da sociedade mineira colonial ao permitir, através da troca da cachaça com outros gêneros alimentícios, uma complementação da dieta das populações escravas e pobres, não obstante o seu consumo abrir espaços para encontros entre cativos e libertos, o que atormentava o conjunto dos proprietários, fazendo-os destacar os malefícios do consumo da cachaça identificado com os distúrbios e subversão da ordem<sup>56</sup>.

Na literatura regionalista de Mário Palmério, encontramos representações dos usos da cachaça que combinada ao café serviam para aquecer o corpo diminuindo os efeitos das baixas temperaturas no sertão mineiro<sup>57</sup>. Os viajantes também registram sua presença nas festas populares. É o que se infere da menção de Saint-Hilaire à celebração de São João em terras goianas<sup>58</sup>.

<sup>55</sup> BARBOSA, Ruy. O Jogo. *Estrella do Sul*, n. 192, 13 mar. 1927, p. 1. Acervo HH.

<sup>56</sup> SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade*. A vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 76

<sup>57</sup> PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994; BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 426 et seq.

<sup>58</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 47

O mesmo viajante se refere aos usos da cachaça como hábito de parte dos habitantes do arraial de Santa Cruz, em Goiás, fornecendo matéria para a produção de imagens desqualificantes dos homens pobres e consumidores da aguardente. Segundo Saint-Hilaire, os homens se dedicavam à cata do ouro nos leitos do rio Corumbá e Peixe, e as “vezes a fêria diária é proveitosa, mas quando eles conseguem amealhar alguns vinténs abandonam o trabalho, vão beber cachaça e gozar o ócio junto das amantes”<sup>59</sup>. O que se destaca sob o olhar de um europeu é o abandono do trabalho e a entrega ao ócio.

Entretanto, sobre homens e mulheres pobres paira uma vigilância e uma intervenção que se traduzem em tentativas higienizadoras dos corpos e da força de trabalho, buscando destituí-los de sua periculosidade. Nesse sentido, as práticas sociais das classes pobres, entre elas o consumo de bebidas alcoólicas, se constituíram, no final do século XIX e início do século XX, em objeto da reflexão de médicos, juristas, políticos, portadores de saberes renovados, com os quais esgrimiriam propostas de reforma da sociedade.

No mundo do trabalho em conformação, essas intervenções destacaram o traço criminalizante do consumo de bebidas alcoólicas. A historiadora Ruth Harris, analisando a Europa do final do século XIX, assinala que, com base nessa percepção, se operava uma distinção de classe social relativa ao entendimento das potencialidades criminais dos consumidores de álcool e as condenações e penalidades aplicadas aos indivíduos. Assim, os

[...] alcoólatras burgueses jamais se apresentavam nos tribunais para responder por crimes violentos cometidos em estado de embriaguez. Em contraposição, os homens da classe operária eram considerados eminentemente capazes de destruir suas famílias através dos atos vis praticados contra as esposas e os filhos.<sup>60</sup>

No Brasil, Evaristo de Moraes, baseando-se no pensamento positivista, produziu uma fórmula em que identificava classe social, educação e consumo de álcool – transformado em alcoolismo –, como equação do crime. Nas primeiras décadas do século XX o jurista brasileiro argumentava que

Ninguém contesta, de uma parte, que o abuso das bebidas alcoólicas seja atualmente muito mais intenso nas classes pobres, e, em especial, no seio do operariado; doutra parte, ninguém nega que a falta de educação dessas classes favorece a produção da criminalidade de origem alcoólica, porque, entre elas, não se opôs à ação do álcool a reação da cultura, da educação moral, da tradição familiar e de outros freios inibitórios.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 117, 118.

<sup>60</sup> HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura*. Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 288; FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 79-98.

Nas classes superiores, a ação do álcool se revela menos intensamente, sem virtude da reação que lhe é oposta pela cultura, pela educação, pelo meio coletivo, já sensível aos escândalos do alcoolismo.<sup>61</sup>

Os elementos civilizatórios – educação, cultura, moral, tradição familiar – mediavam a prática do consumo de álcool tornando deletérios os seus efeitos. Entretanto, é a inversão desse argumento que prevalece. Mesmo que a aproximação relacional entre consumo de bebidas alcoólicas e consecução de um crime não fosse objeto de consenso entre médico-legistas e juristas, a veiculação das representações em forma de teses médicas e jurídicas controversas produzia o estigma sobre o qual se assentam as políticas de controle social que atingiam as populações pobres. Homens e mulheres pobres, consumidores de bebidas alcoólicas, a quem se atribuía a falta de educação e cultura, supostamente sem o esteio da família para lhes transmitir os valores morais eram vistos como criminosos potenciais, ameaças à ordem social que precisavam ser combatidos.

O médico mineiro Benjamim Moss, participando do VII Congresso Brasileiro de Medicina, realizado em Belo Horizonte, em 1910, criticava o código penal brasileiro por acolher como fator dirimente o crime cometido por sugestão alcoólica. Como solução Moss propunha não apenas a alteração do código penal, como a abertura de uma campanha contra a embriaguez, a criação de colônias penais para o abrigo e recuperação dos alcoólatras, a criação da Liga Brasileira Contra o Alcoolismo, que se encarregaria de disseminar uma propaganda e educação antialcoólicas<sup>62</sup>.

Margareth Rago lembra-nos que o controle do trabalhador, considerado um criminoso potencial, é lançado à dimensão das virtualidades. Ações preventivas propostas buscavam envolver a totalidade do cotidiano das classes populares, criando um ambiente propício para a projeção dos valores burgueses de mundo e sua incorporação pelos movimentos sociais de viés anarquista. Nesse sentido, segundo Rago, os porta-vozes do movimento veiculavam representações acerca do consumo do álcool pelos trabalhadores, em que o consideravam uma arma da dominação burguesa. E como arma dos capitalistas

[...] o álcool deve ser combatido: àqueles interessa o aumento de seu consumo pela classe operária, tanto economicamente quanto por mantê-la num estado de ignorância e de alienação política. Assim, o álcool é condenado no discurso anarquista como flagelo das classes trabalhadoras porque degrada o operário, transformando-o num ser embrutecido, arrasta-o

<sup>61</sup> MORAES, Evaristo. *Ensaio de pathologia social*. Rio de Janeiro: Livraria Saraiva de Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. p. 103 e 108 apud CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei, 1889-1930*. Brasília: UnB, 2001. p. 154.

<sup>62</sup> ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999. p. 140 et seq.

para o submundo, entorpece seu raciocínio, retira-lhe as forças, a perspectiva e a iniciativa para a luta de emancipação social.<sup>63</sup>

Uma prática se vê, pouco a pouco, enredada nesse duplo processo de criminalização. De um lado, era visto como entrave à instituição plena do mundo do trabalho, segundo as prescrições burguesas; de outro, na perspectiva de parte do movimento operário, atrasava, quando não impedia, a realização da luta pela emancipação social.

As representações acerca do consumo de bebidas alcoólicas, particularmente as veiculadas através imprensa da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, desqualificavam seus praticantes como inviáveis participantes do mundo do trabalho. Desse ponto de vista o consumo, transformado em ‘alcooolismo’ afastaria o homem de suas obrigações laborais e incitariam a ação criminosa, contra as famílias, a propriedade, os valores cristãos.

Com efeito, o jornal *O Progresso* em 1912 informava seus leitores a respeito do assassinato de Natali Candelori, italiano, e agricultor de setenta e tantos anos que, “enfraquecido pela idade veio para o município de Uberabinha com a mulher e abriu uma vendinha de que ia tirando os meios de sobrevivência”<sup>64</sup>. Estabelecendo uma comparação entre Candelori, o ambiente da cidade e seus algozes, o texto reitera que a população, pacata e ordeira, fora surpreendida pelo acontecimento de um “barbaro assassinato na pessoa de um pobre velho inofensivo e bondoso, geralmente estimado [...] sempre atirado a uma vida laboriosa e honrada”<sup>65</sup>. Esse imigrante teria sido alvo de “ferozes assassinos [...] trez malvados excitados por repetidas libações alcoolicas, que lhes despertaram os instintos sanguinarios”<sup>66</sup>. Em meio à apresentação do consumo de bebidas alcoólicas como responsável pela ação criminosa, destacam-se suas outras conseqüências, tão drásticas, quanto o assassinato, que dizem respeito aos obstáculos que a prática interpõe à construção de uma vida laboriosa e honrada.

A narrativa do acontecimento, fundamentando-se num jogo de oposições binárias, aponta um sentido de significação em que a sociedade do trabalho e da ordem estabelece um enfrentamento contra criminosos natos, bárbaros que se revelam após o consumo de bebidas alcoólicas.

---

<sup>63</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 46, 113.

<sup>64</sup> BARBARO Assassinato. *O Progresso*, Uberabinha, n. 254, 31 ago. 1912, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

A bebida alcoólica será também denunciada por seus poderes degenerativos. Assim, o jornal *O Commercio* de Patos de Minas, reproduzindo um pequeno artigo publicado no jornal *Lavoura e Commercio* da cidade de Uberaba, procurava caracterizar o seu consumo como uma doença. Com efeito, o artigo destacava

Como é repugnante, como nos causa asco a pessoa que bebe e se embriaga!  
Que aspecto horripilante apresentam estes entes dominados por essa enfermidade que aos poucos vae abreviando a vida, a conduzindo para a estrada da amargura!

É uma chaga cancerosa que se aninha na humanidade sem que por isso se envergonhe.

Os que possuem, jamais poderão ter um nome elevado na sociedade em que vivem.

Habitado a beber a todo o momento é atormentado por elle e em qualquer parte onde estejam presentes os há de saciar o appetite venenoso que corrompe os bons costumes.

O homem que a elle entregou de corpo e alma esquecerá de seus deveres sagrados.

Sim, esquecerá da família, dos amigos e dos filhos, porque a paixão do vicio o tornará inerte, na embriaguez.

É despresado, como um cão lepreto, servindo de escarnio ao popular.

Terminará tragicamente a sua vida, morrendo sem receber o ultimo adeus da despedida do seio da familia e sem ter um balsamo lenitivo que o consolasse nos ultimos momentos de vida.<sup>67</sup>

No seu processo de degeneração provocado pelo consumo excessivo de álcool, os homens doentes expressariam a sua face animalesca e desprezível. O esquecimento de seus deveres cristãos – trabalhador, esposo, pai –, resultado de uma vida adoecida, implicariam, conforme assinala o jornalista, em dificuldades para o trânsito de sua alma no mundo celeste. O alcoolista, nessa perspectiva, se sujeitava a uma vida de escárnio na terra, e de penitências no céu.

O consumo de bebidas alcoólicas transforma-se numa atitude moralmente condenável em que se ressaltavam as perdas que o hábito provocava. Assim, um jornalista do *Cidade de Patos* transcrevia em sua coluna uma história que se passara em Nova Orleans, nos Estados Unidos da América. A narrativa alude a uma palestra entre alguns jovens que bebiam em uma taverna da cidade no frio mês de dezembro no instante em que “um miseravel vagabundo [...] um desgraçado acorrentado ao cepo da miseria pelos elos da embriaguez” passa a contar aos jovens as suas derrotas na vida provocadas pelo “copo de vinho”. Ele perdera a mulher, filhos, amigos, o lar. Antes de perder os “bons instinctos” ele fora um homem jovem como os seus ouvintes, mas “tudo desapareceu na voragem da bebida forte!”. Esse derrotado orador que oferecera aos jovens interlocutores exemplos de uma vida sem sentido desapareceu na

<sup>67</sup> O VICIO. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 190, 12 jul. 1914, p. 1. Acervo LEPEH.

escuridão fria. Entretanto, seu “discurso, porém, causou uma impressão profunda. Todos sentiram, que tinham recebido uma lição terrível, da qual se lembrariam enquanto vivessem, e quando deixaram a taverna, as palavras do pobre vagabundo soavam ainda em seus ouvidos, como palavras de um aviso solemne”<sup>68</sup>.

O articulista recuperava a história com o objetivo de exemplificar aos moradores de Patos de Minas os destinos reservados aos “borrachos” habituais. Ele considerava que a ordem cidadina estava ameaçada, pois o

[...] vicio da embriaguez, nesta cidade, campea de um modo tal [...] a cadeia transborda de criminosos” A mocidade amanhece à porta das tavernas, bebendo e os velhos graves, circumspectos ficam envolta do fogão, saboreando sua *queimadinha*, ora porque estão constipados, ora para não se constiparem ninguém viaja sem levar um pau de pinga; os pharmaceuticos pedem duzias de remedios de Granado, e os borrachos bebem remedio de Granado e pinga por cima.<sup>69</sup>

A instituição do mundo do trabalho implicava a ressignificação das práticas. O consumo de bebidas alcoólicas, como o articulista deixa-nos antever, que fazia parte da vida diária das populações sertanejas é criminalizada, pois dele derivariam a vadiagem, o desrespeito pela família e pela comunidade, numa afronta aos valores cristãos<sup>70</sup>.

As tentativas de convencimentos empreendidos pelos jornais produzem imagens que buscam sensibilizar diretamente os leitores, ao relatarem experiências individuais integrantes do cotidiano das cidades. Com efeito, no esforço de reiterar as representações desqualificantes das práticas do uso e consumo de bebidas alcoólicas, o jornalista do *Cidade de Patos* nos remete a um personagem urbano, o Ferrugem, uma “figura exquisita” que vaga pelas ruas de Patos de Minas, esmolando e jogando cartas no *bas-fond* da cidade. A estratégia do jornalista é, a partir da descrição da vida de um indivíduo conhecido dos leitores, demarcar um antes e um depois, mediado pela bebida. Assim ele não deixa os leitores esquecerem que o “Ferrugem já foi alguma cousa na vida: lê e escreve com desenvolvimento, exercendo por vezes, a espinhosa profissão de professor da roça. Victimado do alcoolismo, já tendo fruido uma vitalidade mais ou menos robusta, assiste impassivel os progressos de uma degeneração”<sup>71</sup>. Um homem que detinha as condições físicas e intelectuais para ser um participante

<sup>68</sup> O REMEDIO da embriaguez. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 8, 28 fev. 1915, p. 3. AOM.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> “Ao traduzir esses valores, os viajantes [os jornalistas] nunca concebem essas atividades como componentes específicos de uma cultura. Em suas descrições está sempre inscrita a necessidade de destruição do conjunto de valores que compõem a experiência ampla e complexa desses segmentos sociais e de sua substituição por novas representações sociais” (BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 50).

<sup>71</sup> O FERRUGEM. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 10, 14 mar. 1915, p. 3. Acervo AOM.



qualificado do mundo do trabalho, deixou-se apanhar pelo vício tornando-se “coisa [nenhuma] na vida”.

Como se observa, o objetivo é fazer prevalecer as representações sociais que opõem trabalhadores morigerados à ociosidade e vadiagem provocadas pelas libações alcoólicas. Desse modo, em forma de sátira, o *Cidade de Patos* publica uma confissão do álcool criminoso em que esse personagem declara:

Sou o maior criminoso de todos os tempos  
 Tenho matado mais homens que todas as guerras reunidas.  
 Tenho transformado o maior dos homens em brutos.  
 Tenho feito milhões de lares infelizes.  
 Tenho transformado muitas vidas jovens e esperançosas em abjectos  
 parasitas.  
 Destruo o forte e faço do forte fraco.  
 Faço o sabio tolo e afogo o tolo na sua tolice.  
 Armo o laço ao innocente.  
 Derroco à lei quando ella se me oppõe.  
 As esposas abandonadas, os filhos esfomeados, os pais cujas cabeças foram  
 cobertas de cans, pelas magoas que lhe causam filhos viciosos; todos esses  
 me conhecem.  
 Tenho arruinado milhões, e se me permitirem arruinarei milhões de milhões.  
 Eu sou o alcool.<sup>72</sup>

O álcool é transformado em protagonista que realiza seus crimes apossando-se do corpo e da alma dos desavisados e despreparados consumidores que o iniciam por pandega, para abrigar das dores da alma, passando a beber por costumes em breve se tornam viciosos.

As posições anti-alcoolistas reverberam no sertão mineiro. Nesse sentido, um jornal da cidade de Sacramento propunha ao governo brasileiro que proibisse definitivamente o consumo de álcool. Ao fazê-lo, o jornalista F. Azevedo retoma as representações que opõe o consumo ao trabalho, à família, à sociedade ordeira e pacata, assinalando que,

O uso do alcool é talvez o mal que esta mais em moda no Brazil, e é entanto o que maiores damnos causa, não só porque torna o individuo inapto para todo e qualquer trabalho [...] si não também porque arruina-lhe a saude e os bens quando porventura os possui e transforma em escarneo da sociedade [...] a pessoa valente quando embriagada, provoca disturbios, insulta, profere palavras obscenas e lembra em leão enraivecido.<sup>73</sup>

As representações dos consumidores de bebidas alcoólicas como homens inaptos ao mundo do trabalho circulam e podem ser encontradas na literatura de Monteiro Lobato que antes de narrar a saga do caboclo Jeca Tatu mostrou-nos, em ficção, o que o consumo de

<sup>72</sup> O MAIOR criminoso do mundo. A sua confissão. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 25, 27 jun. 1915, p. 3. Acervo AOM.

<sup>73</sup> O ALCOOL. *Leme*, Sacramento, n. 12, 08 jun. 1919, p. 2. Acervo HH.

álcool poderia provocar na vida dos imprevidentes. Em *A vingança da peroba*, Lobato conta a vida de João Nunes e família, mostrando as diferenças entre eles e a bem sucedida família de Pedro Porunga, todos moradores do Varjão. Segundo Lobato, pertencia João “Nunes à classe dos que decaem por força de muita cachaça e muita saia em casa”. Eram oito filhas e apenas um filho, José Benedito – Pernambi. Mimado, desde cedo o menino aprendeu a beber e a fumar estimulado pelo vício do pai.

Na família virtuosa do “outro lado corria pelo inverso. Comedido na pinga Pedro Porunga casara com uma mulher sensata, que lhe dera seis ‘famílias’ tudo homem”. Do lado de João Nunes o cachorro Brinquinho, consumido pelos parasitas, sem que os ‘donos’ o remediassem, retratava, no dizer de Lobato, o fatalismo supersticioso da família e a aceitação da vida como destino natural.

A narrativa de Lobato explicita que a combinação de muita cachaça com pouco trabalho resultaria na morte de Pernambi que, àquela altura tomado pelo vício – “parecia um velhinho idiota” – seria esmagado pelo monjolo mal planejado e executado pelo Teixeira Maneta, compadre de João Nunes e oficial dado a exageros etílicos. O fim é dramático. Como assinalou Monteiro Lobato, longo “tempo durou o duelo trágico da demência contra a matéria bruta. Por fim, quando o monjolo maldito era já um monte escavado de peças em dismantelo, o mísero caboclo tombou por terra, arquejante, abraçado ao corpo inerte do filho”<sup>74</sup>. Corpo inerte e sem cabeça simbolizando a degeneração e a irracionalidade em que se podem transformar as vidas dos homens pobres, porém, imprevidentes.

Por sua vez, os jornais publicados na região festejam, ao final da década de 1920, a campanha antialcoólica empreendida pela Liga Brasileira de Hygiene, em que o objetivo era não apenas curar os enfermos acometidos pelo vício, mas, também prevenir novos ingressos no mal. A campanha era tanto mais necessária, posto que, mesmo com os alertas dos médicos e homens de ciências quanto aos riscos dos usos abusivos do álcool, através da prescrição de noções de higiene, seus efeitos mostravam-se reduzidos<sup>75</sup>. Notamos, entretanto, que a condenação e a criminalização do consumo do álcool passavam por um processo de relativização em que o ‘consumo excessivo’ transformava-se em questão de saúde pública, objeto de intervenção da medicina social.

Com efeito, evidencia-se um estímulo, ainda incipiente, ao consumo de bebidas alcoólicas, veiculadas com base num argumento, retratado como científico, de que o álcool

<sup>74</sup> LOBATO, Monteiro. *A vingança da peroba*. In: \_\_\_\_\_. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 55-69.

<sup>75</sup> PELA SAÚDE. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 44, 15 jun. 1930, p. 2. Acervo HH.

“usado moderadamente pode ser um poderoso estimulante das funções vitais, e, até, um agente therapeutico de primeira ordem”<sup>76</sup>. Essas posições mais flexíveis com respeito à ingestão de bebidas alcoólicas podem ser relacionadas aos desenvolvimentos dos processos de industrialização da produção de bebidas alcoólicas, especialmente a cerveja, e à instalação de estabelecimentos fabris dessa natureza na região do Triângulo e Alto Paranaíba, acompanhados da necessária formação de um público consumidor<sup>77</sup>.

O avanço dos processos de modernização introduz as práticas de consumo de estimulantes vitais os mais diversos. Nas representações desses novos hábitos e comportamentos predominaram as perspectivas de vigilância que articulavam a qualidade e a quantidade dos produtos consumidos, produzindo definições sociais de legitimidade quanto aos usos, estabelecendo-os como uma característica da vida moderna. Como assinala o historiador Nicolau Sevcenko os usos de estimulantes tornaram-se

Tão indispensáveis para todas as pessoas de disposição imediata, rapidez de reflexos e agudez de concentração, que cada vez mais cada qual define uma engenharia própria de auto controle das suas energias, acelerando ou restando várias vezes ao longo do dia seu equipamento psicomotor com o uso de substâncias artificiais.<sup>78</sup>

O café, o álcool, o jogo, compõem esse quadro acrescido do consumo dos cigarros e da cocaína. E os cronistas do sertão, talvez influenciados pelos ares metropolitanos, não deixaram de registrar e condenar o uso desses ‘novos’ estimulantes.

O Dr. Adélio Maciel, didaticamente, conta-nos a história do tabaco, as suas formas de contaminação aguda e crônica. Esta última provocada pelo consumo de cigarros, descrita da seguinte maneira:

Tóxico de acção lenta o tabaco actua sobre todas as partes do organismo, os seus efeitos maléficos se manifestam com o correr do tempo, e sem que o fumante delles se aperceba, produzindo uma série de afecções ou preparando terreno para a evolução de outras moléstias, conforme a constituição de cada indivíduo.<sup>79</sup>

<sup>76</sup> PELA SAÚDE. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 44, 15 jun. 1930, p. 2. Acervo HH.

<sup>77</sup> Em 1933 a cidade de Uberaba contava com quatro fábricas de bebidas, produzindo: cerveja, vinho de frutas, vermouth, vinagre, aguardente do reino, xaropes, licores, fernet e conhaque (PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 370). Oliveira Mello informa o fechamento em 1934 da Fábrica de Bebidas União “aparelhada para abastecer o mercado local, produzindo ainda bastante sobra para exportação, cerveja, licores, guaraná, etc.” (OLIVEIRA MELLO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971. p. 147).

<sup>78</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*; São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 84.

<sup>79</sup> O TABAGISMO. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 13, 04 abr. 1915, p. 3. Acervo AOM.

Maciel descreve os malefícios à saúde orientando os fumantes a deixar o vício pela mediação da vontade racional e não pela ingestão de drogas milagrosas anunciadas nos jornais<sup>80</sup>.

Por outro lado, *O Corisco*, de Uberabinha, reivindicava a ação policial enérgica contra os consumidores e vendedores de cocaína que segundo o articulista desfilavam livremente pela cidade. Caso não fosse tomada nenhuma medida contra essa imoralidade, ele ameaçava denunciar publicamente através do jornal os nomes dos “cynicos criminosos, como os responsáveis indirectos pelo nosso convívio com a tropa mercenária”<sup>81</sup>.

A qualificação dos usos e consumos das substâncias ‘estimulantes’ serão mediadas pela condição de classe social e pelas determinações da instituição do mundo do trabalho. Ou seja, elas serão censuradas e proscritas na medida em que expressam práticas sociais das classes pobres e representam obstáculo que dificultam a seus consumidores se entregarem ao trabalho regular e morigerado, inviabilizando a constituição dos trabalhadores nacionais.

### 5.3 Mulheres úteis... e perturbadoras da ordem

Os elementos componentes da *tríade maldita* – jogos, álcool e prostituição –, discursivamente são articulados a outras presenças que configuram o mundo da (des)ordem: o vadio, o criminoso, o mendigo, o louco. Entretanto, a prostituição encerra uma particularidade, pois faz emergir temáticas incômodas – mulher, corpo, sexualidade –, à construção de um saber científico e à implementação estratégica do controle social, dispositivos que se instituem a partir da segunda metade do século XIX.

Se as fontes jornalísticas são abundantes em tratar de ‘jogadores’ e ‘bêbados’, em relação à prostituição as referências tornam-se esparsas: por um lado, evidenciando constrangimento das elites locais em tratar diretamente do tema; por outro, explicitando o caráter ambíguo das representações acerca, da prostituta e da prostituição, veiculadas nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No imaginário social, tanto a presença como a ausência da mulher prostituída podem significar ordem e desordem social. Analisando as casas de prostituição francesas e a vida cotidiana das prostitutas, Laure Adler nos possibilita

<sup>80</sup> Ao lado do artigo educativo de Adélio Maciel pode-se observar um anúncio da venda de fumos: “Fumos. ‘Água Limpa’ e ‘Palmeira’. Encontra-se na CASA DO TOTÓ, uma superior partida destes afamados fumos. A tratar-se com o proprietário Almério G. de Amorim” (Cf. *Cidade de Patos*, idem, p. 3).

<sup>81</sup> COCAÍNA. *O Corisco*, Uberabinha, n. 72, 12 set. 1920, p. 1. Acervo ArPU.

uma antevisão da amplitude das ambigüidades instituídas pelas representações sociais da prostituição. A historiadora assinala que

A burguesia digere selvaticamente a sua nova fortuna e, no furioso anseio de imitar o comportamento da aristocracia, pensa no amor de outra maneira. É certo que a transmissão do capital exige uma preservação bem ordenada, um papá, um filhinho, uma boa educação assegurada por uma mamã com a cabeça no lugar. Mas, por detrás do verniz dessas convenções sociais, as fronteiras da decência tornam-se cada vez menos nítidas e os códigos do desejo vão-se transformando imperceptivelmente. A mulher submissa excita cada vez menos os homens, ao passo que a mulher livre – pretensamente livre – que vai ao encontro deles, lhes atíça o desejo.<sup>82</sup>

Esses novos códigos dos desejos projetam sobre os corpos femininos uma dupla funcionalidade: a maternidade ordenada e a sexualidade insubmissa. Nessa última, os homens devem buscar a satisfação dos desejos suprimidos pelos temores de comprometimento da ordem social em seus aspectos materiais e morais. Com efeito, as representações acerca das prostitutas e da prostituição ressaltam os seus papéis reguladores dos desejos sexuais. Os médicos que veiculavam essas figurações no século XIX defendiam a regulamentação dessa atividade<sup>83</sup>. Para o médico J. F. de Souza a prostituta apresentava-se como uma válvula de segurança social. Ela, afirmava o médico,

[...] tem vivido e viverá sempre no seio de todas as sociedades, como um benefício à honra e probidade do lar das famílias, que tem aí como que uma válvula de segurança. O instinto cria no homem a força, a exigência da animalidade; refreai as grandes faculdades, tereis o idiota, o escravo, o nababo, retrai, porém, o instinto, tereis o criminoso.<sup>84</sup>

Os corpos das prostitutas eram lugares de manifestação da livre e inata sexualidade masculina. Entretanto, essa ‘válvula de segurança’ expressava também uma ameaça. A prostituta era vista como uma mulher perigosa. Para que os perigos que ela enfeixava não se materializem, comprometendo o ordenamento social e contaminando a sociedade, era imprescindível que se produzisse e se inscrevesse sobre esses corpos e suas sexualidades o discurso verdadeiro<sup>85</sup>, representações que sustentavam, na passagem do pecado à doença, sua

<sup>82</sup> ADLER, Laure. *A vida nos Bordéis de França, 1830-1930*. Lisboa: Terramar, 1990. p. 168, 169.

<sup>83</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 167 et seq.

<sup>84</sup> SOUZA, J. F. de. Memória sobre as medidas a adotar contra a prostituição no país. *Anais Brasilienses de Medicina*. Rio de Janeiro: Tip. Universal Laemmert, 1877. v. XVIII, n. 8, 9 e 10, jan. 1877, fev. 1877, mar. 1877 apud ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 106.

<sup>85</sup> “A sociedade que se desenvolve no século XVIII, não reagiu ao sexo com uma recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada. Como se suspeitasse nele um segredo capital” (FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 68).

circunscrição a espaços que resultassem – e permitissem – nas intervenções das ciências médicas evitando que ‘a distorção da natureza’ invadisse o mundo do trabalho ameaçando a família, a sociedade e a nação<sup>86</sup>.

Nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nas primeiras décadas do século XX, predominaram, a despeito dos argumentos de defesa da regulamentação da prostituição, as representações da prostituta como uma ameaça social.

O historiador Antônio Pereira da Silva conta-nos o episódio em que a primeira cadeia pública da cidade de Uberabinha foi batizada de Miquelina. Segundo Antonio Pereira a cadeia fora erguida no final do século XIX, quando se instituiu a comarca, e

[...] o tempo foi passando sem que se apresentasse um arruaceiro qualquer para ser preso. A comunidade se contorcia na curiosa expectativa: quem seria o primeiro?

Até que veio.

Havia na pequenina cidade uma prostituta bagunceira chamada Miquelina. Foi quem teve a honra de inaugurar a dita prisão. Miquelina, bêbada, aprontava enorme escândalo quando um soldado passou-lhe a mão e arrastou-a para o xilindró. Bateu o sino. Verdadeira festa. Não só o carcereiro, mas o povo todo acorreu pressuroso para ver quem seria o preso inaugural – pois era Miquelina! E a cadeia recebeu nome batismal no ato: virou ‘Miquelina’.<sup>87</sup>

Bagunceira, bêbada e escandalosa: são esses os atributos da Miquelina prostituta, cuja ameaça teria sido providencialmente contida na festiva inauguração da cadeia.

Na medida em que os processos de urbanização avançavam na região, as elites manifestavam o desejo de que o espaço público fosse constituído por sociabilidades distintas baseadas nas determinações de classe social, sexo/gênero, raça/etnia. Contudo, as presenças indesejáveis expressam as dificuldades em se estabelecer o ordenamento urbano desejado. O convívio público com as prostitutas provocava constrangimentos aos ‘cidadãos’. Um jornalista de Uberabinha propunha, em 1916, que as distinções sociais fossem restabelecidas. Assim ele se declarava, com voz plural:

Não queremos ser palmatoria do mundo e nem darmos regras de bom tom. Mas em todos os lugares, até no céu, há distinções, classes e hierarquias. Em todas as cidades adiantadas as decahidas teem residencias determinadas pela policia, nas repartições e passeios publicos têm lugares determinados para cada classe.

Só aqui, em Uberabinha, não se observa isso. Na igreja é uma lastima. No jardim, então, nem se fala.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>87</sup> SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia*, v. 1, [19??], p. 24.

<sup>88</sup> LÉ com lé, cré com cré. *O Binoculo*, Uberabinha, n. 8, 16 abr. 1916, p. 3. Acervo ArPU

Uma cultura da segregação motivada por fatores de classe, gênero e raça, é, ainda, característica marcante nas cidades da região analisada. Essas formações sociais experimentaram uma separação nítida, motivada por esses fatores, nas ruas, praças, bares, cinemas, clubes e prostíbulos, que há muito pouco tempo, três ou quatro décadas, tem se fragilizado<sup>89</sup>. Particularmente em relação às prostitutas serão recorrentes as solicitações para que a polícia restringisse a sua mobilidade e evitasse o seu convívio com as ‘famílias honestas’.

Nessas solicitações os preconceitos se entrecruzam produzindo representações que explicitam os mecanismos de estigmatização. Assim, um jornal de Uberabinha reclamava providências ao capitão Torres, sugerindo que ele mandasse “pegar essas pretas vadias que só sabem fazer avenida e cemiterio novo, mande pegal-as, cortar-lhes a *gaforinha*, dando-lhes *passaporte* lá do Hotel do Governo [...]”<sup>90</sup>. As mulheres honradas não deveriam andar sozinhas pelas ruas da cidade. Transgredir essa norma tácita significava colocar-se sob suspeição. Se a conduta inadequada fosse efetivada por uma mulher negra esses índices de suspeição se elevavam. O texto denunciava duas condutas: uma, indesejável, a prostituição; outra, inadmissível, o aborto.

Para as mulheres, em especial para as mulheres pobres e negras, caminhar pela cidade era uma ação envolta em riscos. No mundo do trabalho, ser pobre e viver sem atividade lícita, publicamente identificada, significava expor-se às suspeições e estereótipos. Com efeito, a “mulher *sem trabalho* é vista portanto, como uma prostituta em potencial”<sup>91</sup>.

Para a historiadora Maria Inez Borges Pinto, as mulheres, nos centros urbanos em ebulição, recorriam mesmo que

[...] esporadicamente à prostituição, muitas vezes procurando disfarçar, mulheres pobres trabalhadoras ou que estavam temporariamente desempregadas, desesperadas com a situação de penúria econômica, com a falta de gêneros de primeira necessidade, como um recurso para complementar os seus míseros ganhos obtidos no trabalho regular e conseguir recursos para a sobrevivência e manutenção da família.<sup>92</sup>

<sup>89</sup> Ao menos duas pesquisas historiográficas se ocuparam da compreensão das relações sociais na cidade de Uberlândia (Uberabinha até 1929), adotando a perspectiva étnico-racial. Ver: CARMO, Luiz Carlos do. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia (1945-1960). *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 24, p. 159-190, 2001; OLIVEIRA, Júlio César de. Ontem, ao luar... Experiências boêmias em Uberlândia na década de 40. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 23, p. 185-216, 2000.

<sup>90</sup> *O BINOCULO*, Uberabinha, n. 11, 07 maio 1916, p. 3. Acervo ArPU (destaques no original).

<sup>91</sup> ENGEL, Magali. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 98.

<sup>92</sup> PINTO, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 205

A prostituição esporádica era um dos recursos na luta das mulheres pobres pela sobrevivência. No entanto, esse comportamento alimentava a produção e veiculação de representações que identificavam a potencialidade das mulheres à prostituição.

A despeito das vontades de segregação explicitadas pelas elites locais, os processos de modernização contribuíam para precipitar encontros entre a ‘boa sociedade’ e os indesejáveis. Em Uberabinha o jornal *A Tribuna* vocalizava as reclamações ao informar que

Muito se tem dito da Mogyana e não foi tudo. Diversos cavalheiros da nossa melhor sociedade pediram-no que fizéssemos a reclamação que ai vae, de cujos resultados não temos muita esperança. Os passageiros que viajam com suas famílias no percurso de Araguary a Ribeirão Preto passam pelo vexame de ver sentados, ao lado de sua esposa e filha, de prosa com meretrizes... os guardas do comboio! Viva!<sup>93</sup>

Em 1916 o jornal *O Binoculo* publicou um artigo em que se explicitava o temor de que o crescimento e embelezamento da cidade e a transformação das relações sociais resultasse num processo de indistinção social. Assim, com um traço de ironia Xisto reivindicava a restituição dos espaços às hierarquias, ressaltando que,

Uberabinha não podia andar mais do que tem andado, de tempos para cá. Com as suas avenidas e ruas formosas, praças e largos ajardinados, substituindo as ruínas e os atoladouros de outr’ora, viram coisas outras até então esquecidas do pessoal de antanho... Vieram automoveis carregando *madames* à tarde mesmo na lata das exmas. famílias e da gente boa, o que muitas vezes tem obrigado os bons delegados a agirem. Vieram os *dandys* de esquina, educados na leitura diaria das fitas do cinema, a se portarem em frente à casa de suas *ellas*, desafiando a acção de um bom par de porretadas da parte dos respeitaveis paes das mesmas. Vieram ainda os maxixes e tangos de requébro, que passam a ser dançados pela gente boa e na melhor sociedade que fica, por tal modo, equiparada à honesta roda dos suburbios da chapada...<sup>94</sup>

Da privilegiada visão do *Binóculo* a modernidade é retratada como um caos que proporcionou a mistura e o contato de prostitutas, vadios, estelionatários, homicidas, ladrões, toda a sorte de desqualificados, com a população ordeira e pacata, infligindo sobre a cidade, em altíssimo custo, a transformação da Canaã em ‘Babilônia Mignon’.

A aproximação indesejável e intolerável – ao menos naqueles espaços – colocava em risco o pilar da ‘melhor sociedade’: a família. As autoridades científicas e administrativas e policiais se mobilizavam para evitar o contágio. Por seu turno, como aponta Sueann Caulfield,

<sup>93</sup> VARIAS. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 14, 14 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>94</sup> *O BINOCULO*. Uberabinha, n. 8, 16 abr. 1916, p. 1. Acervo ArPU (destaques no original). Ver também, do mesmo jornal: n. 12, 14 maio 1916, p. 1. Acervo ArPU.



as prostitutas se aproveitavam da falta de coesão entre os programas de controle e repressão e circulavam pelas, e entre, as cidades, expondo-se à visibilidade<sup>95</sup>, mostrando taticamente que habitar, “circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder à características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida do ‘forte’[...]”<sup>96</sup>.

Os gestos hábeis dos fracos na cidadela dos fortes atravessam a documentação. Desse modo, analisando os processos criminais da cidade de Uberabinha, relativos aos anos de 1920 e 30, a historiadora Renísia Garcia nos mostrou a presença insidiosa dessas mulheres que transitavam no espaço urbano e eram encontradas no bordel da Peppa, no bordel da Maria, prestando serviços domésticos aos familiares, ou às patroas carentes de mão-de-obra<sup>97</sup>. Elas poderiam ser encontradas também no bordel da Cota Beba, na Lagoinha, subúrbio de Patos de Minas<sup>98</sup>.

Essas mulheres tratadas com suspeição são representadas pelos jornais em situações diversas, quase sempre relacionadas a um evento dramático, como o narrado em 1915 pelo jornalista do *Cidade de Patos* que se ausentara em viagem a Carmo do Paranaíba – cidade que, segundo ele, ressurgia das ruínas graças aos seus “filhos dedicados e amantes do torrão natal” –, onde presenciou, ou recebeu informes de alguns acontecimentos, entre eles um em que se envolvia

[...] uma misera mulher, dessas infelizes cujo genero de vida somente inspira compaixão, soffrendo dôres cruciantes em consequencia de fortes queimaduras na parte superior do tronco, e nos braços – A infeliz tentara suicidar-se, incendiando as vestes, previamente ensopadas em kerosene. O seu estado inspira cuidados.<sup>99</sup>

Relatos envolvendo mulheres cujo ‘gênero de vida inspirava compaixão’ se repetem no *Cidade de Patos* tais como a tentativa de suicídio da “horizontal Dorcilina que, socorrida, ainda vive, porém, em lamentavel estado”, e a morte da “desventurada Izu” que também ateou

<sup>95</sup> CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Niterói, UFF, n. 9, p. 43-63, 2000.

<sup>96</sup> DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 103, 104.

<sup>97</sup> GARCIA, Renísia Cristina. *Honra, sobrevivência e valentia*. Um estudo sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922-1937). 1997. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 40. Uma anedota nos permite imaginar o preconceito que marcava as mulheres empregadas domésticas: “A criada está à porta, a comprar hortaliça; a patroa em cima, na escada. O policia passa na rua, vê a criada pelas costas e abraça-a. Ella nem se volta. – Que é isso, Maria?! Pois você se deixa abraçar e nem siquer olha para traz? – Perdão minha senhora, eu pensei que era o patrão” (ECHOS e lembranças. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 50, 26 dez. 1915, p. 1. Acervo AOM).

<sup>98</sup> OS CRIMES da semana. Muito sangue, assassinatos e ferimentos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 17, 02 maio 1915, p. 2. Acervo AOM.

<sup>99</sup> EM VIAGEM. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 7, 21 fev. 1915, p. 1. Acervo AOM.

fogo às vestes<sup>100</sup>. O motivo das tentativas, bem sucedidas ou não, de suicídio nos escapam. Talvez frustrações amorosas, desesperanças. Entretanto, mais que inspirar compaixão esses relatos reiteram as representações acerca da periculosidade dessas mulheres. Suas veiculações reforçam a perspectiva de se estabelecer de forma imprescindível, para o bem da sociedade, os cuidados com a prostituição.

Ganhava força o ponto de vista de que se ocupar da prostituição, controlar e normalizar suas manifestações significava, também, cuidar da família, núcleo moral do mundo do trabalho. Nesse sentido, um jornal de Patos de Minas chama atenção das autoridades para as meninas que todas as noites andam sozinhas pelas ruas da cidade e,

Uma vez que tem paes que não sabem zelar pela innocencia de suas filhas, é preciso que a auctoridade faça com que ellas se empreguem em alguma casa de familia honesta, preservando-as assim de perderem-se como tem acontecido com muitas.

É um serviço importantissimo que, sob consciencia, não pode deixar de ser prestado à sociedade, que é tão ciosa da honra da mulher.

[...] A bem da moralidade e do futuro d'estas mocinhas, que novamente, as providencias não se farão esperar a respeito.<sup>101</sup>

As meninas pobres têm sua inocência ameaçada. O descuido, a pouca atenção com as filhas, justificam o traço genérico do aviso a todos os pais pobres, justificam também a sugestão de troca da autoridade paterna pela pública, que se incumbiria de restituir a essas meninas uma vida reta e de garantir a sua moralidade, presente e futura. Reafirmava-se a visão de que o que atenuaria ou eliminaria a virtual periculosidade dos pobres seria o trabalho. A prescrição recomendando fazer com que as mulheres sob suspeição se entregassem ao trabalho morigerado é o mote da ação regeneradora, comum tanto às 'pretas vadias' e às 'moças pobres' e 'inocentes'. A ordem social e moral derivaria da família vigilante e da vigilância à família.

Preocupar-se com a família é também ocupar-se do futuro da pátria. Com esses argumentos o Dr. Euphrasio Rodrigues, médico residente em Patos de Minas, publicou vários conselhos às mães e esposas, em que abordou o problema da sífilis, assinalando que ao contrário de se preocupar unicamente com os bens dos nubentes as famílias, sobretudo a da noiva, deveriam se preocupar com o estado de saúde daquele a quem se entrega a casta filha. O Dr. Rodrigues também conjurava aos moços que fossem

[...] mais humanos e mais criteriosos, e não tireis uma jovem da casa de seus paes para dar-lhe o mais triste dos destinos, inoculando-lhe o virus

<sup>100</sup> CORRESPONDENCIAS. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 7, 21 fev. 1915, p. 2. Acervo AOM.

<sup>101</sup> A BEM da moralidade. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 75, 21 abr. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

syphilitico, que apanhastes nas enxurradas, nas noites das bachanaes, quando se adora Epicuro na alcôva e se dedilha Lamartine ao luar; lembrai-vos que ellas serão as mães de vossos filhos e que, como parte mais fraca, terão por certo maior quinhão de desgraça, quando a syphilis durante annos corroer aquella a quem infectastes com a seiva de tua vida [...] se apezar disto ninguem se corrige; mais tarde, quando a republica exigir cidadãos, quando a patria pedir a seus filhos que morram sem recuar; apenas encontraremos entes pestilentos, inuteis, como acontece uas gerações bastardas, incapazes para qualquer trabalho, amaldiçoarão com justa razão aquelles que lhe deram o ser.<sup>102</sup>

A república se mostrava carente de cidadãos e trabalhadores. Suas ausências ameaçavam o futuro da pátria. Sobre as mulheres prostituídas pairava um duplo olhar que prescrevia a necessidade de controlá-la, admitindo-as como obstáculo à desordem moral e material. Contudo, a constituição de seu oposto, as ‘mulheres honradas’ se caracterizava pela redefinição dos papéis sociais das mulheres, que deveriam assumir a missão de participar da construção da nação, através da formação – liberal e cristã – de cidadãos e trabalhadores.

---

<sup>102</sup> INFLUENCIA da syphilis sobre o casamento. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 73, 18 jun. 1916, p. 1. Acervo AOM.

## CAPÍTULO 6

### O PROJETO MODERNIZADOR E AS MULHERES: MÃES E EDUCADORAS DO TRABALHADOR NACIONAL.

Assim como a lenda da mulher todo-poderosa sobrevivia nos últimos anos do reinado de Vitória, o mesmo acontecia com sua contrapartida, a imagem da mulher como um delicado anjo doméstico. A velha e zombeteira idealização podia contar com certo grau de apoio devoto. Os crentes dos países protestantes ou católicos também desprezavam as conversas de emancipação feminina como pura e simplesmente algo ímpio; gostavam de invocar o terrível peso das Escrituras para provar que o próprio Deus havia prescrito um papel puramente doméstico para as mulheres (Peter Gay. *A experiência burguesa. Da rainha Vitória à Freud*)

A extrema diferenciação e especialização do sexo feminino em ‘belo sexo’ e ‘sexo frágil’, fez da mulher de senhor de engenho e de fazenda e mesmo da iaiá de sobrado, no Brasil, um ser artificial, mórbido. Uma doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido. (Gilberto Freyre. *Sobrados e mocambos*)

#### 6.1 No ventre o progresso e a civilização

O historiador inglês, Edward Thompson, ao analisar as transformações sociais no advento da industrialização inglesa, sobretudo aquelas relativas à percepção do tempo e exploração do trabalho, assinalou a dureza da vida das mulheres, numa economia rural em que as tarefas da produção se interligavam aos afazeres domésticos. Entre o campo e o lar a atividade era incessante. Para essas mulheres, o tempo do trabalho não se distinguia do tempo das esposas e mães. Thompson procurou mostrar que a indistinção das tarefas desenvolvidas pelas mulheres e seu ritmo “só era tolerável porque parte do trabalho com as crianças e em casa se revelava necessário e inevitável”<sup>1</sup>. Com efeito, trabalhadoras, mães e esposas permaneciam com atividades e papéis vistos como inevitáveis em razão do determinismo

---

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 287, 288.

biológico, que definia o destino das mulheres ligado ao ventre, à maternidade e aos papéis a eles correlatos, ou seja, aos cuidados com a casa e com a família. A modernização não significou mudança nesses direcionamentos. Pelo contrário, implicou uma sobrecarga de trabalho para as mulheres trabalhadoras, de modo a conciliar as tarefas domésticas e maternais com as do mundo do trabalho.

Nas Minas Gerais do final do século XVIII e início do século XIX, nos primórdios de uma ‘proto-industrialização’, disseminou-se a produção doméstica de fios e panos, uma indústria têxtil caseira em que a mão-de-obra feminina predominava. Segundo o historiador Douglas Libby, a produção dessa peculiar indústria era exportada para outras capitânicas e depois províncias, estabelecendo-se uma tradição que não se sujeitava facilmente às imposições do mercado consumidor. Os indícios, para ele, “sugerem que a força de trabalho era predominantemente feminina, que os panos eram normalmente consumidos dentro do próprio domicílio, que a fiação e tecelagem poderiam ter sido atividades intermitentes ou sazonais e que a comercialização era, quando muito, irregular”<sup>2</sup>.

No campo da sociologia do trabalho, Elisabeth Souza-Lobo, analisando a participação das mulheres nas várias dimensões do trabalho industrial principalmente na segunda metade do século XX, enfatiza as características do trabalho feminino: salários mais baixos, atividades produtivas desqualificadas, monotonia das atividades que requerem destreza, formas de controle diferenciadas. A socióloga argumenta, que a produção estava estruturada numa divisão social e sexual do trabalho, em que a subordinação sexista se articulava às formas específicas de controle e disciplina. Ao procurar evidenciar a vida das mulheres operárias, Elisabeth Lobo assinala que

[...] a discussão sobre as origens dessa discriminação deve incluir a análise da esfera de reprodução (as estruturas familiares) e as formas de discriminação social (em nível ideológico). O capital não cria subordinação das mulheres, porém integra e reforça. Na verdade as raízes da divisão social do trabalho devem ser procuradas na sociedade e na família, e para apreendê-las é necessário sair da fábrica e articular a análise das condições de trabalho com aquelas que prevalecem no mundo exterior à empresa.<sup>3</sup>

De fato, as abordagens historiográficas sobre a atuação das mulheres têm proporcionado importantes estudos que conferem visibilidade à presença das mulheres na história e, sobretudo, expõe os processos de discriminação e exclusão a que foram

---

<sup>2</sup> LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, v. 27, n. 1, p. 97-125, 1997.

<sup>3</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 29.

submetidas<sup>4</sup>. Politizando o campo da história e denunciando suas escolhas e silenciamentos como atitudes políticas, os estudos acerca da conformação do feminino, a história social das mulheres e os estudos feministas se disseminam, fazendo uso de referenciais teórico-metodológicos interdisciplinares, visando à compreensão da instituição das identidades de classe, raça e geração, impressas na construção das subjetividades femininas<sup>5</sup>.

Parece-nos indispensável atentar para tais estudos, pois eles oferecem pistas significativas para a leitura do processo de constituição do mundo do trabalho e de produção do trabalhador nacional. Embora não nos ocupemos especificamente das mulheres trabalhadoras/operárias, concordamos que a divisão sexual do trabalho aponta-nos para o modo como a sociedade patriarcal se reorganizou para manter a sua dominação na ordem moderna, ao prescrever a divisão sexuada das esferas pública e privada do social, e, sobretudo, ao reiterar o espaço doméstico como de domínio feminino e a reprodução como função natural e cívica de toda mulher brasileira.

Assim, destacamos a participação das mulheres nos espaços público e privado, na configuração das cidades do sertão mineiro, enfatizando a importância e variedade dessa participação na instituição do mundo do trabalho. As abordagens das representações das mulheres e do feminino veiculadas, nos permitiram analisar nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a produção de novos papéis sociais, ao lado da reafirmação atualizada dos papéis tradicionais.

Nesse projeto conformador, observa-se como as mulheres se transformaram em alvos das prescrições físicas e morais de jornalistas, médicos, intelectuais, políticos e padres. Esses agentes preocuparam-se em estabelecer regras, controles e normalização das condutas femininas, tanto no que concerne às mulheres trabalhadoras das camadas subalternas da sociedade, como àquelas pertencentes aos estratos médios e superiores. Os discursos

---

<sup>4</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-96; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: UnB: Finatec, 2003. p. 29 et seq.; DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *A historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 217-235.

<sup>5</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: UnB: Finatec, 2003; PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SOIHET, Rachel. *A condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1989; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998. BESSA, Karla Adriana Martins. *(Entre) cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira, 1961 – 1996*. (Doutorado em História) Universidade de Campinas, Campinas, 2000, p. 100 et seq.

produzidos sobre as mulheres, sua função e papéis, respaldados na idéia de uma natureza biológica, têm em vista a conformação das mulheres a um padrão de conduta, em que se destacam imagens normativas de mulheres, esposas, mães e filhas, apresentando-as como imprescindíveis à produção de uma sociedade ordenada, progressista e civilizada.

Em Uberabinha, ressentido com a laicização da instrução escolar pública em Minas Gerais, o jornal *O Progresso*, a despeito de comentar a necessidade de reparos na Igreja Matriz da cidade, reafirma o papel missionário das mães e suas responsabilidades na formação de homens e cidadãos sob os ensinamentos da fé e caridade cristã. Para o jornalista

[...] a civilização moderna parece querer expulsar da sociedade, o conhecimento de Deus, tornando-a neste ponto equiparada aos brutos. Não podemos admitir um povo sem crenças, uma família sem religião, uma sociedade sem moral. As idéias adiantadas do século, a liberdade, a sciencia, a civilização e o progresso, não são incompatíveis com a idéia de Deus, da Moral e da Religião. É um defeito de educação que é preciso corrigir. E a vós, oh mães! É que compete a ardua tarefa, mas sagrada missão, de preparar com o vosso exemplo, com os vossos ensinamentos, o homem do futuro, o cidadão do porvir, a sociedade das gerações vindouras [...] conduzamos nossos filhos pelo caminho da fé e da caridade, a esperança de um futuro melhor.<sup>6</sup>

Se não havia incompatibilidade entre a religião e a civilização moderna, na perspectiva do jornalista, ser moderno era demonstrar capacidade de formar o cidadão, combinando os paradigmas científicos e a doutrina cristã. E seria no espaço doméstico, onde os homens recebem a primeira educação, dirigido por mulheres moralmente inatacáveis, o lugar onde o futuro de progresso e civilização teria início.

Se a escola, espaço da educação formal, encontrava-se interditada aos ensinamentos cristãos, o jornal *O Commercio* de Patos de Minas ressaltava a necessidade de se proteger a mocidade

[...] contra o veneno inoculado n'alma juvenil, pelo escandalo, que se ostenta em toda a parte, applicuemos-lhe o antidoto da educação, mas da educação baseada nos principios salutareos do christianismo; porque educar sem inculcar no coração do alluno a crença em um Deus de bondade, que é também um Deus de justiça, nada, absolutamente nada, adiantará para a regeneração social.<sup>7</sup>

Retomando prescrições do Concílio de Trento, o jornalista conclamava as mulheres, mães de família, para serem as principais auxiliares da Igreja e dos padres na defesa da doutrina cristã. Assim, a educação emerge nesses discursos como atividade escolar e familiar.

<sup>6</sup> A IGREJA Matriz. *O Progresso*, Uberabinha, n. 32, 26 abr. 1908, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>7</sup> SALVEMOS a mocidade. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 92, 18 ago. 1912, p. 11. Acervo LEPEH.

Com efeito, os discursos buscam a mobilização dos católicos, visando recuperar seus espaços de influência na sociedade que se laicizava e se modernizava. Especialmente após 1906, os discursos reiteram a necessidade de se restabelecer a educação religiosa, envolvendo o professor catequista e as famílias. Segundo *O Commercio*, era preciso continuar alimentando os espíritos

[...] enquanto esperamos o despertar dos catholicos brasileiros, para fazerem valer os seus direitos de maioria [...] nós que pugnamos pelo bem commum, tendo em vista a gloriosa divisa: - *Deus, Patria, Família e Liberdade*, tenhamos compaixão daqueles que serão os *homens de amanhã* e não deixemos perecer à mingua do pão espiritual do ensino christão, fazendo finalmente, por meio de bons exemplos e correção fraternal, restabelecer os bons costumes.<sup>8</sup>

Era necessário, diante das instabilidades dos tempos modernos, afirmar Deus como a finalidade das ações humanas e combater o que os jornalistas da região identificavam como as torpes formulações de Augusto Comte e outros pensadores imorais. Nesse ambiente, os formadores de opinião chamavam atenção para as responsabilidades dos pais de famílias ao entregarem seus filhos a professores virtuosos, pois,

Nos tempos que correm, em que os nossos governos, debaixo da pseudotolerância religiosa nos lançam a semente comptista com o ensino livre e atheu, mais ainda se acentua a responsabilidade dos paes de familia, no que concerne à educação moral dos filhos, procurando ainda com mais desvello, inculcar-lhes no espirito a idéia de Deus, e afastal-os do tirocinio erroneo da moral athéia, occulta sob a “ordem e progresso”. Assim, assiste no mais de perto a obrigação alias grave de manter escolas religiosas, onde se combatem as torpes doutrinas de Augusto Comte, tão em voga no Brazil, e de procurar, com todos os meios de que dispomos, maximé da imprensa, despertar a idéia da disseminação d’ellas por todos os recantos do paiz.<sup>9</sup>

Para os jornalistas, os pais que estimassem a felicidade e a utilidade de seu filho para o conjunto da sociedade, deveriam cuidar primeiro de sua educação religiosa e moral, entregando-o a um professor que “com claros ensinamentos e com seus exemplos principalmente, os desvie da vereda escabrosa do vício e os conduza para as virtudes extremadas, cuja base é o conhecimento de Deus e o seu santo temor”<sup>10</sup>.

Nesse combate com o ensino laico, o articulista recomendava aos pais que afastassem seus filhos das escolas “onde os prohibem de pronunciar o nome de Deus e os mandemos às

<sup>8</sup> OS HOMENS são viciosos... *O Commercio*, Patos de Minas, n. 93, 23 ago. 1912, p. 1. Acervo LEPEH (destaques no original).

<sup>9</sup> INSTRUÇÃO das creanças. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 101, 20 out. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>10</sup> *Ibidem*.



escolas onde em cujo recincho se veja patente o emblema do Martyr do Calvario [...] [e onde se] vae beber não somente os ensinamentos precisos para a vida comum na sociedade, mas também as luzes da moral divina”<sup>11</sup>.

Essas prescrições sintonizavam-se com as recomendações do arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, acerca das escolas e do ensino religioso ao qual deveriam ser submetidos os filhos dos cristãos, e que foram reproduzidas no jornal de Patos de Minas em 1912. Neste texto, dirigindo-se aos fiéis, o arcebispo alertava aos pais que

Tão pouco podeis confiar vossos filhos a collegios, em que a Religião não é convenientemente ensinada e praticada, onde não houver oração quotidiana, confissão e comunhão com alguma frequencia, ainda que sejam habeis e até insignes os professores delles. Porquanto podeis crer sem temeridade, que collegios nessas condições serão focos de immoralidade, nos quaes irá naufragar a innocencia de uns, avolumar-se é aprofundar-se a corrupção de outros, com grave perigo de perderem também a fé, que levarão de suas familias.<sup>12</sup>

As escolas e seus professores deveriam propagar a fé cristã. Entretanto, se as escolas públicas mineiras, protegidas por lei, tornaram-se lugares hostis à palavra de Deus, gerando um estado de fome espiritual, as mães deveriam assumir plenamente o papel de educadoras, segundo um jornalista de Patos de Minas, realizando a bela missão das mulheres cristãs, é esse pilar que sustenta a família. Nesse sentido, toda mãe deveria desempenhar o

[...] verdadeiro papel da mulher christa; um coração em que repousa um outro coração. [...] Ella deve ser caritativa, e o encorajar docemente em seus momentos de tristeza. Quando o homem é opprimido por algum mau acontecimento, a mulher deve estar a seu lado para o consolar. Ella deve com seus attractivos ser, em uma palavra, o apoio do homem e não instrumento de suas paixões. [...] Vem depois a missão da mãe [...] Um menino é o que d'elle faz sua mãe. [...] A mulher christã, na familia tem também responsabilidades espirituas. [...] a impiedade e a immoralidade penetrando nas familias vão devorar esposos e filhos. Que a mulher christã se lance entre esta monstruosidade e os corações que lhe são caros! [...] E esta mulher salvará a alma de seu esposo e de seus filhos.<sup>13</sup>

Na cruzada contra o ensino laico e os perigos da modernidade, investe-se as mulheres/mães do papel de combatentes mais aguerridas. Assim representada como educadora nata e virtuosa, toda mãe deveria dispor-se ao sacrificio, colocando-se entre a imoralidade e os corações de seus filhos e esposos, tocando-os com palavras cristãs de estímulo e salvação.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> A EDUCAÇÃO dos filhos (Trecho da Carta Pastoral do Exmo. Arcebispo de Marianna). *O Commercio*, Patos de Minas, n. 85, 30 jun. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>13</sup> A MISSÃO da mulher christã. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 130, 18 maio 1913, p. 1. Acervo LEPEH.

Na dinâmica da família, esta dimensão da vida social que media a relação dos indivíduos entre os espaços público e privado<sup>14</sup>, e que inclui o mundo do trabalho, as representações da mãe cristã que a presidem encerram certa ambigüidade, pois fazem circular imagens e sentidos da fragilidade feminina, da força abnegada, da coragem destemida na defesa dos entes queridos. Assim, ao mesmo tempo, frágil e dependente do marido/companheiro, provedor do lar; forte e combativa, cuja missão é salvar a família dos perigos do mundo moderno. Nesse jogo de força e fragilidade ressalta-se a sua missão, salvar a família, portanto, “esquecerem de si para viverem para os outros”<sup>15</sup>.

Os discursos produzem a reiteração atualizada de imagens da tradição cristã, em que a mulher-símbolo é Maria, expressão de pureza, bondade, submissão e virtude, imagem que referencia a conduta das mulheres e mães cristãs. Em 1914, um jornal de Patos de Minas, veicula essa imagem através do registro de um diálogo entre um fiel e um sacerdote, em que o primeiro, apresentava-se como algoz de sua virtuosa esposa e confessava seus pecados, destacando o caráter abnegado da mulher. Sem referir-se objetivamente ao ato praticado, o marido assinala no confissão:

Hontem commetti uma grande brutalidade contra a mulher, ou antes contra um anjo piedoso que está ligado ao meu destino.  
E nada me respondeu ella.  
Depois, seguindo-a de longe, a seu quarto, por entre a abertura da porta semi-fechada, avistei-a ajoelhada ante seu crucifixo, chorando e rezando por mim.  
Com isso tenho estado incommodado, a considerar a desigualdade que existe em nosso bem commum, em nossa felicidade conjugal.  
Ella é tão boa e eu tão mau! Ella tão sincera e eu tão enganador! Ella tão pura e eu tão cheio de pecados!<sup>16</sup>

Assistimos a veiculação das representações de esposa e de mulher de modo a ensinar, a produzir a normalização da conduta feminina. Nele, as mulheres - filhas e esposas - ideais deveriam resignar-se com seus destinos e perdoar prontamente os erros dos pais e maridos. Sobre essas virtudes, estariam garantidas a estabilidade da família e a paz social no conturbado mundo moderno.

A produção discursiva desse modelo ocorre entrelaçado às transformações sociais e uma ‘nova’ presença das mulheres na cena urbana, percebida como perigosa à moral e aos

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. Público, privado, relações entre sexo. In: \_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 455-465.

<sup>15</sup> Os papéis, de mãe e professora, serão entrelaçados. A professora – mãe idealizada projeta no espaço escolar as suas virtudes. Ver: MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: UnB: Finatec, 2003. p. 299.

<sup>16</sup> MARIDO e Mulher. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 176, 05 maio 1914, p. 1. Acervo LEPEH.

bons costumes, daí a necessidade de mantê-las sob controle. A participação das mulheres no espaço público é marcada pela apropriação criativa das representações acerca do feminino que circulam no espaço do sertão mineiro. Assim, Alzira Dias da Silva ao escrever um artigo para um periódico de Uberabinha, evidencia como opera o processo de interpelação no “qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária”<sup>17</sup>. Com efeito, para Alzira Silva,

A perfectibilidade suprema das acções moraes acha-se reunida n’um centro único, mas verdadeiro: a escola da família.

O christianismo com todas as suas consequencias: consolo, resignação, amor, philantropia, ensina-a uma só fonte – a lição da mãe.

É dahi que brotam os thezouros inehauriveis de ventura, amontoados por ella na mesma infancia e que mais tarde circulam no seio da sociedade com todos os seus fructos vivificantes.

A história da humanidade registra em letras de ouro em pagina diamantina, os beneficos resultados della colhidos, e que mais do que nenhum tem concorrido para a formação de sumptuozo monumento, levantado em prol da civilização e do progresso!

Esse monumento, essa obra verdadeiramente colossal, gigantesca, cujas camadas sobrepostas apresentam discos cada vez mais solidos: conseguiu lançar o ponto mais culminante do bem estar social – o amor da humanidade.

A instrucção adquirida durante a puberdade nos bancos escolares deve ser, e é, o complemento da educação alcançada no regaço da família.

Infeliz daquelle que não tem pessoa alguma que lhe dirija os primeiros passos.

Infeliz aquelle que ao estender os braços fora do berço ninguem o ampara!

Que fara neste caso o homem entregue a si mesmo e com tendência natural para o abuzo.

Vê abertas as portas do vicio... entra, desce, de degrao em degrao até onde gravita o fundo pego da perversidade, onde tripudia a orgia.

Ahi a taberna é a sua escola: o mestre... o vicioso, o forçado, o assassino.

Livres o divisa – o prazer, o roubo e a faca!

Eis as consequencias resultantes da completa falta de uma boa direção na infancia.

Faltou-lhes o conveniente guia que os fizesse desenvolver, faltou-lhes a verdadeira escola, que quando guiada pelo evangelho, é de todas a mais salutar... a escola da família.

Sobejam exemplos, factos incontestaveis para demonstrar esta veridica proposição.

E não obstante sustenta-se ainda, nega-se em nossos dias, duvida-se da doce e benefica influencia da mulher na sociedade. Scepticos!

Ainda existem espiritos alquebrados pela mysantropia que combatem contra os meigos carinhos de uma mãe, de uma esposa, de uma irmã. Loucos!<sup>18</sup>

Observa-se que as mulheres são idealizadas como seres a-temporais e a-históricos, suportes da história da humanidade. Entronizadas no lar onde exercem a doce e benéfica

<sup>17</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendência e impasses*. Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 220.

<sup>18</sup> SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral. Educação na família. *O Progresso*, Uberabinha, n. 12, 08 dez. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

influência sobre a sociedade. Como ‘rainhas do lar’ elas transformam esse espaço em ‘escola da família’. São as conveniências do espaço doméstico que ancoram a produção e veiculação de representações, que forjam o imaginário materno caro ao mundo do trabalho. Nele, a mãe cristã católica é aquela que realiza sua natureza – reprodução, resignação, amor, filantropia –, educando e apaziguando a natureza masculina. Civilizando o homem, ela evitaria sua degeneração individual de modo a promover a felicidade e o bem estar social. Ao censurar aqueles que não reconhecem o primordial papel das mulheres na conformação de uma sociedade justa e feliz, Alzira Silva não apenas reproduz o modelo normativo desejado de mulher, esposa e mãe, mas também as transforma em heroínas. Afinal, ela confere às mulheres cristãs as maiores responsabilidades pela construção e manutenção da família e da sociedade. Ou seja, se a natureza masculina se manifesta e os homens tornam-se viciosos, a culpa é das mulheres – mães esposas e filhas –, que não souberam, ou não quiseram, cumprir a sua missão de conduzir os homens na direção do progresso e da civilização, das práticas da virtude e do trabalho honesto e produtivo.

Essa atribuição de papéis, restrita ao lar, funcionou como exercício de poder que promoveu a interdição da palavra das mulheres no espaço público. Na medida em que elas se apresentavam reivindicando participação política institucionalizada, o poder maternal foi mobilizado como argumento para esvaziar o conteúdo político e transformador de suas ações e de suas práticas. A estratégia de contrapor poder materno ao poder político atualizou a organização patriarcal da sociedade, e seu propósito de fazer as mulheres ocuparem-se exclusivamente da administração dos problemas domésticos, no espaço doméstico<sup>19</sup>.

Seja no espaço doméstico, ou no espaço público, as mulheres emergiam no moderno mundo do trabalho com sua força de trabalho e, também com a responsabilidade de formar cidadãos e trabalhadores nacionais pela preservação dos valores cristãos da família e pela projeção de seus papéis sociais. Em contraposição à Eva bíblica, Maria foi a imagem constantemente evocada como exemplo de mulher a ser seguido, imagem síntese da submissão e virtude, do sexo frágil que modela o sexo forte. Com efeito, conforme ‘receita’ de um jornalista da cidade de Patos de Minas, a bíblia e a história estavam cheias de exemplos de que

O olhar duma mulher formosa, mas sem virtude, queima como fogo [...] Porém, para apreciar a filha, a esposa, a mãe, é preciso remontarmos-nos mais, alto, até a essa mulher incomparável, virgem e mãe ao mesmo tempo, que se chamou Maria; deu o bem ao mundo, o bem eterno e infinito. Nella e por ella todas as mulheres tem cumprido a missão de elevar, purificar o

---

<sup>19</sup> PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

homem e consolar o homem, levando-o ao Céu. Há séculos que a mulher vem respeitosa e venerada por esse terno e religioso amor, por esses honores e primazias, por essas considerações cheias de delicadezas que constituem o encanto da sociedade cristã; d'ahi provem para a mulher essa brilhante pureza, essa aureola de modestia, essa grave belesa, essa amavel liberdade, essa virtude generosa, esse dom de captivar o coração do homem para levantal-o ao Céu e com elle subir até Deus.<sup>20</sup>

As representações veiculavam a construção, de que o “próprio Deus havia prescrito um papel puramente doméstico para as mulheres”<sup>21</sup>. Essa mulher, modesta e virtuosa, cuja missão era conduzir os homens ao progresso e elevá-los aos céus, terá a imagem constantemente sombreada pelas representações da mulher diabólica. A construção e operação dessa distinção binária e maniqueísta, delineavam estratégias de vigilância moral, de demarcação das diferenças de gênero e sexo, e de construção de um antifeminismo cristão<sup>22</sup>.

Na distribuição de antigas e novas responsabilidades, em que as mulheres desempenhariam os papéis de trabalhadoras e de formadoras de cidadãos e trabalhadores nacionais, indispensáveis à conformação da sociedade civilizada, os médicos, além dos religiosos e juristas, se encarregariam de prescrever os novos hábitos e condutas que higienizariam e moralizariam as famílias. Como assinalou Corbin,

A Igreja, que investe na mulher para levar a bom termo sua reconquista, deve levar em conta o discurso médico que sublinha à sociedade a fragilidade das filhas de Maria. Mil pequenas mortificações, mais adaptadas ao ritmo dos tempos femininos, substituem o sangue e a dor. Interioriza-se assim a renúncia a si mesmo no cotidiano e inaugura-se a contabilidade dos pequenos sacrifícios<sup>23</sup>.

Com efeito, desde o século XIX, com a disseminação do modo de vida burguês e o avanço da medicina social no ocidente, em especial na Europa e na América, teria se estabelecido uma aliança entre os saberes médicos e os saberes religiosos e jurídicos com vista a estabelecer um padrão normativo de mulher. Nesse conjunto, corpos e mentes das mulheres são objetos de esquadrinhamentos desses saberes, de modo a melhor conhecê-los para melhor discipliná-los e controlá-los intervindo, principalmente, sobre as famílias, no que

<sup>20</sup> ASCENDENTE moral da mulher I. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 71, 15 jan. 1909, p. 2. Acervo LEPEH.

<sup>21</sup> GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. A experiência burguesa. Da rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 328-329.

<sup>22</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; DAVIS, Natalie Zamon. As mulheres por cima. In: \_\_\_\_\_. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 107-128; THOMPSON, E. P. A venda das esposas. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>23</sup> CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 437.

tange à cura das doenças e na introdução de novos hábitos de higiene. Expressava-se assim, o processo de medicalização da sociedade. Como ressalta Roberto Machado:

[...] o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sadia, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao projeto de transformação do desviante em um ser normalizado.<sup>24</sup>

O projeto de instauração, entre as famílias burguesas, de uma *economia do corpo* – a busca utilitária da elevação das capacidades produtivas individuais –, e entre as famílias populares uma *economia social* – gestão racional dos grupos e seus espaços –, abordagens fundamentais para a instituição do individualismo, tinha como foco o reordenamento do Estado liberal burguês, a consolidação da produção capitalista e das suas formas urbanas de vida.<sup>25</sup> Para Jacques Donzelot, a “aliança [foi] proveitosa para as duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica”<sup>26</sup>. Resta indagar até que ponto esse ‘novo poder’ na esfera doméstica não foi uma armadilha que manteve e ainda mantém as mulheres em posição de inferioridade em relação aos homens na cena pública.

Ao observarmos as regiões do Brasil mais afastadas do litoral, podemos relativizar essas considerações do historiador francês no que tange as ‘vitórias’ e ‘derrotas’, de médicos e mães, evidenciadas ainda nos séculos XIX e XX. É possível identificar no oeste de Minas Gerais, as tentativas de médicos em reiterar prescrições quanto aos comportamentos das mulheres, de modo a cercear seus movimentos e confinar sua esfera de atuação ao espaço doméstico, para assegurar sua vocação primeira e ‘natural’: reproduzir bebês saudáveis e cuidar deles para se tornarem trabalhadores úteis à família e à pátria. A disseminação dos discursos médicos coincide com a chegada desses profissionais à região, e evidencia uma

<sup>24</sup> MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma*. Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 156. Há cientistas sociais que através de pesquisas mais recentes criticam a noção de medicalização da sociedade por acreditarem que a ação médica era mais fragmentária do que o termo ‘medicalização’ sugere, e por ela não ter produzido efetivas transformações sociais que anunciava (Cf. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*. Pensamento médico e comportamento no Brasil, 1870-1930. São Paulo: UNESP, 1999. Para uma análise das disputas entre médicos em torno da fixação de paradigmas, ver: BECHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, v. 10 (1), jan./abr., p. 13-83, 2003.

<sup>25</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 215 et seq.

<sup>26</sup> DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 18, 25.

resistência das mulheres em acolhê-los.

Não obstante essas resistências, o saber médico acabou se impondo aos saberes populares acerca da saúde e dos corpos femininos. Esses foram assujeitadas aos saber médico que

[...] reivindicava outros poderes, arvorava-se em instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temas da assepsia, os grandes mitos evolucionistas às modernas instituições da saúde pública, pretendia assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas.<sup>27</sup>

Nessa lógica, são significativos alguns artigos publicados no jornal *Cidade de Patos*, em que se procura prescrever novas condutas e controlar as práticas matrimoniais e maternas. O médico Eufrasio Rodrigues, produz textos em que chama a atenção para a incidência da sífilis na região do Alto Paranaíba e sua influência sobre os casamentos, enfatizando sua crítica aos costumes, sobretudo na forma como eram providenciados os matrimônios, sem os devidos cuidados com a saúde dos nubentes. Ressaltava o médico o comprometimento das gerações futuras em virtude da inobservância das normas morais e de higiene. Encontramos assim, no discurso proferido pelo Dr. Rodrigues, uma referência recorrente nos discursos médicos veiculados à época relativos aos problemas materno e matrimonial. Estes expressavam a convergência da ação e pensamento médicos com o projeto de nação, em que as elites intelectuais proprietárias e políticas postulavam construir os caminhos para o progresso, através da produção de filhos saudáveis, futuros cidadãos brasileiros e trabalhadores nacionais. Com essa intenção identificada como necessidade de produzir homens saudáveis, solidariza-se o alerta do Dr. Rodrigues. Para ele, ou os princípios de higiene orientariam a vida das populações do sertão mineiro, ou

[...] mais tarde quando a república exigir cidadãos, quando a pátria pedir a seus filhos que morram sem recuar; apenas encontraremos entes pestilentos, inúteis, como acontece uas (sic) gerações bastardas, incapazes de qualquer trabalho, amaldiçoarão com justa razão aqueles que lhe deram o ser.<sup>28</sup>

Com a implementação do casamento civil, os posicionamentos contrários à sua legalização alertavam para um suposto descontrole que possibilitaria a prática da poligamia. O jornal *O Trabalho*, de Patos de Minas, inventando uma crise moral, justificava o descontrole

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade*. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 54.

<sup>28</sup> RODRIGUES, Dr. E. Influencia da syphilis sobre o casamento. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 73, 18 jun. 1916, p. 1. Acervo AOM.

em razão do despreparo dos juízes de paz e, em tom alarmista, afirmava que

O resultado no interior da República, tem sido a mais completa immoralidade e descalabro para a consciência, não digo cristã, para não desagradar ao Contismo republicano, mas de um povo moralizado e civilizado.

É frequente no interior o duplo casamento de um indivíduo com duas mulheres e mulher com dois maridos, polygamia praticada as vezes sob um mesmo tecto !!!<sup>29</sup>

Mais tarde, a *Gazeta de Patos*, ao abordar a mesma questão, reconhece que por motivos legais as pessoas deveriam se casar perante a autoridade civil. Entretanto, na visão do articulista católico, esse casamento não assegurava nada, pois o

O verdadeiro casamento é o presidido pelo sacerdote catholico, o único capaz e auctorizado a abençoar e a legitimar a nova familia que se forma, a unir o homem e a mulher para, em quanto vida tiverem, servirem a Deus, obdecendo-Lhe o preceito – ‘crescei e multiplicaie’<sup>30</sup>.

Como a separação entre união civil e religiosa estabelecida pelo regime republicano possibilitava o casamento em duas esferas institucionais com pessoas diferentes, o articulista tratou rapidamente de condenar os bigamos e os que se casavam unicamente perante o juiz, mas, também procurou adotar uma atitude conciliadora. Para o jornalista,

Quem se casa religiosamente com um, e depois se liga civilmente com outro, commete o mais negro dos adulterios o mais grave dos peccados: escandalisa ao proximo, põe à mostra os seus instinctos bestiaes, e é indigno da nossa amizade, de frequentar a bôa sociedade, da convivência das pessoas de bem. Propugnemos para a moralisação do casamento, evitando os abusos, chamando ao bom caminho os extraviados, e aconselhando aos pretendentes ao casamento, que respeitem a lei do Paiz sem prejuizo da lei de Deus.<sup>31</sup>

Moralizar o casamento e a sociedade era exigência e resultado do simultâneo respeito às leis religiosas e civis. Condenar a bigamia, o adultério, era também reafirmar os princípios da indissolubilidade e a importância da confirmação desse compromisso/contrato perante Deus<sup>32</sup>. As autoridades e as elites locais entendiam que também era necessário, em razão de um aparente descontrole, a criação de uma rede de proteção à virgindade das mulheres e contra os ‘crimes de defloramento’, em sintonia com as discussões ocorridas nos grandes centros do país, por ocasião das discussões do Código Civil Brasileiro. Assim, em 1915, o *Cidade de Patos*, transcrevendo um texto atribuído a José Duarte Ramalho Ortigão, escritor

<sup>29</sup> CASAMENTO religioso e civil. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 13, 10 fev. 1907, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>30</sup> O CASAMENTO. *Gazeta de Patos*, n. 31, 16 mar. 1930, p. 1. Acervo LEPEH.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> ARIÈS, Phillippe. O casamento indissolúvel. In: \_\_\_\_\_; BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais*. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 163-182.



português, 1836-1915, em que se condena o sedutor como um imoral que contamina a sociedade, devendo ser, por esse crime, excluído da convivência social, pois

O homem que seduz uma mulher, que a engana, que a attraiçôa, que a abandona é tido por um heroe romantico, que a sociedade recebe sem repulsa.

Era preciso demonstrar por todos os meios de publicidade e de popularização, que todo o homem que deshonra uma mulher e não põe a sua vida a disposição e o nome ao serviço do desaggravo, que possa dar ao seu erro, é um infame ao qual nenhum homem de bem, pode estender a mão.<sup>33</sup>

Na campanha pela ‘moralização’ do casamento, os jornais também vocalizavam as objeções quanto aos chamados casamentos de conveniência, em que os interesses suplantam o amor. De modo didático, os discursos procuravam estabelecer os caracteres das moças, que os rapazes devem procurar para contrair matrimônio e constituir uma família, aconselhando e ao mesmo tempo reiterando as representações que prescreviam o espaço doméstico como o lugar onde as mulheres assumiriam suas responsabilidades sociais e expressariam os seus valores morais cristãos. Ensinava-se, assim, tanto às mulheres, como aos homens, a receita para encontrar o parceiro ideal e realizar o casamento perfeito:

Quando se quer procurar esposa, vai-se procurar no lar e não na sala do baile; no lar é que se conhece a que tem de ser mãe de familia dedicada, no lar é que as qualidades da mulher brilham em todo seu esplendor.

Da nossa parte, quando vemos uma mulher que só gosta de ler romances, cheia de affectação, de mãos finas, soltando suspiros, que chegam a levantar as cinsas do fogão, disemos cá com os nossos botões, esta mulher não hade ser boa esposa, ao menos que se não case com um homem que lhe corrija os habitos. Gostamos mais das mulheres callosas, com o cabello singelamente penteado, de trajas decentes sem as modas exageradas.<sup>34</sup>

Igualmente comprometido com esse projeto de moralização, o jornal *O Juvenil* de Patos de Minas oferece aos leitores um exemplo de casamento por amor e sua capacidade de regenerar o homem, ao narrar a história de Celina e Bonifácio que desde a infância viviam entrelaçados. Na medida em que a juventude chegou, suas qualidades e diferenças se acentuaram. De um lado, Celina “era então uma donzella tão bôa, quanto formosa, filha dedicada e submissa; ao passo que Bonifácio, apesar de ser sympathico e trabalhador era perdulário, desobediente e sobretudo jogador”. Como os pais de Celina não concordassem com o casamento, Bonifácio se viu obrigado a mudar de cidade e de hábitos. Indo ao Rio de Janeiro, empregou-se numa casa comercial e levando uma vida ascética conseguiu amealhar fundos e voltou à sua cidade natal ‘completamente regenerado’ e assim pôde levar Celina,

<sup>33</sup> ORTIGÃO, Ramalho. O Seductor. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 22, 06 jun. 1915, p. 1. Acervo AOM.

<sup>34</sup> CASAMENTOS de conveniencia. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 42, 31 out. 1915, p. 1. Acervo AOM.

com autorização dos pais, “perante o altar de Deus para abençoar a sua união”<sup>35</sup>. O exemplo se projetava: a beleza, o amor fraternal, submissão e a vida ascética e laboriosa, são virtudes que combinadas podem aproximar um homem, que antes errático e sem convicções, a uma mulher, responsável pelas mudanças operadas naquele, pelos seus exemplos virtuosos.

Até mesmo os obituários eram usados para expressar o modelo de mulher, esposa e mãe, que deveria, através dos exemplos, nortear condutas e servir como fator de identificação das qualidades. Ao noticiar o falecimento de D. Olívia Augusta de Paiva, esposa do capitão Plácido Paiva, o *Sport* de Araguari ressaltava os atributos de “esposa modelo, mãe carinhosa, senhora distinctíssima pelas acrysoladas virtudes que exornam a sua pessoa D. Olívia era geralmente estimada porquanto sabiam apreciar os seus peregrinos dotes intelectuais e moraes, sendo o seu passamento geralmente sentido...”<sup>36</sup>.

Outro falecimento usado para veicular o modelo normativo de mulher foi o da princesa Isabel. Em novembro de 1921, o jornal *A Tribuna* de Uberabinha, publicou um texto em sua homenagem exaltando as qualidades de esposa, mãe e filha que caracterizavam a monarca. Considerando que

A morte da princeza Izabel é um facto que enluta o Brazil inteiro. Pode-se dizer que se há na nossa história um acontecimento que congrega em torno de si todos os corações brasileiros, sem discrepância de um só, irmanados pela mesma dor, dominados do mesmo sentimento de immensa saudade, este acontecimento é sem dúvida a morte da excelsa princeza, a grande regente do imperio, a grande esposa, a grande filha, a grande mãe [...] A serenissima princeza que ora acaba de desaparecer era uma senhora dotada das mais elevadas qualidades moraes, sobretudo os seus gestos humanitários tornavam-n’a notavel a todos os respeitos [...] não podia deixar de ser effigie da brandura e da caridade [...] So lembramos que os dois factos culminantes da nossa história negreira foram impulsionados pela augusta princeza extincta - a liberdade do ventre escravo e a abolição da escravatura. Que este último acto ella praticou consciente de que fazia ruir o throno de seu pae, não havia a menor duvida. Mas a princeza não fazia questão de perder tudo contando que todos os brasileiros fossem livres [...] Nosso intuito, nestas linhas, não é outro senão prestar uma modesta e sincera homenagem à grande patricia como esposa e mãe de familia, qualidade em que ella era a genuina representante da mulher brasileira...<sup>37</sup>

<sup>35</sup> CELINA e Bonifacio. *O Juvenil*, Patos de Minas, n. 5, 28 jun. 1911, p. 1. Acervo AF.

<sup>36</sup> *O SPORT*. Araguari, n. 17, 23 set. 1910, p. 3. Acervo HH.

<sup>37</sup> A REDEMPTORA. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 114, 20 nov. 1921, p. 1. Acervo ArPU. Borges Sampaio noticiou o falecimento de sua esposa, D. Maria Cassimira de Araújo Sampaio, em 1907, homenageando-a nos seguintes termos: “A finada tinha-se concentrado e desde muitos anos não saia de casa; aí acolhia, porém, com afabilidade as pessoas que tinham a bondade de a visitar, mostrando-se para com elas meiga e alegre: um incômodo visual que lhe sobreviera em 1898 tinha-lhe dificultado a convivência externa. Em tôda a sua vida foi destituída de ostentação. Criada em lugar onde a instrução escolar era difícil, apenas tinha conseguido aprender as primeiras letras no Desemboque com o venerando Antonio Vieira Alves da Cunha. Resignada por natureza, acompanhou-me sempre com ânimo firme em todos os trabalhos e contrariedades que, física e moralmente, me assoberbavam pelos vendavais da política sem queixar-se. Era econômica no lar doméstico, excelente, sem

Brandura, caridade, abnegação são destacadas como qualidades dessa mulher, que foi alçada à condição de agente exclusiva da Abolição da Escravidão no Brasil. Entretanto, o que interessava ao articulista destacar eram as suas qualidades de âmbito doméstico e não público: boa filha, esposa e mãe, capaz de sacrificar a Monarquia pelo bem estar geral. Enfim, as qualidades da princesa se projetavam sobre a ‘mulher brasileira’.

A caridade, a capacidade de despojar-se de si para viver para o outro, para fazer o bem indistintamente, são atributos femininos ressaltados no processo de constituição do modelo de mulher. Eles nos possibilitam uma aproximação sobre as formas autorizadas de participação das mulheres no espaço público. Evidencia-se que as obras de caridade terão a presença marcante e efetiva das mulheres das elites proprietárias, como um desdobramento das suas atividades maternas no amparo à pobreza. Significativamente, quando se projetou a construção do hospital em Patos de Minas, as ‘damas patenses’ compuseram uma lista considerável na constituição do ‘comitê feminino’, encarregado de angariar fundos para a realização das obras. Essa participação ampliou o otimismo dos idealizadores da obra, pois,

[...] que a ideia que ora lançamos e que há-de triumphar como triumpham todas as ideias boas que os braços femininos balouçam, que os peitos femininos aconchegam e que suas almas como aquellas que o poeta diz que feitas da luz das manhãs harmoniosas, almas puras e boas, almas sacrosantas e maternas, acalentam.<sup>38</sup>

As mulheres das elites apareciam na cena pública, ainda que essa aparição fosse muito influenciada pelas prescrições das virtudes domésticas – sob as vigilâncias paternas<sup>39</sup> –, aplicadas na assistência aos carentes em que ela teria, combinando ação e exemplo, o condão de regenerar as classes pobres e perigosas. Assim, o historiador Oliveira Mello, relata a criação da *Cruz Vermelha das Damas Patenses*, em 1915, destacando o seu “objetivo de assistir a gestante pobre, no momento do parto, fornecendo vestuário ao recém nascido e cercá-lo de todo o cuidado que requer a infância”<sup>40</sup>. A presença das mulheres no espaço público deveria significar a projeção de suas experiências domésticas, conferindo uma dimensão familiar a esse espaço. Tal perspectiva, tentava interditar as possibilidades de participação nos assuntos políticos, preservando-se assim, a exclusividade dos lugares

---

mesquinhez, jamais se poderá atribuir à sua memória que maldissesse de alguém, os desse origem a querelas e dissentimentos, quaisquer que fôssem” (BORGES SAMPAIO, Antônio. *Uberaba: histórias, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971. p. 334, 335).

<sup>38</sup> O HOSPITAL de Patos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 6, 14 fev. 1915, p. 1. Acervo AOM.

<sup>39</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Processo civilizador nas Minas oitocentistas: desvelando alguns sentidos... *Temporis(Ação)*, v. 1, n. 7, 2003, p. 202.

<sup>40</sup> OLIVEIRA MELLO, Antonio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971. p. 208.

públicos aos domínios masculinos.

A preocupação médica com a qualidade dos casamentos articulava-se à moralidade burguesa e à religiosidade cristã e centrava sua atenção na maternidade. Inculcar novos hábitos de saúde e higiene, e reiterar valores morais, tornavam-se as condições pelas quais seria permitido ao sertão mineiro oferecer à república homens aptos ao trabalho e capazes de exercerem a cidadania, tal como as elites regionais os apresentavam. Deus, família e pátria eram enunciados que se entrelaçavam nas representações do ‘brasileiro típico’. Segundo Margareth Rago, o nacionalismo “crescente entre as décadas de 1920 e 1930, fundamentava uma forte preocupação eugênica com o fortalecimento da raça, com a formação dos futuros cidadãos da pátria e com a transmissão de valores éticos”<sup>41</sup>, condições indispensáveis para a produção do trabalhador nacional: forte, saudável, ordeiro, e disciplinado, ético, patriótico e civilizado.

A produção de homens aptos à cidadania e ao trabalho implicava, além de uma preocupação com o casamento, uma intervenção sobre a administração dos filhos. Com efeito, o médico Adélio Maciel, prefeito de Patos de Minas entre 1918 e 1926, considerando a gravidade social e econômica que representavam as altas taxas de mortalidade infantil experimentadas em todo o Brasil e não apenas no sertão, procurava estabelecer um diálogo direto com as mães. Para tornar a infância saudável, salientava o doutor Maciel, era necessário “que as nossas mães de família em quem não faltam bondade, paciência e carinho, devem procurar pela leitura e pelas palestras com seus médicos, os ensinamentos de hygiene infantil, que as tornem aptas para cumprir o sacrossanto dever de bem criar seus filhos”<sup>42</sup>.

Por um lado, percebe-se que seu discurso é direcionado a um grupo específico de mulheres: mães de família, letradas e com acesso a atendimento médico, que apareceriam como os modelos de mãe e esposa caros ao projeto modernizador. Por outro, ele sinaliza para a emergência de um processo de desqualificação das experiências e dos saberes médicos curativos dominados pelas populações pobres, em especial pelas mulheres pobres. Saberes esses que serão representados pelas elites locais, como fruto da superstição e da ignorância das classes populares.

A ênfase das preocupações médicas com a gestão da maternidade se volta para o problema da alimentação das crianças, futuros cidadãos e trabalhadores. Com efeito, os

<sup>41</sup> RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do ‘amor venéreo’. *Projeto História*, p. 181-195, 2000. Ver ainda: MARQUES, Regina Beltrão. Raça e noção de identidade nacional. O discurso médico-eugenista nos anos de 1920. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOL, Mirian (Org.). *A razão e paixão na política*. Brasília: EDUNB, 2002. p. 181-195.

<sup>42</sup> MACIEL, Dr. Adélio. A alimentação das crianças. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 14, 11 abr. 1915, p. 3. Acervo AOM.

artigos dos jornais buscam prescrever a dieta considerada correta para o desenvolvimento infantil. Nesse caso, até a idade de sete meses recomendava-se que as crianças deveriam ser alimentadas com o leite materno “da própria genitora”. A intenção era garantir o perfeito crescimento desse organismo frágil e ao mesmo tempo discipliná-lo, já que o futuro do país dependeria da capacidade de trabalho dessa geração. Assim, a criança até os sete meses deveria ser alimentada de três em três horas, ou 2,5 em 2,5 horas no período do dia entre as 6 horas da manhã e a meia-noite. O doutor alertava as mães que não permitissem que seus filhos ingerissem caldos de feijão, angu mole, jacuba, arroz, sopas, pois não era esse o motivo da engorda das crianças e “com esta alimentação tornai-vos assassinas de vossos filhos, ó mães insensatas”<sup>43</sup>. A intervenção na administração alimentar dos filhos deveria ter como finalidade, também, a introjeção da disciplina, pois,

Durante o resto da noite reservado ao repouso a criança não deve mamar ainda que chore e grite; ao contrario, durante o dia. Se dorme, deve-se despertá-la para mamar às horas do costume. Deste modo, a criança habituar-se-há, em pouco tempo, à primeira e utilissima disciplina.<sup>44</sup>

Ao prescrever as formas corretas de uso da mamadeira, doutor Adélio assinala os cuidados que as mães deveriam tomar com as próprias dietas, procurando evitar conservas, condimentos, bebidas alcoólicas. Em relação aos bebês ele admitia, além do leite materno, quando muito, porções de *Emulsão de Scott*, “poderoso alimento e medicamento sem drogas nocivas, nem álcool”<sup>45</sup>. No caso da falta ou insuficiência do alimento materno, ele recomendava que se utilizasse o leite de vaca e jamais o de amas-de-leite, práticas que o saber médico se esforçava para extirpar da sociedade. Nesse caso as mães deveriam abandonar o costume de usar o leite de cabra, pois os médicos o consideravam indigesto<sup>46</sup>. Outras recomendações são relativas diretamente à esterilização do leite de vaca, quando usado, e das mamadeiras, chamam atenção pelo uso da linguagem simples e a maneira didática e pelo

---

<sup>43</sup> CONSELHOS às mães de família: puericultura. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 87, 14 jul. 1912, p. 1. Acervo LEPEH. Delineia-se uma recomendação, na falta de leite materno, contra a utilização de amas de leite. Os artigos de jornal demonstram uma preferência pelas vacas ou cabras. *Idem*, p. 1. Ver também: O PROGRESSO em Patos e a mulher sertaneja. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915, p. 1. Acervo AOM.

<sup>44</sup> MACIEL, Dr. Adélio. A alimentação das crianças. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 14, 11 abr. 1915, p. 3. Acervo AOM.

<sup>45</sup> Ver a propaganda no jornal *A Tribuna*, n. 1, 07 set. 1919, p. 3. Acervo ArPU.

<sup>46</sup> Há indícios de que as famílias pobres da região, até muito recentemente recorreram ao uso do leite de cabra como alimento alternativo, ou complementar, na dieta das crianças. Os animais eram alugados ou comprados e criados nos quintais das residências cujos terrenos somente muito mais tarde receberiam a metragem padronizada de 10x30, inviabilizando que os pobres cultivassem ali seus meios de sobrevivência.

detalhamento das exposições em que as prescrições eram apresentadas<sup>47</sup>.

Ainda em 1930, o médico Rocha Júnior, reiterava algumas prescrições quanto à alimentação das crianças, dentro de um ambiente em que a nutrição se constituía como saber autônomo, e apresentava novos conselhos de cuidados com os filhos, distinguindo suas especificidades de acordo com as idades. Para ele, a partir do segundo ano de vida, as frações de leite deveriam diminuir gradativamente, na medida em que se introduziam alimentos sólidos, para estimular a alimentação dos bebês. As mães também deveriam atentar para os excessos alimentares e obrigar as crianças à prática de “exercícios *physicos methodicos* e vida ao ar livre”<sup>48</sup>.

Ao analisarmos os discursos médicos publicados nos jornais da região, podemos verificar a existência de diferenças importantes na prática da emissão e controle desse discurso. Por um lado, quando se dirige às mães de família das elites, proprietárias, políticas e intelectuais, percebe-se uma abordagem em tom de aconselhamento. Por outro lado, quando a prescrição tem como alvo as mães e famílias pobres, a ação será de intervenção direta<sup>49</sup>. No quadro geral, tanto aconselhamento quanto intervenção direta, expressam práticas de controle de saúde e higiene que visavam à introdução de novos métodos de puericultura e a diminuição ou extinção da influência de práticas médicas populares, inclusive no que tange à alimentação. Essas tentativas médicas convergem para as expectativas das elites locais, e também da região sudeste, de implementação do branqueamento sociocultural, como índice de civilização<sup>50</sup>.

No romance de Ceres Alvim, que tem o Triângulo Mineiro como cenário, ela narra o episódio do nascimento de Emília, a protagonista, em que as práticas da medicina popular mostram sua persistência diante das condenações médicas. Segundo a autora narra,

Do quarto da casa da fazenda Santa Bárbara, em Goiás, partiu um vagido de criança que nascia. Neste instante, uma negra saiu correndo para o terreiro e destampou apressadamente um caixote, onde já há alguns dias um tatu fora preso. Com a mesma rapidez com que viera, fez uma sangria no animalzinho e aparou o sangue numa bacia pequena. Logo após ouviu-se novamente o choro da criança, agora forte e entrecortado e a voz da negra, profética: – óia Sinhá, ela num vai tê nunca doença braba. Nada num pega nela. Pode mexe inté com gente leprosa, que num pega! E sua mão vigorosa embebia o corpo da criança no sangue quente que já começava a coagular.

<sup>47</sup> MACIEL, Dr. Adélio. A alimentação das crianças. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 14, 11 abr. 1915, p. 3. Acervo AOM.

<sup>48</sup> COMO deve ser feita a alimentação infantil (Recommendações do Dr. Rocha Júnior). *Gazeta de Patos*, n. 37, 27 abr. 1930, p. 4. Acervo LEPEH.

<sup>49</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 325 et seq.

<sup>50</sup> CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se 'preta, com muito leite, prendada e carinhosa'*: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca, 1850-1888. 2006. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 216 et seq.

Respingou ainda algumas gotas no rosto, orelhas e cabeça e envolveu aquela mancha vermelho-escura numa baeta.<sup>51</sup>

As historiadoras Marina Maluf e Mariza Romero mostram a extensão dessas práticas de medicina popular, ao assinalarem que durante o *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância*, em 1922, os médicos denunciaram, sob sua ótica, as práticas vigentes e errôneas de alimentação e “ainda que as mães costumavam colocar gema de ovo ou sangue de tatu na água em que o recém-nascido ia ser lavado”<sup>52</sup>.

Nessa preocupação médico-higienista, o objetivo de formação de trabalhadores e cidadãos fez com que o projeto modernizador se voltasse para os elementos de higienização/medicalização da sociedade. Tal política incluía ações e demandas por instalação de redes de água encanada – melhoramentos que enfim imprimem ares urbanos ao meio rural –, e as tentativas de vulgarização dos filtros de água potável como preventivo das várias moléstias que atingiam as populações locais, em particular às crianças<sup>53</sup>.

Projetar a formação de cidadãos e trabalhadores incluiu também a questão educacional. Observa-se que a escolarização formal das crianças tornou-se objeto de denúncias e reflexões por parte das elites intelectuais da região. Delineavam-se os contornos de uma outra abordagem em relação à questão da formação de cidadãos e trabalhadores: a educação e a escola como espaços estratégicos para se atingir o progresso e a civilização.

Em meados da década de 1910, ouviam-se muitas reclamações quanto à qualidade do ensino público oferecido, à precariedade e à falta de higiene dos prédios onde funcionavam os estabelecimentos, mas, se reconhecia a escola como fator de desenvolvimento. Assim, de Uberabinha, um articulista assinalava que o

[...] amor que se vae notando ultimamente nesta cidade pelas cousas referentes à instrucção é uma prova evidente e, por isso mesmo, mais do que flagrante, de que estamos caminhando francamente para a senda luminosa do progresso.

Sendo um dom humano, perfeitamente accessivel a todos os individuos dotados de boa vontade e de perseverança, a instrucção nada mais é do que a manifestação da cultura de um povo e o signo que caracteriza a passagem desse mesmo povo pela história.<sup>54</sup>

Reafirma-se a distinção, estabelecida no Império, entre educação, originária do berço

<sup>51</sup> CARNEIRO, Ceres de Alvim. *Lágrima Comprida*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1960. p. 11.

<sup>52</sup> MALUF, Marina; ROMERO, Mariza. A sublime virtude de ser mãe. *Projeto História*, n. 25, São Paulo, EDUC, p. 221-242, 2002.

<sup>53</sup> A HIGIENE em Patos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 67, 07 maio 1916. Acervo AOM; INTERESSES locais. *O Progresso*, Uberabinha, n. 266, 23 nov. 1912, p.1. Acervo ArPU.

<sup>54</sup> PELA INSTRUCÇÃO. *O Progresso*, Uberabinha, n. 10, 24 nov. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

familiar, e a instrução, aprendido sob a responsabilidade da escola e do professor<sup>55</sup>. Formase um consenso em torno da necessidade de ampliação da rede de estabelecimentos escolares, de modo a atender à demanda social da região. Parecia cada vez mais nítido aos mineiros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que a reforma social e moral esperada adviria também da implementação da instrução pública<sup>56</sup>. Acreditavam, portanto, que se encontrava na escola uma das garantias de ordem social<sup>57</sup>.

Reproduzindo as distinções e hierarquias sociais, a escola surgia nos discursos veiculados como um dos lugares onde seria gestada a retomada da vocação mineira para a agricultura e a formação do trabalhador nacional. Essa intenção encontra-se explicitada nos regulamentos do Instituto João Pinheiro, em que se assinalavam as potencialidades da república e censuravam-se os projetos imigrantistas, que evidenciam a mudança no direcionamento quanto às políticas para mão-de-obra no Estado. Conforme o regulamento:

Quando a União e o Estado não medem sacrifícios para atrair o estrangeiro e fixa-lo no país, pagam-lhe as despesas de viagem, entregam-lhe casa, terra arroteada, sementes, animais e utensílios de lavoura, - entra pelos olhos, com o esplendor da evidência, a utilidade de aproveitar e de educar o elemento nacional com fator de produção.

[...]

A administração republicana tem de prover especialmente aos mais necessitados de auxílio público, para que a igualdade não seja um mito e a fraternidade não se traduza em fórmula vazia. Obra de altruísmo, a educação da infância desvalida no trabalho é também lance de previsão e construção democrática, pela formação de cidadãos, que tudo quanto forem deverão à República, à qual amarão e farão amada.<sup>58</sup>

A criação do Instituto João Pinheiro traduzia o projeto das elites mineiras de estimular a vocação agrícola do Estado e solucionar o problema da mão-de-obra da lavoura, com o uso de trabalhadores nacionais. Nesse sentido, um de seus objetivos era dar atenção às crianças pobres, transformando-as em homens úteis, cidadãos e trabalhadores, mediante o investimento no ensino profissionalizante, principalmente o agrícola. Assim, se permitiria formar o trabalhador e modificar os costumes, introduzindo concepções, técnicas e ferramentas mais

<sup>55</sup> EDUCAÇÃO. *O Progresso*, Uberabinha, n. 40, 21 jun. 1908, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>56</sup> ECHO da Mocidade. *Tribuna do Povo*, Uberaba, n. 67, 25 ago. 1894, p. 1. Acervo HH.

<sup>57</sup> A CRIMINALIDADE e a instrução. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 32, 18 jun. 1911, p. 1. Acervo LEPEH; PATTO, Maria Helena Souza. Escolas cheias, cadeias vazias. Notas sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 243-266, 2007; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro, 1909-1934*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Disciplina, ordem social e educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1907-1920. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (Org.). *Histórias e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 273-296.

<sup>58</sup> REGULAMENTO do Instituto João Pinheiro. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1910, p. 07, 17 *apud* FARIA FILHO, op. cit., p. 17, 23.



modernas e adequadas ao tamanho da terra fértil. Reiterando essa perspectiva, o jornalista Noronha, em Patos de Minas, clamava aos pais que aproveitassem a oportunidade e guiassem “vossos filhos e discipulos para esses institutos agricolas”<sup>59</sup>.

Ainda que desde muito cedo as elites regionais se mostrassem preocupadas com a questão educacional, as décadas de 1910 e 1920 poderiam ser caracterizadas pela repetição insistente dos relatos, dando conta das carências e pouca funcionalidade do sistema educacional e o envolvimento distante da população<sup>60</sup>. A leitura dos livros de atas das câmaras municipais de vereadores mostra que, nas situações de crise financeira nos municípios, as escolas eram rapidamente fechadas, ou se cortavam suas subvenções, como estratégia de contenção de despesas. A despeito desses procedimentos corriqueiros, um jornal de Uberabinha relatava animadamente a evolução das matrículas naquele ano, e se mostrava confortado a respeito da “nova orientação da sociedade uberabinhense, que agora começa a compreender a necessidade de educar os seus filhos, tornando-os aptos para a luta pela vida” isso garantiria um futuro “como povo livre, emancipado em seus direitos políticos e sociaes”<sup>61</sup>.

A reiteração acerca da necessidade imprescindível de educação/instrução e a constatação de um sistema educacional carente e inoperante, são construções veiculadas pelas Minas Gerais, do início da República até o final da década de 1920 quando a Reforma Francisco Campos, prometeu instituir, no âmbito do ensino primário, técnico-profissional e normal, uma ‘escola moderna’. Como assinalam Faria Filho e Vidal

Nascia também uma nova educação, mas ela vinha, por assim dizer, de braços dados com a tradição católica, a qual, desde há muito tempo, vinha buscando formas discursivas e mecanismos pedagógicos de modernizar-se e de dialogar com as ciências e com os novos sujeitos sociais, cuidando, no entanto, para não ser confundida, por exemplo, com o escolanovismo. Reformar, aproximando e distanciando das perspectivas escolanovistas, era um desafio que os mineiros buscavam enfrentar.<sup>62</sup>

<sup>59</sup> NORONHA, E. F. Ensino Technico Agricola. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 82, 09 jun. 1912, p. 1. Acervo LEPEH. Ver também: O APRENDIZADO agricola de Patos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 2, 17 jan. 1915, p. 2. Acervo AOM. “O Brazil, paiz essencialmente agricola, será no futuro uma das primeiras nações do mundo, quando os homens que o governam fizerem convergir os seus esforços para o aperfeiçoamento de sua agricultura, tornando-o o vasto celleiro de abastecimento das velhas nações de Europa, em que a terra, cançada pelo acumulo de população, não produz já o necessario à vida dos povos” (AGRICULTURA. Um aprendizado agricola em Uberabinha. Um deputado que encherge longe. *O Progresso*, Uberabinha, n. 253, 24 ago. 1912, p. 1. Acervo ArPU).

<sup>60</sup> Cf. LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memórias de si, histórias dos outros*. Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. 2004. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2004.

<sup>61</sup> PARA o futuro. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 22, 08 fev. 1920, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>62</sup> VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 31-50, 2002.

## 6.2 Educação das meninas e a modelagem de corpos e comportamentos femininos.

Os médicos, agentes do projeto modernizador, se ocupavam da compreensão da saúde das mulheres e também recomendavam aos pais que educassem suas filhas, para que os papéis de esposa e mãe fossem exercidos na sua plenitude. Nessa perspectiva, a escola desempenharia a função de modelar as identidades sociais de gênero, operando como tecnologia social (re)produtora de efeitos de feminino/masculino em corpos, comportamentos, mentes e relações sociais<sup>63</sup>. Conforme elucidou a historiadora Diva Muniz, a escola compreende o “espaço onde se processa a inscrição do gênero e da sexualidade nos corpos”, um dos dispositivos

[...]destiladores de poderes e saberes, a escola configura-se um dos lugares privilegiados na composição das identidades sexuais e de gênero, com espaço de poder que regula, normaliza e inculca modelos de feminilidade e masculinidade e da sexualidade heterossexual. A escola assim se configura por constituir espaço onde se processa a inscrição do gênero e da sexualidade nos corpos, onde estes ganham sentido socialmente, ao serem modelados segundo padrões identitários construídos a partir da binariedade, essa perspectiva dualista de apreensão do real. Uma ótica que responde pela concepção fragmentada do ser humano, dividido entre um lado supostamente masculino e outro feminino.<sup>64</sup>

No processo de construção dos padrões de conduta, segundo Muniz, nas Minas Gerais do século XIX, predominou a perspectiva rousseuniana e generizada de formação escolar das meninas e meninos. Uma forma centrada na internalização de papéis diferenciados segundo o sexo. Inventava-se a tradição de que aos alunos se devia instruir, de modo a prepará-los para o mundo do trabalho, ao passo que às meninas se educava para que atuassem no espaço doméstico, desempenhando os papéis de mãe, esposa e educadora dos filhos<sup>65</sup>. Através dos artigos escritos pelo médico Euphrasio Rodrigues, podemos notar uma preocupação das elites regionais, especialmente dos homens da ‘boa sociedade patense’, com a educação das mulheres. Todavia, ocupar-se da questão não significou tratar objetivamente da escolarização das meninas e jovens. Tornou-se possível, ao constatar a existência do problema, produzir e veicular representações acerca da escolarização das meninas e meninos e da perspectiva de

<sup>63</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendência e impasses*. Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 246.

<sup>64</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais, 1835-1892*. Brasília: EDUNB: Finatec, 2003. p. 281; SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a “hora e a vez do nomadismo identitário?” In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Feminismos: teorias e perspectivas*. Textos de História. *Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, Brasília, UnB, v. 8, n. 1/2, p. 47-84, 2000.

<sup>65</sup> MUNIZ, op. cit., p. 165, 184.

gênero que expressam as concepções educacionais da época como diferentes e desiguais segundo o sexo.

Assim, Rodrigues no *Cidade de Patos*, ao descrever as qualidades da mulher sertaneja – em comparação com a vida mundana proporcionada nos centros urbanos mais dinâmicos – explicitava a sua visão, e a de outros de sua classe, acerca da funcionalidade da educação das mulheres. Para ele, sem menosprezar a pureza de sentimentos das “filhas do sertão [...] falta-lhe, porém uma cousa sem a qual esta sociedade não pode progredir [...] a educação de um povo depende da educação das mulheres desse povo”<sup>66</sup>. Postula, assim, a necessidade de escolarização para as mulheres, objetivando prepará-las para se tornarem boas mães.

Rodrigues, citou em seu artigo, dois comentários que teriam sido produzidos por homens ilustres do século XIX – Q. Adams e Eça de Queiroz – para ressaltar o papel decisivo exercido por boas mães na formação de suas personalidades. O artifício foi usado para mostrar “que é preciso educar a mulher, para que ella possa transmitir a seus filhos uma moral sadia; [pois] os sentimentos bons não se incutem como a grammatica na aula ou no exercício militar na caserna”<sup>67</sup>. Portanto, os grandes sentimentos, as virtudes, não surgiriam na alma dos homens, “sejam eles gigantes ou não, se não fossem bebidos no fundo do seio materno; educae a mulher, portanto, e ensina-lhe as duas grandes cousas, que no dizer de Kant, é dado ao homem conhecer, o céu estrellado acima da frente, e o dever no fundo do coração”<sup>68</sup>. Ou seja, há a reiteração da importância do exercício dos tradicionais papéis femininos, de reproduzir, criar e educar os filhos. A produção discursiva da ‘rainha do lar’ inclui o acesso aos bancos escolares para melhor desempenho de educadora dos filhos.

Desde que se instalaram nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, as escolas foram abertas para o ingresso das meninas. Havia mesmo a coexistência entre escolas exclusivas e escolas, ou salas, mistas. A perspectiva da importância diferenciada dada ao ensino dos meninos em relação às meninas, expressa-se nos conteúdos programáticos das escolas, centrados na formação do caráter, no caso das meninas, e na aquisição de conhecimentos, no caso dos meninos. Assim, em Uberaba, por exemplo, a lei provincial de 1881, criava a Escola Normal que admitia a matrícula e a frequência de pessoas de ambos os sexos, “sendo as respectivas lições dadas promiscuamente”. Entretanto, uma regulamentação da legislação promovia a distinção na formação escolar, pois os homens receberiam aula de

---

<sup>66</sup> RODRIGUES, Dr. Euphrasio José. O progresso em Patos e a mulher sertaneja. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915, p. 1, 2. Acervo AOM.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> RODRIGUES, Dr. Euphrasio José. O progresso em Patos e a mulher sertaneja. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915, p. 1, 2. Acervo AOM.

violino e as mulheres de piano, trabalhos de agulha e bordado em todos os três anos da formação<sup>69</sup>. A escola deveria ser capaz de formar jovens que administrassem racionalmente o lar e ao mesmo tempo procedesse a um polimento da beleza feminina. Como ressaltado em, *O Binoculo* a “educação da escola e do lar torna-se indispensável à família, principalmente ao sexo feminino, quanto à sua graça. Uma moça por mais bella que seja, sem um cultivo com que possa salientar-se em qualquer palestra, torna-se tão sem encantos como uma rosa despida de pétalas”<sup>70</sup>.

Em tom humorístico, o periódico defendia que a educação das mulheres deveria ir além do domínio dos afazeres domésticos. A própria disseminação das escolas normais pelo Estado de Minas aponta para a formação institucionalizada de atividades extradomésticas que exigiam – e proporcionavam às jovens –, uma educação profissionalizante desde que não se permitisse que a ‘natureza’ materna se desvencilhasse dessa nova agente social<sup>71</sup>.

Um Termo de Visita de 1913, produzido quando da inspeção do Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberabinha, reitera o modelo da mulher ideal que deveria cultivar o espírito, visando aperfeiçoar os desempenhos como filha, esposa e mãe. Nele o inspetor observou que

As educandas têm em geral um aspecto que logo denuncia o bom tratamento que aqui recebem, revelando, além disso, educação modesta, mas cuidadosa e apropriada. Não se ensinam nesta casa os requintes que constituem a celebridade fulgaz das grandes damas cuja missão desviada da naturalmente destinada à mulher, é conquistar, por meio de artifícios, triunfos banais e efêmeros o que a primeira ruga destrói implacavelmente. Nesse Collégio preparam-se mães de família, laboriosas, modestas e dignas, inculcando-se no ânimo das educandas os incomparáveis preceitos ensinados por Jesus Cristo, de par com o ensino das prendas domésticas.<sup>72</sup>

Segundo o relato do inspetor, o colégio atendia às expectativas do mundo do trabalho, ao preparar as jovens dos estratos inferiores e médios da sociedade para se tornarem mães de família e também trabalhadoras, para atuarem nos respectivos papéis sociais como mulheres modestas, dignas, tementes a Deus, submissas e prendadas. Desse modo, a educação das mulheres estava pautada na concepção patriarcal que as produziu como seres inferiores em

<sup>69</sup> BORGES SAMPAIO, Antônio. *Uberaba: histórias, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971. p. 381 et. seq.

<sup>70</sup> PELA magia e o busto. *O Binoculo*, Uberabinha, n. 4, 19 mar. 1916, p.2, 3. Acervo ArPU.

<sup>71</sup> PUGA, Vera Lúcia. Internatos. *Espaço feminino*, Uberlândia, EDUFU, v. 1, n. 1, p. 37-62, 1994; PERROT, Michelle. No *front* dos sexos: um combate duvidoso. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 435-446.

<sup>72</sup> TERMO DE VISITA, março 1913 apud INÁCIO FILHO, Geraldo. Escola para mulheres no Triângulo Mineiro, 1880-1960. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002. p. 39-66.

relação aos homens e destinadas, em razão de sua biologia, a gerar os cidadãos e os trabalhadores nacionais.

De forma difusa, as elites mineiras buscavam consolidar esse modelo de direcionamento escolar para meninas e jovens. Assim, em meados da década de 1910, a *Revista Comercial* noticiava o recebimento do livro de Heitor Guimarães, *Noções de Economia Doméstica*, que fora adotado pelo governo de Minas Gerais como leitura obrigatória nas escolas primárias femininas<sup>73</sup>.

Heitor Guimarães, literato e educador, anunciava que sua obra, cujo conteúdo coincidia com o programa das escolas normais preparado pela Secretaria do Interior, fora avaliada e “julgada de incontestável utilidade pelo Conselho Superior de Instrução Pública de Minas Geraes e adoptada como livro de leitura no quarto anno das escolas primarias femininas”<sup>74</sup>. Guimarães, ao dedicar o livro às filhas, explicitava os objetivos a que se destinava a obra, recomendando-lhes “para que leiam, aprendam e formando seu espirito e seu character em sãos principios moraes, possam, vir a ser boas esposas e mães de familia exemplares”<sup>75</sup>.

Em 1913, Guimarães ao assumir provisoriamente a cadeira de economia doméstica da Escola Normal Santa Cruz de Juiz de Fora, percebeu que lhe faltava um programa efetivamente organizado, visando à educação das moças para os desígnios domésticos. Para ele, a família, base da organização social, parecia em crise, esfacelada em face das exhibições fúteis e sugestões perniciosas. Nesse sentido, tornava-se “absolutamente indispensavel, tendo em vista o futuro, orientar a educação da juventude feminina, num sentido diametralmente oposto”<sup>76</sup>, isto é, não o da modernização e laicização, mas da formação e atuação pautadas nos princípios morais e espirituais da doutrina cristã.

Segundo Heitor Guimarães, a responsabilidade de reforma da educação das meninas cabia aos poderes públicos, mas, eram os pais, os líderes familiares quem deveriam dar os primeiros passos, sobretudo as mães, consideradas como responsáveis pela organização moral e religiosa do espaço familiar. Afinal, se os homens preferiam

[...] os faceis prazeres da vida, das ruas, do cinema, do café, da palestra entre amigos. A culpa, na maioria dos casos, cabe à mulher. É a mulher que modela e dá expressão ao lar, que o pode tornar attrahente, dedicando-lhe

<sup>73</sup> NOÇÕES de economia doméstica. *Revista Comercial*, Belo Horizonte, n, 7, 1915, p. 44. Acervo APCBH.

<sup>74</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Noções de Economia domestica*. 2. ed. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1915.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> Idem, ibidem, p. 26. GUIMARÃES, Heitor. *Noções de economia domestica*. 2. ed. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1915. p. 26.

todas as atenções, multiplicando o seu conforto, consagrando-lhe todos os cuidados. As horas que a mulher podia consagrar a essa tarefa, dissipa-as loucamente, ou na ociosidade do *rocking-chair*, ou na leitura de máos romances, ou na triangulação do centro, em exibição de *toilettes* e de meneios que, com as exceções devidas, leva os estrangeiros ainda não habituados ao meio a confundil-as...com o que ellas não são.<sup>77</sup>

A conduta das mães, na avaliação do educador, responderia pelas perigosas mudanças ocorridas naquela sociedade em processo de modernização. A suposta crise moral da sociedade decorreria dos novos comportamentos femininos, incompatíveis com a honra e a moral cristãs. Os novos hábitos femininos que se desenvolviam no espaço doméstico e público, na percepção de Guimarães, não poderiam ser tolerados, não apenas pela confusão que poderiam gerar a olhares menos adestrados na identificação das mulheres honestas e aquelas de ‘vida fácil’. Eles ameaçavam destruir a família e estabelecer a desordem social. Nesse conjunto, Guimarães não tinha dúvidas, eram as mulheres formadas sob a influência dos prazeres fáceis da vida, as grandes culpadas. Contra esses hábitos e comportamento modernos, clamava o educador, era preciso reacender “a chamma no lar extinto, arranжемos abrigos inviolados, ninhos quentes onde as crianças se façam homens, onde o amor encontre um esconderijo, a velhice um repouso, a oração um altar e a patria um culto”<sup>78</sup>!

As prescrições veiculadas sobre a conduta e a escolarização das mulheres evidenciavam a abertura de espaços para a experiência de novas sociabilidades em visível confronto com os papéis sociais tradicionais<sup>79</sup>. Tal situação justificava a intervenção modeladora e institucionalizada da educação feminina concebida sob a ótica masculina e patriarcal, como assinala Susan Besse, para quem

A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica, e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política [...] Como mediadora entre o velho e o novo, a educação feminina associava grandes doses de educação moral e de disciplina social à instrução em conhecimentos e habilidades básicas. A tarefa atribuída à mulher era ‘civilizar’, ‘elevar’ e ‘redimir’ o mundo, não transformá-lo.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Noções de economia domestica*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915. p. 25. (destaques no original).

<sup>78</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>79</sup> AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otavio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos PAGU*, n. 27, p. 213-254, 2006.

<sup>80</sup> BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 142. Maria Lacerda de Moura, liderança do movimento feminista na primeira metade do século XX, procederá a uma crítica contundente, de viés anticlerical e antifascista, às estruturas da educação feminina (Cf. LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984).

Com efeito, Guimarães, então, procurou definir a concepção da *economia doméstica* assinalando que ela era “a sciencia de toda a parte material da vida [...] a sciencia da felicidade e prosperidade da familia [...] e da sociedade”<sup>81</sup>. Através dela se alcançaria, não a transformação do mundo, mas a conservação da família, a gestão do orçamento, o trato com o doente, crianças e criados. Mulheres educadas e prendadas, isto é, dotadas de qualidades como ordem, previdência, asseio, regularidade, amor ao trabalho e dedicação, seriam capazes de gerar o máximo de bem-estar à família com o mínimo de recurso.

Essa ‘rainha do lar’, educada na moral burguesa e cristã e nos preceitos da economia doméstica, apresentava como virtude o domínio das tarefas e o controle do tempo na administração da casa. Trata-se de habilidades adquiridas por meio de uma formação escolar, centrada no propósito de preparar as jovens para o desempenho doméstico. Afinal, como prescrito,

A economia doméstica é uma sciencia que toda mulher, quaesquer que sejam sua condição e fortuna, deve conhecer, estudando-a com a maior applicação. A mulher em nossos dias não é tão somente destinada a dirigir uma casa, seu papel é mais importante por ter multiplicado a somma dos deveres a cumprir, como esposa, como mãe e até como professora; por isso também é que a sociedade moderna compreendeu a necessidade de preparal-a com estudos serios e mais profundos, para preencher dignamente sua nobre missão.

[...]

A economia doméstica ensinar-vos-á senhoritas, a *bem viver*; auxiliar-vos-á a vos tornardes boas alumnas, boas filhas, boas irmãs, boas esposas, boas mães e, emfim, boas brasileiras.<sup>82</sup>

A economia doméstica deveria formar as jovens brasileiras, tornando-as responsáveis por civilizar e moralizar a sociedade. A força e riqueza de uma nação expressam-se nas qualidades morais apreendidas. Nessa formação, as mulheres desempenham papel primordial, pois é de sua atuação que dependem a garantia do caráter sagrado do lar, a força da pátria e a perfeição da humanidade. Sua educação principia pela formação moral, intelectual, prática, física e cívica. Tudo feito em nome da família, “em nome da saúde da família, em nome da maternidade, do casamento, do lar, que é preciso reclamar para as meninas, forte e séria educação”<sup>83</sup>.

Entretanto, os estudos não poderiam comprometer os ‘naturais’ deveres de filha, esposa e mãe. Portanto, as mulheres não deveriam ostentar os resultados de seus estudos, que

---

<sup>81</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Noções de economia domestica*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915. p. 35, 37.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 49, 50.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 74.

estariam suficientemente explicitados se o lar constituir-se num espaço moralizado e higienizado. Pois

Uma dona de casa que aprecia o valor do tempo e do dinheiro, que avalia a importância do trabalho com justeza [...] terá em seu modesto império realizado uma organização moral ideal; muitas famílias semelhantes formarão naturalmente e por extensão sociedades onde o trabalho, o respeito dos indivíduos e das leis terão o primeiro lugar.<sup>84</sup>

Por um lado, as brasileiras educadas são instituidoras do mundo do trabalho e o trabalhador nacional. Por outro, observamos que as representações em tela visavam aprisionar as mulheres no espaço doméstico, inclusive operando uma ampliação e projeção deste sobre outras esferas. A emergência dessas representações coincide com a maior presença das mulheres no espaço público, com suas reivindicações por emancipação política e social, com a ampliação de sua presença no mundo do trabalho, como professoras, secretárias, operárias, empregadas domésticas e mesmo profissionais liberais. Significativamente, as imagens do modelo de mulher – mãe de família – circulavam pela imprensa da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estrategicamente produzidas e reiteradas visando estabelecer o comportamento adequado à mulher moderna<sup>85</sup>.

Citando Araripe Júnior em matéria publicada no jornal *Cidade do Patrocínio*, Beatriz ressalta o mérito da dona-de-casa que “concentrada no lar domestico, soberanamente dedicada ao esposo, não há pensamento sem que não convirja para os cuidados dispendidos na formação do caráter dos filhos”. A autora reitera que o “lar é effectivamente o dominio da mulher; é alli que ela exerce toda a sua soberania; é alli que ella da a conhecer todas as suas faculdades”. Beatriz procura estabelecer uma distinção entre as tradições familiares brasileiras, segundo ela, pouco lisonjeiras, e o papel das mulheres na transformação desses grupos em famílias afortunadas. Assim ela considerava que,

De muito tino, de muita reflexão depende a mulher na vida domestica. O arranjo de uma casa, a economia, o trato ao esposo, aos filhos e aos proprios creados, a convivencia respeitosa pra com os estranhos, muito discernimento nas palavras e nos gestos, posição conveniente nas suas deliberações, conhecimento dos preceitos de hygiene, precauções, etc., são principios que não podem deixar de caracterisar a boa dona de casa, – mãe de familia.<sup>86</sup>

Essa capacidade de reflexão e ação seria obtida através dos estudos dirigidos à perfeita

<sup>84</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Noções de economia domestica*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1915. p. 91, 92.

<sup>85</sup> NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira, 1873 – 1932*. (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 88 et. seq.

<sup>86</sup> BEATRIZ. O Lar. *Cidade do Patrocínio*, Patrocínio, n. 194, 30 ago. 1913, p. 1. Acervo HH.



gestão do lar. É esse destino pensado e prescrito para as mulheres, de modo a circunscrever seus limites de atuação à esfera doméstica. Assim ressalta-se que a “grande, elevada e importante função da mulher nas sociedades humanas não é ser boticaria, jornalista ou ser doutora, é ser esposa”. Pois, ressaltava um jornal de Patos de Minas,

Ser mãe e ser esposa é uma sciencia, depende de um longo e apurado [estudo]. Si é difficil saber ser mãe é mais difficil ser esposa. Organizar e dirigir o interior de uma casa digna, risonha e aprasivel, é tarefa que demanda uma intelligência altamente esclarecida, o gosto sabiamente cultivado, os habitos de ordem mais methodicamente escudados e mais trabalhosamente contrahidos.<sup>87</sup>

Deter os movimentos das mulheres, contê-las nos estreitos limites do espaço doméstico é objeto de intensa produção discursiva. Nesse sentido, podemos observar que Heitor Guimarães, em manual, desenvolveu a concepção segundo a qual a educação das meninas deveria basear-se no desenvolvimento de suas aptidões naturais que faziam das mulheres as administradoras e organizadoras natas, uma vez que, “physicamente mais fraca, retida pelos encargos, alegres talvez, mas absorventes e fatigantes da maternidade, está melhor em seu logar dentro do lar que em qualquer outra parte”. Ressaltar os fatigantes encargos da maternidade é recurso retórico para conferir importância e nobreza a essa função reprodutiva incontornável e imutável, pois está ligada ao útero, à ‘natureza da mulher’.

Guimarães não tinha dúvidas quanto à capacidade formadora e regeneradora que as mulheres possuíam e que atingiam a todos que as cercavam. Ele ressaltava que era no lar que as mulheres exerciam as

[...] qualidades de ordem e de economia que tornarão a familia prospera e a casa agradável. Sob sua acção perseverante, energica e meiga; a educação dos filhos começará por ella; a mentalidade do marido mudará, se for necessário, os maos habitos desaparecerão, os bons serão adquiridos. Pouco a pouco, numa habitação sorridente, onde a desordem e a dissipação serão desconhecidos, onde o character moral egualará o cuidado material, onde se terá sabido resguardar antecipadamente contras as eventualidades desfavoraveis, coisas e pessoas se tornarão dignas umas das outras [...]. A natureza fel-a a provedora, instrutora, enfermeira de todos os seus.<sup>88</sup>

As mulheres e suas energias civilizatórias se publicizam na casa e na rua. A reação prescritiva e controladora dos movimentos das mulheres investe também na produção de um

<sup>87</sup> MÃE e esposa. *A Carapuça*, Patos de Minas, n. 2, 26 ago. 1915, p. 4. Acervo AF.

<sup>88</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Noções de economia domestica*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1915. p. 100, 101, 102. “A enfermeira encarna ao mesmo tempo, a mulher que atende e a mãe”. (PERROT, Michelle. Público e privado e relações entre os sexos. In: \_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 439). Ver ainda: FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos PAGU*, n. 27, p. 173-212, 2006.

sentimento de culpa e de auto punição para aquelas mulheres que não cumprem os ditames de sua natureza e permitem que suas famílias e sociedades degenerem. Esse investimento pode ser surpreendido no relato da vida de Isolina Lopes Perfeito, que no início do século XX, casada com José Cupertino e morando em Uberabinha, num momento de dificuldades

[...] achou que precisava ajudar na receita, pois as costurinhas que costumava fazer rendiam pouco e a família agora esta acrescida de um par de gêmeos. Foi assim que logo, logo, a sede da Companhia Telefônica foi transferida para nossa sala e a telefonista passou a ser... a dona Zozola”. Entretanto os gêmeos adoeceram “e não foi possível salvá-los. Muito abatida por esse fato, Zozola não suportou a sobrecarga representada pelo trabalho da Telefônica e assim encerrou sua carreira de ‘telefonista’.<sup>89</sup>

A entrada de um maior número de mulheres no mundo do trabalho, ao lado de outras trabalhadoras livres e pobres, que sempre estiveram ali, foi marcada pela veiculação de representações que reiteram as qualidades, virtudes e a ‘natureza’ da mulher ideal, visando exercer o controle e vigilância de seus movimentos, normalizar os comportamentos. As representações reafirmam o papel missionário das mulheres a ser desempenhado no reino familiar, dispensando incondicional cuidado com a alimentação, vestuário, higiene, doenças e curas de maridos e filhos. Nesse mundo que se delinea, se o homem é o cérebro e a mulher o coração da humanidade, como assinalava Guimarães, os homens poderiam estar seguros de “que a felicidade ou a miseria, as luzes ou a ignorancia, a civilização ou a barbaria do mundo dependem muito do modo porque a mulher exerce seu poder em seu reino de família”<sup>90</sup>.

O processo de ressignificação masculina das práticas femininas, inclui a ação dos padres católicos que procuraram prescrever um conjunto de comportamentos moralmente adequados às mulheres, visando alertar pais, maridos e irmãos vigilantes quanto aos perigos dos novos hábitos da vida moderna. Ao comentar uma circular emitida por D. Silvério, arcebispo de Mariana, um jornal de Patos aproveitou para condenar as novas modas que tendiam a encurtar as roupas das mulheres. Segundo o articulista,

Cairam em desuso as saias apertadas. Usam-se actualmente saias curtas, transparentes e com grandes rodas. Ora, percebem os pais de família que não é de muita elegancia uma moça nos seus 18 annos se trajar com uma saia quasi que pelo joelho, mostrando na meia rendada uma bolsinha que serve para guardar joias e cartas dos namorados. Creio que o uso da bolsinha na meia jamais chegará até Patos, mas também julgo util prevenir contra as saias demasiadamente curtas e transparentes; acho de bom aviso prevenir, outro tanto, que o decote é bonito e concede à mulher um sopro de graça,

<sup>89</sup> GUIMARÃES, Julieta Cupertino. *Lembranças de 90 anos*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 18, 19.

<sup>90</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Noções de economia domestica*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1915. p. 230, 231

mas quando se exagera quasi que deixando perceber o pudor da donzella, no frescor de seus seios, torna-se vergonhoso e indigno de acceitação.<sup>91</sup>

Ainda que predominasse uma visão de que as “filhas do sertão... todas ellas se parecem entre si pela pureza dos sentimentos e pela santidade das aspirações”<sup>92</sup>, era necessário prevenir os homens, alertando-os para a importância de uma vigilância permanente em relação aos perigos e as novidades do mundo moderno. Nesse sentido, percebe-se que as saias transparentes e quase aos joelhos expunham e colocavam em risco o ‘pudor das donzelas’, ameaçando com a indignidade as famílias constituídas e a se constituir e por extensão o pátrio poder.

Chico Botija, no *Cidade de Patos*, insistiu na ênfase da ameaça aos costumes proporcionada pelas inovações. Segundo seu relato, o problema era a exposição das barrigas das pernas das mocinhas. Idealizando tanto o passado próximo quanto o longínquo, ele afirma que no tempo de seus avós o máximo que se via eram os pés das donzelas, “Com as atuais modas as vestes vão se tornando mais rudimentares. Uma moça com o collo e os braços nús e a saia até os joelhos, está no rigor da moda, vamos voltando aos bellos tempos gregos... *Ó tempora, ó mores*”<sup>93</sup>.

Novos hábitos que encurtavam as roupas e desnaturalizavam as mulheres através da pintura dos rostos, cortes de cabelos e utilização de acessórios atemorizavam os conservadores, que viam com desconfiança as mulheres no espaço público se distanciarem, mais ou menos, do padrão normativo de conduta feminina e do modelo de mulher.

O mesmo doutor Euphrasio Rodrigues, ao elogiar as ‘filhas do sertão’, mulheres típicas de Patos de Minas, explicita as características de seu inverso, ou seja, da mulher indesejável definida a partir da comparação entre os modelos. Segundo Rodrigues, em Patos de Minas,

[...] ainda não se conhecem as olherias fingias a pomblagina nem a massagem das formas, nem o *donaire* languoroso das hetairas. Aqui as mulheres não amam os bardos de esquina, nem os poetas de encrusilhada, que lhes fazem versos; mas sim amam seus maridos que as tornam mães de família; os peitos da mulher aqui ainda servem para levar ao

<sup>91</sup> ACTUALIDADES. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 66, 30 abr. 1916, p. 2. Acervo AOM.

<sup>92</sup> RODRIGUES, Dr. Euphrasio José. O progresso em Patos e a mulher sertaneja. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915, p. 1. Acervo AOM.

<sup>93</sup> MODAS. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 77, 16 jul. 1916, p.1. Acervo AOM. A historiadora Gilma Rios identificou, em meados do século XX, na cidade de Araguari, semelhante censura aos ‘novos’ hábitos de composição do vestuário feminino (RIOS, Gilma Maria. *Mulheres ‘modernas, mulheres ‘perigosas’*: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG, 1940-1960. 2005. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005. p. 63 et seq.; ver também: MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 367-421.

recemnacido o primeiro leite da vida, em lugar das tetas das mercenárias, corroídas pela syphilis, que lá nos paizes civilizados constitue o chiste e o ideal de elegância. Aqui, a mulher é toda coração, é toda amor, vive no lar, e para elle, é o seu pequeno mundo, eu vejo nas faces dellas as rosadas cores da vida; não são como aquellas pallidas anemias, de um amarello sujo, de retina açafroada, ictéricas do corpo senão da alma, que vemos nas capitães, arrostando o pesado fardo de uma existência sem illusões.<sup>94</sup>

O saber médico autorizado define a mulher desejada e desejável por contraste com a mulher indesejada e indesejável: saudável, amorosa, caseira, sem vaidades; vive para os outros, para o marido e os filhos. É visível nessa construção o esforço de atualização e reiteração das prescrições que buscam conformar as mentes e os corpos femininos sob a lógica binária dos papéis diferenciados segundo o gênero. Esse esforço de domesticação, inclui discursos proferidos por homens e também por mulheres. São ambos discursos masculinos. Assim é o caso do artigo publicado no jornal *A Mariposa*, de Uberabinha, editado por Maria Stephan e Yolanda Paes. Em várias de suas reportagens explicita-se a crítica aos novos modos de vida das mulheres, vistos como não condizentes com os padrões morais de uma mulher cristã. Assim, os novos padrões de elegância são atacados como mundanos, fúteis e perigosos. Em artigo em que se destaca o ‘vazio’ cotidiano da moça elegante, a autora engendra essa ‘inutilidade’ e ‘futilidade’ no compasso do relógio:

As 9 e meia – levantar-se (signal da cruz, oração da manhã... nada).  
 Das nove e meia às dez e meia – Lavar o rosto, caiação de pó de arroz, tintura de água oxigenada, ou tinta preta nos cabellos, polimento das unhas bem pontudas, arripiamento dos cabellos na última moda. Das dez e meia às onze e meia, mirar-se no espelho, vestir o vestido de filó preto e cantar o *Abajour* e um cafésinho. Às doze horas, almoço.  
 O resto do dia o jantar, conversas de janellas com os almofadinhas, leitura de romances, da scena muda, discussão sobre a beleza da tela, as ultimas novidades dos figurinos, a vida alheia, etc., toda a especie de futilidades e mundanismo. Às cinco horas, vestir-se de novo, nova caiação, nova pintura, passeio com as amiguinhas e namoro a valer nas esquinas e praças.  
 Às seis horas, jantar. E depois... tocatas passeios, cinemas, prosas de janellas, namoros, enfim já não se sabe o que...  
 Deitar-se – varia das nove às dez, quando não há baile; quando há é a hora que os galos estão cantando...<sup>95</sup>

Tal como no mundo do trabalho, no cotidiano das moças ‘modernas’ e ‘fúteis’ ressalta-se o combate à ociosidade, considerada a origem de todos os males e vícios. Fonte dos desregramentos morais, individuais e coletivos, que resultam na crise moral que se experimenta. As tentativas de desqualificar como fúteis as preocupações das mulheres

<sup>94</sup> RODRIGUES, Dr. Euphrasio José. O progresso em Patos e a mulher sertaneja. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915, p. 1, 2. Acervo AOM.

<sup>95</sup> TULIPA. Horario de uma moça elegante. *A Mariposa*, Uberabinha, n. 6, 03 maio 1925, p. 3. Acervo ArPU.

consigo mesmas, com o embelezamento de seus corpos, produziu, nessa invenção de uma crise moral, uma imagem em que as atitudes de elegância e embelezamento poderiam ser confundidas com os afazeres e os ‘cuidados’ diários de uma prostituta. Observando os relatos de Laure Adler, acerca do cotidiano da cortesã francesa, vemos semelhanças nesses relatos e aqueles que se referem à ‘moça elegante’ na *Mariposa*. Adler assinala que,

A vida quotidiana da cortesã é regrada, repetitiva, repleta de obrigações e completamente orientada para a perfeição da representação. Ela levanta-se geralmente por volta das onze horas, toma a primeira refeição do dia e um longo, longo banho. Doçura e alvura da carne bem alimentada a leites, cremes e perfumes. Humidade perfumada do quarto que comunica com a sala-de-banho, de onde se evolvam capitosos eflúvios. Toucador repleto de frascos de cristal cheios de perfumes raros. Chega então o cabeleireiro. Tagarelice, gracejos. A criada interrompe a conversa para o lento e complicado cerimonial da vestidura: chapéu de plumas, mantelete de cetim, botinas de tacão que salientam a curva do pé, boca pintada de vermelho, olhos sombreados de negro, uma nuvem de pó-de-arroz, o colo palpitante sabiamente descoberto, o rosto empoado. Pode então ir até ao Bosque ou passear pelos jardins dos Campos Elísios antes de comparecer à inauguração de uma exposição ou a uma estreia teatral nos *boulevards*, onde tece suas intrigas e lança os convites para o jantar.<sup>96</sup>

É pouco provável que o artigo de *A Mariposa* estivesse de fato se referindo a uma prostituta urbana conhecida em Uberabinha. O que as editoras colocam em curso é a censura a novos hábitos – de tratamento e embelezamento dos corpos, as vestimentas, os relacionamentos com homens, etc. –, que não apenas, de seu ponto de vista, obscureceriam exageradamente a distinção entre a ‘mulher honesta’ e a ‘mulher mundana’, como também, fica entrevisto, possibilitavam entre as mulheres honestas uma distinção pela ousadia.

Não por acaso, *A Mariposa* vai investir na produção e veiculação de representações do modelo de mulher, no qual se ressalta sua ‘verdadeira natureza’. Nesse sentido, a coluna *Nossas Melindrosas* busca prescrever as condutas das mulheres modernas através da referência direta a personagens reconhecidas no cotidiano da cidade. Sobre Marília Jardim, ela afirma ser “uma flor fingindo ser mulher... delicada no falar, no andar no vestir, no olhar, dir-se-ia um arminho a roçar nossa face. Inteligente e culta, é um bom partido... adora o ‘flirt’ mas, justiça lhe seja feita, não o pratica”<sup>97</sup>.

As redatoras não fazem qualquer objeção à presença das mulheres no espaço público em razão do exercício profissional. Ao contrário, o trabalho combinado a outros afazeres é apresentado como sinal de virtude. É assim que tratam a Maria Aurora de Jesus, funcionária pública que se destaca, segundo a crônica, por sua

<sup>96</sup> ADLER, Laure. *A vida nos bordéis de França*. 1830-1930. Lisboa: Terramar, 1990. p. 41.

<sup>97</sup> NOSSAS Melindrosas. *A Mariposa*, Uberabinha, n. 5, 26 abr. 1925, p. 3. Acervo ArPU.

[...] distincção e nobreza de character. Correcta funcionaria duma repartição publica, é incansavel entretanto pelo maior embellezamento da formosura de seu espirito de escol. Normalista, abandonou os louros trabalhosos do exhaustivo magisterio enveredou pela electricidade applicada nas communicações telegraphicas. Insaciavel de saber actualmente cursa o instituto commercial para aprender como se *guarda livros...* voluntariamente desertada da sociedade, vive a sós com os seus e nessa modestia que revolta aos outros, vae inconscientemente esmagando corações a que não liga.<sup>98</sup>

Mulher bela e professional aplicada, Maria de Jesus saciava seu espírito na busca pelo saber, sem contudo, abdicar das missões que apenas os de caráter nobre enfrentam. Como expressão da conduta ideal, embora trabalhasse, ela contribuía com a sociedade através do trabalho sem misturar-se às suas tentações.

Ao final da década de 1920, encontramos a publicação de um suplemento ilustrado no jornal *Estrella do Sul*, em que os textos procuram ensinar às mulheres que os novos comportamentos realçavam a sua beleza e feminilidade natural. Assim, segundo o receituário, em relação aos trajes de banho, prescrevia-se que as loiras deveriam utilizar os tons pastéis, rosa e celeste, um “modelo desse ultimo em Jersey, completa-se com uma capa confeccionada em tricot da mesma côr, com um cinturão estreito azul, e sapatos de borracha. O mesmo modelo porém completamente branco adapta-se esplendidamente às jovens de olhos negros e cabellos escuros”<sup>99</sup>. Aprovar os novos hábitos e costumes femininos e deles se apropriar, para manter sobre eles o controle e a vigilância necessários, mostrou-se mais engenhoso e com maiores possibilidades de incorporação do que simplesmente criticá-los e condená-los. Assim, da condenação dos trajes curtos, os discursos passam a veicular orientações às mulheres quanto a utilização de trajes de banho. Para as mulheres elegantes, os suplementos sugeriam cuidado com as modas e atenção com a estação do ano, pois a “ignorancia dessas coisas insignificantes, prejudica a elegância [...]”<sup>100</sup>. Por fim, eles procuravam orientar as mulheres quanto à conveniência da prática de exercícios físicos para que as mulheres jovens, chics e belas, adquirissem uma estética de movimentos. A prescrição de exercícios físicos pautada na tradição clássica de ‘corpos sadios e mentes sadias’ informava a orientação das atividades físicas para produzir movimentos esteticamente femininos. Assim, segundo a orientação veiculada no jornal *Estrella do Sul*

A cultura physica corrigirá facilmente estes defectos que por serem pequenos não são menos perigos para a belleza. Vamos, pois aconselhar um

<sup>98</sup> Ibidem. Ver também, do mesmo periódico: n. 9, 24 maio 1925, p. 3.

<sup>99</sup> TRAJOS de banho. *Estrella do Sul*, n. 191, 06 mar. 1927 (Suplemento Semanal Ilustrado, n. 43, 20 a 26 fev. 1927, p. 6). Acervo HH.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 7.

exercício especialmente estudado para modificar as posições defeituosas. No primeiro movimento o corpo é conservado direito com os calcanhares unidos, ponta de pés ligeiramente afastados, braços caídos ao longo do corpo, mãos abertas. O primeiro tempo consiste em elevar simultaneamente os braços até a altura dos ombros, no sentido lateral, isto é a direita e a esquerda do corpo. No segundo tempo deixa-se um braço estendido, trazendo-se o outro atrás ds costas, de maneira que a palma da mão direita toque o quadril esquerdo.

Voltar à posição do primeiro tempo. Mesmo movimento do segundo tempo, alternando os braços, neste o esquerdo procura o quadril direito. Deve-se principiar fazendo este exercício 8 vezes por dia, aumentando-o progressivamente até atingir 20 vezes.

Um outro excellent meio de corrigir esta posição anti-esthetica, consiste em passar sob os braços uma bengala, uma regua que deve deslizar o mais possivel para cima, fazendo com que os braços fiquem repuchados para traz. Isto feito 5 minutos por dia dará resultados admiraveis.<sup>101</sup>

As preocupações com o controle e vigilância sobre o embelezamento, antes tratados como futilidade, expressão de pouca – ou nenhuma – virtude feminina, foi direcionada para o seu incentivo, sob o argumento médico dos cuidados com o corpo e com a saúde das mulheres. O processo de construção das identidades sociais e sexuais incide assim sobre os corpos, no sentido de torná-los úteis e dóceis, regulando seus movimentos, fazendo-os belos e controlados na sua capacidade de trabalho e sedução. Desse modo, antes mesmo que a moderna cosmetologia emergisse como saber, que colocaria a beleza como foco de atenção, ao prometer o fim da necessidade de dissimulação e ao propor corrigir os defeitos corporais diminuindo a distância entre a beleza natural e a beleza construída<sup>102</sup>, a imprensa da região reitera os aconselhamentos médicos acerca da higiene corporal e moral das mulheres modernas, atualizando as prescrições modelares<sup>103</sup>.

Com efeito, desde o início do século XX, os órgãos de imprensa da região explicitavam a preocupação corrente com os avanços da modernização sobre a conduta das mulheres, buscando detê-las com a reafirmação dos antigos valores, ao ressaltar que as mulheres sertanejas não tinham ainda sido contaminadas pelo ‘vírus’ da igualdade e emancipação feminina<sup>104</sup>. Sob o argumento de que o comunismo pregava a destruição da família, os jornais da região procuravam produzir uma mobilização anti-laicização de teor antifeminista. Com tal propósito o Padre Cura, defendeu a instituição da família, sob o argumento de que ela “representa ainda hoje e apesar de tudo, no meio da tormenta social que

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Do glamour ao ‘Sex-appeal’: notas sobre a história do embelezamento feminino entre 1940 e 1960. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 23, p. 115-128, 2000.

<sup>103</sup> HIGIENE especial para as mulheres bonitas. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 31, 16 mar. 1930, p. 1, 4. Acervo LEPEH.

<sup>104</sup> *O Progresso*, Uberabinha, n. 107, 17 set. 1909, p. 1. Acervo ArPU.

imperversa temerosa e ameaça arrastar homens e causas, uma espécie de ilha verdejante”<sup>105</sup>. É no lar, continua o jornalista, que se experimenta a doçura e a intimidade, onde o corpo se revigora. É o refúgio do lar que impede o proletário de se entregar aos vícios degradantes. Ao associar o lar à campanha católica de combate ao comunismo, ou ao anarquismo, o religioso investe na possibilidade de aglutinar milhares de mulheres devotas a sua causa. Não por acaso ele solidariza-se com elas, ao ressaltar que

[...] a mulher, aviltada e rebaixada, torna-se instrumento passivo da volupia e prazer sensual. Nada lhe garantirá os direitos de esposa, porque o amor livre, preconizado pelos socialistas, consiste na atração passional de um momento, na comunhão affectiva de um instante.<sup>106</sup>

Na sua visão, a igualdade ameaçava a ordem patriarcal e, sobretudo, os direitos das esposas. O socialismo e sua pregação anticlerical submeteriam o ser humano a um estado de degradação que não se tinha ainda experimentado. Para as mulheres, ‘naturalmente frágeis’ a entrega ao ‘amor livre’ significaria o rebaixamento moral, pois ela estaria exposta à insegurança e instabilidade das uniões casuais e momentâneas, determinadas pelas paixões e sem a mediação cristã. Em meio a satanização do anarquismo e do socialismo - ideologias com visibilidade nacional àquela época - o autor destacava o ‘desrespeito’ à propriedade privada, fosse ele um pedaço de terra, ou o corpo feminino – visto sob a lógica patriarcal como propriedade masculina. Os discursos procuram reiterar as prescrições morais acerca dos papéis de mãe e esposa em contraposição ao projeto de emancipação contidos nas propostas anarquistas, socialistas ou comunistas.

Num longo artigo, *O Progresso* de Uberabinha veicula representações informadas pelo pensamento patriarcal, cristão e autoritário, e nos oferece evidências de que as mulheres transgrediam, cotidianamente, as múltiplas prescrições que procuram modelar o seu viver, seu corpo, movimentos e modos de pensar e agir. Assim, o jornalista ressaltava que a mulher, como um ser e ‘quase’ sagrado, deveria satisfazer-se pela afirmação de sua ‘natureza moral’, efetivada no interior da família, que é o espaço de seu reinado, e não no espaço público. Afinal,

Graças ao sentimento christão que della fez objecto de especial veneração, a mulher acha-se em suas condições ethicas equiparada em tudo e por tudo ao homem, com isto a mais, que na família ella assume as proporções de cousa quasi sagrada, a quem todas as deferenças e todos os respeitos são devidos  
Tal é a condição moral da mulher na sociedade actual que, a não querer idolatricamente indosal-a, qualquer outra exigência ou concessão resultaria

<sup>105</sup> Idem, n. 239, 18 maio 1912, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>106</sup> Ibidem.



descabida.<sup>107</sup>

O articulista mostra-se ‘solidário’ à reivindicação de igualdade das mulheres, argumentando ironicamente que esta já existia. No caso da legislação brasileira, entretanto, durante a maior parte do período republicano, as mulheres permaneceram classificadas como ‘naturalmente’ inferiores aos homens, mantendo-se o patriarcalismo como característica marcante do ordenamento social e familiar, no que tange sua representação jurídica<sup>108</sup>. Compreende-se a afirmação da existência da igualdade, como parte da estratégia de desqualificação das práticas das ‘mulheres modernas’ e de suas reivindicações de igualdade. Na sua ótica, o fato de as mulheres não concorrerem com o voto para a organização política da sociedade não expressava desigualdade alguma; ao contrário, representava o reconhecimento das diferenças inatas, isto é biológicas, referenciadoras das desigualdades entre mulheres e homens. Segundo o jornalista,

Pelo que diz respeito à sua condição jurídica, será suficiente salientar que todas as legislações modernas consideram a mulher sob o ponto de vista da igualdade de direitos com o homem.

Filha, esposa, mãe, para todos os efeitos do direito, a mulher é equiparada ao filho, ao esposo, ao pai.

Como filha, concorre à sucessão em igual porção com os varões; emancipase na mesma idade; lhe cabem as mesmas acções e reivindicações que ao filho.

Como esposa, si para manter-se a unidade de direcção economica, algumas limitações lhe são impostas no concernente à administração do patrimonio, ella é sempre a companheira, a alliada, a associada do homem e lhe é reconhecida a exclusiva e pessoal gestão dos bens paraphernaes ou outros por ellas legalmente adquiridos.

Como mãe, ella substitue o pai, quando venha a faltar, em todas as suas acções e razões de frente à família, cabendo o exercicio da patria podestade.

Fora do ambiente da família, a mulher tem ido gradualmente entrando no campo das profissões livres, em concorrência com o homem; ella até chegou a monopolizar em seu proveito certas profissões mais adaptadas ao seu sexo.

Única coisa que as nossas leis ainda não facultam à mulher na vida contemporânea é o direito ao voto, que a habilite a tomar parte activa no governo e administração da causa pública.

Mas é um mal isso? É um sopruso.<sup>109</sup>

Propositadamente, em sua análise, o articulista defende a igualdade entre os sexos, desde que formalmente restrita à divisão binária de gênero. Sua estratégia é reiterar a falsa

<sup>107</sup> PALESTRAS Vagantes. A condição da mulher. *O Progresso*, Uberabinha, n. 329, 07 fev. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>108</sup> MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Gênero, poder e o Código Penal de 1940: as construções da ‘crise moral’, ‘mulher moderna’ e ‘virgindade moral’ (mimeo); RIOS, Gilma Maria. *Mulheres ‘modernas, mulheres ‘perigosas’*: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG, 1940-1960. 2005. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

<sup>109</sup> PALESTRAS Vagantes. A condição da mulher. *O Progresso*, Uberabinha, n. 329, 07 fev. 1914, p. 1. Acervo ArPU.

existência da igualdade jurídica de gênero, diminuindo a importância das lutas encadeadas pelas mulheres para a conquista do direito ao voto, entre outros. O argumento central em torno da suposta fragilidade física e moral do sexo feminino, justifica a incapacidade das mulheres para o exercício da cidadania. Assim, conforme a abalizada avaliação do jornalista:

Não é difícil compreender como mesmo para o decoro da mulher, e a desejar-se que ella se conserve afastadas dos tristes campos da balburdia política e que não respire os deletérios miasmas da vida da praça pública, nessas luctas ella perderia a sua feminilidade e a verdadeira belleza da mulher, mesmo da mulher phisicamente desgraciosa.

Poderia a mulher subtrahir-se ao domínio da sua natureza psychica, que em suas relações de intimidade e de sociabilidade é ordinariamente determinada pelas leis do sexo?

Os impedimentos naturaes resultantes da sexualidade não são naturaes extorvos ao exercício das funções políticas?

Sendo a maternidade a funcção capital que a natureza destinou à mulher, poderia essa funcção personalissima normalmente cumprir-se no meio da barafunda da vida pública?

Com isso não queremos inculcar que a mulher se verifiquem inferioridades biológicas de frente ao homem; mas resta sempre uma verdade que certos misteres, certas occupações, certas preocupações seriam extorvo ao fim social que é o destino da mulher, em ordem à propagação e conservação da espécie.

Evidentemente um organismo só poderá cumprir aquilo de que apparece capaz e, quer pelo lado tradicional, quer pelo lado histórico, quer pelo lado especulativo, o organismo feminino não apparece capaz dos certames da vida pública, em que elle não saberia empenhar-se sem vir menos à sua alta missão.

Se contente a mulher com ser boa esposa e boa mãe e contribuirá mais para a prosperidade da pátria e para a felicidade da sociedade que com direito do voto, que lhe dê o direito de ser algum dia deputado ou ministro.

Uma grande e gloriosa tarefa ella tem na sua maternidade, a de ensinar os filhos a amarem a Deus e a Pátria

Ninguem melhor do que ella pode realizal-a, porque a fé e o patriotismo são sentimentos e é no coração materno que os filhos haurem suas energias, é dos lábios maternos que elles aprendem a língua nacional.<sup>110</sup>

Atrair as mulheres para a prática política significava subtraí-la ao domínio da natureza. Atribuir-lhe outras tarefas, que não exclusivamente a de esposa e mãe, seria ameaçar a ordem patriarcal, a prosperidade da pátria e a felicidade social. Sua exclusiva missão deveria ser formar os filhos da nação.

Podemos observar que, o jornalista mobiliza os argumentos que articulam o pretenso reconhecimento da igualdade e diferença entre homens e mulheres. Entretanto, o que poderia ser visto como um posicionamento avançado diante das reivindicações emancipatórias das ‘mulheres modernas’, será usado como justificativa para tentar restituir, através da produção

---

<sup>110</sup> Ibidem.

da naturalização do uso político das diferenças, as desigualdades entre homens e mulheres, assegurando a continuidade das formas de dominação masculina que insistiam em delimitar o espaço doméstico como o lugar de realização dos poderes e virtudes femininas. São posições muito distantes, como se percebe, das posições inovadoras dos movimentos feministas, que reivindicavam o direito de votar e ser votada, de ter acesso à educação e ao trabalho remunerado<sup>111</sup>.

Pelas páginas do jornal *O Progresso*, evidencia-se o movimento de reação conservadora às demandas feministas e sobretudo às mudanças introduzidas pela modernização nos hábitos e costumes, nas novas formas de sociabilidade praticadas no espaço urbano. Assim, segundo artigo do referido jornal, as mulheres feministas e simpatizantes são representadas como potenciais culpadas pela degeneração da família e da sociedade<sup>112</sup>, já que se recusavam a cumprir seus desígnios como mães e esposas. A recusa a tais papéis e a escolha pela autonomia e liberdade de circulação, de trabalho e de lazer era vista como ameaça à ordem social.

Com efeito, apesar do esforço patriarcal em confinar as mulheres ao espaço doméstico, ao trabalho de maternagem, os discursos feministas do início do século XX encontraram acolhida entre as mulheres da região. Neste sentido, as palavras e ações de Antonietta Villela representam evidência da disseminação e apropriação desses discursos. Nascida em 1891 na cidade de Canápolis, Minas Gerais, e que segundo Rodrigues, estudou num internato em Piracicaba tornando-se professora de francês, foi reconhecida nos foros locais como ativista dos direitos das mulheres; morreu precocemente em 1930<sup>113</sup>.

Em meados do ano de 1920, Antonietta Villela publicou dois artigos nos jornais da cidade de Uberabinha, que nos permitem uma aproximação das representações sociais veiculadas na região acerca dos papéis sociais sexuados. Em meio às reivindicações por igualdade entre os sexos, e mais especificamente ao direito de votar, Antonietta sustentava que, no passado, as mulheres viveram uma espécie de sonho letárgico. No presente, ao contrário, havia um horizonte que lhes permitiria antever uma vida de felicidade e progresso, pois seria possível a todas as mulheres “voa[r] para a liberdade e para o brilho. O homem polido e de bom senso já trabalha, já coopera para a emancipação da mulher. Embora seja ella

---

<sup>111</sup> As questões da igualdade e diferença suscitam debates no interior do movimento e historiografia social das mulheres. Ver a esse respeito: SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005; PERROT, Michelle. Identidade, igualdade, diferença: o olhar da história. In: \_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 467-480.

<sup>112</sup> PALESTRAS Vagantes. Feminismo. *O Progresso*, Uberabinha, n. 330, 14 fev. 1914, p. 2. Acervo ArPU.

<sup>113</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade uberlandense. 1920-1958*. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 76-92.

preza do matrimônio, goza dos mesmos direitos do homem”. Engenhosamente, a autora busca o apoio masculino – do homem polido e de bom senso – para sua proposta de ‘vão libertador’ das mulheres. Investe, portanto, na importância do reconhecimento masculino da superioridade das mulheres. Essa seria a condição e a justificativa para a emancipação das mulheres, a igualdade de acesso ao mundo do trabalho, político e educacional, pleiteada pelas feministas da época. Não por acaso a autora ressalta esse apoio, esse reconhecimento masculino, ao sublinhar que “o homem, o próprio homem já reconhece na mulher uma intelligencia superior a sua [...] pela sua cultura moral e intellectual superará infallivelmente o homem”.

A feminista incita as mulheres a imitarem as “suffragistas” e “trabalhar para a completa emancipação da mulher brasileira”<sup>114</sup>. Para Antonietta Vilela, a emancipação teria como ponto de partida a educação das mulheres, condição recorrente nos discursos feministas da época. Entretanto, essa nova mulher deveria proceder a uma escolha entre as atividades intelectuais e maternas, vistas por ela como excludentes. Nesse sentido, a escola iria demarcar os papéis femininos, pois

A educação d’ella sendo feita cuidadosamente, o seu papel a desempenhar na vida pratica, quer abrace o intellectualismo ou a maternidade, modelando-lhe a alma e desenvolvendo-lhe a intelligencia, eis o que os nossos patricios devem fazer.

A mulher sendo ignorante, como poderá exercer bem o seu cargo de mãe – missão esta da mais alta responsabilidade!? Ella, para elevar-se diante da humanidade, como mãe, é-lhe necessário uma educação finissima ao lado de uma instrucção solida, também, não devendo principalmente descurar a sciencia que eleva sobremaneira a mulher no seu lar.

Compreendo que a mulher deve gozar dos mesmos direitos do homem, quer no lar ou fora d’elle. Porém, se ella abraçar o intellectualismo não desempenhará com brilho o seu papel no lar, como mãe. Portanto, ou bem no lar, ou terminantemente, fora d’elle.

É claro que a mãe que se envolve com a política e com tudo que se diz respeito ao governo mundial, esquece por completo o seu papel no lar.

Há na Europa uma classe neutra de mulheres que querem à viva força se masculinizar. Já se não contentam com a sua veste de mulher, querendo trocal-a por calça, colete e gravata.<sup>115</sup>

A educação, espaço disciplinador por excelência, se apresentava portanto, como obstáculo ao uso livre do corpo e dos movimentos das mulheres. Muitos desses usos incluíam

<sup>114</sup> O SÉCULO da mulher. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 38, 30 maio 1920, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>115</sup> O PAPEL da mulher. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 41, 20 jun. 1920, p. 1. Acervo ArPU. Bonnie Smith mostra como o trabalho intelectual das mulheres foi visto como produto: “feminilidade problemática, inferior [de modo especial o campo da] história científica marcou as mulheres como diferentes – menos dignas, menos competentes e perigosamente intelectuais. As mulheres eruditas não faziam sequer parte de um segundo sexo; elas eram um terceiro sexo” (SMITH, Bonnie G. *Gênero e história*. Homens, mulheres e prática histórica. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 398, 399, 400).

contrapor-se à ordem generizada de classificação do vestuário como feminino e masculino. Vestir-se à moda masculina, masculinizar-se, foram escolhas de várias mulheres da época para contrapor-se à ordem misógina, para se expor publicamente, para afrontar a organização sexuada dos papéis sociais. Tal embaralhamento de papéis e imagens provocava mal-estar, apresentava-se como perigo que era preciso conter. As escolas femininas seriam um dos locais para a produção de homens e mulheres, úteis para a conformação dessas identidades de gênero. Na ótica de Antonietta Villela, as mulheres deveriam se conscientizar que apenas um dos papéis poderia ser bem desempenhado por elas, ou mãe/esposa, ou intelectual. A educação das mulheres deveria possibilitar tal escolha. Nesse sentido, não obstante o tom ameaçador da feminista, essa percepção da impossibilidade de as mulheres combinarem vida doméstica e participação política contrariava os interesses da maioria das mulheres e, não por acaso, também a agenda do movimento feminista. Este entendia, como assinalou Bertha Lutz, que “não é exato, nem procedente declarar que, adquiridos direitos eleitorais, a mulher abdica do lar que a natureza lhe concedeu [...]. O domínio da mulher, todas nós feministas concordamos, é o lar”<sup>116</sup>.

O lar, como se vê, continuava emergindo como o centro da questão, seja como problema, seja como solução. Ele é o eixo que agrega os diferentes discursos a favor ou contra movimentos de luta pelo direito ao voto, de reivindicação pela educação feminina, de participação na esfera pública, de realização plena de sua natureza feminina.

Antonietta Villela foi uma personagem importante nas lutas de seu tempo, inclusive pela coerência de seus discursos em prol da emancipação com suas ações cotidianas, tais como, dirigir automóveis e manejar armas de fogo, o que pode ter contribuído para sensibilizar suas leitoras e leitores acerca da justiça da luta pela igualdade entre os sexos<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> LUTZ, Bertha. A maternidade officina da futura geração. *Publicações médicas*, ano III, v. 9, 1932, p. 28 *apud*. MALUF, Marina; ROMERO, Mariza. A sublime virtude de ser mãe. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 25, 2002, p. 234. Priorizando alcançar o direito ao voto, o discurso feminista na Primeira República torna-se moderado por razões táticas. Essa perspectiva de análise é adotada por: SOIHET, Rachel. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys; Estudos Feministas*, n. 1, 2, jul./dez. 2002. Ver também: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O bello sexo: a imprensa feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 79-99. Para uma interpretação da complexidade de pensamento e ação de Bertha Lutz, ver: SOUSA, Lia Gomes Pinto; OLIVEIRA, Mariana Moraes de; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: set. 2006.

<sup>117</sup> RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade uberlandense. 1920-1958*. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 76-92. Esta historiadora, a primeira a tratar com mais vagar a atuação de Antonieta Villela, mitifica a personagem representado-a como uma mulher fora do seu tempo. Ver ainda: GONÇALVES NETO, Wenceslau. Representações de mulher e educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1910-1926. In: LOPES, Ana Amélia

Certamente, as reivindicações das mulheres por emancipação política e igualdade de direitos, quanto ao acesso escolar, sensibilizaram o jornalista Lycídio Paes, estabelecido em Uberabinha, e que no ano de 1921 escreveu um artigo, posicionando-se em defesa do reconhecimento da igualdade de direitos entre os sexos, afirmando que

[...] na impossibilidade de serem contestados à mulher os direitos políticos que a nossa constituição lhe garante em igualdade de condições ao sexo forte, procuram os adeptos da caturrice explorar o lado pathético do problema engrandecendo as funções que a mulher desempenha no lar, invocando a sua missão de amor e de piedade para, em nome da grandeza e da sublimidade dessa missão, cercar as prerrogativas que lhe são outorgadas pela nossa lei fundamental, que lhe são acessíveis pela sua inteligência, pela actividade, pela somma de energia de que é capaz. Só o egoismo tigrino do homem consegue ver o desastre social de serem reconhecidos os direitos da mulher. Ninguém se lembrou ainda de allegar que a mulher deixasse de ser boa esposa e boa mãe pelo facto de leccionar, de aviar receitas, de obturar dentes, de pensar feridas nos hospitaes, de mover os teares nas fabricas e de mil ocupações.<sup>118</sup>

Lycídio Paes sublinha de modo crítico um dos traços da estratégia misógina de recusar a formalização da participação das mulheres na vida política. De sua perspectiva, o jornalista não vê incompatibilidade entre a participação política, e a presença das mulheres na vida pública, e suas responsabilidades domésticas. Ao mesmo tempo em que denunciava as estratégias masculinas de tentar manter as mulheres no restrito espaço do lar e da família, Lycídio Paes anunciava a participação direta das mulheres no mundo do trabalho, experiência intensificada em consonância com os ritmos regionais de urbanização.

Com efeito, a partir das considerações do jornalista, é possível perceber que o projeto modernizador, presidido pelas elites políticas, proprietárias e intelectuais, disseminava-se socialmente, inclusive no que se referia ao mundo das mulheres e das trabalhadoras em geral. Em suas representações, a participação no mundo do trabalho não corresponderia à participação política, ao exercício da cidadania<sup>119</sup>. Isso, porque as representações reproduziam papéis sexualmente distintos, prescrevendo condutas distintas a cada um dos gêneros, conforme a lógica racional e generizada da modernização; ou seja, elas reiteravam as

---

Borges de Magalhães et al. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 136-149.

<sup>118</sup> FEMINISMO. *A Tribuna*, Uberabinha, 29 maio 1921, p. 1. Acervo ArPU. Para uma análise da obra de Lycídio Paes, ver: SANTOS, Regma Maria dos. *Memórias de um plumitivo*: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycídio Paes. Uberlândia: Aspectus/Funape, 2005.

<sup>119</sup> Recentemente a historiografia têm empreendido com sucesso abordagens sobre a questão da cidadania e da participação política que sinalizam para a superação de uma perspectiva exclusivamente formal de explicação e compreensão dessas práticas. Ver: CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural*: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. (Doutorado em História) Universidade de Campinas, Campinas, 2004. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*. Cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: FGV; EDUFRRJ, 2007

hierarquizações sociais e seus processos de dominação e exclusão social<sup>120</sup>.

No ano seguinte, Lycídio Paes novamente terçará armas em favor da emancipação feminina, o direito ao voto e de ser votada e do divórcio. Noticiando o retorno de Bertha Lutz de uma viagem internacional em que representou o Brasil, o jornalista se ocupa em desqualificar as posições antifeministas, particularmente aquelas oriundas do discurso católico. Assim, para ele, depois de reconhecida a igualdade de aptidões em diversas profissões e artes entre homens e mulheres, os argumentos contrários à emancipação eram tão frágeis, “que admira como cerebros equilibrados e de luminoso discernimento ainda lhes dêem a sua solidariedade”<sup>121</sup>. Ao sublinhar que a oposição à igualdade de direitos das mulheres mais compreendia uma questão racional, o jornalista defende que as mulheres poderiam ocupar postos no magistério, ser comerciantes, proprietárias, enfim, assujeitar-se, como os homens, às mesmas sanções legais. Nessa posição combativa a favor da emancipação das mulheres, ele destilava ironia, ao assinalar que:

A doce poesia do lar e a indole amorosa da mulher exigem, na opinião dos conservadores, a sua reclusão entre as quatro paredes que constituem o seu domicilio. O asseio das panelas e dos filhos incompatibiliza-a com tudo mais. Inspiração para as artes, para a política, para a administração, para a diplomacia, para a sciencia tem de se esterilizar no ambiente morno da cosinha ou no aconchego tepido do leito conjugal. Das artes basta a culinária. De política – basta obedecer inconscientemente o marido. De administração basta saber poupar nos arranjos domesticos. De sciencia – basta a dosagem do leite e do oleo de ricino aos petizes no periodo da dentição. Só uma tendencia rompe corajosamente com esses liames, só uma tendencia investe vencedoramente contra esses laços: a prostituição.<sup>122</sup>

Não surpreende que, ao evocar as mulheres que rompem os laços da dominação, Lycídio Paes recorra à imagem da prostituta, possibilitando aos leitores uma aproximação entre a mulher cidadã e a mulher mundana e transgressora. Anteriormente, não obstante a defesa da presença das mulheres no espaço público, Paes, ao afirmar que as atividades das mulheres fora do lar não comprometeriam as responsabilidades domésticas, reitera e projeta sobre as mulheres as representações que engendram uma perspectiva binária de organização dos papéis e das relações sociais. Não obstante sua posição de crítico do ordenamento social em que vivia, Lycídio Paes, ao defender a participação das mulheres na vida pública, tenta

<sup>120</sup> Os proletários e o movimento operário, socialista e anarquista, no Brasil tenderam a incorporar os argumentos que justificavam a inferiorização das mulheres operárias. Ver: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; HOBBSAWM, Eric. *Homem e mulher: imagens da esquerda*. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 123-148.

<sup>121</sup> FEMINISMO. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 153, 20 ago. 1922, p. 1. Acervo ArPU.

<sup>122</sup> Ibidem.

mostrar que não se estabeleceria incompatibilidade entre essas novas atribuições e suas responsabilidades domésticas. Mesmo nas críticas aos tratamentos desiguais, o jornalista reitera a naturalização das práticas femininas.

Numa estratégia igualmente atemorizante, outro jornalista de Uberabinha, alertava não apenas sobre a possibilidade de desnaturalização, em caso de vitória das reivindicações de igualdade encaminhadas pelo movimento feminista, mas sobretudo, sobre a real ameaça social ante o processo de ‘masculinização’ das mulheres. Nessa inversão de papéis residia o grande perigo do caos social, da promiscuidade generalizada. Afinal, dispor do próprio corpo, fazer uso livre da sexualidade era direito exclusivo dos homens e das prostitutas. Em tom reprovador, Didimo de Mello comentava:

Há muito tempo já se agita entre as mulheres do mundo inteiro uma questão merecedora da mais religiosa atenção. É a questão de quererem ellas se emancipar, deixando os lares entregues aos cuidados de empregados, indo cedo, para a repartição ou para o escriptorio ou mesmo para o balcão de tal casa commercial, e voltando, de tarde ou de noite, para a casa, afim de jantar, o que naturalmente deverá estar prompto. Depois ira ao theatro ou ao cinema, mesmo ao cabaret, sozinha si o marido não quizer acompanhá-la. Parece que não me enganei. Parece que “emancipada” que dizer, no caso em que ficou dicto acima. Mas alli eu me referi a mulher. Agora vou referir-me a solteira. Esta que não tem como, aquella, marido, será livre como qualquer rapaz farrista, tendo direito que até aqui só tem tido os homens, direito de farrear à vontade, de vir a hora que quizer para a casa, de votar, de ser eleita, de intervir em negócios de Estado, de fazer, para não ir muito longe, o que têm feito os homens.<sup>123</sup>

O autor narra um episódio ocorrido no cinema que parece tê-lo deixado desconcertado, ao confundir uma moça que fumava com um rapaz, em razão dela ter copiado a moda masculina ao deixar “o cabello penteado para traz, com as orelhas à mostra”. Tentando distanciar-se da imagem de tirano das mulheres – provavelmente uma iniciativa para acalmar suas leitoras –, o jornalista procurou explicar porque, na sua opinião, as mulheres haviam enlouquecido ao reivindicarem igualdade de direitos. Portanto, se elas

[...] mediassem, se fossem mais reflectidas, jamais teriam essas ideias perniciosas de grandez, de uma grandeza impossível, pela lei natural das coisas, de se tornar realidade. Há alguns annos atraz a vida da mulher era muito mais suave que actual. A mulher de então era mais feliz que a de hoje. Casava-se cedo, não precisava lutar pela vida, os seus trabalhos resumiam-se em cuidados caseiros, tinha ella, enfim, um homem para ampará-la. Com as suas idéias elevadas, os homens foram-se afastando do casamento, as mulheres foram-se entregando mais facilmente a elle e, assim, foi ella se elevando, elevando e agora,

<sup>123</sup> A PRETENSÃO das mulheres. *Triângulo Mineiro*, Uberabinha, n. 17, 03 out. 1926, p. 3. Acervo ArPU.



elevada como esta, – ainda não chegou no apice – tornou-se não um ideal, não um sonho de poeta, mas uma divindade que não exige nobreza, nem sentimento, nem amor, nem dignidade, para ser seduzida. Para seduzil-a basta qualquer coisa material, um gatow, um automovel de luxo, um chapéu caro, um vestido de seda, uma joia cara, um passeio ao cabaret, uma palavra francesa – *rende-vous*, uma maneiras estouradas de *cow-boy*, etc. Foram-se, com a defesa dos nossos direitos, as deusas, é verdade. Mas ainda existe uma, a deusa melindrosa, a bacchante.

Sim, a mulher precisa ser não inferior ao homem! Precisa ser igual a elle! Mas elle vive cheio de syphilis, de blenorragia, de cancos e cheira cocaina, bebe cachaça, fica bebado, frequenta pensões chics. Isto não importa!<sup>124</sup>

A tríade maligna – jogatina, alcoolismo e prostituição – compõe a argumentação discursiva do autor para combater a luta das mulheres pela igualdade de direitos. Tal como as ‘classes pobres’ transformaram-se em ‘classes perigosas’, as mulheres modernas e emancipadas representariam uma ameaça social, um perigo à ordem androcêntrica, patriarcal, monogâmico e heterossexual. Precisavam ser, portanto, contidas, detidas, excluídas da convivência com as mulheres honestas, controladas em sua circulação pelo público e doméstico<sup>125</sup>. As representações que essa elite faz circular, fundam-se no argumento da natureza feminina, considerada inferior, mais frágil que a masculina. Assim não seria possível a igualdade entre homens e mulheres, pois esta posição significaria a completa degeneração física e moral do conjunto da sociedade. Um atentado contra Deus, à natureza e aos homens.

O medo de uma inversão de papéis, com os homens cuidando da casa e das crianças, parece não ser apenas retórico. Miss Anthrope informava diretamente de Patos de Minas que a campanha pela emancipação se generalizava pelo sertão e entre as classes sociais, uma mudança que veio de fora, dos grandes centros urbanos e foi imediatamente apoiada pelas ‘mulheres simples e ingênuas do sertão’:

Lá fora, já se vêem as doutoras sahirem de pasta debaixo do braço ou de maleta em punho, a tratar de seus clientes, deixando em casa o maridinho a dar de mamar às creanças e a cuidar da sopa [...]. Tudo agora anda às avessas dos tempos de antanho [...]. O feminismo está se masculinizando na terra do presunto, avassalando todas as camadas sociaes e até gallinaceas, conforme nos contam agora de Diamantina: alli, uma gallinha chóca abandonou os pintinhos, ainda tenros; mas, um gallo commum, de terreiro, chamou-os para comer e os acolheu debaixo de suas azas *masculinas* e protectoras, ao anoitecer.

Já não é mais uma victoria do feminismo?<sup>126</sup>

A única dúvida que fica em relação ao texto é o de sua autoria: uma ‘mis anthrope’ que certamente esconde um ‘mister misógino’ e retrogrado, haja vista sua insistência em

<sup>124</sup> A PRETENSÃO das mulheres. *Triângulo Mineiro*, Uberabinha, n. 17, 03 out. 1926, p. 3. Acervo ArPU.

<sup>125</sup> PERROT, Michelle. O gênero da cidade. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 24, p. 9-26, 2001.

<sup>126</sup> O FEMINISMO. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 20, 22 dez. 1929, p. 2. Acervo LEPEH.

ressaltar os aspectos nefastos da emancipação e da modernização. A insistência com que os antifeministas e anti-emancipacionistas se movimentam aponta mais para as mudanças e menos para o sucesso das reivindicações das mulheres por direitos iguais naquele momento. A ação de reiterar representações, atualizando-as, sinaliza para a agudização das lutas sociais, entre essas as lutas das mulheres. As soluções autoritárias, para todas elas, estão mais salientes do que nunca. Assim, um artigo publicado em 1934, na cidade de Patrocínio, sugere um encaminhamento para as reivindicações femininas e feministas consoante ao produzido na Alemanha nazista. Nesse,

O hitlerismo, hoje senhor da política allemã, acaba de traçar o programma do feminismo germanico e definir os direitos e deveres da mulher, segundo o nacional social socialismo.

Para este fim, fundaram uma organização denominada 'patria nova'.

Esta organização se baseia principalmente na renuncia por parte do sexo feminino, aos chamados direitos politicos e profissionaes para, dedicar toda a sua actividade e preferencia aos deveres domesticos.

O programma proposto prevê que todo o curso educacional para as moças deve terminar por um anno de serviço domestico, à imitação do anno de serviço militar exigido dos homens, seguindo-se ainda um anno de 'serviço feminino para o Estado', sempre nas funções domésticas tomadas em seu sentido mais lato.

O plano geral da 'patria nova' põe a cosinha acima das urnas eleitoraes, e os trabalhos de casa em plano superior aos serviços burocraticos, reivindicando para a mulher a sua verdadeira profissão de mãe e de esposa como os mais altos de seus deveres.<sup>127</sup>

As representações que instauram o mundo do trabalho livre, assalariado, propriamente capitalista, expressam a luta, simbólica e material, em torno da produção do imaginário social sobre o trabalho e o trabalhador nacional. Tal como estes, também as mulheres serão objeto de uma produção discursiva de modo a normalizar suas condutas consoante ao padrão normativo vigente: ordeira, disciplinada, civilizada e sexualmente diferenciada. No processo de assujeitamento das mulheres ao padrão moderno de conduta social, a reiteração de papéis tradicionais e a criação de novos, sem abrir mão dos fundamentos biológicos que os informa, observa-se uma recomposição e uma reformulação dos mecanismos de controle e vigilância do sistema de dominação de modo a submeter as mulheres aos padrões normativos. Nesse sentido, vão predominar nas cidades do sertão, as representações do feminino fundadas no determinismo biológico, na natureza das mulheres, o que as reafirma como mediadoras do processo de civilização e de produção do trabalhador nacional.

Nas práticas sociais autoritárias solidarizam-se diversos saberes: jurídico, médico, educacional e religioso. Por meio das diretrizes católicas, o saber religioso se expõe, haja vista

<sup>127</sup> UM BOM feminismo. *O Commercio*, Patrocínio, n. 515, 14 jan. 1934, p. 1. Acervo HH.

a publicação da Encíclica *Casti Connubii*, 1930, de Pio XI. Nela se explicitam as posições contrárias de parte da Igreja e dos católicos, às reivindicações das mulheres, por considerá-las como um desvio de sua natural missão: a de procriar e educar os filhos. O documento reitera a tradição secular da submissão da mulher ao homem, conforme estabelecida pelo casamento que

[...] implica de um lado a superioridade do marido sobre a mulher e os filhos, e de outro a pronta sujeição e obediência da mulher, não pela violência, mas como recomenda o Apóstolo: ‘sujeitem-se as mulheres aos seus maridos como ao Senhor; porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja (Ef. 5: 22-23).<sup>128</sup>

Investindo nas mulheres e na família como forças mantenedoras da tradição católica, como baluartes contra a modernização e a laicização, a Igreja Católica prescreve os domínios de cada um: o primado do governo pelos homens, e, do amor pelas mulheres. Afinal,

[...] esta emancipação da mulher não é verdadeira nem é razoável e digna liberdade que convém à cristã e nobre missão da mulher e esposa; é antes corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão de toda a família, porquanto o marido fica privado de sua mulher, os filhos de sua mãe, a casa e toda a família de sua sempre vigilante guarda. Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque, se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar doméstico foi elevada pelo Evangelho, depressa cairá na antiga escravidão, tornando-se como no paganismo, mero instrumento do homem.<sup>129</sup>

<sup>128</sup> VATICANO. *Encíclica Casti Connubii*. Pio XI, 1930. Disponível em: <<http://www.capela.org.br/magisterio/connubii3>>. Acesso em: abr. 2007.

<sup>129</sup> VATICANO. *Encíclica Casti Connubii*. Pio XI, 1930. Disponível em: <<http://www.capela.org.br/magisterio/connubii3>>. Acesso em: abr. 2007.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa operação historiográfica nos situamos na confluência entre os processos abolicionistas, republicanos e a formação do Estado Nacional brasileiro, que aparecem como pano de fundo em nossas tentativas de elucidar, conforme anunciado, as representações e as práticas de conformação do mundo do trabalho e de invenção do trabalhador nacional.

As representações do mundo do trabalho que procuramos examinar foram produzidas no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado, e da Monarquia à República. É um instante decisivo da história brasileira, de transformação profunda das relações sociais.

Se as elites imperiais brasileiras conseguiram implementar um projeto de modernização que assegurou a continuidade da exploração do trabalho escravo, a repetição dessa solução conciliadora não mais seria possível no final do século XIX, pois na segunda metade desse mesmo século a extinção do cativo tornou-se iminente. Assim, duas preocupações articuladas ocupavam as elites proprietárias, políticas e intelectuais nesse momento: a construção da nação e a formação de um mercado de trabalho capaz de atender as demandas por mão-de-obra da grande lavoura e da incipiente indústria brasileira. Desse modo, uma sociedade, fundada na escravidão em que o trabalho é significativamente negativo e a ostentação do ócio é marca social distintiva, necessita, a partir da segunda metade do século XIX, de uma reelaboração da noção de trabalho percebido pelas elites como fundamental para a consecução do progresso material e moral e a manutenção da ordem social.

Os projetos de modernização que se apresentam estão marcados pelos valores e significados do pensamento liberal e cristão difundidos no século XIX. Neles as imagens de ordem, progresso, civilização, trabalho, propriedade privada, liberdade, se imbricam, presidindo as representações que buscam conformar a moderna sociedade brasileira.

Nesse ambiente, os homens e mulheres livres pobres serão retratados como resistentes ao trabalho regular, tornando-se essa justificativa o pano de fundo para as propostas de constituição de um mercado de trabalho livre e assalariado: seja a política imigrantista e seu teor racial, seja a proposta de aproveitamento dos homens livres a partir da sua educação para o trabalho e a permanente repressão à ociosidade/vadiagem.

Na dimensão política, procura-se o estabelecimento de uma ordem liberal-republicana sem que a cidadania se torne o eixo das relações sociais. De forma restritiva, o cidadão é o trabalhador útil, portanto, ordeiro, pacato, que respeita a propriedade privada e que se realiza enquanto indivíduo ao dispor de sua força de trabalho no mercado, onde supostamente, os iguais se relacionam. Percebemos, então, que o projeto modernizador e o processo de transformação do trabalho inscrevem-se como pontos centrais de um processo mais amplo e global de mudança/reforma social que, durante a Primeira República, procura inscrever o Brasil no elenco das sociedades civilizadas, através da transformação dos homens e mulheres livres pobres em trabalhadores nacionais. Nesse momento as representações do trabalhador nacional tornar-se-ão condutoras da positividade do trabalho, condição primordial à realização do projeto modernizador.

Em Minas Gerais, o menor afluxo de imigrantes fez com que a produção agrícola, sobretudo, absorvesse a mão-de-obra disponível, ou seja, homens egressos da experiência da escravidão (fossem eles libertos ou livres). Desde o último quartel do século XIX, principalmente as elites proprietárias, procuravam formular propostas de transformação dos homens livres, disponíveis na província, em trabalhadores úteis para as necessidades da lavoura, procurando combinar ações educativas e policiais. Como se afirmava no Congresso Agrícola de 1878, “uma sólida educação, moral, religiosa, cívica, intelectual e profissional” faria os homens afeitos à ociosidade vislumbrarem o trabalho enquanto uma lei natural e uma necessidade social. A partir de 1906, com a eleição de João Pinheiro da Silva ao governo estadual o projeto modernizador e a instituição do trabalhador nacional se expressam através de contornos mais precisos, se voltando para a retomada da ‘vocação’ agrícola mineira como eixo reordenador dessa sociedade.

Essas são algumas das considerações que nos permitiram a proposição e desenvolvimento de uma abordagem integrada (na qual o tempo longo das estruturas culturais e socioeconômicas se encontra com a imprevisibilidade da política, ao enfatizar como problema o papel da experiência humana para o entendimento da dinâmica histórica e social) das representações que presidem as transformações sociais e a produção do imaginário do trabalho, através do jogo de apropriações e da força das interpelações.

Assim, a instituição do mundo do trabalho e a invenção do trabalhador nacional explicitam uma luta de representações pelo delineamento dos novos papéis sociais que uma sociedade moderna exige para a sua conformação. No mundo da ordem e do progresso, homens, mulheres, crianças e os espaços, entendidos aqui como múltiplas dimensões da instituição do trabalhador nacional, vão se conformando em meio a prescrições, valores,

significados, esse conjunto de práticas e expectativas em confronto, que aparecem mediados pela condição de classe social.

Se esse é um processo amplo de transformação da sociedade brasileira, entendemos que no sertão Oeste de Minas Gerais, compreendido pelas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a produção do imaginário do trabalho apresenta particularidades que expressam os conteúdos diferentes das experiências sociais vivenciadas entre a Abolição da escravidão, em 1888, e a publicação do novo Regulamento de Saúde para Minas Gerais em 1928.

Com efeito, a concepção de *imaginário* adquire também importância central por ensejar as hipóteses de investigação, enquanto sistema de representações que organiza a vida individual e coletiva, designando suas identidades, (r)estabelecendo a distribuição dos papéis e posições sociais, condutas e comportamentos distintivos, através de prescrições modelares e manifestações de práticas e expectativas.

Os processos de modernização/civilização do sertão significaram a violenta desqualificação e criminalização dos modos de vida de homens e mulheres pobres. A instituição do trabalhador nacional representou, nesse sentido, o apagamento/silenciamento de múltiplas práticas sociais consideradas incompatíveis com o mundo da ordem e do progresso. Por outro lado, as resistências interpostas pelas classes populares inviabilizaram qualquer linearidade na consecução dos projetos de dominação empreendidos pelas elites locais.

Nossa intenção, ao nos propormos abordar as práticas e representações nos processos de instituição do mundo do trabalho, foi, além de ressaltar a dimensão inventiva na produção do trabalhador nacional, destacar as lutas e conflitos sociais que se estabeleceram nas dinâmicas de conformação da sociedade moderna e civilizada.

Estamos convencidos de que nossas escolhas deixaram de lado, momentaneamente, outras dimensões das práticas sociais das populações do sertão mineiro que, ao serem abordadas, incitarão um novo exame das nossas considerações até aqui estabelecidas. Esperamos que os leitores tornem-se participantes dessa incessante e desafiante tarefa de reescrita da história.

## FONTES

CONGRESSO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1878.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1954.

\_\_\_\_\_. Recenseamento Geral de 1950. Rio de Janeiro, 1954.

O MANIFESTO Republicano de 1870. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

PINHEIRO, João. Discurso proferido na sessão de encerramento do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, 20/05/1903. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 154

PINHEIRO, João. Manifesto-programa do candidato do Partido Republicano Mineiro à Presidência do Estado, publicado no Minas Gerais em 12/02/1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 196, 197.

PINHEIRO, João. O novo governo de Minas, I. Entrevista concedida a *O Paiz*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1906. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p. 201, 205.

PUBLICAÇÕES médicas, Rio de Janeiro, [s.n.], ano III, v. 9, 1932.

## ATAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 21 abr. 1892. Uberabinha, 1892. Livro 001, p. 60. Acervo ArPU.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 23 abr. 1892. Uberabinha, 1892. Livro 001, p. 63. Acervo ArPU.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 07 abr. 1901. Uberabinha, 1901. Livro 004, p. 100. Acervo ArPU.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 13 maio 1902. Uberabinha, 1902. Livro 004, p. 157, 158, 159. Acervo ArPU.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UBERABINHA. Ata da reunião realizada no dia 08 jan. 1921. Uberabinha, 1921. Livro 16, p. 76, 77. Acervo ArPU.

### **JORNAIS**

*A BANDEIRA*, Belo Horizonte, 1933. Acervo HH.

*A CARAPUÇA*, Patos de Minas, n. 2, 26 ago. 1915. Acervo AF.

*A CARAPUÇA*, Patos de Minas, n. 8, 03 out. 1915. Acervo AF.

*A MARIPOSA*, Uberabinha, n. 5, 9, 26 abr. 1925. Acervo ArPU.

*A MARIPOSA*, Uberabinha, n. 6, 03 maio 1925. Acervo ArPU.

*A NOTICIA*, Uberabinha, n. 3, 15 jun. 1918. Acervo ArPU.

*A NOTICIA*, Uberabinha, n. 3, 16 jun. 1918. Acervo ArPU.

*A NOTICIA*, Uberabinha, n. 12, 25 ago. 1918. Acervo ArPU.

*A NOTICIA*, Uberabinha, n. 15, 15 set. 1918. Acervo ArPU.

*A NOTICIA*, Uberabinha, n. 29, 11 fev. 1919. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 5, 30 jan. 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 6, 06 fev. 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 7, 13 fev. 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 19, 11 maio 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 20, 18 maio 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 21, 25 maio 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 22, 01 jun. 1907. Acervo ArPU.

*A NOVA ERA*, Uberabinha, n. 25, 22 jun. 1907. Acervo ArPU.

*A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 1, 07 set. 1919. Acervo ArPU.

*A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 5, 05 out. 1919. Acervo ArPU.

*A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 12, 30 nov. 1919. Acervo ArPU.

*A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 14, 14 dez. 1919. Acervo ArPU.



- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 16, 28 dez. 1919. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 17, 04 jan. 1920. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 19, 07 dez. 1919. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 22, 08 fev. 1920. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 38, 30 maio 1920. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 41, 20 jun. 1920. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 71, 16 jan. 1921. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, 29 maio 1921. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 114, 20 nov. 1921. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 142, 04 jun. 1922. Acervo ArPU.
- A TRIBUNA*, Uberabinha, n. 153, 20 ago. 1922. Acervo ArPU.
- ARAGUARY*, n. 738, 10 dez. 1910. Acervo HH.
- ARREBOL*, Uberaba, 01 jul. 1897. Acervo HH.
- BRASIL CENTRAL*, Uberaba, n. 42, 23 out. 1927. Acervo HH.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 1, 10 jan. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 2, 17 jan. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 6, 14 fev. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 7, 21 fev. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 8, 28 fev. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 10, 14 mar. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 13, 04 abr. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 14, 11 abr. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 15, 18 abr. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 17, 02 maio 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915. Acervo AOM.

- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 22, 06 jun. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 25, 27 jun. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 37, 38, 26 set. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 42, 31 out. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 50, 26 dez. 1915. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 66, 30 abr. 1916. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 67, 07 maio 1916. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 73, 18 jun. 1916. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 77, 16 jul. 1916. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 79, 30 jul. 1916. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 103, 18 fev. 1917. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 85, 17 set. 1916. Acervo AOM.
- CIDADE DE PATOS*, Patos de Minas, n. 127, 05 ago. 1917. Acervo AOM.
- CIDADE DO PATROCÍNIO*, Patrocínio, n. 149, 12 out. 1912. Acervo HH.
- CIDADE DO PATROCÍNIO*, Patrocínio, n. 194, 30 ago. 1913. Acervo HH.
- CORREIO DE PATOS*, Patos de Minas, 16 jan. 1955. Acervo AOM.
- CORREIO DE UBERLÂNDIA*, Uberlândia, n. 1332, 08 nov. 1944. Acervo ArPU.
- ÉCO*, Uberaba, n. 8, 15 maio 1927. Acervo HH.
- ESTRELLA DO SUL*, n. 191, 06 mar. 1927 (Suplemento Semanal Ilustrado, n. 43, 20 a 26 fev. 1927). Acervo HH.
- ESTRELLA DO SUL*, n. 192, 13 mar. 1927. Acervo HH.
- GAZETA DE PATOS*, Patos de Minas, n. 14, 10 nov. 1929. Acervo LEPEH.
- GAZETA DE PATOS*, Patos de Minas, n. 20, 22 dez. 1929. Acervo LEPEH.
- GAZETA DE PATOS*, Patos de Minas, n. 31, 16 mar. 1930. Acervo LEPEH.
- GAZETA DE PATOS*, Patos de Minas, n. 37, 27 abr. 1930. Acervo LEPEH.

- GAZETA DE PATOS*, Patos de Minas, n. 44, 15 jun. 1930. Acervo HH.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, 23 maio 1888. Acervo APU.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, n. 575, 11 jul.1888. Acervo APU.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, n. 647, [entre 1888 e 19?]. Acervo APU.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, n. 1475, 08 dez. 1901. Acervo HH.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, n. 1490, 29 jan. 1902. Acervo HH.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, n. 1493, 06 fev. 1902. Acervo HH.
- GAZETA DE UBERABA*, Uberaba, n. 4501, 23 jul. 1912. Acervo HH.
- GAZETA DE UBERABINHA*, Uberabinha, 25 fev. 1900. Acervo HH.
- JORNAL DE UBERABA*, Uberaba, n. 68, 25 jul. 1897. Acervo HH.
- LEME*, Sacramento, n. 12, 08 jun. 1919. Acervo HH.
- MONTE CARMELO*, n. 261, 24 out. 1926. Acervo HH.
- O BINOCULO*, Uberabinha, n. 3, 02 mar. 1916. Acervo ArPU.
- O BINOCULO*, Uberabinha, n. 4, 19 mar. 1916. Acervo ArPU.
- O BINOCULO*, Uberabinha, n. 8, 12, 16 abr. 1916. Acervo ArPU.
- O BINOCULO*, Uberabinha, n. 9, 16 abr. 1916. Acervo ArPU.
- O BINOCULO*, Uberabinha, n. 11, 07 maio 1916. Acervo ArPU.
- O BRAZIL*, Uberabinha, n. 27, 01 jul. 1915. Acervo ArPU.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 32, 18 jun. 1911. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 45, 17 set. 1911. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 73, 07 abr. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 75, 21 abr. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 77, 05 maio 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 82, 09 jun. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 85, 30 jun. 1912. Acervo LEPEH.

- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 87, 14 jul. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 88, 21 jul. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 89, 28 jul. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 92, 18 ago. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 93, 23 ago. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 81, 02 jun. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 101, 20 out. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 107, 08 dez. 1912. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 130, 18 maio 1913. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 138, 13 jul. 1913. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 141, 03 ago. 1913. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 176, 05 mai. 1914. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 190, 12 jul. 1914. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patos de Minas, n. 1, 13 out. 1915. Acervo LEPEH.
- O COMMERCIO*, Patrocínio, n. 515, 14 jan. 1934. Acervo HH.
- O COMMERCIO*, Uberabinha, n. 5, 28 nov. 1915. Acervo ArPU.
- O COMMERCIO*, Uberabinha, n. 6, 05 dez. 1915. Acervo ArPU.
- O Corisco*, Uberabinha, n. 72, 12 set. 1920. Acervo ArPU.
- O DEMOCRATA*, Abadia dos Dourados, n. 10, 11 mai. 1924. Acervo HH.
- O FEDERALISTA*, Patos de Minas, s.n., 23 mar. 1919. Acervo HH.
- O GAIATO*, Uberaba, n. 3, 4, 25 jul. 1920. Acervo HH.
- O GAROTO*, Uberaba, n. 81, 22 abr. 1917. Acervo HH.
- O JUVENIL*, Patos de Minas, n. 3, 14 jun. 1911. Acervo HH.
- O JUVENIL*, Patos de Minas, n. 5, 28 jun. 1911. Acervo AF.
- O MUNICÍPIO*, Uberaba, n. 95, 02 ago. 1905. Acervo HH.

- O OPERÁRIO*, Belo Horizonte, n. 1, 19 jul. 1920. Acervo HH.
- O PROGRESSO*, Araxá, 21 jun. 1892. Acervo HH.
- O PROGRESSO*, Patos de Minas, n. 16, 06 mar. 1907. Acervo LEPEH.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 10, 24 nov. 1907. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 12, 08 dez. 1907. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 16, 05 jan. 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 19, 26 jan. 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 26, 15 mar. 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 32, 26 abr. 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 36, 24 maio 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 40, 21 jun. 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 43, 12 jul. 1908. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 91, 20 jun. 1909. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 93, 04 jul. 1909. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 107, 17 set. 1909. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 184, 22 abr. 1911. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 221, 13 jan. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 222, 20 jan. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 223, 27 jan. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 228, 02 mar. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 235, 20 abr. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 239, 18 maio 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*. Uberabinha, n. 241, 01 jun. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 242, 08 jun. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 253, 24 ago. 1912. Acervo ArPU.

- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 254, 31 ago. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 266, 23 nov. 1912. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 328, 31 jan. 1914. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 329, 07 fev. 1914. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 330, 14 fev. 1914. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 351, 352, 353, 12 jul. 1914. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 354, 02 ago. 1914. Acervo ArPU.
- O PROGRESSO*, Uberabinha, n. 363, 364, 04 out. 1914. Acervo ArPU.
- O SERRO*. Serro, 28 jun. 1879. Acervo não informado.
- O SPORT*, Araguari, n. 22, 23, 30 out. 1910. Acervo HH.
- O SPORT*. Araguari, n. 17, 23 set. 1910. Acervo HH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 8, 09 nov. 1905. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 1, 18 nov. 1906. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 3, 02 dez. 1906. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 4, 09 dez. 1906. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 17, 11 abr. 1906. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 23 e 24, 13 e 20 maio 1906. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 8, 06 jan. 1907. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 13, 10 fev. 1907. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 14, 17 fev. 1907. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 15, 24 fev. 1907. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 54, 15 mar. 1908. Acervo LEPEH.
- O TRABALHO*, Patos de Minas, n. 71, 15 jan. 1909. Acervo LEPEH.
- PARANAHIBA*, Uberabinha, n. 6, 08 out. 1914. Acervo ArPU.
- PARANAHIBA*, Uberabinha, n. 7, 11 out. 1914. Acervo ArPU.

*PARANAHIBA*, Uberabinha, n. 8, 15 out. 1914. Acervo ArPU.

*PARANAHIBA*, Uberabinha, n. 19, 22 nov. 1914. Acervo ArPU.

*TRIÂNGULO MINEIRO*, Uberabinha, n. 17, 03 out. 1926. Acervo ArPU.

*TRIBUNA DO POVO*, Uberaba, n. 67, 25 ago. 1894. Acervo HH.

### **LEGISLAÇÕES**

MINAS GERAIS (Estado). Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, *Anais*, Belo Horizonte, 12 ago. 1887. Acervo não informado.

REGULAMENTO do Instituto João Pinheiro. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1910. Acervo não informado.

REGULAMENTO de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1928. Acervo ArPU

RELATÓRIO do Presidente de Província de 1888. Estado de Minas Gerais. Acervo não informado.

UBERABA. Lei Municipal nº 116, de 13 de setembro de 1901. *Livro de Leis da Câmara Municipal de Uberaba*, Uberaba. Acervo APU.

### **LITERATURA - FICÇÃO**

ASSIS, Machado de. Balas de Estalo (1886). In: DE LUCA, Heloisa Helena Paiva (Org.). *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998.

ALVIM, Ceres. *Lágrima Comprida*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1960.

BARRETO, Lima. Um Especialista (1904). In: \_\_\_\_\_. Os melhores contos. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. O Problema Vital. In: \_\_\_\_\_. *Bagatelas*, 1918. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/indicecronicas.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

LOBATO, José (Bento) Renato Monteiro. *Urupês*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LOBATO, José (Bento) Renato Monteiro. *O problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994

### **REVISTAS**

*REVISTA COMERCIAL*, Belo Horizonte, n. 7, 1915. Acervo APCBH.

*REVISTA VITA*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, jul. 1913. Acervo APBH.

### **SITES**

IMIGRAÇÕES: a imigração japonesa em Minas Gerais. Disponível em <<http://www.arquivopublicoueraba.com.br/Imigracoes.htm>>. Acesso em: dez. 2005.

<<http://www.scielo.org.br>>

VATICANO. GREGÓRIO XVI. *Carta Encíclica Mirari-vos*. 1832. Disponível em: <[www.fsspx-brasil.com.br](http://www.fsspx-brasil.com.br)>. Acesso em: out. 2007.

VATICANO. LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. Sobre a condição dos operários, 1891. Disponível em: <<http://www.vatican.va>>. Acesso em: jan. 2007.

VATICANO. *Encíclica Casti Connubii*. Pio XI, 1930. Disponível em: <[www.capela.org.br/magisterio/connubii3](http://www.capela.org.br/magisterio/connubii3)>. Acesso em: abr. 2007

THE ACTON Institute for the study of religion and liberty. Disponível em: <<http://www.acton.org/es/publicac/desarrollo.html>>. Acesso em: abr. 2007.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## ARTIGOS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: \_\_\_\_\_; NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93. v. 2.

AMADO, Janáina. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, n. 15, p. 145-151, 1995.

ARIÈS, Phillippe. O casamento indissolúvel. In: \_\_\_\_\_; BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais*. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 163-182.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otavio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos PAGU*, n. 27, p. 213-254, 2006.

BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e seu ideal republicano. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 39-66.

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 145-157.

BECHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, v. 10 (1), p. 13-83, jan./abr. 2003.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello sexo: a imprensa feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais; Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 79-99.

BOMENY, Helena. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 253-281, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003, p. 112-143.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: Lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, v. 6, n. 11, p. 07-44, 1985-86.

BURAWOY, Michael. Toward a marxist theory of the labor process: Braverman and beyond. *Politics and Society*, 8(3-4), p. 247-312, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A história na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que história convirá ao século XXI? Conferência proferida na UFF/Niterói. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2001, Niterói. *Anais...* Niterói: ANPUH, 2001. (mimeo).

\_\_\_\_\_. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: \_\_\_\_\_; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 9-39.

CARMO, Luiz Carlos do. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia (1945-1960). *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 24, p. 159-190, 2001.

CARVALHO, José Murilo. Os três povos da República. *Revista USP*, n. 59, p. 95-115, set./Nov. 2003.

\_\_\_\_\_. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>.

CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998, pp. 15 – 34.

CASTRO, Dorian Erich; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Em busca de uma política de saúde: a disciplinarização dos corpos. Uberlândia, 1903-1921. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 27 e 28, 2003.

CASTRO, Hebe. História social. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Niterói, UFF, n. 9, p. 43-63, 2000.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

\_\_\_\_\_. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. p. 115-140.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: UNESP/Hucitec, 2000.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 1997. p. 81-100.

COSTA, Emilia Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1999.

DAVIS, Natalie Zamon. As mulheres por cima. In: \_\_\_\_\_. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 107-128.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, Marco Zero, n. 6, p. 47-79, 1983.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *A historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 217-235.

\_\_\_\_\_. Entre 'doidos' e 'bestializados': o baile da Ilha Fiscal. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 30-47, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: \_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 07-38.

\_\_\_\_\_. Ideologia liberal e construção do Estado. In: \_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 127-150.

\_\_\_\_\_. Hermenêutica e narrativa. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. xi-xxiii.

\_\_\_\_\_. Impasses do Inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal*. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense; UNESP, 1989.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 116-116-133, jun./ago. 2003.

DULCI, Otavio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências sociais hoje*, São Paulo, Cortez, p. 7-31, 1984.

EISENBERG, Peter. A questão da mão-de-obra nos Congressos Agrícolas de 1878. In: \_\_\_\_\_. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989. p. 167-186.

FARGE, Arlette. Famílias. A honra e o sigilo. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 581-617.

FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. *Cadernos PAGU*, n. 27, p. 173-212, 2006.

FOOT HARDMAN, Francisco. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 289-305.

FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a República dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda (Coord.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 131-176.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Aspectos da influência estrangeira na história social de Minas Gerais. *Revista de imigração e colonização*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 455-460, 1940.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a folia popular. Estudos sobre o catolicismo brasileiro nos finais do século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.gov.br>>. Acesso em: out. 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

\_\_\_\_\_. A palavra, a idéia, a coisa. In: \_\_\_\_\_. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Representações de mulher e educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1910-1926. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al. (Org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 136-149.

\_\_\_\_\_. Disciplina, ordem social e educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1907-1920. In: MACHADO, Maria Clara Thomaz; PATRIOTA, Rosângela (Org.). *Histórias e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 273-296.

GORZ, André. Quem não tiver trabalho, também terá o que comer. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 211-228, 1990.

GRUZINSKY, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a 'história cultural' no novo milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 321-342, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 27-61.

\_\_\_\_\_. História operária e ideologia. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre a história operária. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 15-32.

\_\_\_\_\_. Os destruidores de máquinas. In: \_\_\_\_\_. *Os trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 17-35.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 217-235, 1998.

IGLESIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 115-144.

IMIGRAÇÕES: a imigração japonesa em Minas Gerais: Disponível em <http://www.arquivopublicouberaba.com.br/Imigracoes.htm>>. Acesso em: dez. 2005.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro, 1880-1960. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 39-66.

KOFES, Suely. Entre nós Mulheres, elas as Patroas e elas as Empregadas. In: CORRÊA, Mariza (Org.). *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p. 185-194.

LAFER, Celso. O significado da República. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 214-224, 1989.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendência e impasses*. Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 17-166.

\_\_\_\_\_. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e verdade*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 535-553.

LEWGOY, Bernardo. O sincretismo invisível: um olhar sobre as relações entre catolicismo e espiritismo no Brasil. In: ISAIA, Artur Cesar (Org.). *Orixás e Espíritos*. O debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 209-224.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-162.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 97-125, 1997.

LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. Salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Un estudio de la Revista Saúde (1918-1919). In: CUETO, Marcos (Ed.). *Salud, cultura y*

*sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP: Organización Pan-Americana de la Salud, 1996.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 23-40.

LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 99-141.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito 'menor'. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

LOVE, Joseph L. A república brasileira: federalismo e regionalismo, 1889-1937. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 120-160.

MACIEL, Laura Antunes. A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização. *Projeto História: espaço e cultura*, São Paulo, PUC, EDUC, n. 18, 1999.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Religiosidade no cotidiano popular mineiro: crenças e festas como linguagens subversivas. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 22, p. 215-225, jan./jun. 2000.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A história escrita*. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 17-26.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 367-421. v. 3.

MALUF, Marina; ROMERO, Mariza. A sublime virtude de ser mãe. *Projeto História*, São Paulo, PUC, EDUC, n. 25, 2002.

MARQUES, Regina Beltrão. Raça e noção de identidade nacional. O discurso médico-eugenista nos anos de 1920. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOL, Mirian (Org.). *A razão e paixão na política*. Brasília: EDUNB, 2002. p. 181-195.

MARSON, Adalberto. Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais. In: BRESCIANI, Maria Stella. *Jogos da política*. Imagens representações e práticas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.

MARSON, Izabel. Trabalho livre e progresso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Marco Zero, n. 7, p. 81-93, 1984.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 121-150, 2000.

MOURA, Esmeralda B. B. de. Meninos e meninas da rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 85-102, 1999.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A igreja na Primeira República. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições*. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 321-342.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Processo civilizador nas Minas oitocentistas: desvelando alguns sentidos... *Temporis(Ação)*, UEG, v. 1, n. 7, p. 197-220, 2003.

\_\_\_\_\_. Sobre 'violeta' e 'violetas' ou a política de produção de identidades. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). *Literatura e histórias: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 231-258.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. 'Encantos' e 'Conquistas' do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). *Fronteira*. Paisagens, personagens, identidades. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 225-248.

\_\_\_\_\_. A construção da identidade: um momento privilegiado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Marco Zero, v. 12, n. 23/24, p. 181-190, 1991-92.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Contribuição para o estudo da imigração japonesa em Minas Gerais (1889-1930). In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 215-257.

NOVAIS, Fernando A. Dimensões da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 15-26.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_; MELO E SOUZA, Laura de (Org.). *A história da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Júlio César de. Ontem, ao luar... Experiências boêmias em Uberlândia na década de 40. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 23, p. 185-216, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

\_\_\_\_\_. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, ciências, saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-215, 1998.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 53-102.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-187, abr. 1999.

\_\_\_\_\_. Escolas cheias, cadeias vazias. Notas sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 243-266, dez. 2007.

PERROT, Michelle. O gênero da cidade. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 24, p. 9-26, 2001.

PUGA, Vera Lúcia. Internatos. *Espaço feminino*, Uberlândia, EDUFU, v. 1, n. 1, p. 37-62, 1994.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HGCB; Brasil Republicano: estruturas de poder e economia, 1889-1930. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 140-190.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do ‘amor venéris’. *Projeto História*, São Paulo, PUC, EDUC, p. 181-195, 2002.

REIS, Liana Maria. Poder, vadiagem e marginalização social em Minas Gerais (1850-1888). *Revista de Ciências Históricas*, Portugal, Universidade Portucalense, n. XI, p. 221-233, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro, 1808-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: SENAC. p. 82-118.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. A civilização interiorizada. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 31, p. 33-57, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Representação e narrativa: usos e abusos. *Em tempo de histórias*, ano 12, n. 9, Brasília, UNB, p. 01-16, 2004.

RODRIGUES, Jaime. Índios e africanos: do ‘pouco ou nenhum fruto’ do trabalho à criação de ‘uma classe trabalhadora’. *História Social*, Campinas, n. 2, p. 09-24, 1995.

\_\_\_\_\_. Alimentação popular em São Paulo (1920-1950). Políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 221-253, 2007.



RODRIGUES, Jane de Fátima Silva; OLIVEIRA, Luis Cláudio da Silva. *O nascimento de uma cidade: o rural e o urbano*. 1989. Monografia. Museu Municipal de Uberlândia, Uberlândia, 1989.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Do glamour ao 'Sex-appeal': notas sobre a história do embelezamento feminino entre 1940 e 1960. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 23, p. 115-128, 2000.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da medida. *Revista de Psicologia*, São Paulo, USP, v. 8, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas Florianópolis*, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, PUC, EDUC, n. 16, p. 297-325, 1998.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_; Fernando NOVAIS. (org.) *A história da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

SIRICO, Roberto A. *El desarrollo de la Enseñanza Social del Catolicismo*. Acton Institute, 1992. Disponível em: <<http://www.acton.org/es/publicac/desarrollo.html>>.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

SOIHET, Rachel. Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys; Estudos Feministas*, n. 1, 2, jul./dez. 2002.

SOUSA, Lia Gomes Pinto; OLIVEIRA, Mariana Moraes de; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332005000100016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: set. 2006.

STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *Revista Brasileira de história*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 07-33, 1984-85.

SWAIN, Tania Navarro. Você disse imaginário? In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História no plural*. Brasília: Unb, 1994.

\_\_\_\_\_. A invenção do corpo feminino ou a “hora e a vez do nomadismo identitário?” In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UNB, Brasília, UNB, v. 8, n. 1/2, p. 47-84, 2000.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-202.

\_\_\_\_\_. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

\_\_\_\_\_. Patrícios e plebeus. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 25-85.

\_\_\_\_\_. A venda das esposas. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. La sociedad inglesa Del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? In: \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editora Crítica, 1979.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: \_\_\_\_\_.; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

VICTORIE-LOUIS, Marie. Diga-me: o que significa gênero? In: *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 3, p. 711 – 724, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 31-50, 2002.

VIGARELLO, Georges. O trabalho dos corpos e do espaço. *Projeto História*, São Paulo, PUC, EDUC, n. 13, p. 07-20, 1996.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas em Minas Gerais na primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 8, n. 15, 1995.

\_\_\_\_\_. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999.

WIRTH, John D. Apogeu e declínio da Comissão Executiva do PRM, 1889-1929. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5., A República Velha em Minas Gerais. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 63-72.

*DISSERTAÇÕES E TESES*

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais. Século XVIII*. 2001. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação católica do trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte, 1919 – 1930*. (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BESSA, Karla Adriana Martins. *(Entre) cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira, 1961 – 1996*. (Doutorado em História) Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

BOSI, Antônio de Pádua. *Constituição do espaço urbano e conflito social: Uberabinha/MG, 1888-1922*. 2002. Tese (Doutorado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procura-se 'preta com muito bom leite, prendada e carinhosa': uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca, 1850-1888*. 2006. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CASTRO, Ana Paula Cantelli. *Organização e disputas pelo espaço urbano. Uberabinha, 1890-1930*. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

CERASOLI, Josianne Francia. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. (Doutorado em História) Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

COSTA, Guilherme Meirelles. *A formação política de João Pinheiro da Silva*. (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006

DANTAS, Sandra Mara. *Veredas do progresso em tons altissonantes. Uberlândia, 1900-1950*. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FERLA, Luis Antônio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida do crime ao trabalho. A utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. 2005. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GARCIA, Renísia Cristina. *Honra, sobrevivência e valentia. Um estudo sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processo criminais, 1922/1937*. 1997. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *“Ordem” no mundo da “desordem”:* o projeto modernizador e o cotidiano popular. Rio de Janeiro, 1822-1840. 2005. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. 2004. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Campinas, Campinas,SP, 2004.

LIMA, Pablo Luiz de Oliveira. *A Máquina, tração do progresso*. Memória da ferrovia no Oeste de Minas: entre o sertão e a civilização. 1880-1930. 2003. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LOPES, Valéria M. Q. Cavalcante. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia, 1950-1980*. 2002. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada*. Uberlândia, 1965-1980. 1990. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MATA, Sérgio Ricardo da. *A fortaleza do catolicismo*. Identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira, 1873 – 1932*. (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *De batuques e trabalhos*. Resistência negra e a experiência do cativo. Uberaba, 1856-1901. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

RIOS, Gilma Maria. *Mulheres ‘modernas’, mulheres ‘perigosas’: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG, 1940-1960*. 2005. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade uberlandense. 1920-1958*. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços, 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão*. Goiás, 1892-1912. 1996. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

SALLES, Iraci Galvão. *República: a civilização dos excluídos*. Representações do ‘trabalhador nacional’, 1870-1919. 1995. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SANTOS, Roberto Carlos dos. *Urbanização, moral e bons costumes*. Vertigens da Modernidade em Patos de Minas, 1900-1960. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

SILVA, Heladir Josefina Saraíva. *Representação de vestígio da (des) vinculação do Triângulo Mineiro*: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista, 1890-1920. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

SILVA, Marcelo de Souza. *A lei e a (des)ordem*: criminalidade e práticas de justiça na Comarca de Uberaba, MG. 1890-1920. 2004. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

SILVA, Raquel Marta da. *Chico Xavier*: imaginário religioso e representações simbólicas no interior das Gerais – Uberaba, 1959-2001. 2002. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da 'cidade-jardim' ao 'portal do cerrado'*. Imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

## LIVROS

A BÍBLIA sagrada: antigo testamento. São Paulo: Edições Paulinas, 1978.

ADLER, Laure. *A vida nos Bordéis de França, 1830-1930*. Lisboa: Terramar, 1990.

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos*: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895. Campinas: CMU: UNICAMP, 1997.

ANDREONI, João Antonio (ANTONIL, André João). *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário Alice P. Canabrava. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 [1711].

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*. Pensamento médico e comportamento no Brasil, 1870-1930. São Paulo: UNESP, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UNB, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Idéias políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resitência*. São Paulo: UNESP, 2002.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva (história média)*. Belo Horizonte: Livraria Rex, 1936.

BÉJIN, André (Org.). *Sexualidades ocidentais*. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: UNESP, 1999.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*. Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1987.

BORGES SAMPAIO, Antônio. *Uberaba: histórias, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do pica-pau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei. 1889-1930*. Brasília: EDUNB, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1990.

CARONE, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre os Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2. ed. Campinas: UNICAMP; 1995.

\_\_\_\_\_. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos Silva. São Paulo: Ática, 1995.

COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positiva*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914*. No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Org.). *Literatura e histórias: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COUTINHO, Pedro dos Reis. *História dos Irmãos Maristas em Uberaba*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba; Belo Horizonte: Centro de Estudos Maristas, 2000.

CRULS, Luiz. *Planalto Central do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957

CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência*. São Paulo, 1900-1926. São Paulo: Marco Zero, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*. Periodismo e vida urbana, 1890-1915. São Paulo: EDUC, 2000.

CUETO, Marcos (Ed.). *Salud, cultura y sociedad en América Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP: Organización Pan-Americana de la Salud, 1996.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Trad. Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, Natalie Zamon. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República*. São Paulo, 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933. São Paulo: UNESP, 1996.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Hucitec; UFMG: Instituto Nacional do Livro, 1988.



EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro, 1909-1934. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*. O imaginário popular. 1930-1945. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins*. Belo Horizonte, 1974.

FONTANA, Josep. *História*: análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FOOT HARDMAN, Francisco. *O trem fantasma*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

FOOT HARDMAN, Francisco. *Nem pátria, nem patrão*. Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento das prisões. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A história da sexualidade*. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

\_\_\_\_\_. *Ordem e progresso*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962

\_\_\_\_\_. *Casa Grande & Senzala*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FROM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio. A experiência burguesa. Da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914*. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES, Heitor. *Noções de Economia domestica*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

GUIMARÃES, Julieta Cupertino. *Lembranças de 90 anos*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura. Medicina, leis e sociedade no fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HOBBSAWM, Eric J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre a história operária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores. Estudos sobre a história do operariado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico; o processo de emancipação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendência e impasses. Feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

IGLESIAS; Francisco. *Trajetória política do Brasil. 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ISAIA, Artur Cesar (Org.). *Orixás e Espíritos*. O debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea. Uberlândia: EDUFU, 2006.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. 2. ed. São Paulo: UNESP: Hucitec, 2000.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Transformação do trabalho*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o sistema representativo. São Paulo: AlfaÔmega, 1976.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1991.

LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

\_\_\_\_\_. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

\_\_\_\_\_. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas; ensaio de Sociologia Regional Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes: Educam, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ: UCAM, 1999.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta*. A greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

KAYE, Harvey J. *Los historiadores marxistas británicos*. Un análisis introductorio. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da economia política. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2000.

MATOS, Olgária. *Rousseau: uma arqueologia da desigualdade*. São Paulo: Editores Associados, 1978.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998,

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Trama e poder*. Trajetória e polêmica em torno das indústrias de juta. 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MELO E SOUSA, Laura. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*. Cultura democrática e científica no final do Império. Rio de Janeiro: FGV; EDUFRRJ, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1999.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras*. Homens livres no declínio do escravismo. Campinas: CMU: UNICAMP, 1998.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais, 1835-1892*. Brasília: EDUNB: FINATEC, 2003,

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1974.

NAVES, Maria Consuelo Ferreira Montes; RIOS, Gilma Maria (Coord.). *1888-1988. Araguari cem anos de dados e fatos*. Araguari: Prefeitura Municipal de Araguari, 1988.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UNB, 2004.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, (1777-1808)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

OLIVEIRA MELO, Antonio. *A Igreja de Paracatu*. Nos caminhos da história. 2. ed. Paracatu, MG: Mitra Diocesana, 2005.

\_\_\_\_\_. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo de. *História de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PENNA, Belisario. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918.

PERISSINOTO, Renato M. *As classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: UNICAMP, 1994.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. Bauru, SP: Jalovi, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Margareth; MOREIRA, Eduardo. *O que é taylorismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM. 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador*. A idéia de progresso. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

\_\_\_\_\_. *O contrato social*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RUSSEL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado*. História e Lazer. São Paulo, 1969/1979. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção de ser negro*. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/FAPESP; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Regma Maria dos. *Memórias de um plumitivo: impressões cotidianas e história nas crônicas de Lycidio Paes*. Uberlândia: Aspectus/Funape, 2005.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade. A vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A revolta da vacina. Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da Riqueza das Nações*. Trad. Teodora Cardoso; Luís Cristóvão de Aguiar. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história. Homens, mulheres e prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEPAN, Nany Leys. *A hora da Eugenia. Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores*. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Lição inaugural no Colégio de França. Lisboa: Gradiva, 1989.

\_\_\_\_\_. *Como se escreve a história – Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão*. Histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001

WALLERTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil*. 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN: Universidade São Francisco, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*. Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.